



MINISTÉRIO DA FAZENDA



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Brasília – Março/2014



MINISTÉRIO DA FAZENDA



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013, bem como das orientações da Portaria nº 133/2013, da Controladoria-Geral da União.

Brasília – Março/2014

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	4
LISTA DE QUADROS, FIGURAS, TABELAS E GRÁFICOS.....	7
QUADROS.....	7
FIGURAS.....	9
TABELAS.....	9
GRÁFICOS.....	9
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	10
1.1 IDENTIFICAÇÃO.....	10
INTRODUÇÃO.....	12
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	12
1.3 ORGANOGAMA FUNCIONAL, COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DAS ÁREAS.....	14
1.3a Política Fiscal.....	15
1.3b Dívida Pública.....	16
1.3c Relações Financeiras Intergovernamentais.....	17
1.3d Planejamento e Estatísticas Fiscais.....	17
1.3e Contabilidade Pública.....	17
1.3f Assuntos Corporativos.....	18
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DA UNIDADE, PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVIÇOS.....	18
1.5 PRINCIPAIS MACROPROCESSOS DE APOIO DA UNIDADE.....	19
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS (EXTERNOS À UJ).....	20
2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	21
2.1 PLANEJAMENTO DA UNIDADE.....	21
2.2 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	27
2.3 OUTROS RESULTADOS GERADOS PELA GESTÃO.....	75
3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....	101
4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	101
4.1 EXECUÇÃO DAS DESPESAS.....	101
4.2 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	117
4.3 MOVIMENTAÇÃO E SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	117
4.4 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS.....	121
4.5 SUPRIMENTO DE FUNDOS, CONTAS BANCÁRIAS TIPO B E CARTÕES DE PAGAMENTO.....	124
4.6 RENÚNCIA DE RECEITAS.....	124
4.7 GESTÃO DE PRECATÓRIOS.....	124
5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	124
5.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE.....	124
5.1a Demonstração da Força de Trabalho e dos Afastamentos que refletem sobre ela.....	124
5.1b Qualificação da Força de Trabalho de acordo com a Estrutura de Cargos, Idade e Nível de Escolaridade.....	126
5.1c Custos Associados à Manutenção de Recursos Humanos.....	128
5.1d Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	131
5.1e Cadastramento no Sisac dos dados pertinentes aos Atos de Admissão e Concessão de Aposentadoria, Reforma e Pensão.....	131
5.1f Ações Adotadas para identificar eventual Acumulação Remunerada de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	131
5.1g Providências Adotadas nos casos identificados de Acumulação Remunerada de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	131
5.1h Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos.....	131
5.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS.....	131
6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	133
7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) E DO CONHECIMENTO.....	133
7.1 GESTÃO DE TI CONFORME ORIENTAÇÕES DA PORTARIA TCU Nº 175/2013.....	133
8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	147
9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.....	147
9.1 TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU.....	147
9.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES FEITAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO A QUE A UJ SE VINCULA.....	163
9.3 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES FEITAS PELA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	178
9.4 CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.....	178
9.5 DEMONSTRAÇÃO DE ADOÇÃO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAR DANO AO ERÁRIO.....	178
9.6 DEMONSTRAÇÃO REFERENTE À ATUALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO SIASG E DO SICONV.....	178
10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	180
10.1 DESCRIÇÃO DOS CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO AO ÓRGÃO.....	180
10.2 MECANISMOS PARA MEDIR A SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS DA UJ.....	181
10.3 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DE EVENTUAIS PESQUISAS DE OPINIÃO.....	181
11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	182
11.1 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS REFERENTES À AMORTIZAÇÃO, DEPRECIÇÃO E EXAUSTÃO E DE AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS DA UNIDADE.....	182
11.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL - ADEQUAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	187
12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	189
12.1 OUTRAS INFORMAÇÕES A RESPEITO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO E EURE.....	189

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABOP - Associação Brasileira de Orçamento Público
AGF - Aquisições do Governo Federal
AGU - Advocacia-Geral da União
ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais
ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres
ASSEC - Assessoria Econômica
BDCO - Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste
BNCC - Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A
CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal
CAUC - Cadastro Único de Convênio
CBEE - Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial
CCONF - Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação
CCONT - Coordenação-Geral de Contabilidade da União
CESEF - Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais
CFT-E - Certificados Financeiros do Tesouro Nacional
CGU - Controladoria-Geral da União
CMN - Conselho Monetário Nacional
COAFI - Coordenação-Geral de Haveres Financeiros
COAPI - Coordenação-Geral de Análise Econômico-Fiscal de Projetos de Investimento Público
CODIN - Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional
CODIP - Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública
CODIV - Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública
COFIN - Coordenação-Geral de Programação Financeira
COFIS - Coordenação-Geral de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais
COGEP - Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico da Dívida Pública
COGER - Coordenação-Geral de Gestão de Riscos Operacionais
COGRH - Coordenação-Geral de Recursos Humanos
COINT - Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais
COMITÊ DE GE - Comitê de Gestão Estratégica
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
COPAR - Coordenação-Geral de Participações Societárias
COPEC - Coordenação-Geral de Operações de Crédito do Tesouro Nacional
COPEM - Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios
COREM - Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios
COSIS - Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia de Informação
CPR - Contas a Pagar e a Receber
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DCASP - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público
DNOS - Departamento Nacional de Obras de Saneamento
DOU - Diário Oficial da União
DPMFi - Dívida Pública Mobiliária Federal interna
EBTU - Empresa Brasileira de Transportes Urbanos
EGF - Empréstimos do Governo Federal
ESAF - Escola de Administração Fazendária
FC/RFFSA - Fundo Contingente da extinta Rede Ferroviária Federal S.A
FCVS - Fundo de Compensação de Variações Salariais
FDIC - Fundos de Investimento em Direito Creditório

FFIE - Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização
FGCN - Fundo de Garantia para a Construção Naval
FGEDUC - Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo
FGHab - Fundo Garantidor da Habitação Popular
FGI - Fundo Garantidor para Investimentos
FGO - Fundo de Garantia de Operações
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FIEL - Fundo para Pagamento de Prestações no Caso de Perda de Renda por Desemprego e Invalidez Temporária
FINOR - Fundo de Investimento do Nordeste
FMI - Fundo Monetário Internacional
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FPM/FPE - Fundo de Participação dos Municípios/dos Estados
FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
GMM - Grupo de Monitoramento Macroeconômico do Mercosul (GMM)
IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool
IRB - Instituto de Resseguros do Brasil
ITIL - Information Technology Infrastructure Library
LLOYDBRÁS - Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro
LOA - Lei Orçamentária Anual
LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MEFP - Manual de Estatísticas de Finanças Públicas
MF – Ministério da Fazenda
NA – Não se aplica
NUCLEBRÁS - Empresas Nucleares Brasileiras S.A.
OOC – Operações Oficiais de Crédito
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PACE - Programa de Assistência Técnica para o Crescimento Equitativo e Sustentável
PAF - Plano Anual de Financiamento
PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PDD - Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa
PEDD - Padrão Especial de Disseminação de Dados
PORTOBRÁS - Empresa de Portos do Brasil S/A
PPA - Plano Plurianual
PPI – Projeto Piloto de Investimentos
PROAGRO – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PRODECER - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PROEX - Promoção das Exportações
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVARZEAS - Programa Nacional de Valorização e Utilização de Várzeas Irrigáveis
RECOOP - Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária
RFB - Receita Federal do Brasil
RFFSA - Rede Ferroviária Federal
RGF - Relatório de Gestão Fiscal
RLR - Receita Líquida Real
RREO - Relatório Resumido de Execução Orçamentária
SDE - Secretaria de Direito Econômico
SECAD – Secretaria-Adjunta

SEGES - Secretaria de Gestão
SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados
SH/SFH - Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIC - Sistema de Custos para a Administração Pública Federal
SICAU - Sistema Integrado de Controle das Ações da União
SICOF - Sistema de Coleta de Dados Fiscais
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIOPE - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação
SIOPS - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde
SISTC - Sistema de Transferências Constitucionais
SISTN - Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação
SLTI - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SOF - Secretaria de Orçamento Federal
SOTN - Sistema de Operações do Tesouro Nacional
SPI - Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégicos
SPOA – subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
UCP – Unidade de Coordenação de Programa

LISTA DE QUADROS, FIGURAS, TABELAS e GRÁFICOS

QUADROS

Quadro 1.1.1 – Identificação da Unidade	10
Quadro 1.1.2 – Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	10
Quadro 1.1.3 – Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	11
Quadro 1.1.4 – Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	11
Quadro 1.4.1 – Macroprocessos Finalísticos	19
Quadro 1.5.1 – Macroprocessos de Apoio	20
Quadro 2.1.1 - Reuniões de Monitoramento	23
Quadro 2.1.2 - Reuniões de Monitoramento	24
Quadro 2.2.1 - Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ	29
Quadro 2.2.2 - Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ	30
Quadro 2.2.3 - Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ	30
Quadro 2.2.4 - Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ	31
Quadro 2.2.5 - Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ	32
Quadro 2.2.6 - Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ	32
Quadro 2.2.7 - Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ	33
Quadro 2.2.8 - Programação de Despesas Correntes – UG 170007/CODIN-STN	35
Quadro 2.2.9 - Programação de Despesas de Capital – UG 170007/CODIN-STN	36
Quadro 2.2.10 - Resumo da Programação Financeira e Reserva de Contingência – UG 170.007/CODIN-STN	37
Quadro 2.2.11 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa - Descentralizações	38
Quadro 2.2.12 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa – Descentralizações	40
Quadro 2.2.13 - Identificação das Unidades Orçamentárias	48
Quadro 2.2.14 - Programação das Despesas Correntes – UG 170.600	49
Quadro 2.2.15 - Programação das Despesas de Capital – UG 170.600	49
Quadro 2.2.16 - Quadro Resumo da Programação de Despesas – UG 170.600	50
Quadro 2.2.17 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa – UG 170.600	51
Quadro 2.2.18 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa – UG 170.600	51
Quadro 2.2.19 - Consultas recebidas	51
Quadro 2.2.20 - Informações orçamentárias e financeiras - Ação 00M4	53
Quadro 2.2.21 - Participação em Fundos	53
Quadro 2.2.22 - Metas e Resultados – Ação 00CZ	54
Quadro 2.2.23 - Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	54
Quadro 2.2.24 - Programação de Despesas	54
Quadro 2.2.25 - Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa	55
Quadro 2.2.26 - Identificação das Unidades Orçamentárias	56
Quadro 2.2.27 - Encargos Financeiros da União	56
Quadro 2.2.28 - Operações Oficiais de Crédito	57
Quadro 2.2.29 - Movimentação Orçamentária	58
Quadro 2.2.30 - Equalização de Taxas em Operações de Financiamentos de que tratam as Leis nº 12.096/09 e nº 12.409/11	59
Quadro 2.2.31 - Equalização de Taxas de Juros e Outros Encargos Financeiros em Operações de Financiamento para Infraestrutura em Projetos de Habitação Popular (Lei nº 11.977, de 2009)	59
Quadro 2.2.32 - Equalização de Juros nas Operações de Crédito para Investimentos no Âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE (MP nº 564, de 2012)	60
Quadro 2.2.33 - Indenizações e Restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO (Decreto nº 175, de 1991)	60
Quadro 2.2.34 - Equalização de Juros nos Financiamentos destinados à Reestruturação Produtiva e às Exportações (Lei nº 11.529, de 2007)	61
Quadro 2.2.35 - Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar (Lei nº 8.427/92)	61
Quadro 2.2.36 - Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal de Produtos da Agricultura Familiar e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos – AGF- AF (Lei nº 8.427, de 1992)	62
Quadro 2.2.37 - Equalização de Juros para Agricultura Familiar – PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992)	62
Quadro 2.2.38 - Financiamento para Agricultura Familiar – PRONAF (Lei nº 10.186, de 2001)	63
Quadro 2.2.39 - Remissão de Dívidas Decorrentes de Operações de Crédito Rural (Lei nº 12.249, de 2010)	63
Quadro 2.2.40 - Equalização de Juros nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992)	63
Quadro 2.2.41 - Equalização de Juros para Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Leis nº 9.126/95 e nº 10.186/01)	64
Quadro 2.2.42 - Equalização de Juros em Operações de Empréstimos do Governo Federal - EGF (Lei nº 8.427, de 1992)	64
Quadro 2.2.43 - Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos – AGF (Lei nº 8.427, de 1992)	65
Quadro 2.2.44 - Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427/92)	65
Quadro 2.2.45 - Equalização de Juros e de Outros Encargos Financeiros em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992)	66
Quadro 2.2.46 - Equalização de Juros decorrentes do Alongamento da Dívida do Crédito Rural (Lei nº 9.866, de 1999)	67

Quadro 2.2.47 - Equalização de Taxas de Juros em Financiamentos destinados à Estocagem de Álcool Etílico Combustível (Lei nº 11.922, de 2009).....	67
Quadro 2.2.48 - Equalização de Juros para Promoção das Exportações (Lei nº 10.184, de 2001).....	67
Quadro 2.2.49 - Financiamento para Promoção das Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001).....	68
Quadro 2.2.50 - Subvenção Econômica em Operações de Financiamento para Aquisição de Bens e Serviços de Tecnologia Assistiva, destinados a Pessoas com Deficiência. (MP nº 550, de 2011).....	68
Quadro 2.2.51 - Subvenção Econômica em Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (MP nº 543, de 2011).....	69
Quadro 2.2.52 - Unidades Orçamentárias.....	69
Quadro 2.2.53 - Programação das Despesas Correntes – UG 170.512.....	69
Quadro 2.2.54 - Programação das Despesas de Capital – UG 170.512.....	70
Quadro 2.2.55 - Resumo da Programação das Despesas – UG 170.512.....	71
Quadro 2.2.56 - Execução Física das Ações Realizadas pela Unidade.....	73
Quadro 2.2.57 - Informações Orçamentárias e Financeiras da Ação 00M4.....	74
Quadro 2.2.58 - Informações Orçamentárias e Financeiras da Ação 0272.....	74
Quadro 2.3.1 – Análise de Pleitos.....	81
Quadro 2.3.2 – Análise de Concessão de Garantias.....	81
Quadro 2.3.3 – Indicadores de desempenho.....	83
Quadro 2.3.4 – Indicadores de desempenho.....	84
Quadro 2.3.5 – Gestão de Haveres – Indicadores de Eficácia – Execução da Despesa.....	85
Quadro 2.3.6 – Gestão de Haveres – Indicadores de Eficácia – Execução da Receita.....	85
Quadro 2.3.7 – Ação 00M4 PO 00M – Resultado dos Indicadores de Eficácia (Despesa) no Exercício.....	87
Quadro 2.3.8 – Ação 00M4 PO 002 – Resultado dos Indicadores de Eficácia (Despesa) no Exercício.....	87
Quadro 2.3.9 – Ação 0272 – Resultado dos Indicadores de Eficácia (Despesa) no Exercício.....	88
Quadro 2.3.10 - Recebimentos Realizados pela COAFI – Exercício 2013.....	88
Quadro 2.3.11 - Resultado dos Indicadores de Eficácia no Exercício de 2013.....	89
Quadro 2.3.12 - Haveres Financeiros Administrados pela COFIS - Saldos Devedores em 31/12/2013.....	90
Quadro 2.3.13 - Metas da SUCOP realizadas em 2013.....	93
Quadro 4.1.1 – Despesas Correntes e de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	102
Quadro 4.1.2 – Resumo da Execução Orçamentário Financeira da UG 170.600.....	106
Quadro 4.1.3 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total.....	106
Quadro 4.1.4 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Valores Executados diretamente pela UJ.....	107
Quadro 4.1.5 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total.....	108
Quadro 4.1.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente UJ.....	109
Quadro 4.1.7 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da Unidade.....	110
Quadro 4.1.8 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da Unidade.....	110
Quadro 4.1.9 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da Unidade.....	111
Quadro 4.1.10 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da Unidade.....	111
Quadro 4.1.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação na UG 170.007.....	112
Quadro 4.1.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	113
Quadro 4.1.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	113
Quadro 4.1.14 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação na UG 170.007.....	114
Quadro 4.1.15 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	115
Quadro 4.1.16 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	115
Quadro 4.1.17 - Despesas por Modalidade de Contratação – UG 170.512.....	116
Quadro 4.1.18 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – UG 170.512.....	116
Quadro 4.1.19 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – UG 170.512.....	117
Quadro 4.3.1 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores – UG 170.600.....	118
Quadro 4.3.2 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores – UG 170.007/CODIN-STN.....	119
Quadro 4.3.3 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores – UG 170.512.....	120
Quadro 4.3.4 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios Anteriores - UG 170.700.....	120
Quadro 4.3.5 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios Anteriores - UG 170.700.....	121
Quadro 4.4.1 – Caracterização dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício de Referência 2013 – UG 170.007.....	122
Quadro 4.4.2 - Resumo dos Instrumentos Celebrados Pela UJ nos Três Últimos Exercícios.....	122
Quadro 4.4.3 - Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse.....	122
Quadro 4.4.4 - Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse.....	123
Quadro 5.1a.1 - Força de Trabalho da UJ – Situação Apurada em 31/12/2013.....	124
Quadro 5.1a.2 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ.....	125
Quadro 5.1b.1 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (em 31/12/2013).....	126
Quadro 5.1b.2 – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12/2013.....	127
Quadro 5.1b.3 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade – Situação Apurada em 31/12/2013.....	128
Quadro 5.1c.1 – Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores.....	129
Quadro 5.2.1 - Locação de Mão-de Obra.....	132
Quadro 5.2.2 - Composição do Quadro de Estagiários.....	133
Quadro 7.1.1 - Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada.....	138
Quadro 7.1.2 - Quantitativo de Servidores – Tesouro Nacional Área de TI 2013.....	140
Quadro 7.1.3 - Treinamentos da área de TI.....	141
Quadro 7.1.4 - Dados Gerais.....	144

Quadro 7.1.5 - Orçamento Aprovado e Executado.....	146
Quadro 7.1.6 - Contratos.....	146
Quadro 7.1.7 - Despesas Pagas.....	146
Quadro 9.1.1 – Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	147
Quadro 9.1.2 – Situação das Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento.....	153
Quadro 9.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	163
Quadro 9.2.2 – Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício.....	168
Quadro 9.6.1 - Declaração SIASG/SICONV.....	179
Quadro 10.1.1 – Manifestações recebidas pela Ouvidoria da STN pelo Sistema Ouvidor no ano de 2013.....	180
Quadro 11.1.1 – Declaração Critérios Contábeis.....	182
Quadro 11.2.1 – Declaração do Contador.....	187
Quadro 12.1.1 – Demonstrativo das Garantias Concedidas - 2013.....	198
Quadro 12.1.2 – Demonstrativo das Contragarantias Concedidas - 2013.....	199
Quadro 12.1.3 – Valores Recebidos – Exercício de 2013 versus Exercício de 2012.....	207
Quadro 12.1.4 – Receitas de 2013.....	212
Quadro 12.1.5 – Metas Financeiras – PACE.....	214
Quadro 12.1.6 – Metas Físicas – PACE.....	215
Quadro 12.1.7 – Identificação do Projeto de Cooperação Técnica.....	218
Quadro 12.1.8 – Contratos de Consultoria.....	218
Quadro 12.1.9 – Metas Financeiras - PREMEF.....	224
Quadro 12.1.10 – Metas Físicas.....	225
Quadro 12.1.11 – Identificação do Projeto de Cooperação Técnica.....	227
Quadro 12.1.12 - Contratos de Consultoria.....	227

FIGURAS

Figura 1.3.1 – Estrutura Organizacional da STN.....	15
Figura 2.1.1 – Objetivos Estratégicos.....	21
Figura 2.2.1 – DPF vencendo em 12 meses.....	47

TABELAS

Tabela 2.2.1 – Resultados para a Dívida Pública Federal – DPF.....	46
Tabela 10.3.1 – Motivação para não comprar os Títulos do Tesouro Direto por cidade.....	181
Tabela 10.3.2 – Disposição para comprar os Títulos do Tesouro Direto por cidade.....	182
Tabela 12.1.1 – Financiamento de Projetos e Aquisição de Bens – 2013.....	189
Tabela 12.1.2 – Operações de Crédito Externo – 2004 a 2013.....	190
Tabela 12.1.3 – Concessão de Garantias Externas – 2004 a 2013.....	190
Tabela 12.1.4 – Contratos de Garantia Externa Assinados em 2013.....	190
Tabela 12.1.5 – Concessão de Garantias Internas – 2013.....	192
Tabela 12.1.6 – Concessão de Garantias Internas – 2013.....	193
Tabela 12.1.7 – Concessão de Contragarantias Internas – 2013.....	195
Tabela 12.1.8 – Evolução das Garantias Honradas pela União – 2004 a 2013.....	200
Tabela 12.1.9 – Valores Previstos x Recebidos – Exercício de 2013.....	203
Tabela 12.1.10 – Saldos de Créditos.....	209

GRÁFICOS

Gráfico 2.1.1 – Metas.....	22
Gráfico 2.1.2 – Metas.....	23
Gráfico 2.2.1 – Resultado Global das Metas.....	27
Gráfico 2.2.2 – Status das Metas por Objetivo Estratégico.....	28
Gráfico 12.1.1 – Comparativo das Receitas Previstas versus Realizadas para Programas com Orçamentos até R\$ 100 milhões em 2013.....	206
Gráfico 12.1.2 – Comparativo das Receitas Previstas versus Realizadas para Programas com Orçamentos de R\$ 100 milhões a R\$ 1 bilhão em 2013.....	206
Gráfico 12.1.3 – Comparativo das Receitas Previstas versus Realizadas para Programas com Orçamentos superiores a R\$ 1 bilhão em 2013.....	207
Gráfico 12.1.4 – Distribuição dos Recebimentos dos Haveres Geridos pela COAFI para o Exercício de 2013.....	208
Gráfico 12.1.5 – Composição dos Estoques dos Haveres Geridos pela COAFI em 31/12/2013.....	209
Gráfico 12.1.6 – Execução PACE 2004-2013 (US\$).....	217
Gráfico 12.1.7 – Evolução Execução dos Recursos – PREMEF BRA 06/024 (US\$).....	227

1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1 IDENTIFICAÇÃO

Quadro 1.1.1 – Identificação da Unidade

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda		Código SIORG: 001929	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria do Tesouro Nacional			
Denominação abreviada: STN			
Código SIORG: 073665		Código LOA: Não há	Código SIAFI: 1701
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 00.394.460/0289-09	
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 8411-6/00	
Telefones/Fax de contato:	(061) 3412 2222	--	--
Endereço eletrônico: coger.df.stn@fazenda.gov.br			
Página da Internet: http://www.stn.fazenda.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco P, Ministério da Fazenda, 2º Andar – CEP 70.048-900			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 92.452, de 10 de março de 1986. Cria a Secretaria do Tesouro Nacional – DOU de 11/03/1986			
Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011 – Aprova a Estrutura Regimental e o quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno da STN – Portaria MF 244, de 16 de julho de 2012 – Publicada no DOU de 20.julho de 2012.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Manual SIAFI.			

Fonte: SIAFI – Transações CONORGAO, CONSUBORG e CONUG

Quadro 1.1.2 – Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
170.007	COORDENAÇÃO-GERAL DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – CODIN
170.403	UCP/STN – PACE – RECURSOS EXTERNOS
170.453	STN/COAPI – PPI – TAL
170.474	FUNDO SOBERANO DO BRASIL
170.500	COORDENACAO-GERAL DE PROGRAMACAO FINANCEIRA
170.501	COORD.PROG.FINANCEIRA/SIST.PAGTO.BRASILEIRO
170.502	SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL/COFIN/STN
170.503	SETORIAL DE CONTABILIDADE – COFIN/STN
170.504	COFIN EXTERIOR – DOLAR
170.505	COFIN EXTERIOR – EURO
170.506	COFIN EXTERIOR – IENE
170.508	STN/COAPI – DOAÇÃO BIRD TF55483
170.509	COORDENAÇÃO-GERAL ANÁLISE ECON.-FISC.PROJ.INV.PUBLICO
170.510	COORDENAÇÃO-GERAL DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS
170.512	COORDENACAO-GERAL DE HAVERES FINANCEIROS
170.515	COORDENAÇÃO-GERAL DE ANÁLISE DE EST.FISC.DE ESTADOS./MUNICIPIOS
170.518	COORDENAÇÃO-GERAL DE ESTUDOS ECONOMICOS E FISCAIS
170.519	COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJ. ESTRAT. DA DÍVIDA PUBLICA
170.521	COORDENAÇÃO-GERAL DE OPER. DE CRED. ESTADOS E MUNICIPIOS
170.528	COFIN EXTERIOR – FRANCO SUICO
170.600	COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DA DIVIDA PUBLICA
170.601	PROGER – GERENCIAMENTO DA DIVIDA PUBLICA

170.700	COORDENAÇÃO-GERAL DAS OPER. DE CRED. DO TESOURO NACIONAL
170.701	COPEC/EQ.INV./GARSUSPT/CUSTEIO/EGF/AGF/PRONAF
170.702	COPEC – PROEX
170.703	COPEC – U.RURAI/INDUST/RECOOP/PROAGRO/PESA
170.704	COPEC – U.RURAI/CACAU/PAPP/PRODECER/PNDR
170.705	COORDENAÇÃO-GERAL DE GERENCIAM. DE FUNDOS E OPER FISCAIS
170.710	COPEC/PROGRAMA REVITALIZAÇÃO DE COOP. DE PROD. AGROP. RECOOP
170.716	COPEC/U. INDUSTRIAIS/ALCOOL/PNDA
170.722	COPEC – PRONAF
170.800	COORDENAÇÃO-GERAL DE SISTEMAS DE INFORMATICA
170.802	COORDENAÇÃO-GERAL DE SISTEMAS DE INFORMATICA – CONTROLE
170.803	REGISTRO AUTOMATICO PARA IMPORTACAO DE DADOS – STN
170.804	PROGRAMA DE CAPACITACAO DE USUARIOS/ED.
170.850	GABINETE DO SECRETARIO DA STN
170.860	COORDENAÇÃO-GERAL DE ANÁLISE E INFORM. TRANSF. FIN. INTERGOV
170.998	COORDENAÇÃO-GERAL DE NORMAS CONTAB. APL. À FEDERACAO
170.999	COORDENACAO GERAL DE CONTABILIDADE DA UNIÃO
179.999	STN – EXTERIOR – DIFERENÇA CAMBIAL

Fonte: SIAFI – Transação CONSUBORG – Suborgão 1701 – Secretaria do Tesouro Nacional

Quadro 1.1.3 – Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional

Fonte: SIAFI – Transação CONGESTAO – Gestão 00001 – Tesouro Nacional

Quadro 1.1.4 – Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
170.007	00001 – Tesouro Nacional
170.403	00001 – Tesouro Nacional
170.453	00001 – Tesouro Nacional
170.474	00001 – Tesouro Nacional
170.500	00001 – Tesouro Nacional
170.501	00001 – Tesouro Nacional
170.502	00001 – Tesouro Nacional
170.503	00001 – Tesouro Nacional
170.504	00001 – Tesouro Nacional
170.505	00001 – Tesouro Nacional
170.506	00001 – Tesouro Nacional
170.508	00001 – Tesouro Nacional
170.509	00001 – Tesouro Nacional
170.510	00001 – Tesouro Nacional
170.512	00001 – Tesouro Nacional
170.515	00001 – Tesouro Nacional
170.518	00001 – Tesouro Nacional
170.519	00001 – Tesouro Nacional
170.521	00001 – Tesouro Nacional
170.528	00001 – Tesouro Nacional
170.600	00001 – Tesouro Nacional
170.601	00001 – Tesouro Nacional
170.700	00001 – Tesouro Nacional
170.701	00001 – Tesouro Nacional
170.702	00001 – Tesouro Nacional
170.703	00001 – Tesouro Nacional
170.704	00001 – Tesouro Nacional
170.705	00001 – Tesouro Nacional
170.710	00001 – Tesouro Nacional
170.716	00001 – Tesouro Nacional

170.722	00001 – Tesouro Nacional
170.800	00001 – Tesouro Nacional
170.802	00001 – Tesouro Nacional
170.803	00001 – Tesouro Nacional
170.804	00001 – Tesouro Nacional
170.850	00001 – Tesouro Nacional
170.860	00001 – Tesouro Nacional
170.998	00001 – Tesouro Nacional
170.999	00001 – Tesouro Nacional
179.999	00001 – Tesouro Nacional

Fonte: SIAFI – Transação CONORGEST

- Introdução

Este Relatório está estruturado de acordo com o Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, sendo que os poucos itens e/ou subitens que não se aplicam a esta UJ ou em que não houve conteúdo a ser declarado estão explicitados nos mesmos. As principais dificuldades e realizações do exercício estão devidamente descritas e comentadas nos itens próprios ao longo deste Relatório.

1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

- Competências Institucionais:

Conforme definido no Art. 21, Anexo I do Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, que revogou o Decreto nº 7.386, de 08 de dezembro de 2010, à Secretaria do Tesouro Nacional, órgão central dos Sistemas de Administração Financeira Federal e de Contabilidade Federal, compete:

- I - elaborar a programação financeira mensal e anual do Tesouro Nacional, gerenciar a Conta Única do Tesouro Nacional e subsidiar a formulação da política de financiamento da despesa pública;
- II - zelar pelo equilíbrio financeiro do Tesouro Nacional;
- III - administrar os haveres financeiros e mobiliários do Tesouro Nacional;
- IV - manter controle dos compromissos que onerem, direta ou indiretamente, a União junto a entidades ou a organismos internacionais, bem como o gerenciamento da conta em moeda estrangeira prevista em contratos de empréstimos e concessões de créditos especiais firmados pela União junto a organismos internacionais e entidades governamentais estrangeiras de crédito;
- V - administrar as dívidas públicas mobiliária e contratual, interna e externa, de responsabilidade direta ou indireta do Tesouro Nacional;
- VI - gerir os fundos e os programas oficiais que estejam sob responsabilidade do Tesouro Nacional, avaliando e acompanhando os eventuais riscos fiscais;
- VII - editar normas sobre a programação financeira e a execução orçamentária e financeira, bem como promover o acompanhamento, a sistematização e a padronização da execução da despesa pública;
- VIII - implementar as ações necessárias à regularização de obrigações financeiras da União, inclusive daquelas assumidas em decorrência de lei;
- IX - editar normas e procedimentos contábeis para o adequado registro dos atos e dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da Administração Pública;
- X - coordenar a edição e manutenção de manuais e instruções de procedimentos contábeis, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e o processo de registro padronizado dos atos e fatos da Administração Pública;
- XI - supervisionar a contabilização dos atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da União;
- XII - promover a harmonização com os demais Poderes da União e com as demais esferas de governo em assuntos de contabilidade;

XIII - articular-se com os órgãos setoriais do Sistema de Contabilidade Federal para cumprimento das normas contábeis pertinentes à execução orçamentária, financeira e patrimonial;

XIV - definir, coordenar e acompanhar os procedimentos relacionados com a disponibilização de informações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para fins de transparência, controle da gestão fiscal e aplicação de restrições;

XV - manter sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

XVI - estabelecer normas e procedimentos contábeis para o adequado registro dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da administração federal, promovendo o acompanhamento, a sistematização e a padronização da execução contábil;

XVII - manter e aprimorar o Plano de Contas e o Manual de Procedimentos Contábeis da Administração Federal;

XVIII - instituir, manter e aprimorar sistemas de registros contábeis para os atos e fatos relativos à gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

XIX - instituir, manter e aprimorar sistemas de informação que permitam produzir informações gerenciais necessárias à tomada de decisão e à supervisão ministerial;

XX - elaborar as demonstrações contábeis e relatórios destinados a compor a prestação de contas anual do Presidente da República;

XXI - editar normas gerais para consolidação das contas públicas nacionais;

XXII - consolidar as contas públicas nacionais, mediante a agregação dos dados dos balanços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

XXIII - promover a integração com os demais Poderes da União e das demais esferas de governo em assuntos contábeis relativos à execução orçamentária, financeira e patrimonial;

XXIV - administrar, controlar, avaliar e normatizar o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI;

XXV - elaborar e divulgar, no âmbito de sua competência, estatísticas fiscais, demonstrativos e relatórios, em atendimento a dispositivos legais e acordos, tratados e convênios celebrados pela União com organismos ou entidades internacionais;

XXVI - estabelecer, acompanhar, monitorar e avaliar a execução dos Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados e avaliar o cumprimento dos compromissos fiscais dos Municípios que firmaram contrato de refinanciamento de dívida com a União, no âmbito da legislação vigente;

XXVII - verificar o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendendo as respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais;

XXVIII - divulgar, mensalmente, a relação dos entes que tenham ultrapassado os limites das dívidas consolidada e mobiliária, nos termos da legislação vigente;

XXIX - assessorar e subsidiar tecnicamente o Ministro de Estado em sua participação em instâncias deliberatórias sobre questões relacionadas a investimentos públicos, incluindo aqueles realizados sob a modalidade de investimento direto, parceria público-privada e concessão tradicional, em especial nos processos referentes às etapas de seleção, implementação, monitoramento e avaliação de projetos;

XXX - gerir o Fundo Soberano do Brasil de que trata a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, com vistas a promover os investimentos em ativos no Brasil e no exterior, formar poupança pública, mitigar efeitos dos ciclos econômicos e fomentar projetos de interesse estratégico do País localizados no exterior, apoiando o Conselho Deliberativo, de que trata o art. 6º da referida Lei;

XXXI - verificar a adequação dos projetos de parceria público-privada aos requisitos fiscais estabelecidos na Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e na Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, bem como nos demais normativos correlatos;

XXXII - operacionalizar e acompanhar a gestão de Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas - FGP, com vistas a zelar pela valorização dos recursos públicos lá depositados, e elaborar parecer prévio e fundamentado quanto à viabilidade da concessão de garantias e à sua forma,

relativamente aos riscos para o Tesouro Nacional, e ao cumprimento do limite de que trata o art. 22 da Lei nº 11.079, de 2004, para a contratação de parceria público-privada, consoante o inciso II do § 3º do art. 14 da citada Lei;

XXXIII - estruturar e articular o sistema federal de programação financeira, envolvendo os órgãos setoriais de programação financeira, com o objetivo de dar suporte à execução eficiente da despesa pública em geral, e dos projetos de investimento em particular;

XXXIV - promover estudos e pesquisas em matéria fiscal, em particular sobre gastos públicos, com vistas a viabilizar a melhoria das condições de sustentabilidade das contas públicas;

XXXV - promover avaliação periódica das estatísticas e indicadores fiscais, visando adequar o sistema brasileiro de estatísticas fiscais às melhores práticas internacionais e aos requisitos locais;

XXXVI - elaborar cenários de médio e longo prazo das finanças públicas com vistas à definição de diretrizes de política fiscal que orientem a formulação da programação financeira do Tesouro Nacional e a identificação de riscos fiscais; e

XXXVII - estabelecer normas e procedimentos sobre aspectos da gestão dos investimentos públicos, incluindo aqueles realizados sob a modalidade de parceria público-privada, no que tange à programação financeira, à execução orçamentária e financeira, à contabilidade e registro fiscal, ao cálculo e acompanhamento de limites de endividamento, à verificação de capacidade de pagamento, à ocorrência de compromissos contingentes; a sistema de informações gerenciais, à administração de haveres e obrigações sob a responsabilidade do Tesouro Nacional, bem como às demais competências atribuídas institucionalmente à Secretaria do Tesouro Nacional.

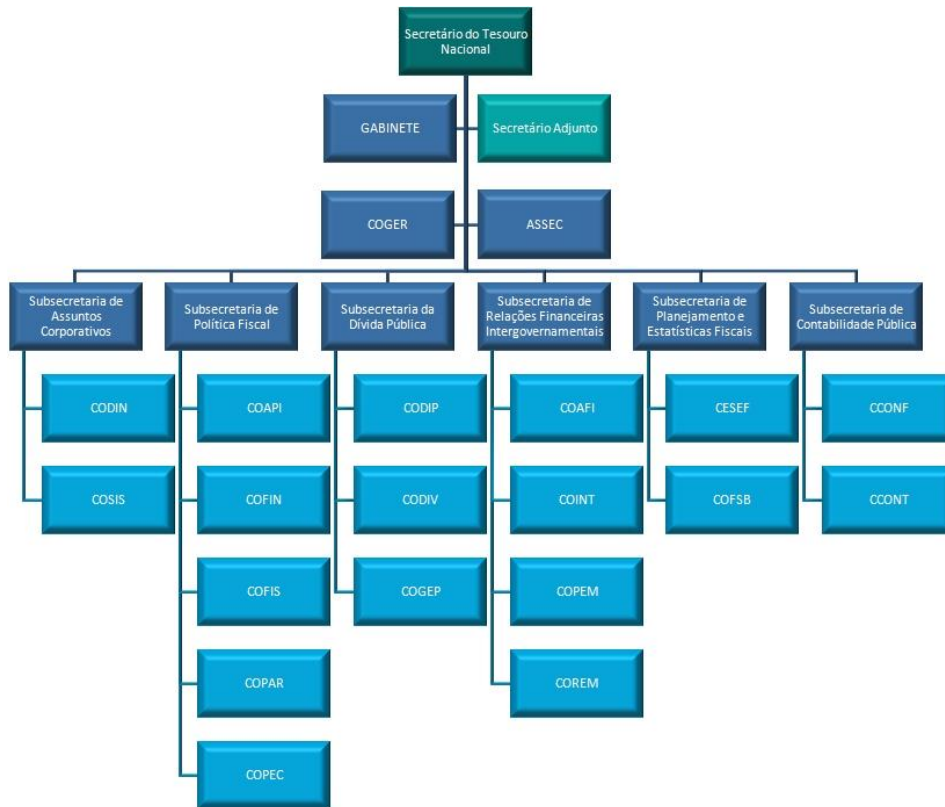
§ 1º No que se refere à despesa pública, inclusive aspectos associados à programação orçamentária, monitoramento e avaliação, conforme mencionado nos incisos VII, XI, XX, XXI, XXII e XXIII, a Secretaria do Tesouro Nacional deverá executar suas atribuições em estreita colaboração com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, visando suprir eventuais lacunas e aprimorar os procedimentos usuais nessa área.

§ 2º Os produtos gerados em decorrência da atuação da Secretaria do Tesouro Nacional na área da despesa pública, em especial no que se refere às atividades de monitoramento e avaliação, deverão ser compartilhados com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de modo a permitir sua plena integração com o Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal.

1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL, COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DAS ÁREAS

Para o desempenho de suas atribuições regimentais, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão central dos sistemas de Administração Financeira Federal e de Contabilidade Federal, está estruturada em seis subsecretarias, dezenove coordenações-gerais e uma assessoria econômica, conforme organograma abaixo.

Figura 1.3.1 – Estrutura Organizacional da STN



Posição: Janeiro de 2013

1.3a Política Fiscal

À Subsecretaria de Política Fiscal (SUPOF) compete:

- I - orientar e supervisionar o processo de programação financeira, de gerenciamento da Conta Única do Tesouro Nacional e de formulação da política de financiamento da despesa pública;
- II - zelar pelo equilíbrio financeiro do Tesouro Nacional;
- III - orientar e supervisionar a elaboração de cenários de finanças públicas e estudos em matéria fiscal com vistas à definição de diretrizes de política fiscal e de orientadores para a formulação da programação financeira, identificação de riscos fiscais e melhoria das condições de sustentabilidade das contas públicas;
- IV - orientar a normatização, o acompanhamento, a sistematização e a padronização da execução da despesa pública;
- V - promover e administrar as ações relativas à integração do SIAFI ao Sistema de Pagamentos Brasileiro, bem como monitorar as movimentações financeiras realizadas por meio do Sistema de Transferência de Reservas que impliquem entradas ou saídas de recursos da Conta Única do Tesouro Nacional;
- VI - orientar o processo de gerenciamento da conta em moeda estrangeira prevista em contratos de empréstimos e concessões de créditos especiais firmados pela União junto a organismos internacionais, entidades governamentais estrangeiras de crédito e organização supranacional;
- VII - administrar os haveres financeiros cujos devedores não sejam entes federativos, bem como os haveres mobiliários do Tesouro Nacional e seus respectivos rendimentos e direitos;
- VIII - avaliar, orientar e manifestar-se acerca da adequação dos projetos de parceria público-privada aos requisitos fiscais estabelecidos na [Lei nº 11.079, de 2004](#), e na Lei Complementar nº 101, de 2000, bem como nos demais normativos correlatos;

IX - acompanhar a gestão do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas, com vistas a zelar pela valorização dos recursos públicos lá depositados, e avaliar a viabilidade da concessão de garantias e a sua forma, relativamente aos riscos para o Tesouro Nacional, e ao cumprimento do limite de que trata o [art. 22 da Lei nº 11.079, de 2004](#), para a contratação de parceria público-privada, consoante o [inciso II do § 3º do art. 14 da citada Lei](#);

X - estabelecer normas e procedimentos sobre aspectos da gestão dos investimentos públicos, incluindo aqueles realizados sob a modalidade de parceria público-privada, no que tange à programação financeira, à execução orçamentária e financeira, à contabilidade e registro fiscal, ao cálculo e acompanhamento de limites de endividamento, bem como às demais competências atribuídas institucionalmente à Secretaria do Tesouro Nacional;

XI - gerir os fundos e os programas oficiais que estejam sob responsabilidade do Tesouro Nacional, avaliando e acompanhando os eventuais riscos fiscais;

XII - coordenar, acompanhar e avaliar a implementação das ações necessárias à regularização de obrigações financeiras da União, inclusive daquelas assumidas em decorrência de lei, incluindo operações de crédito e fomento agropecuários, agroindustriais, industriais, habitacionais, exportações e Operações Oficiais de Crédito;

XIII - assessorar e subsidiar tecnicamente o Ministro de Estado em sua participação em instâncias deliberatórias sobre questões relacionadas a investimentos públicos, participações societárias da União, contratos de gestão e fundos que estejam sob responsabilidade do Tesouro Nacional;

XIV - manifestar-se sobre as questões envolvendo planos de benefícios de aposentadoria complementar de empresas públicas e sociedades de economia mista federais, sob a ótica dos riscos fiscais e aportes de recursos da União;

XV - propor e coordenar operações estruturadas e especiais envolvendo ativos e passivos do Tesouro Nacional, em conjunto com as demais áreas envolvidas, bem como propor programas de governo afetos ao Ministério da Fazenda;

XVI - manifestar-se sobre matérias societárias relativas a empresas em que a União tenha participação direta ou indireta no capital social, inclusive na condição de acionista minoritário; e

XVII - propor a indicação de representantes do Tesouro Nacional em conselhos fiscais ou órgãos equivalentes de empresas estatais e outras entidades, assim como de representantes do Ministério da Fazenda em comissões de acompanhamento e avaliação de contratos de gestão celebrados pela União.

1.3b Dívida Pública

À Subsecretaria da Dívida Pública (SUDIP) compete:

I - elaborar o planejamento de curto, médio e longo prazos da dívida pública federal, nele incluídos o gerenciamento de riscos e custos, a projeção dos limites de endividamento da União, a elaboração de análises macroeconômicas e a proposição de operações com ativos e passivos que possam melhorar o seu perfil;

II - conduzir as estratégias de financiamento interno e externo da União, nelas incluídas as contratações de operações de crédito destinadas ao financiamento de projetos ou à aquisição de bens e serviços;

III - coordenar a elaboração da proposta orçamentária anual e realizar as execuções orçamentária e financeira e os registros contábeis da dívida pública federal;

IV - elaborar e divulgar informações acerca das operações da dívida pública federal, bem como outros temas a ela relacionados;

V - coordenar o relacionamento institucional com participantes dos mercados financeiros nacional e internacional, formadores de opinião, imprensa, agências de classificação de risco e órgãos de governo no que se refere à dívida pública federal, bem como assessoramento às autoridades de Governo nesse tema;

- VI - fomentar o mercado de capitais, acompanhando e propondo, no âmbito de suas atribuições, normas reguladoras e disciplinadoras do mercado de títulos públicos;
- VII - articular com as Subsecretarias Fiscais sobre temas por elas coordenados que afetem direta ou indiretamente a gestão da dívida pública federal; e
- VIII - assistir o Secretário do Tesouro Nacional junto às instâncias colegiadas, fóruns de discussão e grupos de trabalho que envolvam matéria de responsabilidade da Subsecretaria.

1.3c Relações Financeiras Intergovernamentais

À Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais (SURIN) compete:

- I - administrar os haveres financeiros do Tesouro Nacional junto aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;
- II - monitorar os Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados e demais compromissos fiscais assumidos por entes federados em contratos firmados com a União;
- III - verificar os limites e condições para a realização de operações de crédito por Estados, Distrito Federal e Municípios, compreendendo suas autarquias, fundações e empresas estatais;
- IV - analisar a concessão de garantias da União a Estados, Distrito Federal e Municípios, compreendendo suas autarquias, fundações e empresas estatais;
- V - assistir ou representar o Secretário do Tesouro Nacional na Comissão de Financiamentos Externos - COFIEX relativamente às operações de crédito externo de Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendendo suas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes;
- VI - subsidiar a posição da Secretaria do Tesouro Nacional na Comissão Gestora do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV; e
- VII - divulgar as informações relativas às operações de crédito analisadas, inclusive com a garantia da União, as informações financeiras de Estados e Municípios, bem como as transferências financeiras intergovernamentais.

1.3d Planejamento e Estatísticas Fiscais

À Subsecretaria de Planejamento e Estatísticas Fiscais (SUPEF) compete:

- I - coordenar a elaboração, edição e divulgação de estatísticas fiscais, demonstrativos e relatórios, em atendimento a dispositivos legais e acordos, tratados e convênios celebrados pela União com organismos ou entidades internacionais;
- II - gerir o Fundo Soberano do Brasil, com vistas a promover os investimentos em ativos no Brasil e no exterior, formar poupança pública, mitigar efeitos dos ciclos econômicos e fomentar projetos de interesse estratégico do País localizados no exterior, apoiando o Conselho Deliberativo de que trata o art. 6º da Lei nº 11.887, de 2008;
- III - promover estudos e pesquisas em matéria fiscal, em particular sobre gastos públicos, com vistas a viabilizar a melhoria das condições de sustentabilidade das contas públicas;
- IV - promover avaliação periódica das estatísticas e indicadores fiscais, visando adequar o sistema brasileiro de estatísticas fiscais às melhores práticas internacionais e aos requisitos locais; e
- V - elaborar cenários de médio e longo prazo das finanças públicas com vistas à definição de diretrizes de política fiscal que orientem a formulação da programação financeira do Tesouro Nacional e a identificação de riscos fiscais.

1.3e Contabilidade Pública

À Subsecretaria de Contabilidade Pública (SUCON) compete:

- I - estabelecer normas e procedimentos contábeis para o adequado registro dos atos e dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da Administração Pública, promovendo o acompanhamento, a sistematização e a padronização da execução contábil;
- II - coordenar a edição e manutenção de manuais e instruções de procedimentos contábeis, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e o processo de registro padronizado dos atos e fatos da Administração Pública;
- III - supervisionar a contabilização dos atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da União;
- IV - promover a harmonização com os demais Poderes da União e com as demais esferas de governo em assuntos de contabilidade;
- V - articular-se com os órgãos setoriais do Sistema de Contabilidade Federal para cumprimento das normas contábeis pertinentes à execução orçamentária, financeira e patrimonial;
- VI - definir, coordenar e acompanhar os procedimentos relacionados com a disponibilização de informações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para fins de transparência, controle da gestão fiscal e aplicação de restrições; e
- VII - manter sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

1.3f Assuntos Corporativos

À Subsecretaria de Assuntos Corporativos (SUCOP) compete:

- I - modernizar a gestão da Secretaria, no que tange a pessoas, projetos, processos, estrutura organizacional, informação e ferramentas de trabalho;
- II - gerenciar o planejamento estratégico da Secretaria do Tesouro Nacional, bem como do plano plurianual, no que se refere aos programas de responsabilidade da Secretaria;
- III - realizar a gestão do orçamento, programação e execução financeira, aquisições, convênios e contratos referentes à manutenção administrativa e administração patrimonial;
- IV - promover a gestão de pessoas, abrangendo seleção, alocação, gestão do desempenho, movimentação, capacitação, desenvolvimento e administração de pessoal;
- V - zelar pela promoção da ética na Secretaria do Tesouro Nacional;
- VI - coordenar a gestão estratégica da informação no que tange a tecnologia e comunicação, bem como gerenciar os meios de comunicação institucionais;
- VII - coordenar, avaliar e aprovar a divulgação de produtos e serviços da Secretaria do Tesouro Nacional;
- VIII - planejar e coordenar as atividades relativas à tecnologia da informação e comunicação no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional;
- IX - estabelecer diretrizes, normas e padrões técnicos para pesquisar, avaliar, adquirir, desenvolver, homologar e implantar metodologias, produtos e serviços de tecnologia da informação e comunicação para suporte às atividades da Secretaria do Tesouro Nacional, zelando pela sua aplicabilidade e cumprimento;
- X - gerenciar, manter e regulamentar o uso do SIAFI e dos demais sistemas sob responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional, zelando por sua confiabilidade e disponibilidade;
- XI - definir, implementar e gerenciar a infraestrutura tecnológica necessária à operação dos sistemas e soluções informatizadas sob responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional; e
- XII - definir e implementar padrões e procedimentos de segurança relativos aos recursos de tecnologia de informação e comunicação e aos sistemas sob gestão da Secretaria do Tesouro Nacional.

1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DA UNIDADE, PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVIÇOS

Na busca permanente de sua modernização institucional, a STN vem se estruturando por macroprocessos e processos, agrupados por afinidade. Essa organização permite a eliminação de superposições e fragmentações de ações, redução de custos, foco em produtos e serviços e redução de níveis hierárquicos guarda consonância com o Decreto Nº 4.643, de 24/03/2003. Atualmente, as subsecretarias repondem por cinco macroprocessos finalísticos, conforme quadro abaixo, e dois de apoio, mostrados no item 1.5, a seguir.

Quadro 1.4.1 – Macroprocessos Finalísticos

SUBSECRETARIA	MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	PRINCIPAIS PRODUTOS	PRINCIPAIS PARCEIROS
Dívida Pública	GESTÃO DE OBRIGAÇÕES	Estratégia de financiamento elaborada; Operações de Crédito; Operacionalização das Obrigações; e Relacionamento com Investidores.	
Política Fiscal	GESTÃO DE HAVERES	Haveres Financeiros Geridos; e Haveres Mobiliários Geridos.	
	ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA	Normas e análise da execução da despesa orçamentária; e Gestão Financeira.	
	INVESTIMENTO PÚBLICO	Seleção, avaliação e monitoramento de projetos de investimento público e análise e acompanhamento dos projetos de PPPs (participação conjunta com outros órgãos); Execução orçamentária e financeira apurada; valor previsto x realizado do PAC e do Investimento Total acompanhados .	
Relações Financeiras Intergovernamentais	ANÁLISE FISCAL E FINANCEIRA DE ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO	Análise Financeira da União; Análise Financeira de Estados e Municípios; e Análise de Empresas Estatais e Entidades da Administração Pública Indireta.	
Contabilidade Pública	CONTABILIDADE GERAL DA UNIÃO	Contabilidade governamental.	
Planejamento e Estatísticas Fiscais	FUNDO SOBERANO	Estratégia de negócio desenvolvida e acompanhada ; política de gestão de riscos do Fundo Soberano formulada e implantada; Portfólio de investimento do Fundo Soberano gerido; Prestação de contas de gestão do Fundo Soberano;	

Fonte STN/CODIN

1.5 PRINCIPAIS MACROPROCESSOS DE APOIO DA UNIDADE

- Assuntos Corporativos

As competências regimentais da STN/SUCOP compõem os Macroprocessos Desenvolvimento Institucional e Tecnologia da Informação. Os macroprocessos e processos a eles vinculados são executados pelas coordenações-gerais que integram a SUCOP, conforme a seguir:

- **Macroprocesso Desenvolvimento Institucional:** de responsabilidade da Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional – CODIN, responde pelas funções de suporte à

modernização do modelo de gestão organizacional da STN, incluindo os seguintes processos e sistemas de gestão: desenvolvimento e implementação da metodologia de planejamento estratégico do Tesouro Nacional; gestão de processos organizacionais; modernização da estrutura organizacional do Tesouro Nacional; elaboração e gerenciamento de projetos de melhoria da gestão institucional; gestão do plano plurianual do Tesouro Nacional; gestão do desempenho institucional; gestão de pessoas; gestão da informação e comunicação interna; suporte logístico; e execução orçamentária e financeira (unidade gestora 170.007).

- **Macroprocesso Tecnologia da Informação:** de responsabilidade da Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia da Informação – COSIS, ações de modernização dos seus ambientes de TI com vistas a garantir sempre maiores índices de disponibilidade e confiabilidade das soluções tecnológicas que dão suporte ao trabalho de seus analistas. Nesse contexto, podemos destacar diversas atividades durante o ano, entre elas o aumento da capacidade de tráfego da rede local do Tesouro Nacional, a ampliação da capacidade do nosso Centro de Dados e aquisição de hardware e software, enfim, todas as atividades relacionadas à manutenção e ampliação da infraestrutura existente.

Os macroprocessos de apoio são mostrados no quadro abaixo.

Quadro 1.5.1 – Macroprocessos de Apoio

SUBSECRETARIA	MACROPROCESSOS DE APOIO	PRINCIPAIS PRODUTOS	PRINCIPAIS PARCEIROS
Assuntos Corporativos	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (CODIN)	Políticas de Recursos humanos elaboradas, implantadas e acompanhadas; planejamento institucional formulado, monitorado e avaliado; orçamento e execução orçamentária e financeira; Estrutura organizacional e projetos de modernização implantados e acompanhados; documentação e informação gerenciadas.	Ministério da Fazenda e secretarias; SPOA; ESAF; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Unidades da STN; servidores da STN.
	TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO (COSIS)	Planejamento Tecnológico elaborado, monitorado e avaliado; Novos Programas implantados e acompanhados; Produção de TI gerenciada. Serviços de Tecnologia de Informações geridos.	Órgãos públicos; unidades da STN; SERPRO.

Fonte STN/CODIN

1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS (EXTERNOS À UJ)

Os principais parceiros são os seguintes:

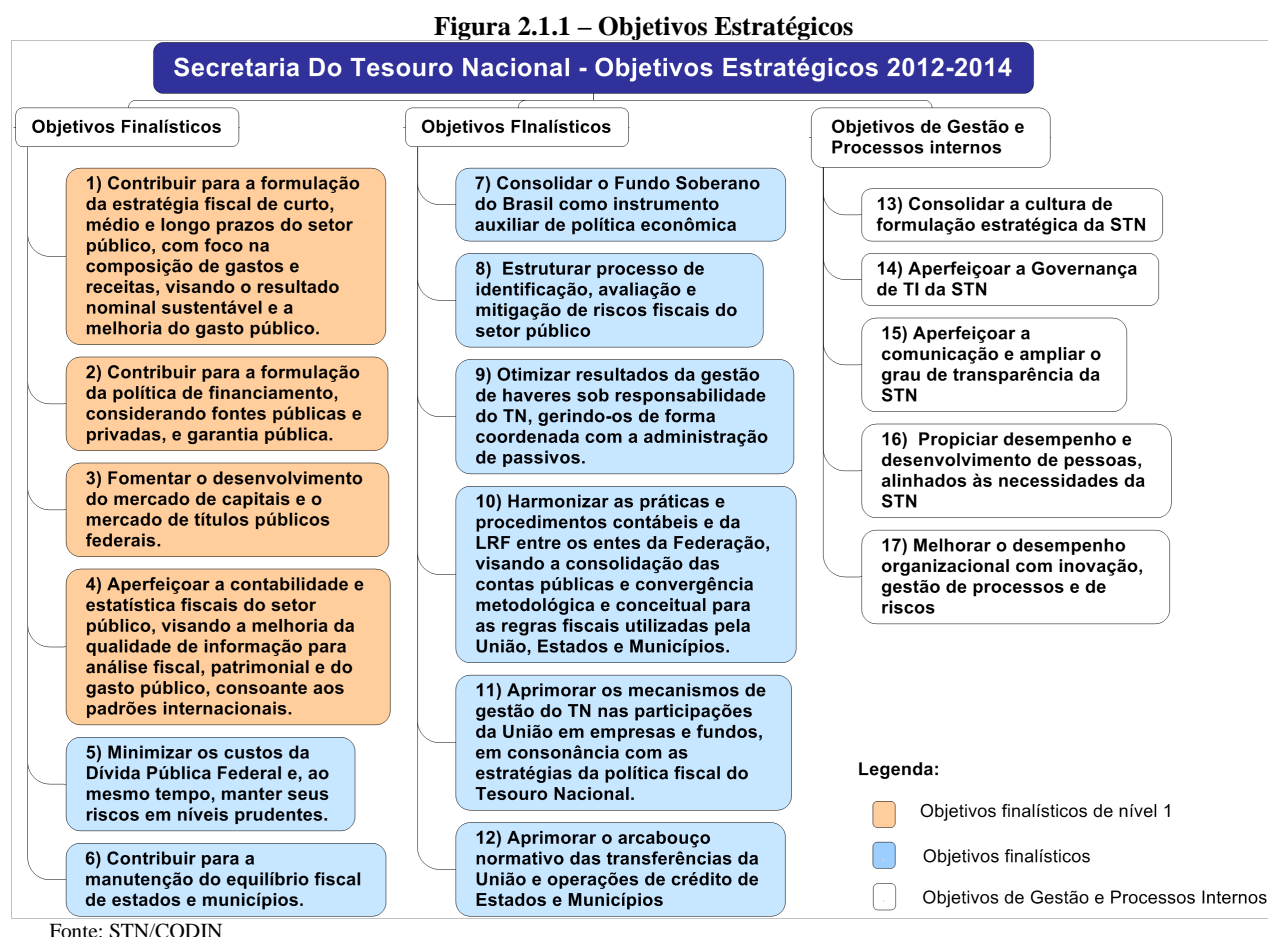
- MPOG (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão);
- BACEN (Banco Central do Brasil);
- BB (Banco do Brasil);
- PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional);
- RFB (Receita Federal do Brasil)
- BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social);
- SERPRO (Serviço Federal de Processamento de Dados);
- AGU (Advocacia-Geral da União);

- Senado Federal

2 PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1 PLANEJAMENTO DA UNIDADE

- *Objetivos Estratégicos*



A introdução da prática do Planejamento Estratégico na Secretaria do Tesouro Nacional emergiu da necessidade de conferir materialidade aos propósitos de modernização institucional, sem perder de vista as peculiaridades culturais da organização, o preciso alinhamento entre os projetos e processos de trabalho e as atribuições regimentais das diversas áreas da instituição, facilitando, e o cultivo de uma postura proativa perante os desafios que se configuram.

A opção por uma metodologia integradora e conceitualmente tolerante e o respeito a maturidade de cada unidade, vem possibilitando ganhos incrementais para a Instituição, haja vista o crescente reconhecimento que vem conquistando perante o Governo e a própria Sociedade.

Nesse sentido, o Planejamento Institucional 2010-2014, aprovado e periodicamente monitorado pelo Comitê de Gestão Estratégica, confirma a almejada consolidação do processo de planejamento estratégico no âmbito da STN e a crescente participação do corpo gerencial e de servidores na formulação e execução dos planos anuais.

Em 2013, concluiu-se, com êxito, o quarto ciclo de planejamento do período 2010-2014. Mediante a realização de evento integrador do qual participaram os Subsecretários e os Coordenadores-Gerais, foram convalidados os objetivos estratégicos revisados em 2013 à luz dos cenários macroeconômicos então debatidos.

Vale destacar o esforço empreendido pela STN/CODIN em flexibilizar a aplicação da metodologia de planejamento estratégico de forma a melhor se adaptar à cultura local das diversas

áreas do Tesouro Nacional. Nesse sentido, optou-se pela customização do processo de discussão das metas no âmbito da Subsecretaria de Política Fiscal, contexto em que foram oportunizados momentos interativos com cada uma de suas Coordenações, propiciando às equipes oportunidades prestarem esclarecimentos com relação às expectativas previamente manifestas pelo Subsecretário.

Para o registro e acompanhamento de objetivos e metas contemplados no Plano Estratégico Institucional, as unidades da STN puderam contar com o apoio tecnológico do Sistema *Stratégia*, ferramenta de gestão estratégica aperfeiçoada ao longo de 2013, objetivando oferecer aos seus usuários em 2013 uma navegação mais ágil e amigável.

Durante o ano de 2013, a metodologia de planejamento foi igualmente aperfeiçoada com vistas ao incremento do grau de participação dos servidores no processo de formulação estratégica da STN.

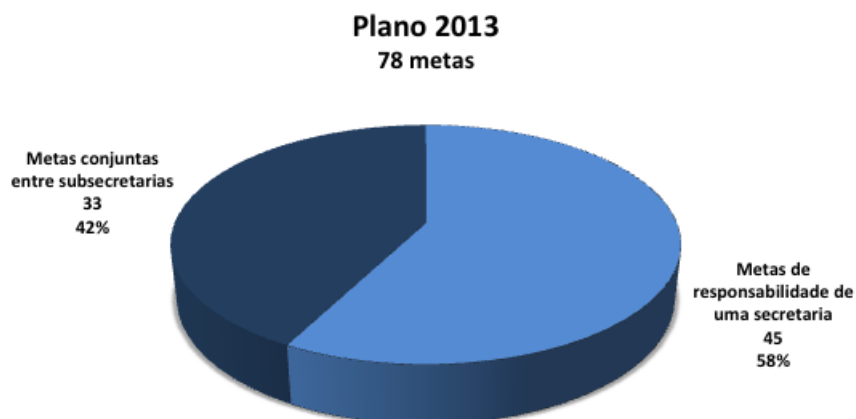
À luz dos objetivos estratégicos ora apresentados, foram empreendidos, ao longo de 2013, um conjunto de iniciativas direcionadas a propiciar maior integração entre as áreas da STN e ampliar a participação dos servidores nos processos de formulação estratégica e execução do Plano Estratégico Institucional.

Vale destacar a supressão do objetivo de nº 13 do mapa acima apresenta, em virtude do entendimento de que este já estaria plenamente alcançado, não havendo mais razão que justificasse sua permanência no rol de Objetivos Estratégicos da STN.

- Monitoramento

Sendo o processo de monitoramento de periodicidade quadrimestral, foram realizadas, no âmbito de cada Subsecretaria, três reuniões de monitoramento das quais tomaram parte os respectivos titulares e representantes de cada uma de suas Coordenações-Gerais. Ao todo, foram monitoradas 78 metas, 33 destas classificadas como conjuntas e 45 como isoladas (vide gráfico a seguir).

Gráfico 2.1.1 – Metas



Fonte: STN/CODIN

Num esforço por acompanhar as mudanças que se observaram na cultura organizacional da STN, aperfeiçoou-se a metodologia de monitoramento que, diante da crescente integração entre as unidades e do conseqüente aumento do quantitativo de metas conjuntas, passou a adotar estratégia matricial para o monitoramento das macroações àquelas vinculadas, possibilitando a realização de reuniões de até 1 hora de duração.

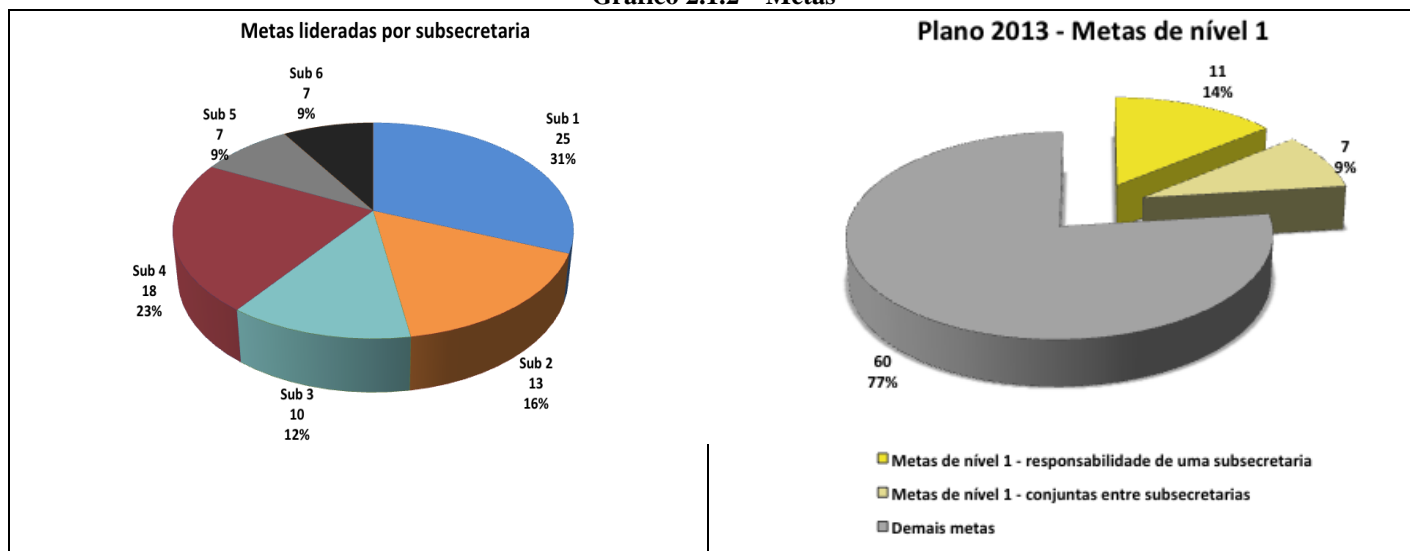
Concluído o monitoramento das metas conjuntas, o processo de monitoramento teve seguimento com reuniões customizadas por Subsecretaria que oportunizaram o monitoramento das

metas próprias (vide gráfico a seguir) e a socialização das metas conjuntas, bem como debates estratégicos sobre metas específicas.

Ressalte-se que, conforme previsto, o ciclo de monitoramento ora descrito se repetiu a cada quadrimestre, sendo finalizado com a realização de reunião do Comitê de Gestão Estratégica Ampliado, ocasião em que são examinados e validados, tanto os status das metas de nível 1 (vide gráfico a seguir), quanto os ajustes reivindicados pelas diversas Subsecretarias.

Ressalte-se que, no encerramento de cada quadrimestre, foram realizadas reuniões do Comitê de Gestão Estratégica para convalidar os status das metas desenvolvidas em 2013, bem como os apontamentos registrados pelas seis Subsecretarias.

Gráfico 2.1.2 – Metas



Fonte: STN/CODIN

- Obs: Sub 1 = Assuntos Corporativos
 Sub 2 = Política Fiscal
 Sub 3 = Dívida Pública
 Sub 4 = Relações Financeiras Intergovernamentais
 Sub 5 = Planejamento e Estatísticas Fiscais
 Sub 6 = Contabilidade Pública

As agendas de reuniões quadrimestrais de monitoramento realizadas ao longo do ano de 2013 encontram-se sintetizadas nos quadros a seguir:

Quadro 2.1.1 – Reuniões de Monitoramento

QUAD.	EVENTO	PAUTA	DATAS
1º	Oficinas de monitoramento de metas conjuntas	Atividade realizada em cada Subsecretaria, da qual participam responsáveis por macroações	20-22/03
	Oficinas de Monitoramento de Metas de 2013	Monitoramento das Metas de 2013 Registro de Encaminhamentos	25/03 – SUPOF; 25/03 – SUCON; 26/03 – SUDIP; 27/03 – SURIN; 28/03 – SUPEF; 01/04 – SUCOP
	Reunião de Monitoramento das Metas de Nível I	Validação dos <i>status</i> e aprovação dos apontamentos das Subsecretarias.	20/05 – CGE ampliado
2º	Oficinas de monitoramento de Metas Conjuntas	Atividade realizada em cada Subsecretaria, da qual participam responsáveis por macroações	12-13/06

	Oficinas de Monitoramento de Metas de 2013	Monitoramento das Metas de 2013, proposta de ajustes e registro de encaminhamentos	19/06 – SUDIP; 20/06 – SUPEF 21/06 – SURIN; 24/06 – SUCON 25/06 – SUCOP; 02/08 – SUPOF
	Reunião de Monitoramento das Metas de Nível I	Validação dos <i>status</i> e aprovação dos ajustes propostos e apontamentos das Subsecretarias	28/06 – CGE ampliado
3º	Oficinas de monitoramento de Metas Conjuntas	Atividade realizada em cada Subsecretaria, da qual participam responsáveis por macroações	03-04/10
	Oficinas de Monitoramento de Metas de 2013	Monitoramento das Metas de 2013, proposta de ajustes e registro de encaminhamentos	06/11 – SURIN; 07/11 – SUDIP; 08/11 – SUCON; 08/11 – SUPOF 13/11 – SUCOP; 14/11 – SUPEF
	Reunião de Monitoramento das Metas de Nível I	Validação dos <i>status</i> e ajustes propostos pelas Subsecretarias, validação do Plano de Metas 2014 e priorização das metas de TI e DI.	25/11/2013 – CGE AMPLIADO

Fonte: STN/CODIN

Quadro 2.1.2 – Reuniões de Monitoramento

DATA	EVENTO	PAUTA	FINALIDADE
04-07/02	Reuniões de Metas Conjuntas	Desdobramento das 32 Metas Conjuntas em Macroações (27 reuniões realizadas).	
12/03	Seminário Estratégico da SUPEF	Apresentação das metas estratégicas da Subsecretaria a todos os servidores da SUPEF	
11/06	Debate temático	Discussão do tema “Cenários Econômicos (juros, inflação) e Política Fiscal de Médio Prazo” pelos Subsecretários e Coordenadores-Gerais da STN	
23/10	Redirecionamento Estratégico	Análise de cenário e revisão dos Objetivos Estratégicos da STN pelo CGE ampliado.	
31/10	Oficina de consulta aos Servidores	Atividade moderada com foco na promoção da participação dos servidores no processo de formulação estratégica da STN	
25/11	Reunião de Monitoramento das Metas de Nível I	Validação dos <i>status</i> e ajustes propostos pelas Subsecretarias, validação do Plano de Metas 2014 e priorização das metas de TI e DI.	

Fonte: STN/CODIN

Por oportuno, convém ressaltar que durante a Reunião de Redirecionamento Estratégico, da qual tomou parte o CGE ampliado, além da análise de cenários para 2014 e da revisão dos Objetivos Estratégicos da STN, foram apresentadas a nova proposta metodológica para o Planejamento Estratégico da STN e a nova versão do Estratégia, ferramenta de gestão estratégica por meio da qual o plano da STN é acompanhado.

Igualmente merece destaque a iniciativa da STN em promover o debate pelos subsecretários e coordenadores-gerais de temas estratégicos de interesse institucional, como o tema “Cenários Econômicos (juros, inflação) e Política Fiscal de Médio Prazo”, debatido em 11/06/2013 no miniauditório do Tesouro Nacional.

Objetivando motivar e desenvolver a participação dos servidores na construção da estratégia, organizou-se oficina específica que oportunizou a participação de servidores efetivos da STN não ocupantes de cargos em comissão, com vista a coletar apontamentos a serem oportunamente considerados pelos dirigentes durante o esforço de planejamento para o ano de 2014.

Como produto da Reunião de Monitoramento das Metas de Nível I, ocorrida em 25/11, resultou o Plano Estratégico de 2014, do qual constam 71 metas vinculadas aos 16 objetivos estratégicos remanescentes, sendo que apenas 18 das metas são consideradas de nível 1.

- Adequação na Estrutura Tecnológica para o Desenvolvimento dos Objetivos Estratégicos

A área de Tecnologia da Informação, visando alinhar as suas atividades com os objetivos de negócio do Tesouro Nacional, estabeleceu a Resolução CDTI nº 01/2013, cujo objetivo estratégico **14 - “Aperfeiçoar a Governança de TI da STN”**, apresentou seis metas estratégicas executadas no período de 2013, das quais podemos destacar:

Meta Estratégica 14.1 O Plano Estratégico de Tecnologia de Informação 2013-2016 foi elaborado – Meta concluída, que teve por finalidade elaborar o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação do Tesouro Nacional onde foram realizadas atividades de contratação de consultoria especializada com objetivo de analisar o modelo atual de TI e apoio à elaboração do PETI e foi também realizado diagnóstico e definição de novo modelo de TI do Tesouro Nacional para o período supracitado. O Plano Estratégico de TI foi elaborado e está em fase de aprovação pelo Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação do Tesouro Nacional (CDTI). Cabe salientar que o novo documento irá nortear as diretrizes de TI do Tesouro Nacional para o período 2014-2017.

Meta Estratégica 14.2 Ajustado o modelo de contratação de serviços de TI às diretrizes do Ministério da Fazenda – Meta concluída que teve por objetivo adaptar os contratos ao novo modelo de contratação de serviços de TI do Ministério da Fazenda. Foram realizadas diversas tarefas visando alcançar o cumprimento da meta como aditivar os contratos do SIAFI-Produção e Novo-SIAFI junto ao Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, principal prestador de serviços de Tecnologia da Informação do Ministério da Fazenda, de modo que a execução dos serviços estejam de acordo com as novas regras.

Meta 14.3 Implantada a plataforma de desenvolvimento rápido de soluções Web (APEX) – Meta concluída que tem por objetivo disseminar a utilização do APEX no Tesouro Nacional, ferramenta de desenvolvimento da ORACLE, com a finalidade de desenvolver aplicações e soluções de pequeno porte com desenvolvimento rápido e resultados imediatos. Durante o ano de 2013 foram desenvolvidas soluções visando atender o usuário de maneira eficiente tais como: o Sistema de Gerenciamento de Certificados Digitais (tokens); o Sistema de Consultas do DPI; o Sistema de Gestão de COMUNICA; o sistema de Controle de Decretos de Programação Financeira; e, o Sistema de Consultas do SIGTI.

Meta 14.4 Avaliada a adoção de uma arquitetura orientada a serviços (SOA) – Meta não concluída, que teve por objetivo a contratação externa de solução SOA, de forma que possamos implantar, desenvolver e avaliar uma arquitetura orientada a serviços no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional. Durante o ano de 2013, foi confeccionado o termo de referência e realizados vários contatos com a RED HAT para que pudéssemos realizar uma nova Prova de Conceito. O motivo do atraso em alcançar a meta decorre do fato de que, inicialmente, não houve interesse dos fornecedores da solução em responder à pesquisa de preço realizada pela Secretaria como parte do processo licitatório em curso. Superada essa dificuldade, há a previsão de que a licitação ocorra no começo do próximo ano.

Meta 14.5 Avaliado o impacto do aperfeiçoamento dos processos de gestão de projetos, desenvolvimento Ágil, atendimento de demandas e administração de dados no desempenho da TI – Meta concluída que teve por objetivo aperfeiçoar os processos de gestão de TI do Tesouro Nacional teve diversas atividades durante o ano de 2013 como: Revisão e implantação do processo de Gestão de Projetos com sistematização e monitoração de indicadores; Desenvolvimento do Roteiro Ágil; Implantação da nova ferramenta de demandas, adequando o processo de atendimento demandas de TI do Tesouro Nacional e monitoramento de indicadores para o processo de atendimento de demandas; criação da primeira versão do Modelo Corporativo Conceitual de Dados da STN e contratação de serviço de apoio à administração de dados.

Meta 14.6 Aperfeiçoada a infraestrutura tecnológica da STN – Meta concluída, que visou a melhoria e aperfeiçoamento da infraestrutura tecnológica do Tesouro Nacional, o acompanhamento sistemático de novas tendências tecnológicas com estudos de aplicação à realidade do Tesouro Nacional e gerou atividades como: o aperfeiçoamento da segurança dos dispositivos de centro de dados; melhoria do processo de comunicação para que seja feita de maneira unificada e integrada; a implantação de ferramenta para gestão de processos de infraestrutura tecnológica (gerenciamento de configurações, de incidentes e de operações); a incorporação de dispositivos móveis ao parque de soluções tecnológicas do Tesouro Nacional; a modernização e troca de mil estações de trabalho, sistemas operacionais e aplicativos de escritório; a substituição do aparato de serviços de rede local. Durante o exercício de 2014 serão executadas as substituição dos equipamentos.

- Análise Fiscal de Estados, Distrito Federal e Municípios

No âmbito da análise fiscal de Estados, Distrito Federal e Municípios, a Lei Complementar nº 101/2000, e as Resoluções do Senado Federal - RSF nºs 40 e 43, ambas de 2001, atribuíram ao Ministério da Fazenda - MF funções inerentes à verificação do cumprimento das condições relativas à realização de operações de crédito de interesse dos entes federativos, bem como do cumprimento dos limites de endividamento desses entes, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente. Cabe à Secretaria do Tesouro Nacional a execução dessas atribuições, mais especificamente à Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM, cujos procedimentos são regulamentados pela Portaria STN nº 396/2009, alterada pela Portaria STN nº 138/2010.

Ademais, o Decreto 7.482, de 16 de maio de 2011, inseriu nas atribuições da Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais – SURIN, a análise da concessão de garantias da União a Estados, Distrito Federal e Municípios, compreendendo suas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, nos termos da RSF nº 48, de 21/12/2007.

Para o cumprimento dos objetivos estratégicos citados na Figura 2.1.1, ficaram sob responsabilidade da STN/COPEM as macroações listadas a seguir:

- **4.3.1** Definir a interpretação do benefício na demonstração da relação custo-benefício exigida pela norma legal;
- **4.3.2** Propor ao Secretário do Tesouro Nacional a edição do Manual de Instrução de Pleitos, adequando a interpretação alcançada;
- **4.3.3** Verificar a necessidade de adequação da LRF;
- **12.2.1** Realizar reuniões de trabalho com a PGFN;
- **16.1.4** Realizar seminário sobre operações de crédito para Estados e Municípios.

Os principais riscos levantados foram os seguintes:

- Conciliar as reuniões de discussão com o elevado número de trabalhos a serem realizados na COPEM;

- Elevado nível de complexidade dos assuntos em questão;
- Dificuldade de resgatar manifestação da PGFN sobre os referidos assuntos.

Quanto às estratégias de divulgação interna dos objetivos traçados e dos resultados alcançados, a comunicação ocorreu por meio de mensagens de correio eletrônico somente aos membros da equipe diretamente relacionados às atividades necessárias para o cumprimento das metas.

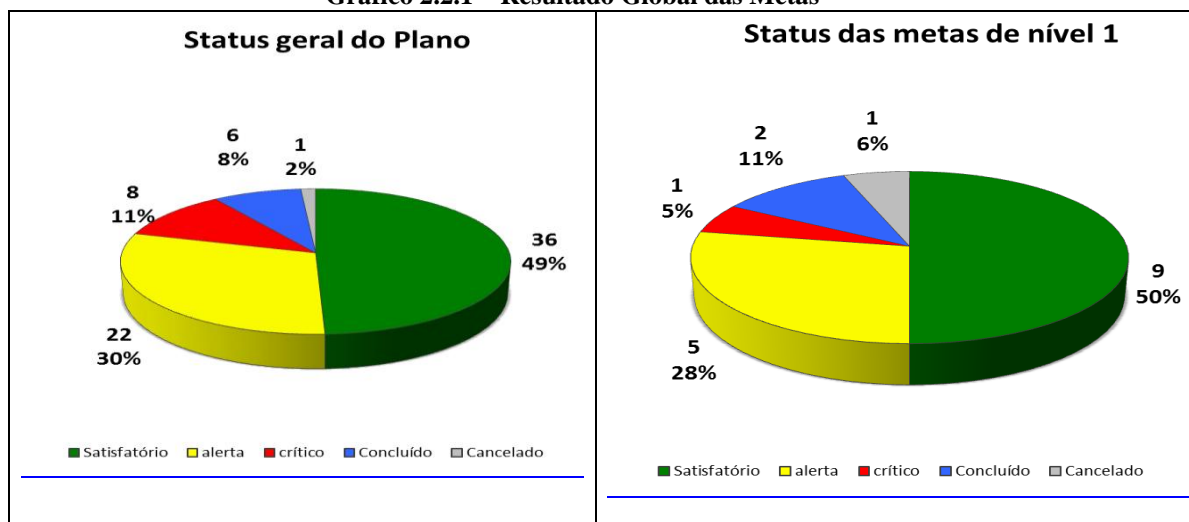
2.2 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS

- Assuntos Corporativos

- Resultados Globais

Os gráficos a seguir sintetizam o resultado global alcançado pela STN, sinalizando que, apesar dos esforços empreendidos, a Instituição teve um desempenho mediano no exercício de 2013.

Gráfico 2.2.1 – Resultado Global das Metas

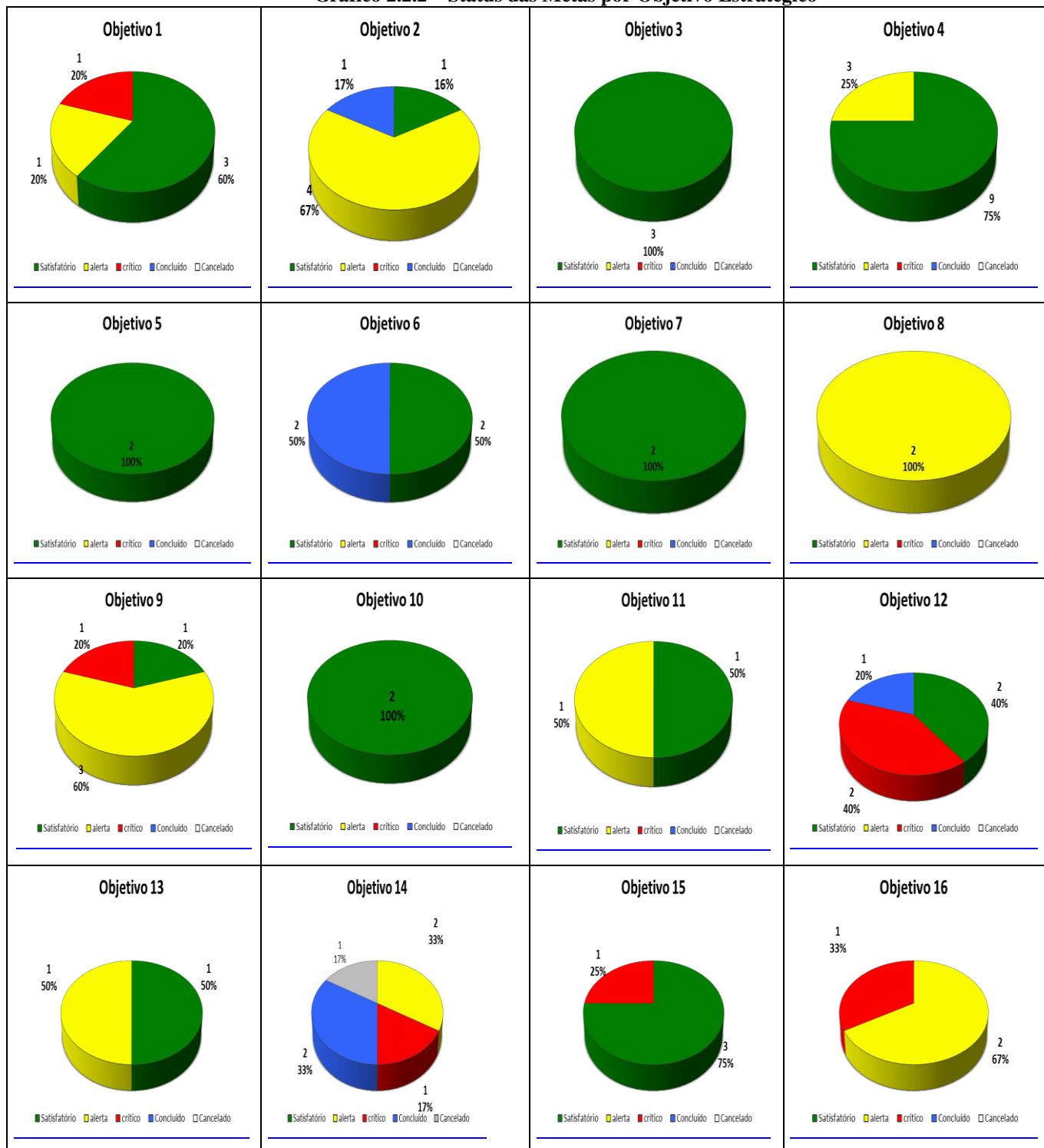


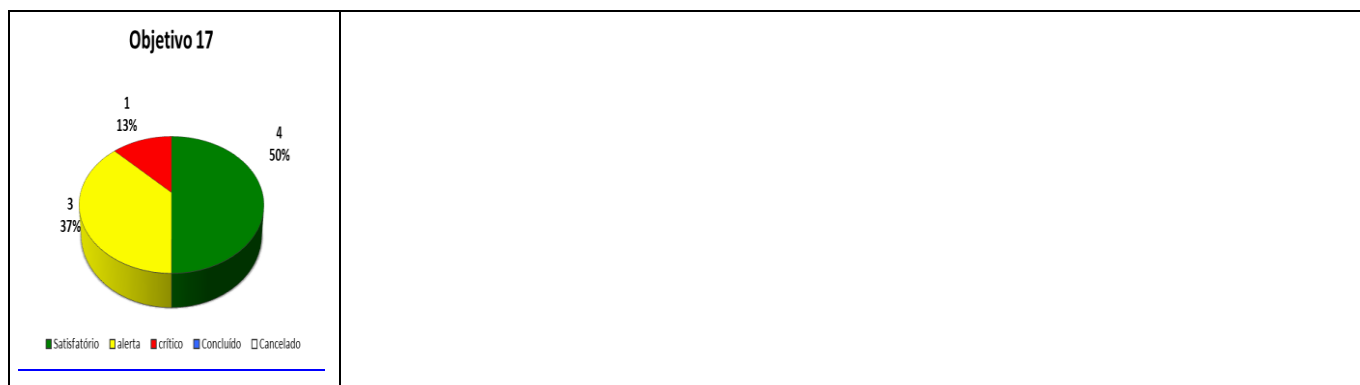
Fonte: STN/CODIN

Da análise dos gráficos a seguir apresentados, conclui-se que, apesar do esforço e envolvimento das diversas áreas, não se pode considerar os resultados alcançados plenamente satisfatórios. Observa-se que, de maneira global, apenas 8% das metas pactuadas foram concluídas ao final de 2013, contra 11% que chegaram ao final do exercício em situação crítica.

Não obstante, se analisarmos a performance institucional à luz dos objetivos estratégicos estabelecidos pela alta administração, observam-se resultados que variam de regular a bom, condição que pode ser melhor ilustrada pelos 17 gráficos a seguir apresentados.

Gráfico 2.2.2 – Status das Metas por Objetivo Estratégico





Os resultados ora apresentados sugerem que, apesar da redução do volume de metas em 2013, permanece inadequado o quantitativo de servidores frente à complexidade dos desafios enfrentados pelas áreas e a baixa efetividade dos processos de validação e priorização das metas pelo Comitê de Gestão Estratégica.

Ressalte-se o notável esforço da alta administração em adequar os direcionadores estratégicos da Secretaria do Tesouro Nacional ao novo paradigma estabelecido para a Política Fiscal brasileira, muito embora ainda não tenham sido exitosos os esforços da CODIN em promover a revisão da identidade do Tesouro Nacional, o estabelecimento de indicadores que possibilitem a definição de metas quantitativas e a plena integração entre as dimensões estratégia, processos e pessoas.

Por outro lado, conseguiu-se avançar no sentido da integração entre as áreas e da participação dos servidores no processo de formulação estratégica da STN, ainda que essa participação tenha se mostrado um tanto tímida.

- *Programas do Plano Plurianual*

A seguir, as informações requeridas pela Portaria TCU 175, de 9 de julho de 2013, e DN nº 127, de 15 de maio de 2013, relativas ao Programa 2039, cujos valores foram executados na UG 170007 DA CODIN.

Programa 2039 – Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional

1) Ação 2039.0556.0000 – Apoio Financeiro à Fundação Getúlio Vargas:

a) Função, subfunção e programa de vinculação da ação:

Função 04 (Administração), 364 (Ensino Superior), Programa 2039 (Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional)

b) Metas e desempenhos físicos e financeiros:

Quadro 2.2.1 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ	
Identificação da Ação	
Código	2039.0556.0000
Descrição	Cobertura de despesas de custeio da Fundação Getúlio Vargas para a realização de estimativas de índices econômicos, realização de estudos econômicos e de estudos relacionados à modernização da administração pública.
Iniciativa	03N7 - Gestão da política fiscal, do endividamento público e haveres da União
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional

Unidade Orçamentária		25101 - Ministério da Fazenda				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
36.400.666,67	36.400.666,67	36.400.666,67	36.400.666,67	0,00	0,00	36.400.666,67
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
					36.400.666,67	36.400.666,67

Fonte: SIAFI e STN/CODIN

2) Ação 2039.20Z6.0002 – Gestão Financeira e Contábil da União:

a) Função, subfunção e programa de vinculação da ação:

Função 04 (Administração), Subfunção 123 (Administração Financeira), Programa 2039 (Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional)

b) Metas e desempenhos físicos e financeiros:

Quadro 2.2.2 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ						
Identificação da Ação						
Código	203920Z60002					
Descrição	Geração de produtos relativos à política fiscal elaborados por determinação constitucional ou legal, ou a título de dar transparência à execução da política fiscal, tais como o BGU, RREO, RGF, os Decretos de Programação Financeira, o Resultado do Tesouro Nacional, entre outros produtos.					
Iniciativa	03N7 - Gestão da política fiscal, do endividamento público e haveres da União					
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional					
Unidade Orçamentária	25101 - Ministério da Fazenda					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
12.703.969,00	12.139.899,00	5.636.267,23	3.713.235,00	123.661,56	83.815,61	3.568.397,41
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Resultado Elaborado	unidade	12	12	12.703.969,00	3.568.397,41

Fonte: SIAFI e STN/CODIN

3) Ação 2039.20Z6.0003 – Gestão de Obrigações da União:

a) Função, subfunção e programa de vinculação da ação:

Função 04 (Administração), Subfunção 123 (Administração Financeira), Programa 2039 (Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional)

b) Metas e desempenhos físicos e financeiros:

Quadro 2.2.3 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ	
Identificação da Ação	
Código	203920Z60003

Descrição	Realização dos leilões de títulos da dívida pública mobiliária federal (DPMF), tendo como parâmetro a previsão constante do orçamento, de forma a contribuir para assegurar a solvência do setor público.					
Iniciativa	03N7 - Gestão da política fiscal, do endividamento público e haveres da União					
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional					
Unidade Orçamentária	25101 - Ministério da Fazenda					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.204.833,00	3.704.833,00	1.353.971,60	981.538,42	3.293,29	8.763,20	981.538,42
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Leilão realizado	unidade	155	158	3.204.833,00	981.538,42

Fonte: SIAFI e STN/CODIN

4) Ação 2039.20Z6.0004 – Gestão de Haveres da União:

a) Função, subfunção e programa de vinculação da ação:

Função 04 (Administração), Subfunção 123 (Administração Financeira), Programa 2039 (Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional)

b) Metas e desempenhos físicos e financeiros:

Quadro 2.2.4 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ						
Identificação da Ação						
Código	203920Z60004					
Descrição	Controle dos haveres mobiliários referentes às participações acionárias em empresas estatais, bem como dos haveres financeiros concernentes aos dividendos, aqueles decorrentes da renegociação de débitos de Estados e Municípios e de entidades de suas administrações indiretas com o governo federal, de refinanciamento de dívidas do crédito rural, da assunção de créditos de empresas públicas extintas por força de lei, de operações estruturadas.					
Iniciativa	03N7 - Gestão da política fiscal, do endividamento público e haveres da União					
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional					
Unidade Orçamentária	25101 - Ministério da Fazenda					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.200.108,00	1.264.178,00	640.566,91	520.008,77	2.403,00	1.470,00	520.008,77
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Haver gerido	R\$ milhão	330.092	167.293	1.200.108,00	520.008,77

Fonte: SIAFI e STN/CODIN

5) Ação 2039.20Z6.0005 – Gestão da Dívida Pública:

a) Função, subfunção e programa de vinculação da ação:

Função 04 (Administração), Subfunção 123 (Administração Financeira), Programa 2039 (Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional)

b) Metas e desempenhos físicos e financeiros:

Quadro 2.2.5 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ						
Identificação da Ação						
Código		203920Z60005				
Descrição		Destina-se a fazer face aos custos decorrentes das emissões de títulos nos mercados interno e externo, sendo utilizada para o pagamento de despesas gerais com a administração da dívida pública da União, considerando os títulos já existentes, bem como novas emissões. Além de emissões, contemplam-se também as operações estruturadas, que envolvem troca e/ou recompra de títulos.				
Iniciativa		03N7 - Gestão da política fiscal, do endividamento público e haveres da União				
Unidade Responsável		Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública				
Unidade Orçamentária		25101 - Ministério da Fazenda				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
11.494.760,00	11.494.760,00	5.960.261,00	5.424.049,69	0,00	0,00	5.424.049,69
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Dívida gerida	unidade	75	75	11.494.760,00	5.424.049,69

Fonte: SIAFI e STN/CODIN

6) Ação 2039.20Z6.0006 – Consolidação de Contas de Entes da Federação e Transparência da Gestão Fiscal

a) Função, subfunção e programa de vinculação da ação:

Função 04 (Administração), Subfunção 123 (Administração Financeira), Programa 2039 (Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional)

b) Metas e desempenhos físicos e financeiros:

Quadro 2.2.6 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ	
Identificação da Ação	
Código	203920Z60006
Descrição	A ação se refere à consolidação realizada a partir das contas enviadas pelos entes da Federação, anualmente, por meio de sistema de informação desenvolvido para esse fim. Além das contas, são enviados, periodicamente, documentos relativos à gestão fiscal que embasam a elaboração de balanços e são divulgados na internet.
Iniciativa	03N7 - Gestão da política fiscal, do endividamento público e haveres da União
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação
Unidade Orçamentária	25101 - Ministério da Fazenda
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)	

Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.659.724,00	2.659.724,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Relatório divulgado	unidade	75.298	75.298	2.659.724,00	0,00

Fonte: SIAFI e STN/CODIN

7) Ação 2039.20Z6.0007 – Remuneração pela Utilização do Sistema de Transferência de Reservas:

a) Função, subfunção e programa de vinculação da ação:

Função 04 (Administração), Subfunção 123 (Administração Financeira), Programa 2039 (Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional)

b) Metas e desempenhos físicos e financeiros:

Quadro 2.2.7 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ						
Identificação da Ação						
Código	2039.20Z6.0007					
Descrição	Trata-se de contrato administrativo firmado entre a Secretaria do Tesouro Nacional e o Banco Central do Brasil referente à utilização do Sistema de Transferência de Reservas - STR, o que permite monitoramento on-line dos ingressos e saídas de recursos financeiros na Conta Única do Tesouro Nacional.					
Iniciativa	03N7 - Gestão da política fiscal, do endividamento público e haveres da União					
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Programação Financeira					
Unidade Orçamentária	25101 - Ministério da Fazenda					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
517.691,00	517.691,00	286.646,00	220.003,23	52.820,67	13.822,10	220.003,23
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	contrato remunerado	reais	550.000	276.515	517.691,00	220.003,23

Fonte: SIAFI e STN/CODIN

Em relação à análise crítica sobre a execução orçamentária das ações da UG 170007 no exercício de 2013, considera-se que as dotações orçamentárias de manutenção administrativa foram suficientes e que o desembolso dos recursos financeiros para fazer frente aos dispêndios operacionais de funcionamento das áreas fim da Secretaria do Tesouro Nacional, compostas pelas Coordenações Gerais foi apropriado. Os referidos dispêndios operacionais são atinentes a despesas com diárias, passagens, capacitação, treinamento, despesas de adequação de layout, serviços de Tecnologia de Informação. Note que ocorreu excessivo contingenciamento dos recursos/créditos das ações orçamentárias, principalmente as ligadas à consolidação das contas dos entes públicos que sofreu contingenciamento total.

Quanto aos restos a pagar, nas ações de gestão, em custeio foram inscritos R\$ 1,056 milhões e em investimento foram inscritos R\$ 1,427 milhões, a maior parte relacionada às reformas de layout de algumas coordenações da STN, além de outras despesas, tais como agências de

notícias, terceirizados e capacitação. Nas ações de TI, em custeio foram inscritos R\$ 3,651 milhões e em investimento R\$ 6,785 milhões, a maior parte referente a despesas com o SERPRO, bem como despesas com a renovação do parque tecnológico da STN. Dos restos a pagar inscritos em 2013, 98,89% são não processados, isto é, despesas empenhadas, mas não liquidadas no exercício.

O percentual de execução em função do crédito recebido foi de 97,67% na ação 20Z6 (gestão), 99,99% na ação 20Z7 (TI) e de 100% na ação 0556 (FGV).

- Programação Orçamentária e Financeira

Quadro 2.2.8 – Programação de Despesas Correntes – UG 170007/CODIN-STN						Valores em R\$ 1,00	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2013	2012	2013	2012	2013	2012
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA						R\$ 268.548.325,00 R\$ 275.741.513,00
	LOA						R\$ 284.548.325,00 R\$ 275.226.882,00
CRÉDITOS	Suplementares						R\$ 3.731.725,00
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados						R\$ 2.000.000,00 R\$ 9.983.030,00	
Outras Operações							
Total						R\$ 282.548.325,00 R\$ 268.975.577,00	

Fonte: SIAFI GERENCIAL 2013/2012

Quadro 2.2.9 – Programação de Despesas de Capital – UG 170007/CODIN-STN					Valores em R\$ 1,00		
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2013	2012	2013	2012	2013	2012
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA		R\$ 18.768.000,00	R\$ 2.059.032,00			
	LOA		R\$ 12.548.416,00	R\$ 2.059.032,00			
CRÉDITOS	Suplementares		R\$ 2.000.000,00	R\$ 12.095.958,00			
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos	R\$ 6.305.999,00				
		Reabertos					
	Créditos Cancelados		R\$ 6.305.999,00				
Outras Operações							
Total		R\$ 14.548.416,00	R\$ 14.154.990,00	-			

Fonte: SIAFI GERENCIAL 2013/2012

Quadro 2.2.10 – Resumo da Programação Financeira e Reserva de Contingência – UG 170.007/CODIN-STN							Valores em R\$ 1,00	
Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2013	2012	2013	2012	2013	2012
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA		R\$ 268.548.325,00	R\$ 275.741.513,00	R\$ 18.768.000,00	R\$ 2.059.032,00		
	LOA		R\$ 284.548.325,00	R\$ 275.226.882,00	R\$ 12.548.416,00	R\$ 2.059.032,00		
CRÉDITOS	Suplementares			R\$ 3.731.725,00	R\$ 2.000.000,00	R\$12.095.958,00		
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos			R\$ 6.305.999,00			
		Reabertos						
	Créditos Cancelados		R\$ 2.000.000,00	R\$ 9.983.030,00	R\$ 6.305.999,00			
Outras Operações								
Total			R\$ 282.548.325,00	R\$ 268.975.577,00	R\$ 14.548.416,00	R\$ 14.154.990,00		

Fonte: SIAFI GERENCIAL 2013/2012

Quadro 2.2.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa - Descentralizações da UG 170.013/SPOA-MF para a UG 170.007/CODIN-STN						Valores em R\$ 1,00	
Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	
Movimentação Interna	Concedidos	170013		2510104123203920Z60002	-	-	4.745.657,72
	Recebidos		170007	2510104123203920Z60002	-	-	4.745.487,52
	Concedidos	170013		2510104123203920Z60003	-	-	1.034.940,23
	Recebidos		170007	2510104123203920Z60003	-	-	1.034.940,23
	Concedidos	170013		2510104123203920Z60004	-	-	587.779,07
	Recebidos		170007	2510104123203920Z60004	-	-	587.717,40
	Concedidos	170013		2510104123203920Z60007	-	-	286.646,00
	Recebidos		170007	2510104123203920Z60007	-	-	286.646,00
	Concedidos	170013		2510104126203920Z70001	-	-	132.901.906,95
	Recebidos		170007	2510104126203920Z70001	-	-	132.901.906,95
	Concedidos	170013		2510104126203920Z70002	-	-	30.224.100,00
	Recebidos		170007	2510104126203920Z70002	-	-	30.224.100,00
	Concedidos	170013		2510104126203920Z70003	-	-	47.478.136,47
	Recebidos		170007	2510104126203920Z70003	-	-	47.478.136,47

	Concedidos	170013		2510104126203920Z70004	-	-	1.447.935,00
	Recebidos		170007	2510104126203920Z70004	-	-	1.447.935,00
	Concedidos	170013		2510104364203905560000	-	-	36.400.666,67
	Recebidos		170007	2510104364203905560000	-	-	36.400.666,67
Movimentação Externa	Concedidos				-	-	
	Recebidos				-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito			UG		Classificação da ação	Despesas de Capital	
			Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras
Movimentação Interna	Concedidos	170013		2510104123203920Z60002	1.064.641,93		
	Recebidos		170007	2510104123203920Z60002	1.064.641,93		
	Concedidos	170013		2510104123203920Z60003	324.890,00		
	Recebidos		170007	2510104123203920Z60003	324.890,00		
	Concedidos	170013		2510104123203920Z60004	61.839,79		
	Recebidos		170007	2510104123203920Z60004	61.839,79		
	Concedidos	170013		2510104126203920Z70002	7.292.513,40		
	Recebidos		170007	2510104126203920Z70002	7.292.513,40		
	Concedidos	170013		2510104126203920Z70003	3.028.066,00		
	Recebidos		170007	2510104126203920Z70003	3.028.066,00		
	Concedidos	170013		2510104126203920Z70004	1.305.633,00		
	Recebidos		170007	2510104126203920Z70004	1.305.633,00		

Fonte: SIAFI GERENCIAL 2013

Quadro 2.2.12 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa – Descentralizações da UG 170.007/CODIN-STN para as Demais UGS do MF						Valores em R\$ 1,00		
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	
Movimentação Interna	Concedidos	170007		2510104123203920Z60002			3.480.505,46	
	Recebidos		170006	2510104123203920Z60002			124.234,68	
	Recebidos		170009	2510104123203920Z60002			1.113.103,69	
	Recebidos		170017	2510104123203920Z60002			23.484,76	
	Recebidos		170531	2510104123203920Z60002			2.258.546,96	
	Concedidos	170007		2510104123203920Z60003			836.174,17	
	Recebidos		170006	2510104123203920Z60003			111.624,60	
	Recebidos		170009	2510104123203920Z60003			78.265,00	
	Recebidos		170531	2510104123203920Z60003			646.284,57	
	Concedidos	170007		2510104123203920Z60004			450.363,69	
	Recebidos		170006	2510104123203920Z60004			77.563,53	
	Recebidos		170009	2510104123203920Z60004			109.737,95	
	Recebidos		170531	2510104123203920Z60004			263.123,88	
	Concedidos	170007		2510104126203920Z70001			9.120,00	
	Recebidos		170531	2510104126203920Z70001			9.120,00	
	Concedidos	170007		2510104126203920Z70002			1.606.672,83	
		Recebidos		170531	2510104126203920Z70002			1.606.672,83
Movimentação Externa	Concedidos							
	Recebidos							

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital			
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida	
	Concedente	Recebedora					
Movimentação Interna	Concedidos	170007		2510104123203920Z60002	1.061.409,86		
	Recebidos		170531	2510104123203920Z60002	1.061.409,86		
	Concedidos	170007		2510104123203920Z60003	324.890,00		
	Recebidos		170531	2510104123203920Z60003	324.890,00		
	Concedidos	170007		2510104123203920Z60004	61.239,79		
	Recebidos		170531	2510104123203920Z60004	61.239,79		
	Concedidos	170007		2510104126203920Z70002	5.528.504,39		
	Recebidos		170153		1.559.850,51		
	Recebidos		170531		3.968.653,88		
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						

Fonte: SIAFI GERENCIAL 2013

- Dívida Pública

Na gestão de obrigações, para cada objetivo estratégico foram definidas metas que refletissem os esforços do Tesouro Nacional em buscar uma gestão eficiente da Dívida Pública Federal, tendo por referência o objetivo maior de minimizar seu custo de longo prazo, concomitante com a manutenção de seus riscos em níveis prudentes. Em 2013, as atividades foram guiadas pelas metas listadas a seguir:

- Objetivos Estratégicos

a) Objetivo Estratégico: Contribuir para a formulação da política de financiamento, considerando fontes públicas e privadas, e garantia pública.

Meta: O TN aprimorou o processo de concessão de garantias.

O ano de 2013 foi marcado por importantes avanços nos procedimentos contábeis e na geração de estatísticas da DPF.

Quanto aos procedimentos contábeis, foram contempladas no submódulo do SIAFI “Contas a Pagar e Receber (CPR)” as rotinas de pagamentos inerentes aos registros contábeis dos compromissos da Dívida Pública Federal (DPF), que possibilitará o desenvolvimento de processo de automação com o sistema interno de execução orçamentária e financeira (SEORFI) minimizando os riscos operacionais e aprimorando a gestão da dívida pública.

Por sua vez, O Relatório Mensal da Dívida Pública Federal, documento por meio do qual o Tesouro Nacional divulga os resultados obtidos na administração da dívida pública, teve seus processos revistos e aprimorados, possibilitando a geração de informações mais padronizadas, precisas e tempestivas.

No que se refere aos indicadores da Dívida Pública, merece destaque a implementação e divulgação, a partir de maio de 2013, do “Custo Médio de Emissão da DPMFi”, que reflete a taxa interna de retorno – TIR dos títulos do Tesouro Nacional no mercado doméstico, mais as variações de seus indexadores, considerando-se apenas as colocações de títulos em oferta pública nos últimos 12 meses. Este novo indicador vem complementar as informações até então produzidas, resultando em mais qualidade e transparência na gestão da dívida pública.

Meta: Proposta de alteração do decreto 93872/86 e de resoluções do Conselho Monetário Nacional sobre credenciamento de operações externas apresentada ao Secretário do TN.

Essa meta visou elaborar proposta de alteração dos procedimentos para manifestação da Secretaria do Tesouro Nacional e do credenciamento pelo Banco Central do Brasil, no Registro de Operações Financeiras (ROF) do Sistema de Informações do BACEN (SISBACEN), conforme disposto pelo Decreto nº 93.872/86, referente à contratação de operações de crédito externo de empresas estatais não dependentes sem garantia da União.

Nesse sentido, foram realizadas reuniões com a equipe técnica das áreas envolvidas na Secretaria do Tesouro Nacional para elaboração de uma proposta de procedimentos considerados necessários para a manifestação desta Secretaria. Assim sendo, a elaboração de uma proposta visou regulamentar o Decreto ao atual interesse do governo federal.

Por conseguinte, uma proposta de alteração do atual processo foi encaminhada para as instâncias superiores da Secretaria do Tesouro Nacional para avaliação, com o intuito de agilizar o processo e de dar continuidade aos trabalhos de alteração dos procedimentos de manifestação do ROF.

b) Objetivo Estratégico: Fomentar o desenvolvimento do mercado de capitais e o mercado de títulos públicos federais.

Meta: O TN implementou medidas e propôs novas alternativas para estimular a desindexação a taxas de curto prazo, o alongamento e o aumento de liquidez e transparência do mercado de títulos públicos e privados.

O Tesouro Nacional atuou, em 2013, em alguns projetos com vistas a estimular a desindexação a taxas de curto prazo e o alongamento do mercado de títulos públicos e privados.

O Projeto Sul-Sul em parceria com o Banco Mundial e com a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda teve como objetivo principal a troca de conhecimentos entre Brasil e Turquia sobre os seguintes assuntos: procedimentos de leilão, práticas de colocações competitivas e não competitivas; sistemas de dealers e outros sistemas de formação de preços; plataformas eletrônicas de negociação; disseminação de preços e transparência; políticas de desenvolvimento e aprofundamento dos mercados de títulos públicos e privados. Esses tópicos foram estudados e fizeram parte de um relatório final com o apoio de especialistas do Banco Mundial.

A Secretaria do Tesouro Nacional também promoveu ações direcionadas ao desenvolvimento do mercado de renda fixa no Brasil, mais especificamente o mercado de títulos públicos federais. Acredita-se que um mercado financeiro mais eficiente, líquido e transparente, é um instrumento auxiliar para a obtenção de melhores condições de financiamento para o Tesouro Nacional.

Nesse contexto, a Secretaria do Tesouro Nacional apoiou junto à Comissão dos Valores Mobiliários (CVM) a criação de Fundos de Índices (conhecidos no mercado como ETFs, da denominação em inglês Exchange Traded Fund) de renda fixa no mercado brasileiro. Trata-se de Fundos de Investimento cujas cotas são negociadas em bolsa de valores e que seguem a rentabilidade de um índice preestabelecido. Atualmente existem no Brasil apenas ETFs de índices de renda variável, entretanto, em 16/09/2013, por meio da Instrução Normativa nº 537, a CVM regulamentou a possibilidade de criação de fundos de índice que persigam, por exemplo, índices de renda fixa.

Ao longo de 2013, o Tesouro Nacional trabalhou em projeto que visa o lançamento de ETF de Renda Fixa vinculado a índices de títulos públicos prefixados ou corrigidos por índices de preços, contando com sua participação na emissão dos títulos que comporão a carteira do ETF no momento de sua criação. Com essa iniciativa, busca-se contribuir para a melhoria na composição da Dívida Pública e para a diminuição do nível de indexação dos ativos financeiros à taxa de juros de um dia no mercado brasileiro, uma vez que a participação do Tesouro no processo é a garantia de que o índice a ser perseguido pelo ETF estará alinhado aos objetivos da administração da Dívida Pública Federal.

Meta: O TN redefiniu os objetivos e as estratégias do Tesouro Direto.

Após 10 anos de existência, completados em 2012, o Tesouro Nacional entendeu que era hora de repensar o TD e discutir medidas que pudessem tornar o programa ainda mais acessível e popular. Para tanto, foi desenvolvido um projeto, dividido em duas fases, que deveria ocorrer ao longo de 2013. A primeira fase seria dedicada à realização de pesquisas junto a investidores atuais do programa, bem como a potenciais aplicadores, que seriam aquelas pessoas com algum tipo de aplicação financeira que não o Tesouro Direto. Essas pesquisas teriam como foco não somente avaliar o programa em si, mas também elaborar um panorama mais geral do perfil do investidor pessoa física brasileiro e do mercado local de produtos de investimentos destinados a esse público. A fase seguinte, por sua vez, começaria com a elaboração de um relatório de diagnóstico contendo basicamente os achados das pesquisas, que seria sucedido por um ciclo de debates sobre propostas de melhoria para o programa. Desse processo resultariam a elaboração de um planejamento estratégico para o TD e um plano de atividades, contendo uma lista das propostas sugeridas passíveis de implantação.

Devido a atrasos relacionados ao processo de licitação para contratação da empresa terceirizada encarregada de fazer as pesquisas, a primeira fase do projeto só começou efetivamente em junho. Primeiramente, foram feitas pesquisas de caráter qualitativo, nas formas de grupos de discussão e entrevistas em profundidade. Os grupos foram montados nas cidades de São Paulo e Recife e envolveram tanto investidores atuais, como potenciais, do programa. O objetivo dos encontros foi analisar, entre outras coisas, quais os aspectos do programa eram mais atraentes e quais seriam as principais deficiências, o que diferenciava os investidores atuais dos potenciais e quais as características de cada um desses dois grupos.

As entrevistas em profundidade, de roteiro aberto, foram realizadas com servidores do próprio Tesouro Nacional e com especialistas em mercado financeiro, estes divididos em 4 grupos: consultores financeiros, assessores de investimentos, jornalistas especializados em economia ou finanças e professores universitários dessas áreas. A proposta aqui era conhecer a visão dessas pessoas experientes sobre o mercado local de produtos de investimento e o perfil do investidor nacional, além de capturar suas percepções sobre o TD.

Na sequência, partiu-se para uma pesquisa na linha quantitativa envolvendo 800 investidores potenciais distribuídos em cinco capitais: São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Goiânia e Porto Alegre. O intuito dessa rodada final de pesquisa foi garantir maior embasamento estatístico às conclusões obtidas nas pesquisas de caráter qualitativo.

Com o fechamento dessa primeira etapa, no final de outubro, iniciou-se a elaboração de um relatório de diagnóstico, com base principalmente nos resultados das pesquisas realizadas, mas também em análises de mercado feitas pela consultora contratada para acompanhamento das demais fases desse projeto. Tal relatório foi concluído e apresentado no início de dezembro.

O restante da segunda fase está programado para ser finalizado ainda no primeiro semestre de 2014. Embora tenha havido atraso na execução do projeto, é importante ressaltar que o risco dessa meta não ser cumprida ou de resultar em produtos de baixa qualidade é baixo, já que todos os recursos necessários foram alocados. Além disso, cabe ressaltar que por ser um trabalho de discussão de ideias, é importante que haja tempo disponível para que todos os debates ocorram de forma livre, explorando todas as questões pertinentes, e contando com a participação de toda a equipe responsável pela gestão do TD. Do contrário, o planejamento feito pode ficar incompleto, sem abordar todos os pontos relevantes, ou mesmo não ter a legitimidade necessária para ser executado, caso as pessoas com poder de decisão não tenham podido participar das discussões.

Os desdobramentos dessas discussões e a concretização das propostas advindas do plano estratégico vão depender das condições reunidas pelo Tesouro Nacional para levar a diante e tomar as iniciativas para o desenvolvimento do Programa.

Meta: Apresentadas para o GTMK (Grupo de Trabalho do Mercado de Capitais) propostas com vistas ao desenvolvimento do mercado de títulos privados como fonte de financiamento de longo prazo.

Em 2013 o Tesouro Nacional realizou amplo diagnóstico do mercado brasileiro de títulos privados, com foco principal no mercado de debêntures, com vistas a compreender os fatores que explicam o seu relativo baixo desenvolvimento, principalmente quando comparamos com o montante de operações com títulos de dívida pública e emissões no mercado de ações.

Um dos principais problemas enfrentados no mercado de debêntures brasileiro é a falta de liquidez e a baixa profundidade apresentado pelo segmento, contribuindo para o baixo número de investidores e emissões realizadas pelas empresas.

Uma das causas apontadas por vários participantes para a baixa liquidez e profundidade do mercado secundário de títulos corporativos é a fragmentação resultante da não padronização dos papéis. O mercado de títulos privados apresenta um grande número de debêntures distintas dividindo o volume de negócios. Isso acaba prejudicando a liquidez do mercado, pois existem

muitos títulos diferentes, o que dificulta a precificação, comparação entre papéis e a cotação dos papéis em percentual do valor do principal.

Embora tenha sido identificado no diagnóstico que o mercado brasileiro de debêntures é essencialmente comprador, a morosidade do processo de autorização de emissão foi apontada por alguns participantes de mercado como motivo para a exigência por parte dos emissores de concessão de garantia firme dos coordenadores das ofertas. A longa extensão desse processo e possíveis alterações nas condições de mercado induzem comportamentos defensivos dos emissores, dentre os quais se deve mencionar a inserção de opção de compra (call) no título – a qual normalmente ocorre na curva do papel – garantindo sua recompra antecipada caso verifique-se que o custo da emissão se mostrou elevado. Tal situação faz com que o título não apenas fique fora do padrão tradicional de mercado (plain vanilla), como também prejudica sua liquidez, e muitas vezes eleva o custo de financiamento da empresa.

Outro fator importante para explicar a baixa liquidez no mercado secundário de debêntures é que a maior parte do estoque de debêntures é indexada ao CDI o que, pela sua natureza, acaba eliminando a possibilidade de ganhos de arbitragem na compra e venda desses papéis por conta da variação nos preços. Assim, o abandono do CDI daria um perfil mais próximo ao de renda variável para as debêntures de longo prazo, gerando a possibilidade de ganhos de capital.

A tributação também pode ser considerada uma barreira importante para o desenvolvimento do mercado de renda fixa privada, tendo em vista a isenção de IR vigente para os estrangeiros compradores de títulos públicos, sem respectiva correspondência nos papéis privados.

Essa diferenciação de tratamento foi amenizada com a Lei 12.431/11, que estendeu o mesmo tratamento fiscal aos títulos e valores mobiliários privados, porém somente àqueles títulos associados a investimentos em infraestrutura. Os títulos não são fungíveis, pois o IR se dá diretamente no título – via prazo médio na data da emissão, desde que sejam cumpridos os requisitos necessários em relação ao prazo médio, indexador, ausência de opção de compra nos primeiros anos, entre outros. Dessa forma, o estoque de cada título fica restrito ao volume ofertado na primeira emissão, reduzindo a liquidez potencial no mercado secundário.

Diversos participantes do mercado apontaram a necessidade de simplificação e maior agilidade no trâmite de autorização dos registros no âmbito da ICVM 400. Foi identificado que o programa de distribuição não é utilizado frequentemente e a estruturação de uma oferta pública para pequenas/médias se torna cara.

A partir desse amplo diagnóstico, o Tesouro Nacional apresentou, ao fim de 2013, um relatório à Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda contendo 10 propostas para fomento desse mercado e que abordam os problemas identificados na fase de diagnóstico.

Os próximos passos previstos para 2014 são a discussão aprofundada dos temas com as Secretarias do Ministério da Fazenda envolvidas (SPE e SE) e operacionalização das propostas aprovadas pelo GTMK.

c) Objetivo Estratégico: Aperfeiçoar a informação contábil e as estatísticas fiscais do setor público, visando a melhoria da análise fiscal, patrimonial, de custos e do gasto público.

Meta: O TN aprimorou os procedimentos contábeis e estatísticos da Dívida Pública.

O ano de 2013 foi marcado por importantes avanços nos procedimentos contábeis e na geração de estatísticas da DPF. O Relatório Mensal da Dívida Pública Federal, documento por meio do qual o Tesouro Nacional divulga os resultados obtidos na administração da dívida pública, teve seus processos revistos e aprimorados, possibilitando a geração de informações mais padronizadas, precisas e tempestivas.

No que se refere aos indicadores da Dívida Pública, merece destaque a implementação e divulgação, a partir de maio de 2013, do “Custo Médio de Emissão da DPMFi”, que reflete a taxa interna de retorno – TIR dos títulos do Tesouro Nacional no mercado doméstico, mais as variações

de seus indexadores, considerando-se apenas as colocações de títulos em oferta pública nos últimos 12 meses.

Outro importante passo foi o desenvolvimento do ATM (Average Term to Maturity). Trata-se de um indicador de maturidade da DPF alinhado às práticas mais adotadas internacionalmente, o que vai possibilitar um comparativo das estatísticas da dívida brasileira às dos demais países de forma mais homogênea. Estes novos indicadores vêm complementar as informações até então produzidas, resultando em mais qualidade e transparência na gestão da dívida pública.

d) Objetivo Estratégico: Minimizar os custos da Dívida Pública Federal e, ao mesmo tempo, manter seus riscos em níveis prudentes..

Meta: Os custos e riscos da Dívida Pública Federal foram reduzidos observados os parâmetros do PAF e as diretrizes do planejamento de médio e longo prazo.

O comprometimento com as metas do Plano Anual de Financiamento (PAF) é elemento importante para os avanços no perfil da Dívida Pública Federal (DPF), no que diz respeito ao adequado balanço entre seus custos e riscos. Por isto, a estratégia de gestão da DPF adotada pelo Tesouro Nacional em 2013 seguiu a diretriz de substituir gradualmente os títulos indexados a taxas flutuantes por instrumentos prefixados e remunerados por índices de preços. Outra diretriz perseguida com sucesso ao longo do ano se refere ao alongamento do prazo médio da DPF.

No médio prazo, a consequência principal dessas diretrizes e metas é sua contribuição para a redução de riscos da DPF, que, por sua vez, favorece o alcance de maior estabilidade econômica e financeira no país, resultando em maiores níveis de bem-estar para a sociedade brasileira.

A Tabela a seguir apresenta a evolução dos indicadores da Dívida Pública Federal (DPF) nos últimos anos, merecendo destaque os dados de 2013, em comparação aos limites definidos no PAF do mesmo ano. De maneira geral, as metas propostas no PAF foram atingidas, tendo apenas uma exceção com referência ao resultado para a participação da dívida flutuante no total da DPF, que ficou ligeiramente acima do limite superior definido no PAF (ainda assim registrando importante redução dos flutuantes). Os demais componentes da composição (prefixados, índices de preços e câmbio), bem como os indicadores da estrutura de vencimentos, o prazo médio e o percentual vincendo em 12 meses, encerraram o ano dentro dos intervalos definidos previamente.

Tabela 2.2.1 – Resultados para a Dívida Pública Federal – DPF

Indicadores	dez/09	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	PAF-2013	
						Mínimo	Máximo
Estoque da DPF em mercado (R\$ bi)	1.497,4	1.694,0	1.866,4	2.008,0	2.113,2	2.100,0	2.240,0
Composição							
Prefixado (%)	32,2	36,6	37,2	40,0	42,4	41,0	45,0
Índice de Preços (%)	26,7	26,6	28,3	33,9	34,4	34,0	37,0
Taxa Flutuante (%)	34,5	31,6	30,1	21,7	19,2	14,0	19,0
Câmbio (%)	6,6	5,1	4,4	4,4	4,0	3,0	5,0
Estrutura de Vencimentos							
Prazo Médio (anos)	3,5	3,5	3,6	4,0	4,2	4,1	4,3
% vincendo em 12 meses	23,6	23,9	21,9	24,4	24,6	21,0	25,0

Fonte: STN/SUDIP

Em 2013, o Tesouro Nacional deu continuidade à substituição de títulos vinculados a taxas de juros flutuantes (especialmente à taxa Selic), por dívida prefixada ou remunerada por índices de preços, avançando-se, dessa forma, na redução do risco de taxa de juros da DPF. Em comparação com o ano anterior, aumentaram-se a participação dos prefixados (de 40,0% para 42,4%) e a da

dívida vinculada à inflação (de 33,9% para 34,4%). Em contrapartida, houve queda da parcela de flutuantes na DPF (de 21,7% para 19,2%), embora esta tenha encerrado o ano ligeiramente acima do limite superior de 19% definido no PAF 2013. Por fim, a dívida cambial apresentou pequena redução no período em análise, passando de 4,4% para 4,0%, valor que se situa dentro dos limites do PAF (entre 3% e 5%).

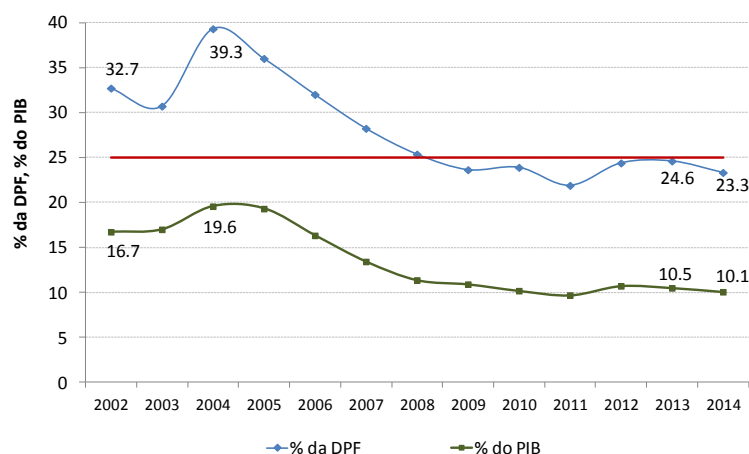
A evolução da composição da DPF está associada diretamente com a gestão de seu risco de mercado. Este diz respeito à possibilidade de elevação no estoque da dívida devido a flutuações nas variáveis econômicas que afetem os custos dos títulos públicos, tais como: alterações nas taxas de juros de curto prazo, de câmbio e de inflação, ou na estrutura a termo da taxa de juros. Nos últimos anos, a estratégia do Tesouro Nacional foi bem sucedida na redução desse risco, privilegiando-se a colocação de instrumentos de financiamento com custos menos voláteis.

Já a análise da estrutura de vencimentos da DPF mostra que o Tesouro tem avançado também em sua diretriz de alongamento da maturidade média da dívida. Em 2013, o prazo médio aumentou em relação ao final do ano anterior (de 4,0 anos para 4,2 anos), enquanto o percentual vincendo em 12 meses sofreu pequeno aumento (de 24,4% da DPF para 24,6% da DPF). Nos dois casos, as metas traçadas pelo PAF 2013 foram alcançadas.

A estrutura de maturação da dívida está relacionada com seu risco de refinanciamento. Este é dado pela possibilidade de o Tesouro Nacional, ao acessar o mercado para refinar sua dívida vincenda, encontrar condições financeiras adversas que impliquem elevação em seus custos de emissão, ou até, no limite, não conseguir levantar recursos no montante necessário para honrar seus pagamentos. Portanto, tal risco depende diretamente de quão concentrados em pontos específicos do tempo estão os vencimentos previstos da dívida.

Historicamente, o Tesouro tem obtido progressos na redução desse risco, sobretudo por meio da redução da concentração de vencimentos da DPF em até 12 meses (vide gráfico a seguir). Após atingir 39,3% da DPF em 2004, a parcela de títulos vincenda no curto prazo reduziu a 21,6% da DPF em 2011 e, apesar do aumento ocorrido nos últimos dois anos, tem se estabilizado abaixo de 25% da DPF, proporção esta que historicamente é considerada confortável para a gestão do risco de refinanciamento da dívida.

Figura 2.2.1 – DPF vincendo em 12 meses



Fonte: Tesouro Nacional.

A projeção de 2014 tem por base o ponto médio dos limites indicativos do PAF 2014.

O custo de financiamento da DPF também é um indicador que o Tesouro Nacional considera relevante ao elaborar sua estratégia de financiamento. O mix entre dívida prefixada, remunerada por índices de preços e flutuante garantiu ao Tesouro Nacional, por um lado, uma menor volatilidade do custo médio da dívida durante os ciclos monetários e, por outro, a convergência desse custo para níveis mais baixos, em linha com a tendência declinante dos juros básicos da economia observada desde 2005. Neste sentido, em 2013 houve redução do custo médio

acumulado da DPF para 11,32% ao ano, sendo que, em 2012, o custo foi de 11,55%. Vale destacar que essa redução foi verificada mesmo no contexto de aumento das taxas de juros ocorrido ao longo de 2013, resultado de uma composição de dívida que tem proporcionado maior estabilidade e previsibilidade para a estatística de custo médio do endividamento.

Vale destacar que a divulgação do Plano Anual de Financiamento 2013 foi feita por meio do sítio do Tesouro Nacional na Internet e se encontra disponível em <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>. Por sua vez, os resultados alcançado ao longo de 2013 serão divulgados por meio do Relatório Anual da Dívida 2013, que será lançado em 2014. Após sua publicação, o mesmo se encontrará disponível no mesmo endereço de internet acima.

Meta: O TN aprimorou os instrumentos e práticas no gerenciamento da Dívida Pública.

Esta meta abarcou um conjunto grande de atividades, cujo objetivo comum era a melhoria no gerenciamento da dívida pública, e englobou comparações internacionais com o caso brasileiro, avaliação do processo de emissão externa, análise da política fiscal e desenvolvimento de sistemas de informação de apoio à gestão da dívida pública. Através de suas macroações, a meta permitiu concluir as seguintes lições:

1. Foi desenvolvido um modelo de crescimento econômico, subsidiando as discussões acerca do financiamento da formação bruta de capital fixo no Brasil, com projeções de impactos de possíveis aportes no BNDES na evolução dos indicadores de DLSP e DBGG para o período 2013-2017.
2. Foram mapeadas cada uma das etapas do processo de emissão externa, bem como criado plano de contingência para cada uma delas.
3. Estudou-se os índices internacionais de renda fixa, de forma a se entender principais restrições à inclusão nos índices mais importantes de cada instituição.
4. Estudos efetuados indicam que a composição da dívida pública pode ter papel relevante para explicar movimentos macroeconômicos, segundo uma abordagem de modelo DSGE para a economia brasileira.
5. Avançou-se na migração do banco de dados de leilões do Acess para o Oracle.
6. Avançou-se no que diz respeito à melhorias e desenvolvimento de novos sistemas de informação relacionados à gestão da dívida pública (Sistema Integrado da Dívida Pública – SID – e GERIR).

Devido ao tamanho reduzido da equipe ao longo de 2013, foram necessárias renegociações de cumprimento de uma macroação para 2014. Esta está relacionada ao seguinte tema: (i) Aperfeiçoar e padronizar a metodologia de cálculo do custo de Projetos de Dívida Contratual e Operações Especiais da Dívida Pública.

- Desempenho Orçamentário/Financeiro

Quadro 2.2.13 – Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério da Fazenda	25101	170600
Encargos Financeiros da União-Recursos sobre supervisão do Ministério da Fazenda	71.101	170600
Operações Oficiais de Crédito-Recursos sob supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional	74.101	170600
Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal-Recursos sobre supervisão do Ministério da Fazenda	75.101	170600

Fonte: SIAFI

a) Programação de Despesas Correntes e de Capital

Na **Unidade Gestora 170.600 – Controle da Dívida Pública**, a programação das despesas correntes e de capital apresentou o seguinte comportamento:

Quadro 2.2.14 – Programação das Despesas Correntes – UG 170.600

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		2 – Juros e Encargos da Dívida (Proposta orçamentária)		2 – Juros e Encargos da Dívida (PLOA)		2 – Juros e Encargos da Dívida (LOA)	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
UO	PT	2012	2013	2012	2013	2012	2013
25101	4.123.077.320.770.000	10.644.000	11.494.760	10.644.000	11.494.760	10.644.000	11.494.760
	28.844.090.602.840.000	116.244					
71101	28.843.090.502.520.000	31.777.062	26.040.136	31.777.062	26.040.136	31.777.062	26.040.136
	28.843.090.504.310.000						
	28.843.090.504.330.000	930.000.000	930.000.000	930.000.000	930.000.000	930.000.000	930.000.000
	28.843.090.504.510.000						
	28.843.090.504.550.000	111.487.959.552	136.168.245.505	111.487.959.552	136.168.245.505	111.487.959.552	125.572.245.505
	28.843.090.508.110.000	250.660.250	228.617.030	250.660.250	228.617.030	250.660.250	228.617.030
	28.844.090.602.620.000	228.617.030	270.695.160	228.617.030	270.695.160	228.617.030	270.695.160
	28.844.090.603.710.000	1.436.375	1.184.862	1.436.375	1.184.862	1.436.375	1.184.862
	28.844.090.604.050.000						
	28.844.090.604.090.000	7.274.961	3.384.765	7.274.961	3.384.756	7.274.961	3.384.756
	28.844.090.604.190.000	619.412.939	432.021.845	539.866.602	432.021.845	539.866.602	432.021.845
	28.844.090.604.250.000	7.941.237.857	7.554.357.817	7.941.237.857	7.554.357.817	7.941.237.857	7.554.357.817
	28.846.0905.09HL.0001	5.150.068.244	14.953.482.225	5.150.068.244	14.953.482.225	5.150.568.244	14.953.482.225
	28.846.090.906.690.000	11.000.000.000		11.000.000.000		11.000.000.000	
74101	28.846.090.203.430.000	113.000.000	113.000.000	113.000.000	113.000.000	113.000.000	113.000.000
75101	28.841.090.703.650.000						
	28.842.090.802.430.000						
	28.842.090.803.670.000						
Total		137.772.204.514	160.692.524.099	137.692.541.933	160.692.524.099	137.693.041.933	150.096.524.099

Fonte: LOA e SEORFI

Valores em R\$ 1,00

Quadro 2.2.15 – Programação das Despesas de Capital – UG 170.600

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Capital					
		6 – Amortização da Dívida (Proposta orçamentária)		6 – Amortização da Dívida (PLOA)		6 – Amortização da Dívida (LOA)	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
UO	PT	2012	2013	2012	2013	2012	2013
25101	04.123.0773.2077.0001						
	28.844.0906.0284.0001	977.770					
71101	28.843.0905.0252.0001	58.077.951	56.789.528	58.077.951	56.789.528	58.077.951	56.789.528
	28.843.0905.0431.0001						
	28.843.0905.0433.0001	205.000.000	205.000.000	205.000.000	205.000.000	205.000.000	205.000.000
	28.843.0905.0451.0001						

	28.843.0905.0455.0001	116.131.766.203	109.152.126.897	116.131.766.203	107.603.163.188	113.428.403.139	118.199.163.188
	28.843.0905.0811.0001	367.549.388	334.856.705	367.549.388	334.856.705	367.549.388	334.856.705
	28.844.0906.0262.0001	334.856.705	396.927.532	334.856.705	396.927.532	334.856.705	396.927.532
	28.844.0906.0371.0001	10.999.327	11.515.441	10.999.327	11.515.441	10.999.327	11.515.441
	28.844.0906.0405.0001						
	28.844.0906.0409.0001	13.795.669		13.795.669		13.795.669	
	28.844.0906.0419.0001	13.716.494.626	1.404.108.126	1.559.610.751	1.404.108.126	1.559.610.751	1.404.108.126
	28.844.0906.0425.0001	1.062.670.000	498.129.617	1.062.670.000	498.129.617	1.062.670.000	498.129.617
	28.846.0905.09HL.0001	5.562.844.539	12.274.491.136	5.562.844.539	12.274.491.136	5.563.344.539	12.274.491.136
	28.846.0909.0669.0001	92.850.000.000		92.850.000.000		92.850.000.000	
74101	28.846.0902.0343.0001*						
75101	28.841.0907.0365.0001	637.286.701.760	600.418.932.533	637.286.701.760	601.967.896.252	639.490.064.824	601.967.896.242
	28.842.0908.0243.0001	13.287.693.052	5.876.377.703	13.287.693.052	5.876.377.703	13.287.693.052	5.876.377.703
	28.842.0908.0367.0001	54.404.952	74.018.810	54.404.952	74.018.810	54.404.952	74.018.810
Total		880.943.831.942	730.703.274.032	868.785.970.297	730.703.274.172	868.286.470.297	741.299.274.032

* inversão financeira - PROES
Fonte: LOA e SEORFI

Quadro 2.2.16 – Quadro Resumo da Programação de Despesas – UG 170.600

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2013	2012	2013	2012	2013
25101	04.123.0773.2077.0001	10.644.000	11.494.760				
	28.844.0906.0284.0001						
71101	28.843.0905.0252.0001	31.777.062	26.040.136	58.077.951	56.789.528		
	28.843.0905.0431.0001						
	28.843.0905.0433.0001	930.000.000	930.00.000	205.000.000	205.000.000		
	28.843.0905.0451.0001						
	28.843.0905.0455.0001	111.487.959.552	125.572.245.505	113.428.403.139	118.199.163.188		
	28.843.0905.0811.0001	250.660.250	228.617.030	367.549.388	334.856.705		
	28.844.0906.0262.0001	228.617.030	270.695.160	334.856.705	396.927.532		
	28.844.0906.0371.0001	1.436.375	1.184.862	10.999.327	11.515.441		
	28.844.0906.0405.0001						
	28.844.0906.0409.0001	7.274.961	3.384.756	13.795.669			
	28.844.0906.0419.0001	539.866.602	432.021.845	1.559.610.751	1.404.108.126		
	28.844.0906.0425.0001	7.941.237.857	7.554.357.817	1.062.670.000	498.129.617		
	28.846.0905.09HL.0001	5.150.568.244	14.953.482.225	5.563.344.539	12.274.491.136		
	28.846.0909.0669.0001	11.000.000.000		92.850.000.000			
74101	28.846.0902.0343.0001*	113.000.000	113.000.000				
75101	28.841.0907.0365.0001			639.490.064.824	601.967.896.242		
	28.842.0908.0243.0003			13.287.693.052	5.876.377.703		
	28.842.0908.0367.0001			54.404.952	74.018.810		
Total		137.693.041.933	150.096.524.099	868.286.470.297	741.299.274.032		

Fonte: LOA e SEORFI

Valores em R\$ 1,00

b) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro 2.2.17 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa – UG 170.600

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	*diversas			2.831.980,00	
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	*diversas				6.930.575,00

Fonte: SIAFI

Valores em R\$ 1,00

Obs.: Movimentação orçamentária referente transferências dos contratos da Dívida Externa Contratual dos Ministérios totalmente desembolsadas para esta STN.

Quadro 2.2.18 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa – UG 170.600

MF	49101	44101	22202	33101	Total geral
Juros	219.322,00	324.739,00	1.209.275,00	1.078.644,00	2.831.980,00
Principal	1.187.914,00	648.329,00	4.470.640,00	623.692,00	6.930.575,00
Total geral	1.407.236,00	973.068,00	5.679.915,00	1.702.336,00	9.762.555,00

Fonte: LOA e SEORFI

Valores em R\$1,00

Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício, cabendo destacar as seguintes ações:

- TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA - CONSULTAS

Durante o exercício de 2013, foi dado prosseguimento a atendimentos de consultas a respeito da Dívida Pública Federal, em sua maioria, referentes a apólices e títulos antigos, visando a esclarecer majoritariamente dúvidas sobre autenticidade desses ativos, e sobre os procedimentos a serem observados para sua aquisição de forma correta e segura.

As consultas recebidas no período foram respondidas, conforme registro a seguir:

Quadro 2.2.19 – Consultas recebidas

Classificação das Mensagens	Quantidade
Ouvidoria Do MF/STN	TOTAL
Fale Conosco do Tesouro	208
OUVIDOR - email Institucional	287
SIC - Serviço de Informação ao Cidadão	33
Questionamentos recebidos via Protocolo STN	
Títulos Antigos da Dívida Interna e Externa, LTN, DL. 6.019-43	83
Respostas através de correspondências oficiais	
PFN/PGFN/AGU/CGU/PF/TRT - demandas judiciais	43
Total Geral	654

Fonte: STN/CODIV – Posição em 31/12/2013

- SISTEMA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – SEORFI

O Sistema de Execução Orçamentária e Financeira (SEORFI) é um sistema em Access, utilizados pela Subsecretaria da Dívida Pública, onde são realizados o registro e o controle da Execução Financeira e Orçamentária da Dívida Pública Federal, das operações de Compra Antecipada de Moeda Estrangeira (Liquidação Futura) , das operações de Resgate Antecipado de Títulos Externos (Buyback), entre outras atividades.

O SEORFI vem desde 2010 em um processo de manutenção evolutiva que tem por objetivo a integração das rotinas e minimização dos riscos operacionais.

A primeira etapa do projeto foi entregue no início de 2011, onde foi efetuada a revitalização do sistema, atualização do software, controle de acesso de usuários, através de senha e associação de perfis, e novas funcionalidades que permitiram a geração de dados a partir de carga de arquivos, grantindo confiabilidade na informação.

Em março de 2011 foi concluída a segunda etapa do projeto, que consistiu na automatização de diversos processos que integram a execução orçamentária, contábil e financeira da dívida pública, como a elaboração do orçamento, a reprogramação orçamentária, a programação e liberação financeira, a rotina de carga de dados do Siafi (saldos financeiros, saldos orçamentários, fluxo de pagamento, empenho) e a integração com os sistemas de controle da dívida interna e externa, otimizando os pagamentos da DPMFi (dívida securitizada, Tesouro Direto, e TDA), e as dívidas externas mobiliária e contratual.

A terceira etapa do projeto teve início em outubro de 2012, onde ressaltamos os resultados alcançados no decorrer do exercício de 2013, através do desenvolvimento do processo de pagamento de Despesa Administrativa, a otimização das rotinas de Buyback, a automatização dos processos de contabilização das emissões de títulos (leilões tradicionais, leilão de troca, leilão de compra e Tesouro Direto), o desenvolvimento da rotina de fluxo de caixa e “kit Comitê”. O processo de integração, geração e exportação dos registros contábeis relacionados as rotinas diárias da execução de receitas/despesas para o SIAFI está em desenvolvimento, em razão do ingresso gradativo pela STN/CODIV no sistema CPR a partir do segundo semestre de 2013.

Importante mencionar que os procedimentos foram descentralizados entre as gerencias da STN/CODIV através da inserção das informações diretamente no SEORFI, com dupla conferência e comunicação automática pelo proprio sistema através do envio de mensagens de email aos atores diretamente envolvidos nas ações executadas, evitando desta forma, erros e retrabalho. Cabe ressaltar que a constante atualização do sistema, a automatização dos processos com conseqüente redução da intervenção do usuário e manuseio das informações, tem possibilitado um alto grau de confiabilidade nos registros, controles, relatórios e informações, com ganhos de produtividade e agilidade com relação as rotinas diárias executadas pelas áreas que se utilizam do SEORFI.

- Política Fiscal – Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais

Dentre as ações orçamentárias, destacam-se os gastos com agentes financeiros pela gestão de haveres da União. Estão compreendidos nesta ação (00M4 – Remuneração a Agentes Financeiros), despesas com remuneração aos agentes financeiros pelo acompanhamento, controle e cobrança dos contratos de financiamento das operações de crédito rural alongadas com base na Lei nº 9.138/1995 e transferidas e/ou desoneradas de risco pela União nos termos da Medida Provisória nº 2.196/2001, além de ressarcimento de despesas judiciais necessárias à condução das ações referentes aos processos de Empréstimo do Governo Federal e para acompanhamento, controle e cobrança dos contratos de financiamento do extinto Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A – BNCC.

Para a citada ação, as despesas corridas em 2013 com a administração de programas como o de Securitização, Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA , Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Fase II) - PRODECER II , despesas decorrentes dos Empréstimos do Governo Federal - EGF – ESPECIAL e do extinto BNCC atingiram o montante de R\$ 34.975.615,24.

Quadro 2.2.20 – Informações orçamentárias e financeiras - Ação 00M4

Dotação 2013		Despesa Empenhada em 2013	Despesa Liquidada em 2013	RP 2012 Proc. pago	RP 2012 não Proc. pago	Valores Pagos 2013	Restos a Pagar a liquidar
Inicial	Final						
36.280.021,10	33.025.370,7	33.025.370,70	34.808.428,95	168.088,40	12.669.285,94	22.139.143,01	10.886.227,69

Fonte: STN/COFIS/GERAT

Quadro 2.2.21 – Participação em Fundos

FUNDOS	TOTAL			PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO		%	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	QUANTIDADE	VALOR DA QUOTA	VALOR TOTAL	QUANTIDADE	VALOR		
FGI	684.743.856	1,19	816.941.313,04	580.308.078	692.343.041,41	84,75	816.941.313,04
FGO	3.786.628,04	165,2	625.585.106,98	1.002.345	165.596.589,9	26,47	625.585.106,98
FGCN	2.534.762.912	1,49	3.791.404.577,72	2.498.592.457	3.737.302.149,44	98,57	3.791.404.577,72
FGHab	752.618.858	1,82	1.370.708.982,54	638.075.802	1.162.097.154,67	84,78	1.370.708.982,54

Fontes: Administradores dos Fundos - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal (CEF).

FGHAB - Fundo Garantidor da Habitação Popular (posição em 12/12/2013)

FGI - Fundo Garantidor para Investimento (posição em 30/11/2013)

FGCN - Fundo de Garantia para a Construção Naval (posição em 12/12/2013)

FGO - Fundo Garantidor de Operações (posição em 30/11/2013)

- Unidade Gestora 170705 – Recursos Geridos pela COFIS

Programa: 0909 – Operações Especiais – Outros Encargos Especiais

Ação Orçamentária 00CZ – Integralização de Cotas do Fundo Garantidor da Habitação Popular – FGHab

Dados Gerais

Ação 00CZ - Integralização de Cotas do Fundo Garantidor da Habitação Popular - FGHab

-	Unidade de Medida: -	UO: 25101 M. da Fazenda
---	-----------------------------	--------------------------------

Finalidade:

Integralizar cotas do FGHab, que tem como finalidade garantir o pagamento aos agentes financeiros de prestação mensal de financiamento habitacional no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, devida por mutuário, em caso de desemprego e redução temporária da capacidade de pagamento, para famílias com renda de até R\$ 5.000,00, bem como assumir o saldo devedor do financiamento imobiliário em caso de morte e invalidez permanente e as despesas de recuperação relativas a danos físicos no imóvel, para mutuários com renda familiar de até R\$ 5.000,00.

Descrição:

A ação trata de repasse de recursos por meio da integralização de cotas do FGHab.

Unidade Administrativa Responsável:

Coordenação-Geral de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais – COFIS

Implementação da Ação:

O Tesouro Nacional integralizará cotas do FGHab, de modo a permitir que o Fundo cumpra as suas finalidades.

Tipo: Operação Especial

Base Legal:

Leis nº 11.977, de 7 de julho de 2009, nº 12.249, de 11 de junho de 2010 e nº 12.424, de 16 de junho de 2011. Decretos nº 6.820, de 13 de abril de 2009, e nº 7.499, de 16 de junho de 2011. Portarias do MF nº 160, de 13 de abril de 2009, nº 562, de 2 de dezembro de 2010, e nº 284, de 15 de agosto de 2012.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	STN/MF
Unidades executoras	COFIS/STN/MF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	COFIS/STN/MF
Coordenador nacional da ação	Maria Carmozita Bessa Maia
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Não se aplica

- Metas e resultados da ação no exercício

Quadro 2.2.22 – Metas e Resultados – Ação 00CZ

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
1.400.000 moradias ¹	240.000.000	325.727	160.000.000

Fonte: STN/COFIS/GERAT

¹Meta total do programa, conforme a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, alterada pela Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011.

Quanto a meta física, até 29/11/2013, foram celebrados 1.282.915 financiamentos habitacionais com garantia do FGHab, sendo 1.236.518 pela CAIXA e 46.397 pelo Banco do Brasil, o que representam um acréscimo de 325.727 operações em relação à quantidade verificada ao final de 2012.

No que tange à meta financeira, em 2013 havia espaço para a União integralizar cotas do FGHab num total de R\$ 240 milhões, sendo R\$ 160 milhões correspondentes a ações orçamentárias inscritas em restos a pagar e R\$ 80 milhões relativos a ação do orçamento 2013. Ao longo do exercício 2013, todavia, foram aportados apenas os R\$ 160 milhões referentes aos restos a pagar, sendo metade desse valor oriundo do orçamento 2011 e o restante do orçamento 2012. Já o crédito do orçamento 2013, no valor de R\$ 80 milhões, foi empenhado e inscrito em restos a pagar.

Considerando que a Lei nº 11.977/2009 autorizou a União a integralizar cotas do FGHab no valor de até R\$ 2,00 bilhões, ao final de 2013 ainda haveria espaço para o ente federal aportar recursos da ordem de R\$ 1,04 bilhão.

- Política Fiscal – Participações Societárias

- Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Quadro 2.2.23 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério da Fazenda	25101	170510
Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	71101	170510

Fonte: LOA 2013 e SIAFI

- Programação de Despesas Correntes e de Capital

Quadro 2.2.24 – Programação de Despesas

Unidade Orçamentária :		Código UO: 25101	UGO: 170510	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes		
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes
DOTAÇÃO INICIAL				8.038.701,00
CRÉDITOS	Suplementares			
	Especiais	Abertos		
		Reabertos		

	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
Créditos Cancelados					
Outras Operações					
Dotação final 2013 (A)					8.038.701,00
Dotação final 2012(B)					8.038.701,00
Variação (A/B-1)*100					0
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO NICIAL					
CRÉDITOS	Suplementares				
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos		180.194.386,00	
		Reabertos			
Créditos Cancelados					
Outras Operações					
Dotação final 2013 (A)			180.194.386,00		
Dotação final 2012(B)			415.351.870,50		
Variação (A/B-1)*100			(56,62)		

Fonte: LOA 2013 e SIAFI

- Análise Crítica

Em relação às Ações 0403 – Integralização de Cotas ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e 0544 – Integralização de Cotas da Associação Internacional de Desenvolvimento – AID, o orçamento proposto pela STN sofreu uma redução substancial já no PLOA 2013, e outra maior ainda quando da aprovação da LOA 2013. Uma vez que estas ações referem-se a orçamento destinado ao pagamento de compromissos assumidos pelo Governo Brasileiro, foi necessária, assim como em 2012, a solicitação de abertura de crédito extraordinário para o pagamento da dívida assumida junto aos organismos internacionais. Contudo, não foram efetivadas todas as integralizações de cotas previstas em função da falta de disponibilidade financeira para realizar o pagamento, conforme descrito no item “Análise Crítica da Realização da Despesa”.

O orçamento das demais ações foi aprovado conforme proposto.

- Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro 2.2.25 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	170510	287002	28.846.0909.0605			242.254,38
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

Fonte: SIAFI

Obs: Destaque orçamentário ao BNDES com vistas ao pagamento de despesas incorridas no processo de privatização do IRB-Brasil Resseguros S.A.

- Política Fiscal – Operações de Crédito do Tesouro Nacional

- Metas

Com vistas a atingir o objetivo estratégico do Tesouro Nacional de estruturar o processo de identificação, avaliação e mitigação de riscos fiscais, a STN/COPEC foi responsável pela elaboração dos seguintes estudos:

- **Meta 2.6 – A STN assumiu os processos de trabalhos provenientes do Instituto de Resseguros do Brasil-IRB, no âmbito das contas “Garantia Inicial do Seguro à Exportação” e “Garantia Suplementar do Seguro de Crédito à Exportação” conforme Portaria nº 536, de 28 de novembro de 2011.**

Em atendimento ao Ofício nº 33/2012/COPEC/SUPOF/STN/MF-DF, de 07 de novembro de 2012, o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) vem encaminhando à Secretaria do Tesouro Nacional – STN, desde 01.02.2013, processos físicos relativos à gestão das contas "Garantia inicial do Seguro à Exportação" e "Garantia Suplementar do Seguro de Crédito à Exportação". No entanto, os processos e as informações sobre o Seguro de Crédito à Exportação – SCE em *run-off* ainda não foram totalmente encaminhados à STN. Desse modo, esta Coordenação-Geral informa que a conclusão da Meta 2.6 ocorrerá em 2014, quando do recebimento da totalidade das informações sobre o antigo Seguro de Crédito à Exportação, conforme sinalizado pelo IRB.

Há que se considerar o fato da ocorrência de uma descontinuidade institucional no IRB, com perda de memória operacional para este processo específico. Como a completude da meta depende da colaboração do IRB, tornou-se impossível atender ao prazo inicialmente estabelecido.

- Programação Orçamentária das Despesas – Outras Ações Orçamentárias

Quadro 2.2.26 – Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Encargos Financeiros da União – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	71101	170700
Operações Oficiais de Crédito – Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda	74101	170700

Fonte: STN/COPEC/GEFIN

- Programação de Despesas Correntes e Capital

ÓRGÃO 71000 – ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO – EFU

QUADRO 2.2.27 – ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO

RS 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários	Grupos de Despesas Correntes			
	3 – Outras Despesas Correntes (Proposta)	3 – Outras Despesas Correntes (PLOA)	3 – Outras Despesas Correntes (LOA)	3 – Outras Despesas Correntes (Final)

PT	Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013
28.846.0909.00EF.0001	14.860.000	210.000	5.000.000	210.000	5.000.000	210.000	5.000.000	210.000
28.846.0909.00M3.0001	0	169.200.000	0	169.200.000	0	169.200.000	0	169.200.000
28.846.0909.000K.0001	4.486.645.000	257.028.000	2.693.413.000	257.028.000	2.693.413.000	257.028.000	2.693.413.000	257.028.000
28.846.0909.0265.0001	469.636.000	1.367.476.000	172.000.000	1.322.590.879	172.000.000	1.322.590.879	172.000.000	1.322.590.879
28.846.0909.00DD.0001	5.000.000	0	5.000.000	0	5.000.000	0	5.000.000	0
T O T A L	4.976.141.000	1.793.914.000	2.875.413.000	1.749.028.879	2.875.413.000	1.749.028.879	2.875.413.000	1.749.028.879

Fonte: STN/COPEC/GEFIN

ÓRGÃO 74000 – OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

QUADRO 2.2.28 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários	Grupos de Despesas Correntes							
	3 – Outras Despesas Correntes (Proposta)		3 – Outras Despesas Correntes (PLOA)		3 – Outras Despesas Correntes (LOA)		3 – Outras Despesas Correntes (Final)	
	Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
PT	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013
22.693.0902.009J.0001	25.018.000	32.643.000	14.010.000	32.643.000	14.010.000	32.643.000	14.010.000	32.643.000
20.605.2012.00GW.001	254.604.000	150.000.000	67.000.000	150.000.000	67.000.000	150.000.000	67.000.000	150.000.000
20.605.2012.00GZ.001	28.320.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000
20.608.2012.0281.0001	3.120.947.000	3.345.378.555	2.390.738.000	3.345.378.555	2.388.659.000	3.345.378.555	2.388.659.000	3.345.378.555
28.608.2014.00GO.0001	0	58.000.000	0	58.000.000	0	58.000.000	0	58.000.000
20.605.2014.0294.0001	1.515.550.000	1.574.605.000	1.312.488.000	1.574.605.000	1.312.513.000	1.574.605.000	1.312.513.000	1.574.605.000
20.608.2014.0297.0001	303.000	5.292.000	170.000	7.392.000	170.000	7.392.000	170.000	7.392.000
20.605.2014.0298.0001	171.554.000	227.960.000	82.620.000	227.960.000	82.620.000	227.960.000	82.620.000	227.960.000
20.605.2014.0299.001	271.680.000	450.000.000	270.000.000	450.000.000	270.000.000	450.000.000	270.000.000	450.000.000
20.605.2014.0300.001	2.766.946.000	1.700.000.000	600.097.000	1.700.000.000	600.097.000	1.700.000.000	600.097.000	1.700.000.000
20.605.2014.0301.0001	3.270.287.000	1.710.623.000	805.580.000	1.710.623.000	805.587.000	1.710.623.000	805.587.000	1.710.623.000
20.605.2014.0611.0001	335.541.000	583.269.000	161.597.000	583.269.000	161.597.000	583.269.000	161.597.000	583.269.000
25.754.2022.00EL.0001	4.000.000	27.488.000	2.000.000	27.488.000	2.000.000	27.488.000	2.000.000	27.488.000
23.693.2024.0267.0001	1.039.000.000	1.060.847.000	485.096.000	1.060.847.000	485.096.000	1.060.847.000	485.096.000	1.060.847.000
08.242.2063.00E85.0001	360.000.000	15.000.000	362.000.000	16.900.000	16.900.000	16.900.000	16.900.000	16.900.000
20.605.0352.008H.0001	0	0	100.000.000	0	100.000.000	0	100.000.000	0
11.334.2071.00JO.0001	360.000.000	400.000.000	362.000.000	439.000.000	345.100.000	439.000.000	345.100.000	439.000.000
T O T A L	13.523.750.000	11.371.105.555	7.045.396.000	11.414.105.555	6.681.349.000	11.414.105.555	6.681.349.000	11.414.105.555

Origem dos Créditos Orçamentários	Grupos de Despesas Capital							
	6 – Amortização de Dívida (Proposta)		6 – Amortização de Dívida (PLOA)		6 – Amortização de Dívida (LOA)		6 – Amortização de Dívida (Final)	
	Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
PT	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013
20.608.2012.0A81.0001	910.000.000	569.004.000	350.000.000	350.000.000	350.000.000	350.000.000	350.000.000	350.000.000
23.693.2024.0A84.0001	1.300.000.000	2.190.375.000	800.000.000	1.500.000.000	800.000.000	1.500.000.000	800.000.000	1.500.000.000
TOTAL	2.210.000.000	2.759.379.000	1.150.000.000	1.850.000.000	1.150.000.000	1.850.000.000	1.150.000.000	1.850.000.000

Fonte: STN/COPEC/GEFIN

- *Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa*

Quadro 2.2.29 – Movimentação Orçamentária

R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	170600	2024.0267.000 1			1.200.000.000
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: STN/COPEC/GEFIN

- *Análise Crítica*

A movimentação de recursos do PROEX está relacionada ao PROEX-Equalização. O apoio ao exportador é efetuado mediante emissão de Notas do Tesouro Nacional série I (NTN-I) ao banco mandatário da operação. A emissão é realizada a pedido da Coordenação-Geral das Operações de Crédito (COPEC) à Subsecretaria da Dívida Pública do Tesouro Nacional. Ainda que o orçamento original esteja nas Operações Oficiais de Crédito, é movimentado para a Dívida Pública. Em 2013, foi descentralizado R\$ 1,2 bilhão da Equalização NTN-I para UG 170600.

- *Ações Orçamentárias*

Órgão 71000 – Encargos Financeiros da União

0909 – Operações Especiais – Outros Encargos Especiais

➤ Ação: 28.846.0909.000K.0001

Quadro 2.2.30 – Equalização de Taxas em Operações de Financiamentos de que tratam as Leis nº 12.096/09 e nº 12.409/11

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário
3 – Outras Despesas Correntes				
45 - Subvenções Econômicas	257.028.000	0	121.858.878	135.169.121

FINALIDADE: O objetivo desta ação é fazer face às obrigações financeiras decorrentes da subvenção econômica concedida pela União ao BNDES e à FINEP, sob a forma de equalização de taxas de juros, em operações de financiamento destinadas à aquisição, produção e arrendamento mercantil de bens de capital, incluídos componentes e serviços tecnológicos relacionados, e o capital de giro associado; à produção de bens de consumo para exportação; ao setor de energia elétrica, a estruturas para exportação de grãos líquidos; a projetos de engenharia; à inovação tecnológica; a projetos de investimento destinados à constituição de capacidade tecnológica e produtiva em setores de alta intensidade de conhecimento e engenharia; a projetos e equipamentos de reciclagem e tratamento ambientalmente adequados de resíduos; e a investimentos no setor de armazenagem nacional de grãos, nos termos da Lei nº 12.096, de 24.11.2009.

Além disso, a Lei nº 12.409, de 25.05.2011, autorizou a concessão de subvenção econômica em operações de financiamento destinadas a sociedades empresariais, cooperativas, empresários individuais e pessoas físicas ou jurídicas caracterizadas como produtores rurais, localizados em Municípios atingidos por desastres naturais que tiverem a situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Poder Executivo federal. A regulamentação dessas medidas de apoio às regiões atingidas foi definida no contexto das normas relativas às operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e demais itens.

COMENTÁRIOS: Em 2013, a ação contou com dotação orçamentária de R\$ 257 milhões, dos quais R\$ 121,9 milhões foram executados ao longo do exercício. A inscrição em Restos a Pagar/2013 foi de R\$ 135,2 milhões, com previsão de execução ao longo do exercício de 2014.

As medidas de incentivo ao investimento em bens de capital iniciadas com a Lei nº 12.096, de 2009, foram fundamentais para a retomada do crescimento econômico diante da crise financeira internacional e a manutenção desse apoio tem sido de grande importância para o estímulo da competitividade da indústria brasileira. Ao final de 2012, o volume de recursos passíveis de subvenção passou de R\$ 227 bilhões para R\$ 312 bilhões, valor que vigorou até outubro de 2013, quando foram acrescidos R\$ 10 bilhões ao limite. Nesse período também foram praticados encargos financeiros reduzidos, de forma a possibilitar o estímulo à modernização do parque industrial e à inovação tecnológica. Além disso, em 2013 houve a inclusão do setor de armazenagem nacional de grãos como beneficiário da subvenção no intuito de incentivar os investimentos na infraestrutura de armazenagem. Por fim, a Medida Provisória nº 633, de 26.12.2013, ampliou o limite de financiamentos subvencionáveis em R\$ 50 bilhões, totalizando, assim, R\$ 372 bilhões, bem como prorrogou o prazo de contratação das operações para 31 de dezembro de 2014.

Fonte: STN/COPEC

➤ Ação: 28.846.0909.00EF.0001

Quadro 2.2.31 – Equalização de Taxas de Juros e Outros Encargos Financeiros em Operações de Financiamento para Infraestrutura em Projetos de Habitação Popular (Lei nº 11.977, de 2009)

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário
3 – Outras Despesas Correntes				
45 - Subvenções Econômicas	210.000	0	0	210.000

FINALIDADE: O objetivo desta ação é fazer face às obrigações financeiras decorrentes da subvenção econômica concedida pela União ao BNDES, sob a forma de equalização de taxas de juros e de outros encargos financeiros, especificamente nas operações de financiamento de linha especial para infraestrutura em projetos de habitação popular concedidas no escopo do Programa Minha Casa Minha Vida.

COMENTÁRIOS: Em 2013, a ação contou com dotação orçamentária de R\$ 210 mil, mas não houve execução durante o exercício. Este saldo foi inscrito em Restos a Pagar/2013, com previsão de execução ao longo do exercício de 2014. A execução da despesa foi prejudicada porque persistem discussões entre Caixa Econômica Federal e BNDES acerca de conceitos e ajustes necessários ao modelo de encaminhamento de dados.

Fonte: STN/COPEC

➤ Ação: 28.846.0909.00M3.0001

Quadro 2.2.32 – Equalização de Juros nas Operações de Crédito para Investimentos no Âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE (MP nº 564, de 2012)

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário
3 – Outras Despesas Correntes				
45 - Subvenções Econômicas	169.200.000	0	0	169.200.000

FINALIDADE: Concessão de subvenção econômica às instituições financeiras oficiais federais para atuarem como agentes operadores em operações de investimento no âmbito dos fundos de desenvolvimento regional da Amazônia - FDA e do Nordeste - FDNE. A subvenção econômica corresponderá ao diferencial entre os encargos cobrados do tomador final do crédito e o custo da fonte de recursos, acrescido da remuneração a que farão jus os agentes financeiros.

COMENTÁRIOS: Em 2013, a ação contou com dotação orçamentária de R\$ 169,2 milhões. Não houve execução durante o exercício, uma vez que as contratações iniciaram-se apenas no segundo semestre do exercício e, pela metodologia de pagamentos da equalização, a subvenção será devida apenas em 2014.

Fonte: STN/COPEC

➤ Ação: 28.846.0909.0265.0001

Quadro 2.2.33 – Indenizações e Restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO (Decreto nº 175, de 1991)

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário
3 – Outras Despesas Correntes				
93 - Indenizações e Restituições	1.322.590.879	0	100.000.000	1.222.590.879

FINALIDADE: O PROAGRO foi instituído pela Lei nº 5.969, de 11.12.73, com o objetivo de garantir, parcial ou integralmente, o financiamento contratado por agricultores atingidos por fenômenos climáticos naturais, pragas e doenças (Lei nº 8.171, de 14.1.91) e/ou queda em sua produção, além de prover cobertura de parte da receita esperada de agricultores familiares, a partir da Resolução CMN 3.237, de 29.09.04.

Para a efetivação das indenizações e restituições devidas aos produtores rurais e suas cooperativas, a União complementa a receita proveniente do prêmio cobrado junto aos produtores por meio da alocação de recursos adicionais no orçamento, conforme disposto na MP nº 2.162-72, de 23.08.2001, a partir de solicitação do Banco Central do Brasil - BACEN, na condição de gestor do programa.

COMENTÁRIOS: No exercício de 2013, foi alocado R\$ 1,32 bilhão para esta ação orçamentária, dos quais foram executados durante o exercício R\$ 100 milhões. Além disso, houve a inscrição de R\$ 450 milhões em Restos a Pagar/2013, com previsão de execução ao longo de 2014.

A execução da despesa foi menor que o esperado em virtude da diminuição do pagamento de indenizações, que ficou abaixo da média histórica.

Fonte: STN/COPEC

Órgão 74000 – Operações Oficiais de Crédito

0902 – Operações Especiais – Financiamentos com Retorno

➤ Ação: 22.693.0902.009J.0001

Quadro 2.2.34 – Equalização de Juros nos Financiamentos destinados à Reestruturação Produtiva e às Exportações (Lei nº 11.529, de 2007)

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário
3 – Outras Despesas Correntes				
45 - Subvenções Econômicas	32.643.000	0	2.262.212	30.380.788

FINALIDADE: A Lei nº 11.529, de 2007, autorizou a União a conceder subvenção, na forma de equalização de taxas e de bônus de adimplência sobre juros nas operações de financiamento com recursos do BNDES a empresas dos setores de frutas *in natura* e processadas; pedras ornamentais; produtos têxteis; confecção de vestuário e acessórios; preparação de couros e fabricação de artefatos de couro e artigos para viagem de couro; fabricação de calçados; produtos de madeira; artefatos de madeira, palha, cortiça, vime e material trançado; fertilizantes e defensivos agrícolas; produtos cerâmicos; bens de capital, **exceto** veículos automotores para transporte de cargas e passageiros, embarcações, aeronaves, vagões e locomotivas ferroviários e metroviários, tratores, colheitadeiras e máquinas rodoviárias; material eletrônico e de comunicações; equipamentos de informática e periféricos; peças e acessórios para veículos automotores; ajudas técnicas e tecnologias assistivas às pessoas com deficiência; móveis, brinquedos e jogos recreativos; instrumentos e materiais para uso médico e odontológico e de artigos ópticos; atividades dos serviços de tecnologia da informação, inclusive *software*; transformação dos plásticos; processamento de proteína animal; pesca e aquicultura; óleo de palma; torrefação e moagem de café; fabricação de solúvel; castanha de caju; e ceras de origem vegetal.

Além disso, também contaram com a subvenção as micro, pequenas e médias empresas e empresas de aquicultura e pesca de municípios do Estado de Santa Catarina atingidas pelas fortes chuvas ocorridas no final de 2008.

COMENTÁRIOS: No exercício de 2013, esta ação orçamentária contou com dotação de R\$ 32,6 milhões, sendo executados R\$ 2,26 milhões. Houve também a execução de R\$ 4,62 milhões referentes a Restos a Pagar de exercícios anteriores. A inscrição em Restos a Pagar/2013 foi de R\$ 3 milhões, com previsão de pagamento no decorrer de 2014.

Contribuíram para que a execução da despesa fosse abaixo do esperado a redução da TJLP em 2013, que levou à redução das despesas com equalização de taxas de juros, bem como a menor demanda por essa linha de crédito da parte dos beneficiários.

Fonte: STN/COPEC

2012 – Agricultura Familiar

➤ Ação: 20.605.2012.00GW.0001

Quadro 2.2.35 – Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar (Lei nº 8.427, de 1992)

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário
3 – Outras Despesas Correntes				
45 - Subvenções Econômicas	150.000.000	0	0	150.000.000

FINALIDADE: Subvenção econômica concedida, independentemente de vinculação a contratos de crédito rural, nas operações amparadas pela PGPM, sob a forma de equalização de preços, equivalente: à concessão de prêmio ou bonificação, apurado em leilão ou em outra modalidade de licitação, para promover o escoamento do produto pelo setor privado; no máximo, à diferença entre o preço de exercício em contratos de opções de venda de produtos agropecuários lançados pelo Poder Executivo ou pelo setor privado e o valor de mercado desses produtos, apurado em leilão ou em outra modalidade de licitação; ao percentual do prêmio pago na aquisição de opção de venda, isolada ou combinada ao lançamento de opção de compra, pelo setor privado; ou, no máximo, à diferença entre o preço mínimo e o valor de venda de produtos extrativos produzidos por agricultores familiares enquadrados nos termos do art. 3º da Lei nº 11.326, de 2006, ou por suas cooperativas e associações.

Desta forma, esta ação orçamentária visa garantir e sustentar os preços na comercialização de produtos agropecuários integrantes da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) produzidos por agricultores familiares, por meio de instrumentos de equalização de preços (Contrato de Opção de Venda Pública de Produtos Agrícolas, Prêmio para o Escoamento de Produtos - PEP, Prêmio de Equalização pago ao Produtor - PEPRO, Prêmio de Opção de Venda

Privada de Produtos Agrícolas - PROP e Recompra e Repasse de Contrato de Opção de Venda), no intuito de exonerar o Governo Federal da obrigação de adquirir o produto.

COMENTÁRIOS: Em 2013, a ação contou com dotação orçamentária de R\$ 150 milhões. O desempenho desta ação depende, exclusivamente, da utilização dos instrumentos de Garantia e Sustentação de Preços especificamente para agricultores familiares, cuja execução está a cargo da CONAB. Tendo em vista que não foram utilizados tais instrumentos, não houve necessidade de equalização nesta ação.

Fonte: STN/COPEC

➤ Ação: 20.605.2012.00GZ.0001

Quadro 2.2.36 – Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal de Produtos da Agricultura Familiar e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos – AGF- AF (Lei nº 8.427, de 1992)

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário
3 – Outras Despesas Correntes				
45 - Subvenções Econômicas	30.000.000	0	0	30.000.000

FINALIDADE: Resguardar as operações de aquisição, manutenção e venda de produtos agropecuários integrantes da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) efetuadas pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB através do instrumento de Aquisição do Governo Federal - AGF, cuja produção seja feita por agricultores familiares, através da concessão de subsídio para pagamento da parcela do custo de aquisição de produto que exceder o valor obtido na sua venda, acrescida da despesa vinculada ao carregamento dos produtos em estoque.

COMENTÁRIOS: A ação de equalização de preços em operações vinculadas à ação Aquisições do Governo Federal de Produtos da Agricultura da Agricultura Familiar – AGF-AF contou com dotação orçamentária de R\$ 30 milhões. A execução desta ação depende, exclusivamente, da realização de aquisições (AGF) e vendas de produtos adquiridos na Ação “20GI - Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar (AGF-AF)”, a cargo da CONAB. Tendo em vista que não ocorreu demanda para aquisições de produtos no decorrer do exercício, conseqüentemente não houve necessidade de equalização nesta ação.

Fonte: STN/COPEC

➤ Ação: 20.608.2012.0281.0001

Quadro 2.2.37 – Equalização de Juros para Agricultura Familiar – PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992)

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário
3 – Outras Despesas Correntes				
45 - Subvenções Econômicas	3.345.378.555	334.000.000	41.490.509	3.637.888.046

FINALIDADE: Prestar apoio financeiro aos agricultores e produtores rurais enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), bem como às suas associações e cooperativas, possibilitando a contratação de operações de crédito de custeio e de investimento rural com juros controlados (taxas de juros fixadas pelo Conselho Monetário Nacional), por meio de subvenção econômica na forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, de concessão de rebates, de bônus de adimplência, garantia de preços de produtos agropecuários e outros benefícios e de remuneração às instituições financeiras federais que prestam serviço de contratar operações de crédito com recursos da ação orçamentária “0A81 Financiamento para Agricultura Familiar”.

COMENTÁRIOS: Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R\$ 3,35 bilhões, além de R\$ 334 milhões suplementados durante o exercício. A execução do orçamento de 2013 foi de R\$ 41,5 milhões. Adicionalmente, foi executado R\$ 1,59 bilhão referente a Restos a Pagar de exercícios anteriores. Houve inscrição de R\$ 3,44 bilhões em Restos a Pagar/2013, com previsão de execução ao longo do exercício de 2014.

No ano de 2013, para a Safra 2013/2014 foram disponibilizados cerca de R\$ 14,4 bilhões em financiamentos subvencionados a taxas de juros reduzidas, variando de 0,5% a.a. a 3,5% a.a., destinados a agricultores familiares. Além disso, em decorrência da seca que vem atingindo a região Nordeste do país, uma série de medidas de renegociação de dívidas e concessão de descontos foram implantadas no âmbito do PRONAF. Ainda com o objetivo

de atender essa região, no ano Safra 2013/2014 foram criadas linhas de financiamento direcionadas aos agricultores familiares do Semiárido com condições ainda mais favorecidas. Também em 2013, como parte de um conjunto de medidas destinadas a ampliar a capacidade de armazenagem de produtos agrícolas, foram criadas linhas de financiamento específicas para construção de infraestrutura de armazenagem para a agricultura familiar.

Fonte: STN/COPEC

➤ Ação: 20.608.2012.0A81.0001

Quadro 2.2.38 – Financiamento para Agricultura Familiar – PRONAF (Lei nº 10.186, de 2001)

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário
5 – Inversões Financeiras				
66 – Conc. de Empréstimos	350.000.000	0,00	144.663.290	203.220.000

FINALIDADE: O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas. A ação busca conceder crédito aos beneficiários do PRONAF que dificilmente teriam acesso a outras fontes de recurso do crédito rural junto às instituições financeiras.

COMENTÁRIOS: Em 2013, a ação de Financiamento para a Agricultura Familiar contou com dotação orçamentária de R\$ 350 milhões, dos quais R\$ 144,66 milhões foram executados ao longo do exercício. Também foram pagos R\$ 11,37 milhões relativos a Restos a Pagar do ano anterior. Houve a inscrição de R\$ 30,64 milhões em Restos a Pagar/2013, com previsão de execução ao longo de 2014. A execução desta ação orçamentária seguiu a demanda por crédito por parte dos produtores rurais enquadrados no PRONAF junto aos bancos oficiais federais contratados pela União para a prestação de serviço.

Fonte: STN/COPEC

➤ Ação: 28.608.2014.00GO.0001

Quadro 2.2.39 – Remissão de Dívidas Decorrentes de Operações de Crédito Rural (Lei nº 12.249, de 2010)

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário
3 – Outras Despesas Correntes				
93 - Indenizações e Restituições	58.000.000	0,00	38.717.027	19.282.972

FINALIDADE: Ressarcimento às Instituições Financeiras correspondente a Remissão de Dívidas de operações do PRONAF enquadradas no art. 69 da Lei nº 12.249, de 2010.

COMENTÁRIOS: Em 2013, foram alocados R\$ 58 milhões nesta ação, dos quais R\$ 38,7 milhões foram executados durante o exercício. Além disso, foram pagos R\$ 46,3 milhões referentes a Restos a Pagar do exercício anterior. Também foram inscritos R\$ 19,3 milhões em Restos a Pagar/2013, com previsão de execução ao longo de 2014. Os pagamentos foram realizados conforme encaminhamento, por parte das instituições financeiras, das informações a respeito dos valores das dívidas remitidas.

Fonte: STN/COPEC

➤ Ação: 20.605.2014.0294.0001

Quadro 2.2.40 – Equalização de Juros nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992)

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário
3 – Outras Despesas Correntes				
45 - Subvenções Econômicas	1.574.605.000	- 84.404.485	112.862.673	1.377.337.841

FINALIDADE: Prestar apoio financeiro aos produtores rurais e suas cooperativas, possibilitando a contratação de operações de crédito de custeio rural com juros controlados (taxas de juros fixadas pelo Conselho Monetário Nacional), através de concessão de subvenção econômica, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, com o objetivo de custear as despesas normais: do ciclo produtivo de lavouras periódicas, da entressafra de lavouras permanentes ou da extração de produtos vegetais espontâneos ou cultivados, incluindo o beneficiamento primário da produção obtida e seu armazenamento no imóvel rural ou em cooperativa; de exploração pecuária; e de beneficiamento ou industrialização de produtos agropecuários.

COMENTÁRIOS: Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R\$ 1,58 bilhão. Durante o exercício houve cancelamento no valor de R\$ 84,4 milhões e foram executados R\$ 112,8 milhões. Além disso, foram pagos R\$ 13,3 milhões relativos a Restos a Pagar de exercícios anteriores. Houve a inscrição de R\$ 1,16 bilhão em Restos a Pagar 2013, com previsão de execução ao longo do exercício de 2014.

No ano de 2013, para a Safra 2013/2014 foram disponibilizados cerca de R\$ 20,2 bilhões em financiamentos subvencionados a taxas de juros reduzidas, variando de 4,0% a.a. a 5,5% a.a., destinados ao custeio agropecuário. Além disso, em decorrência da seca que vem atingindo a região Nordeste do país, uma série de medidas de renegociação de dívidas e concessão de descontos foram implantadas no âmbito da linha de financiamento compreendida por esta ação orçamentária. Ainda com o objetivo de atender essa região, no ano Safra 2013/2014 foram criadas linhas de financiamento direcionadas aos agricultores do Semiárido com condições ainda mais favorecidas.

Fonte: STN/COPEC

➤ Ação: 20.608.2014.0297.0001

Quadro 2.2.41 – Equalização de Juros para Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Leis nº 9.126, de 1995 e nº 10.186, de 2001)

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário
3 – Outras Despesas Correntes				
45 - Subvenções Econômicas	7.392.000	0	0	7.392.000

FINALIDADE: O Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, instituído a partir da Resolução CMN nº 2.165/95, de 19/06/95, tem passado por sucessivas reestruturações em razão do elevado nível de endividamento enfrentado pelos produtores.

Nesse conjunto, destacam-se medidas que autorizaram o refinanciamento e a contratação de novas operações com taxas de juros pré-fixadas e bônus de adimplência, em substituição aos encargos financeiros anteriores, tendo como primeiro normativo a Resolução CMN nº 2.960, de 25.04.2002, que, além de prefixar encargos, concedeu prazo de até 10 anos para operações renegociadas e novas operações. Além disso, a Resolução CMN nº 3.345, de 03.02.2006, e alterações posteriores, permitiram a renegociação de dívidas de cacauicultores que não foram beneficiados pelas condições previstas na Resolução CMN nº 2.960/02. A Lei nº 11.775, de 17.09.2008, alterada pelas Leis nº 11.922, de 13.04.2009, nº 12.058, de 13.10.2009, e nº 12.380, de 2011, autorizou nova renegociação de dívidas de operações contratadas com risco parcial ou integral do Tesouro Nacional, do Estado da Bahia e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e que não foram renegociadas com base no do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29.11.1995.

COMENTÁRIOS: No orçamento de 2013, foram previstos R\$ 7,4 milhões para atender a equalizações de juros do Programa. Contudo, esse valor foi integralmente inscrito em Restos a Pagar/2013, com previsão de pagamento ao longo do exercício de 2014, uma vez que a execução da despesa foi prejudicada pelo não encaminhamento da totalidade das informações necessárias ao Tesouro Nacional pelo BNDES, em virtude das constantes prorrogações de vencimentos das operações.

Fonte: STN/COPEC

➤ Ação: 20.605.2014.0298.0001

Quadro 2.2.42 – Equalização de Juros em Operações de Empréstimos do Governo Federal - EGF (Lei nº 8.427, de 1992)

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário
-------------------	--------------------	--------------------------------	-----------	--------------------

3 – Outras Despesas Correntes				
45 - Subvenções Econômicas	227.960.000	0	1.620.400	226.339.600

FINALIDADE: Prestar apoio financeiro aos produtores rurais e suas cooperativas, possibilitando a contratação de operações de crédito de comercialização rural com juros controlados (taxas de juros fixadas pelo Conselho Monetário Nacional), através de concessão de subvenção econômica, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, com o objetivo de proporcionar recursos financeiros aos beneficiários, de modo a permitir o armazenamento e a conservação de seus produtos constantes da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), para venda futura em melhores condições de mercado.

COMENTÁRIOS: Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R\$ 228 milhões, dos quais foi executado R\$ 1,62 milhão. Também foram pagos R\$ 84 milhões relativos a Restos a Pagar de exercícios anteriores. Houve a inscrição de R\$ 85,57 milhões em Restos a Pagar/2013, com previsão de execução ao longo do exercício de 2014. No ano de 2013, para a Safra 2013/2014 foi disponibilizado cerca de R\$ 1,9 bilhão em financiamentos subvencionados a taxas de juros reduzidas de 5,5% a.a., destinados ao crédito de comercialização.

Fonte: STN/COPEC

➤ Ação: 20.605.2014.0299.0001

Quadro 2.2.43 – Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos – AGF (Lei nº 8.427, de 1992)

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário
3 – Outras Despesas Correntes				
45 - Subvenções Econômicas	450.000.000	571.000.000	716.651.570	304.348.429

FINALIDADE: Esta ação representa a concessão de subvenção econômica, independentemente de vinculação a contratos de crédito rural, nas operações amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), sob a forma de equalização de preços, equivalente à parcela do custo de aquisição do produto que exceder o valor obtido na sua venda, observada a legislação aplicável à formação e alienação de estoques públicos, e à cobertura das despesas vinculadas aos produtos em estoque. A ação visa evidenciar o subsídio econômico decorrente das operações de aquisição, manutenção e venda de produtos agropecuários integrantes da PGPM efetuadas pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB através do instrumento de Aquisição do Governo Federal - AGF.

COMENTÁRIOS: A ação de equalização de preços em operações vinculadas à ação Aquisições do Governo Federal – AGF contou com dotação orçamentária inicial de R\$ 450 milhões, que posteriormente foi suplementada em R\$ 571 milhões. Foram executados R\$ 716,6 milhões relativos ao orçamento de 2013, bem como R\$ 12,8 milhões referentes a Restos a Pagar do exercício anterior. Foram inscritos R\$ 55 milhões em Restos a Pagar/2013, com previsão de execução ao longo do exercício de 2014.

Durante o ano houve grande necessidade de venda dos estoques públicos, principalmente no intuito de abastecer a região nordeste, em virtude dos efeitos de intempéries climáticas. Tais vendas demandaram a utilização de grande parte do orçamento de equalização para cobrir o déficit entre o preço de compra, acrescido com os demais custos de carregamento, e o preço de venda.

Fonte: STN/COPEC

➤ Ação: 20.605.2014.0300.0001

Quadro 2.2.44 – Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992)

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário
3 – Outras Despesas Correntes				
45 - Subvenções Econômicas	1.700.000.000	- 571.000.000	0,00	1.129.000.000

FINALIDADE: Esta subvenção econômica é concedida, independentemente de vinculação a contratos de crédito rural, nas operações amparadas pela PGPM, sob a forma de equalização de preços, equivalente: à concessão de prêmio ou bonificação, apurado em leilão ou em outra modalidade de licitação, para promover o escoamento do produto pelo setor privado; no máximo, à diferença entre o preço de exercício em contratos de opções de venda de produtos agropecuários lançados pelo Poder Executivo ou pelo setor privado e o valor de mercado desses produtos, apurado em leilão ou em outra modalidade de licitação; ou ao percentual do prêmio pago na aquisição de opção de venda, isolada ou combinada ao lançamento de opção de compra, pelo setor privado.

Desta forma, a ação orçamentária visa garantir e sustentar os preços na comercialização de produtos agropecuários integrantes da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), por meio de instrumentos de equalização de preços (Contrato de Opção de Venda Pública de Produtos Agrícolas, Prêmio para o Escoamento de Produtos - PEP, Prêmio de Equalização pago ao Produtor – PEPRO, Prêmio de Opção de Venda Privada de Produtos Agrícolas - PROP e Recompra e Repasse de Contrato de Opção de Venda), no intuito de exonerar o Governo Federal da obrigação de adquirir o produto.

COMENTÁRIOS: Em 2013 a ação registrou a dotação orçamentária inicial de R\$ 1,7 bilhão, dos quais R\$ 571 milhões foram cancelados. Embora não tenha havido execução do orçamento de 2013, foram pagos R\$ 152,3 milhões referentes a Restos a Pagar do exercício anterior. Foi inscrito em Restos a Pagar/2013 o valor de R\$ 550 milhões, com previsão de execução ao longo do exercício de 2014.

A dotação orçamentária sinaliza ao mercado que o Governo Federal poderá intervir para garantir ao produtor rural um preço mínimo na venda de seus produtos, desde que estejam abrangidos pela PGPM, sem a necessidade da aquisição do mesmo pela CONAB. Desta forma, os valores disponíveis foram suficientes para cumprir esse papel.

Fonte: STN/COPEC

➤ Ação: 20.605.2014.0301.0001

Quadro 2.2.45 – Equalização de Juros e de Outros Encargos Financeiros em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992)

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário
3 – Outras Despesas Correntes				
45 - Subvenções Econômicas	1.710.623.000	0	4.610.155	1.706.012.844

FINALIDADE: Prestar apoio financeiro aos produtores rurais e suas cooperativas, possibilitando a contratação de operações de crédito de investimento rural com juros controlados (taxas de juros fixadas pelo Conselho Monetário Nacional), através de concessão de subvenção econômica, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, com o objetivo de aplicar em bens ou serviços relacionados com a atividade agropecuária cujo desfrute se estenda por vários períodos de produção, ainda que o orçamento consigne recursos para custeio.

COMENTÁRIOS: Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R\$ 1,71 bilhão. Desse total, foram executado R\$ 4,61 milhões. Adicionalmente, foram executados R\$ 376,9 milhões relativos a Restos a Pagar de exercícios anteriores. Foi inscrito R\$ 1,706 bilhão em Restos a Pagar/2013, com previsão de execução ao longo do exercício de 2014.

No ano de 2013, para a Safra 2013/2014 foram disponibilizados cerca de R\$ 18,2 bilhões em financiamentos subvencionados a taxas de juros reduzidas, variando de 2,0% a.a. a 6,5% a.a., destinados ao investimento rural. Além disso, em decorrência da seca que vem atingindo a região Nordeste do país, uma série de medidas de renegociação de dívidas e concessão de descontos foram implantadas no âmbito da linha de financiamento compreendida por esta ação orçamentária. Ainda com o objetivo de atender essa região, no ano Safra 2013/2014 foram criadas linhas de financiamento direcionadas ao investimento de agricultores do Semiárido com condições ainda mais favorecidas. Em 2013, como parte de um conjunto de medidas destinadas a ampliar a capacidade de armazenagem de produtos agrícolas, também foram criadas linhas de financiamento específicas para construção de infraestrutura de armazenagem.

Fonte: STN/COPEC

➤ Ação: 20.605.2014.0611.0001

Quadro 2.2.46 – Equalização de Juros decorrentes do Alongamento da Dívida do Crédito Rural (Lei nº 9.866, de 1999)

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário
3 – Outras Despesas Correntes				
45 - Subvenções Econômicas	583.269.000	0	300.358.555	282.910.444

FINALIDADE: Esta ação destina-se ao ressarcimento às instituições financeiras dos benefícios concedidos aos produtores com base na Resolução CMN nº 2.471/1998, desde que as parcelas de juros sejam pagas até o vencimento. Assim, quando aqueles produtores recolhem suas parcelas dentro do vencimento, obtêm automaticamente o desconto – de até 5 pontos percentuais, conforme o caso – junto ao agente financeiro e este, por sua vez, solicita o ressarcimento dos valores ao Tesouro Nacional, conforme disposto nas Leis nºs 9.866/1999 e 10.437/2002.

COMENTÁRIOS: No exercício de 2013, esta ação orçamentária contou com dotação de R\$ 583,3 milhões, dos quais foram executados R\$ 300,36 milhões. Foram inscritos R\$ 263,25 milhões em Restos a Pagar/2013, com previsão de execução ao longo do exercício de 2014. Do total executado, 99,5% foram pagos ao Banco do Brasil, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste, Banco de Desenvolvimento do Estado de MG, Banespa, Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia, Banco Bradesco, Banco Itaú-Unibanco e Banco Rural, ficando 0,5% para os demais bancos.

Fonte: STN/COPEC

2022 – Combustíveis

➤ Ação: 25.574.2022.00EI.0001

Quadro 2.2.47 – Equalização de Taxas de Juros em Financiamentos destinados à Estocagem de Álcool Etílico Combustível (Lei nº 11.922, de 2009)

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário
3 – Outras Despesas Correntes				
45 - Subvenções Econômicas	27.488.000	0	0	27.488.000

FINALIDADE: Pagamento de subvenção econômica, na modalidade equalização de taxas de juros, em operações de financiamentos contratadas em 2009 e 2010 destinadas à estocagem de álcool etílico combustível, correspondente ao diferencial entre o encargo do mutuário final e o custo da fonte de recursos, acrescido da remuneração do BNDES e dos seus agentes financeiros credenciados.

COMENTÁRIOS: No exercício de 2013, esta ação orçamentária contou com dotação de R\$ 27,5 milhões, porém, não houve execução durante o exercício. Pela conjuntura das taxas de juros em 2013, não houve necessidade de subvenção econômica para as operações de estocagem de álcool, uma vez que o custo de captação dos recursos foi inferior às taxas cobradas dos tomadores do crédito.

Fonte: STN/COPEC

2024 – Comércio Exterior

➤ Ação: 23.693.2024.0267.0001

Quadro 2.2.48 – Equalização de Juros para Promoção das Exportações (Lei nº 10.184, de 2001)

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário*
3 – Outras Despesas Correntes				
45 - Subvenções Econômicas	1.060.847.000	600.000.000	33.670.407	1.627.176.593

(*) Desse total, R\$ 1.200.000.000 foram descentralizados para UG 170600.

FINALIDADE: O Programa de Financiamento às Exportações – PROEX também oferece crédito ao exportador ou importador de bens e serviços brasileiros, realizada pelas instituições financeiras, na qual o PROEX assume parte dos encargos financeiros, tornando-os compatíveis com os praticados no mercado internacional. Nesta modalidade, as instituições financeiras proveem os recursos do financiamento e a negociação ocorre livremente entre financiador e o exportador que decidem sobre a taxa de juros, a garantia, o prazo do financiamento e o percentual financiável, que pode atingir até 100%. O *spread* de equalização do PROEX possui o limite máximo de até 2,5% a.a, em função do prazo de financiamento. A equalização é paga ao financiador por meio da Nota do Tesouro Nacional da série I (NTN-I), cuja rentabilidade é indexada à variação cambial, e que, caso o banco beneficiário seja estrangeiro, é designado um banco mandatário que possui conta no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

COMENTÁRIOS: No exercício de 2013, foram consignadas dotações orçamentárias de R\$ 1 bilhão para Equalização e R\$ 60,8 milhões para remuneração do agente financeiro, totalizando R\$ 1,06 bilhão. No ano, houve suplementações do PROEX/NTN-I de R\$ 600 milhões, sendo que R\$ 400 milhões foram autorizados no final do ano, pela Lei nº 12.945, de 27.12.2013, e não houve tempo hábil para utilização. Em 2013, foi descentralizado R\$ 1,2 bilhão da Equalização NTN-I para UG 170600 e pagos R\$ 33,67 milhões da remuneração do agente financeiro. Adicionalmente, foram executados R\$ 6,8 milhões relativos a Restos a Pagar do exercício anterior. Quanto aos Restos a Pagar/2013, foram inscritos R\$ 7,18 milhões da remuneração do agente financeiro para a possível execução ao longo de 2014.

Fonte: STN/COPEC

➤ Ação: 23.693.2024.0A84.0001

Quadro 2.2.49 – Financiamento para Promoção das Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001)

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário
5 – Inversões Financeiras				
66 – Conc. de Empréstimos	1.500.000.000	0	650.896.852	886.472.018

FINALIDADE: O Programa de Financiamento às Exportações - PROEX tem como finalidade propiciar ao segmento exportador brasileiro maior competitividade nas suas vendas ao mercado externo, através da assistência financeira na fase de comercialização (pós-embarque) em duas modalidades: Financiamento e Equalização. Na modalidade Financiamento, o Tesouro Nacional repassa recursos aos exportadores/importadores por meio do Banco do Brasil S.A., agente financeiro do PROEX, de modo a viabilizar a concessão de crédito destinado a amparar a exportação de bens e serviços nacionais, a taxas equivalentes às praticadas no mercado internacional.

COMENTÁRIOS: Para o exercício de 2013, foi consignada a dotação orçamentária de R\$ 1,5 bilhão. Houve execução durante o exercício de R\$ 650,9 milhões, além de R\$ 311,1 milhões relativos a Restos a Pagar do exercício anterior. Foram inscritos R\$ 849,1 milhões em Restos a Pagar/2013, com previsão de execução ao longo do exercício de 2014.

Fonte: STN/COPEC

2063 – Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência

➤ Ação: 08.242.2063.0E85.0001

Quadro 2.2.50 – Subvenção Econômica em Operações de Financiamento para Aquisição de Bens e Serviços de Tecnologia Assistiva, destinados a Pessoas com Deficiência. (MP nº 550, de 2011)

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/ Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário
5 – Inversões Financeiras				
45 - Subvenções Econômicas	16.900.000	0	384.138	16.486.694

FINALIDADE: Subvenção econômica em operações de financiamento para aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros. Tais financiamentos têm como objetivo incluir socialmente e facilitar a equiparação das pessoas com deficiência às oportunidades, facilitando seu acesso a produtos e serviços assistivos, cuja carência

reflete negativamente na vida familiar e profissional, expandir o mercado consumidor e impulsionar a inovação tecnológica por meio da produção doméstica de produtos e serviços assistivos.

COMENTÁRIOS: Para o exercício de 2013, foi consignada no orçamento a dotação de R\$ 16,9 milhões. As despesas pagas corresponderam a R\$ 384,1 mil referentes ao orçamento de 2013 e R\$ 100 mil relativas a Restos a Pagar do exercício anterior. Foi inscrito R\$ 1 milhão em Restos a Pagar/2013, com previsão de execução ao longo do exercício de 2014.

Embora as contratações ainda tenham ficado abaixo das expectativas para o ano, houve significativo aumento em relação ao exercício anterior, uma vez que o número de operações passou de 3.207 em 2012 para 11.687 em 2013, totalizando cerca de R\$ 69,5 milhões concedidos por meio dessa linha de financiamento. Além disso, com o objetivo de ampliar o acesso ao crédito por parte das pessoas com deficiência, houve redução das taxas de juros cobradas, que passaram de 7% e 8% a.a para 5% e 5,5% a.a., conforme a renda do beneficiário.

Fonte: STN/COPEC

2071 – Trabalho, Emprego e Renda

➤ Ação: 11.334.2071.00JO.000

Quadro 2.2.51 – Subvenção Econômica em Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (MP nº 543, de 2011)

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Suplementação/Cancelamento	Executado	Saldo Orçamentário
5 – Inversões Financeiras				
45 - Subvenções Econômicas	439.000.000	87.800.000	405.371.764	121.428.235

FINALIDADE: Fortalecer a política de microcrédito produtivo orientado, promovendo a universalização do acesso a essa modalidade de crédito, por meio do apoio às instituições financeiras do setor, com ênfase no fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte, individual ou coletivo.

COMENTÁRIOS: Para o exercício de 2013, foi inicialmente consignada no orçamento a dotação de R\$ 439 milhões. Houve suplementação de R\$ 87,8 milhões ao longo do exercício. Foram executados R\$ 405,37 milhões dos recursos do orçamento de 2013, bem como R\$ 72 milhões de Restos a Pagar do exercício anterior. Também foram inscritos R\$ 119,1 milhões em Restos a Pagar/2013, com previsão de execução no exercício de 2014.

Visando ampliar o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, houve uma redução das taxas de juros, de 8% a.a. para 5% a.a. a partir de junho de 2013. Para arcar com as despesas decorrentes da redução de taxas, bem como para incluir novos agentes financeiros no programa, ampliando, consequentemente, o seu alcance junto ao público-alvo, foi necessário realizar uma suplementação na dotação de recursos em torno de R\$ 88 milhões.

Fonte: STN/COPEC

- Relações Financeiras Intergovernamentais – Gestão de Haveres Financeiros

- Identificação das Unidades Orçamentárias

Quadro 2.2.52 – Unidades Orçamentárias

Denominação da Unidade Orçamentária	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda - Encargos Financeiros da União	71.101	170.512
Remuneração de Agentes Financeiros – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	71.104	170.512

Fonte: SIAFI

- Programação de Despesas Correntes e de Capital

Quadro 2.2.53 – Programação das Despesas Correntes – UG 170.512

Em R\$ 1,00

Origem dos	Grupos de Despesas Correntes
------------	------------------------------

Créditos Orçamentários		1 - Pessoal e Encargos Sociais		2 - Juros e Encargos da Dívida		3 - Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2013	2012	2013	2012	2013
LOA	Dotação proposta pela UO 71.104	-	-	-	-	373.202,00	2.840.640,16
	Dotação proposta pela UO 71.101	-	-	2.015.905.102,00	1.818.782.771,78	2.914.761,00	-
	PLOA - UO 71.104	-	-	-	-	373.202,00	2.840.640,16
	PLOA - UO 71.101	-	-	2.015.905.102,00	1.818.782.771,00	2.914.761,00	-
	LOA - 71.104	-	-	-	-	373.202,00	2.840.640,16
	LOA - UO 71.101	-	-	2.015.905.102,00	1.818.782.771,00	2.914.761,00	-
TOTAL		-	-	2.015.905.102,00	1.818.782.771,00	3.287.963,00	2.840.640,16

Fonte: STN/COAFI e Site do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2012-1/ploa-2012/Volume_IV_Tomo_II_PLOA2012.pdf

<http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2013-1/loa/Volume%20IV.pdf>

Obs.: Em 2013 o Programa 0911– Operações Especiais – Remuneração de Agentes Financeiros foi alterado. A Carteira de Saneamento saiu da UO 71.101 para a UO 71.104 onde está junto com o PNAFE.

Quadro 2.2.54 – Programação das Despesas de Capital – UG 170.512

Em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas de Capital					
		4 - Investimentos		5 - Inversões Financeiras		6 - Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2013	2012	2013	2012	2013
LOA	Dotação proposta pela UO 71.101	-	-	-	-	4.397.926.213,00	4.516.880.577,44
	PLOA - UO 71.101	-	-	-	-	4.397.926.213,00	4.516.880.578,00
	LOA - UO 71.101	-	-	-	-	4.397.926.213,00	4.516.880.578,00
TOTAL		-	-	-	-	4.397.926.213,00	4.516.880.578,00

Fonte: STN/COAFI e Site do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2012/loa-2011/volumes/Volume_IV.pdf

http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2013-1/ploa-2012/Volume_IV_Tomo_II_PLOA2012.pdf

http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2013-1/lei-1/L12595_12_Volume_IV.pdf

Quadro 2.2.55 – Resumo da Programação das Despesas – UG 170.512

Em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 - Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2013	2012	2013	2011	2012
LOA	Dotação proposta pela UO 25.101 e 71.104	373.202,00	2.840.640,16	-	-	-	-
	Dotação proposta pela UO 71.101	2.018.819.863,00	1.818.782.771,78	4.397.926.213,00	4.516.880.577,44	-	-
	PLOA - UO 25.101 e 71.104	373.202,00	2.840.640,16	-	-	-	-
	PLOA - UO 71.101	2.018.819.863,00	1.818.782.771,00	4.397.926.213,00	4.516.880.578,00	-	-
	LOA - UO 25.101 e 71.104	373.202,00	2.840.640,16	-	-	-	-
	LOA - UO 71.101	2.018.819.863,00	1.818.782.771,00	4.397.926.213,00	4.516.880.578,00	-	-
TOTAL		2.019.193.065,00	1.821.623.411,16	4.397.926.213,00	4.516.880.578,00	-	-

Fonte: STN/COAFI e Site do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

<http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2012/loa2012>
<http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2013/loa2013>
<http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2012-1/ploa2012>
<http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2013-1/ploa2013>

Do ponto de vista orçamentário, a STN/COAFI (UG 170512) é responsável pelas despesas referentes aos Programas:

- Carteira de Saneamento – UO 71.101 (2012) – Despesa Corrente;
- PNAFE e Carteira de Saneamento – UO 71.104 (2013) – Despesa Corrente;
- Lei nº 8.727/93 – Juros – UO 71.101 – Despesa Corrente;
- Lei nº 8.727/93 – Principal/Amortização – UO 71.101 – Despesa de Capital.

De forma geral, os valores dispostos na Lei Orçamentária Anual – LOA – estão em linha com as dotações propostas pelas Unidades Orçamentárias, ou seja, de acordo com as necessidades de Programação Financeira da COAFI. Dessa forma, não tem se verificado a necessidade de abertura de créditos suplementares ou especiais.

Em observância ao Objetivo Estratégico 9 – “**Otimizar resultados da gestão de haveres sob responsabilidade do TN, gerindo-os de forma coordenada com a administração de**

passivos” coube à Coordenação-Geral de Haveres Financeiros – COAFI da STN a condução das seguintes metas:

a) **Meta 9.1:** O TN ajustou no SIAFI os saldos contábeis dos haveres financeiros remanescentes no âmbito da Lei 8.727/93 e comunicou aos credores o reprocessamento dos saldos dos contratos de cessão, para eventual ajuste de seus balanços.

Status: parcialmente concluída.

Comentários: O acerto contábil definitivo do saldo da rubrica do passivo "Demais Credores", bem como o processamento pelo Agente Financeiro serão efetuados no exercício de 2014, após o reprocessamento dos Contratos de Cessão na forma definida no Parecer PGFN/CAF 2458/2011, e comunicação formal aos credores originais.

b) **Meta 9.2:** Firmados acordos com os estados de MG e SP para avaliação e destinação de empresas federalizadas.

Situação: parcialmente concluída.

Comentários: O acordo com o Estado de SP foi realizado com a formalização de termo aditivo ao Contrato de Venda e Compra da CEAGESP. Com relação a MG, foram realizadas reuniões entre a STN e o BNDES, com o propósito de examinar a possibilidade de avaliações alternativas para a CASEMG e CEASA. Também, em dez/2013, realizou-se reunião entre a STN e o Estado, com vistas à retomada das discussões visando a conclusão do processo de ajuste financeiro do Contrato de Refinanciamento. O Estado apresentou documentação que se encontra em análise pela STN, a qual será submetida à PGFN a fim de instruir nova reunião com o Estado de Minas Gerais.

c) **Meta 9.6:** Informatizados os procedimentos e rotinas de contabilização e de projeção de haveres da União controlados pela COAFI.

Situação: parcialmente concluída.

Comentários: Encontra-se em desenvolvimento junto ao Serpro sistema informatizado (SAHEM) de rotinas e procedimentos de contabilização e conciliação dos haveres da União controlados pela COAFI.

Os haveres financeiros da União perante Estados e Municípios, cujo controle e acompanhamento são da competência da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros – COAFI/STN, decorrem de programas de financiamento e refinanciamento de dívidas, implementados em conformidade com legislações específicas e formalizados mediante a celebração de contratos entre as partes.

- Vinculação com objetivo constante no PPA

A ação 20Z6 (antiga ação 2076) está vinculada com a Iniciativa 03N7 - Gestão da política fiscal, do endividamento público e haveres da União, do Programa 2039 - Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional, pelo fato de se referir aos recebimentos relativos aos haveres financeiros da União perante Estados e Municípios.

- Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da Unidade

A STN/COAFI possui participação da Ação 20Z6, incluída no âmbito do Programa 2039, conforme mostrado a seguir.

Quadro 2.2.56 – Execução Física das Ações Realizadas pela Unidade

Identificação da Ação						
Código		2039.20Z6.0001				
Descrição		Controle dos haveres mobiliários referentes às participações acionárias em empresas estatais, bem como dos haveres financeiros concernentes aos dividendos, aqueles decorrentes da renegociação de débitos de Estados e Municípios e de entidades de suas administrações indiretas com o governo federal, de refinanciamento de dívidas do crédito rural, da assunção de créditos de empresas públicas extintas por força de lei, de operações estruturadas.				
Iniciativa		03N7 - Gestão da política fiscal, do endividamento público e haveres da União				
Unidade Responsável		Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional				
Unidade Orçamentária		25101 - Ministério da Fazenda				
Descrição da ação no âmbito da STN/COAFI - UG 170.512		A COAFI não executa recursos financeiros nesta ação orçamentária no que se refere à despesa. Entretanto, ao arrecadar receitas de haveres decorrentes de refinanciamento de dívidas de Estados, Distrito Federal e Municípios, de entidades de suas administrações indiretas e de empresas privatizadas, contribui para o alcance da ação 20Z6 – Gestão de Haveres da União.				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Indicador (Unidade medida) R\$ 1,00	Unidade de Medida	Meta Física (R\$1,00)		Meta Financeira (R\$ 1.000,00)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Haver gerido	R\$ 1,00	500.000.000	523.748.975	46.021.078	44.156.601
Análise do Resultado Alcançado						
<p>Em 2013 foram recebidos R\$ 44,156 bilhões contra a previsão de R\$ 46,021 bilhões orçados para todo o exercício. A arrecadação foi menor, no montante de R\$ 1,86 bilhões (-4,05%), em relação ao volume orçado.</p> <p>O recebimento abaixo do previsto se explica, basicamente, pela expectativa de que o volume de amortizações extraordinárias no programa da Lei nº 8.727/93, aumentaria de forma significativa em 2013, diante da proximidade do encerramento das parcelas da dívida do programa em 2014, como já havia ocorrido em situações análogas de outros programas encerrados. Em vista disso, a previsão de recebimentos foi superdimensionada e o volume de amortizações extraordinárias esperado para o exercício não se concretizou.</p> <p>O recebimento abaixo do previsto para 2013 também foi resultado da arrecadação a menor no programa da MP nº 2.185/01 (-11,33%), ocasionado principalmente pelo crédito gerado a favor do Município de São Paulo em virtude de recálculos de limite de comprometimento efetuado com base no comando da Medida Provisória nº 618, de 05/06/2013, utilizado para amortizar parcelas da dívida do Município nos meses de julho, agosto e setembro de 2013, num total de R\$ 762,9 milhões.</p>						
Fonte: STN/COAFI						

- Demais Ações Orçamentárias

- **Ação 00M4 – Remuneração do Agente Financeiro** – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

Ação inserida no Programa 0911 – Operações Especiais - Remuneração de Agentes Financeiros

Objetivo Geral: Garantir o pagamento da remuneração devida pela União, a seu agente financeiro – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, referente à prestação de serviços, para execução dos Programas PNAFE e Carteira de Saneamento.

Quadro 2.2.57 – Informações Orçamentárias e Financeiras da Ação 00M4

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
2.840.640,16	2.840.640,16	2.861.042,30	1.803.077,91	1.057.964,39	1.957.438,69	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Percentual	31/12/2013	0,00%	68,42%	80,00%	68,42%
Fórmula de Cálculo do Índice: Valor Executado no exercício / Valor Empenhado. Vide item “Indicadores de Eficácia – Execução da Despesa”.						
O índice mede a relação entre a execução orçamentária e os valores efetivamente empenhados no exercício.						
Análise do Resultado Alcançado: As despesas relacionadas ao PNAFE e a Carteira de Saneamento correspondem a 0,43% do valor recebido para esse Programa. A despesa realizada no exercício de 2013 ficou 11,58 pontos percentuais abaixo do esperado. O índice previsto no exercício é de 80% tendo em vista a manutenção de margem de segurança de 20% na estimativa orçamentária da presente despesa, devido ao risco de variação cambial relacionado às despesas do Programa PNAFE.						

Fontes: SIAFI e STN/COAFI

Observações:

- 1) No exercício 2013, os programas da Carteira de Saneamento e do PNAFE estão juntos na mesma ação.
- 2) Como no âmbito do Programa 0911 a COAFI é responsável somente pela Ação 00M4 - Remuneração do Agente Financeiro, a Coordenação não dispõe de informações orçamentárias e financeiras sobre o Programa de forma global. Por sua vez, as informações orçamentárias e financeiras da Ação 00M4 foram apresentadas no quadro acima.

- **Ação 0272 – Dívidas Internas das Administrações Direta e Indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, refinanciadas pela União - Lei nº 8.727, de 1993.**

Ação inserida no Programa 0905 – Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações).

Objetivo Geral: Fazer face às obrigações financeiras contratuais, de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e suas entidades da Administração Indireta junto aos órgãos controlados direta ou indiretamente pela União, refinanciadas pela União.

Quadro 2.2.58 – Informações Orçamentárias e Financeiras da Ação 0272

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
6.335.663.349	6.335.663.349	6.335.663.349	3.624.872.390	11.988.863	3.669.008.493	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		

1	Percentual	31/12/2013	0	57,91%	80,00%	57,91%
Fórmula de Cálculo do Índice: Valor Executado no exercício / Valor Empenhado. Vide item “Indicadores de Eficácia – Execução da Despesa”.						
O índice mede a relação entre a execução orçamentária e o orçamento da instituição.						
Análise do Resultado Alcançado: A despesa relacionada à Lei nº 8.727/93 corresponde ao somatório dos percentuais detidos pelos demais credores do Programa, além da União. O índice previsto no exercício é de 80% tendo em vista a manutenção de margem de segurança de 20% na estimativa orçamentária da presente despesa. A despesa realizada no exercício de 2013 ficou 22,09 pontos percentuais abaixo do esperado. A COAFI/STN optou por não reduzir o orçamento adicional supracitado, em vista das diversas propostas de quitação/amortização extraordinária apresentadas por mutuários da Lei nº 8.727/93, e da proximidade do encerramento do programa previsto para 2014. Maiores informações são fornecidas no item “Indicadores de Eficácia da Despesa”. Como a despesa em questão possui amparo em Lei, a mesma não é objeto de contingenciamento.						

Fontes: SIAFI e STN/COAFI

Como no âmbito do Programa 0905 a COAFI é responsável somente pela Ação 0272- Dívidas Internas das Administrações Direta e Indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, refinanciadas pela União - Lei nº 8.727, de 1993, a Coordenação não dispõe de informações orçamentárias e financeiras sobre o Programa de forma global. Por sua vez, as informações orçamentárias e financeiras da Ação 0272 foram apresentadas no quadro acima. As Despesas realizadas no exercício 2013 foram acrescidas de Restos a Pagar Processados referentes ao ano de 2012.

- *Análise crítica*

Quanto à execução orçamentária no exercício de 2013, verificou-se para os três programas (Lei 8727/93, Carteira de Saneamento e PNAFE) uma execução menor em relação ao volume orçado (Despesa Empenhada X Despesa Paga).

No caso das despesas no âmbito da Lei nº 8.727/93 (3290.21 – JUROS DA DIVIDA CONTR. C/ INSTIT.FINANCEIRAS – despesa corrente, e 4690.71 – AMORTIZACAO DA DIVIDA CONTR.C/INST.FINANCEIRA – despesa de capital), a diferença é explicada basicamente pela expectativa de que o volume de amortizações extraordinárias aumentaria de forma significativa em 2013, diante da proximidade do encerramento das parcelas da dívida do programa em 2014, como já havia ocorrido em situações análogas de outros programas encerrados. Em vista disso, a previsão de recebimentos foi superdimensionada, no entanto, o volume de amortizações extraordinárias esperado para o exercício não se concretizou.

As questões judiciais da Lei 8727/93 também contribuem para a diferença verificada entre os valores previstos e efetivamente realizados. A propósito, ressalta-se que a Secretaria do Tesouro Nacional vem subsidiando tecnicamente a Advocacia-Geral da União - AGU com vistas à reversão de medidas que têm sobrestado total ou parcialmente o pagamento por parte de alguns devedores. Caso isso ocorra, e os valores acumulados venham a ser recebidos, é obrigação do Tesouro Nacional repassá-los aos credores originais.

As despesas relacionadas à Carteira de Saneamento e ao PNAFE correspondem ao percentual equivalente a 0,89% do valor recebido para esse Programa. No caso do PNAFE a arrecadação observada no exercício de 2013 foi influenciada pela variação cambial, acarretando aumento no montante de despesa relacionada.

Não foram verificados impactos na execução orçamentária da STN/COAFI em decorrência de contingenciamento de despesas financeiras ou créditos orçamentários.

2.3 OUTROS RESULTADOS GERADOS PELA GESTÃO

- Planejamento e Estatísticas Fiscais

No que diz respeito às atividades desenvolvidas no âmbito de estudos, planejamento e estatísticas fiscais, podemos destacar as atividades vinculadas a dois grandes objetivos estratégicos da Secretaria do Tesouro Nacional:

- i. Formulação da estratégia fiscal de curto, médio e longo prazos do setor público (*Objetivo Estratégico 1*); e
- ii. Aperfeiçoamento da informação contábil e as estatísticas fiscais do setor público (*Objetivo Estratégico 4*).

a) Objetivo Estratégico 1: *Contribuir para a formulação da estratégia fiscal de curto, médio e longo prazos do setor público, com foco na composição de gastos e receitas, visando o resultado nominal sustentável e a melhoria do gasto público.*

Com o objetivo de contribuir para o planejamento fiscal, o equilíbrio macroeconômico e a melhoria do gasto público, a Secretaria do Tesouro Nacional - STN realizou diversas atividades, como: participação no processo orçamentário, divulgação de relatórios, realização de estudos sobre a qualidade do gasto público e trabalhos de subsídios a organismos internacionais. As principais atividades e resultados de 2013 encontram-se abaixo.

A STN participou ativamente das análises e discussões do processo orçamentário durante 2013, o que envolveu o fornecimento tempestivo de informações necessárias à elaboração das peças legais que compõem o orçamento federal e o acompanhamento da sua tramitação legislativa. Neste último ponto, convém destacar a revisão desde a redação dos projetos de lei do Poder Executivo até a avaliação dos dispositivos aprovados pelo Poder Legislativo para subsidiar eventuais vetos presidenciais. Além disso, a STN participou da análise de dispositivos legais relativos a diversos temas, posicionando-se sobre os aspectos orçamentário-financeiros das medidas.

Ainda dentro de sua participação no processo orçamentário, a STN produziu demonstrativos e relatórios, atendendo disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Dentre eles, destaca-se o “Relatório de Avaliação de Cumprimento de Metas Fiscais”, elaborado quadrimestralmente nos meses de maio, setembro e fevereiro, englobando os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Governo Central e as Empresas Estatais Federais não financeiras, e contendo a demonstração e a avaliação do cumprimento da meta de superávit primário estabelecida pela LDO para o Governo Federal. Este relatório é encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, e subsidia audiência pública nos termos da legislação.

Outro exemplo de relatório produzido pela STN é o Boletim “Resultado do Tesouro Nacional” – RTN, que consiste na análise do Resultado Fiscal do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) e da Dívida Líquida do Tesouro Nacional, em consonância com as divulgações de estatísticas fiscais dos demais órgãos da administração pública. Este documento tem o formato de informe mensal que apresenta o resultado primário do Governo Central, do mês e do ano correntes, apurado pela metodologia “acima-da-linha”. Nele são divulgadas informações sobre as receitas e despesas do Governo Central, além das transferências a Estados e Municípios. Além disso, o documento analisa a dívida líquida do Tesouro Nacional, interna e externa. Neste informe consta ainda, como anexo, um boletim mensal comentando a arrecadação e as transferências relacionadas aos Fundos de Participação dos Estados e Municípios (FPE/FPM/IPI-Exportação).

Adicionalmente, cumpre destacar a publicação mensal do Demonstrativo do Resultado Primário da União e do Demonstrativo do Resultado Nominal do Governo Central, ambos componentes do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, previstos na LRF e no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) – 5ª Edição (válido a partir de 2013). O Demonstrativo do Resultado Primário da União reflete o conjunto de receitas e despesas primárias para apuração do resultado primário do Tesouro Nacional, da Previdência Social e do Banco Central do Brasil, completamente consistente com os dados divulgados no RTN. O Demonstrativo do Resultado Nominal apresenta a

Dívida Consolidada do Governo Central e suas deduções, de forma a se obter a dívida fiscal líquida e o resultado nominal.

Importante também mencionar que o Planejamento Estratégico da STN em 2013 trouxe para o debate interno desta Secretaria a capacidade de análise gerencial das informações do Sistema de Informações de Custos – SIC, implementado no governo federal em 2010. Neste sentido, várias coordenações foram envolvidas na Meta: *“Fortalecida a capacidade de análise gerencial do TN com a utilização do sistema de custos, para avaliação de áreas temáticas relacionadas ao Tesouro”*, buscando analisar a eficiência de programas de governo através desse sistema, como por exemplo, o Programa Bolsa-Família e outros.

No âmbito do acordo de cooperação técnica com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 2013 a STN prosseguiu com o Programa de Seminários de Política Fiscal, visando estimular a pesquisa na área de Finanças Públicas Aplicadas, a partir do intercâmbio de conhecimento entre os servidores dessa Secretaria e da citada Instituição de Ensino. Com o apoio da FGV, foram realizados em 2013, pesquisas e seminários com foco preferencial em trabalhos acadêmicos que tratam de temas relacionados à Política Fiscal e Qualidade do Gasto Público. Essas atividades tiveram por objetivo a capacitação e a atualização acadêmica dos servidores da STN, através da apresentação de conteúdos em matéria de política fiscal em nível de pós-graduação. Destaca-se também, nesta parceria, o projeto de implementação do Modelo de equilíbrio geral dinâmico e estocástico (DSGE) para elaboração de projeções e de exercício de decomposição de choques estruturais.

A STN também se manifestou sobre estudos e pesquisas preparados por organismos internacionais, como o FMI. Tendo em vista a visibilidade dessas publicações, essa tarefa visa assegurar a fidedignidade das informações sobre o Brasil contidas naqueles documentos, contribuindo para a melhoria das análises sobre as finanças públicas brasileiras.

Em 2013, com o objetivo de aprimorar a tomada de decisões, também ocorreram reuniões periódicas do comitê de acompanhamento/discussão da política fiscal para tratar de cenários e questões da conjuntura econômico-fiscal. Dentro desse contexto, a STN continuou aprimorando as rotinas de projeção do resultado primário “abaixo da linha” dos governos regionais, do resultado nominal do setor público, da dívida líquida do setor público e da dívida bruta do governo geral, além da metodologia de análise das medidas de política fiscal.

No âmbito internacional, a STN teve participação ativa no processo de projeções fiscais de médio prazo e reportes de medidas de políticas fiscais adotadas, com vistas a subsidiar a participação brasileira nas discussões no âmbito do G-20. O objetivo é coordenar ações macroeconômicas e políticas necessárias ao crescimento forte, sustentável e equilibrado.

b) Objetivo Estratégico 4: *Aperfeiçoar a informação contábil e as estatísticas fiscais do setor público, visando a melhoria da análise fiscal, patrimonial, de custos e do gasto público.*

A STN publica e dissemina informações fiscais em conformidade com os critérios e normas vigentes no país e com padrões metodológicos decorrentes de acordos internacionais de que a União faça parte. Dentro deste objetivo, a Secretaria tem trabalhado na adoção da nova metodologia de estatísticas de Finanças Públicas estabelecido pelo Manual de Estatísticas de Finanças Públicas – MEFP-2001. O manual atualiza o MEFP-1986 e representa um avanço na compilação de estatísticas de finanças públicas, pois permite maior transparência das finanças e das operações governamentais. Seu propósito é proporcionar um marco conceitual que aperfeiçoe a análise da política fiscal e possibilite quantificar as ações do setor público, composto pelo setor Governo Geral (Governo Central, Estadual e Local) e pelas entidades controladas pelo governo, denominadas Corporações, que exercem atividades empresariais.

No contexto da execução dos trabalhos de implantação da nova metodologia de estatísticas de Finanças Públicas, o ano de 2013 foi marcado pelo trabalho conjunto entre STN e IBGE para avaliação e aprimoramento da metodologia de apuração das estatísticas fiscais, buscando identificar

os impactos que a nova estrutura metodológica do Sistema de Contas Nacionais (SNA 2008) poderão gerar na Conta Governo e nas Estatísticas de Finanças Públicas. O trabalho foi estruturado conforme meta 4.6 do planejamento estratégico para o ano de 2013, intitulada “O TN e o IBGE aprimoraram a metodologia de apuração do setor institucional “Governo” do Sistema de Contas Nacionais”, com ações para 2013 e 2014. No decorrer do ano foram realizadas reuniões do grupo técnico envolvendo a equipe da Coordenação de Contas Nacionais do IBGE e analistas da STN para discussão e análise de informações contábeis e fiscais.

Também foi firmado Acordo de Cooperação Técnica entre a STN e o IPEA para aperfeiçoamento da metodologia de (i) extrapolação de base de dados de Estados e Municípios; (ii) desagregação temporal de dados; e (iii) previsão contemporânea de dados. Esse trabalho conjunto de aperfeiçoamento continuará no primeiro semestre de 2014 e permitirá a publicação tempestiva de estatísticas de finanças públicas de Governo Geral em bases trimestrais, em atendimento às melhores práticas internacionais, melhorando a transparência e disseminando fontes de dados mais completas para a sociedade, analistas e pesquisadores.

Ademais, foi dada continuidade aos trabalhos relacionados às estatísticas fiscais harmonizadas no âmbito do Grupo de Monitoramento Macroeconômico (GMM) do Mercosul, que mantém reuniões trimestrais de análise dos indicadores harmonizados e de estudos, que subsidiam as reuniões semestrais de Ministros de Economia e Finanças e Presidentes de Banco Central dos países vinculados ao Bloco Econômico. O GMM formalizou a criação de Comissões Permanentes de Diálogo Macroeconômico; Finanças Públicas; Monetária e Financeira; e Balança de Pagamentos.

A STN participa ativamente das atividades da Comissão Permanente de Finanças Públicas, inclusive presidindo esta Comissão no período entre julho de 2013 e junho de 2014. Em novembro de 2013 foi realizada a segunda reunião da Comissão de Finanças Públicas, que contou com a presença de representantes da Argentina, do Brasil, do Uruguai e da Venezuela. Como representante primário desta Comissão, a STN coordena os trabalhos dos países membros e associados no referido tema. Os principais assuntos tratados em 2013 foram: (i) avaliação da produção, validação e divulgação das estatísticas harmonizadas de finanças públicas; (ii) discussão sobre a revisão da seção de finanças públicas no sítio do GMM e no Boletim de Indicadores Macroeconômicos do Mercosul (BIMM); e (iii) avaliação de possível revisão da metodologia MEF Mercosul 2010 de acordo com o manual de estatísticas de finanças públicas 2014 do FMI (GFSM 2014).

A STN consolida e divulga informações fiscais referentes às operações do Governo Central e Geral, para efeito de cumprimento aos termos de adesão do Brasil ao Padrão Especial de Disseminação de Dados do Fundo Monetário Internacional – PEDD/FMI. Para atender a esta demanda, são disponibilizadas as seguintes informações:

- As estatísticas sobre operações do Governo Federal são divulgadas em reais e compreendem o Tesouro Nacional e a Previdência Social. Os dados são divulgados mensalmente pela STN: receitas, transferências e despesas primárias e as despesas com juros nominais, conforme informação enviada pelo Banco Central. O resultado primário é consolidado e calculado em regime de caixa e os juros nominais em regime de competência. A apuração é efetuada pela STN e encaminhada para publicação no sítio do Banco Central do Brasil no mesmo dia da divulgação do resultado do setor público consolidado, realizada pelo Banco Central do Brasil.

- Os dados de Governo Geral são disseminados anualmente e compreendem: o Governo Central (Tesouro Nacional e Previdência Social); 26 governos estaduais, Distrito Federal e uma amostra representativa de cerca de 95% dos governos municipais. O conjunto completo de informações divulgadas pelo Brasil conforme o Padrão Especial de Disseminação de Dados - PEDD (*Special Data Dissemination Standard – SDDS*) está disponível no sítio eletrônico do Banco Central do Brasil (<http://www.bcb.gov.br/pec/sdds/port/sddsp.htm?perfil=1>) e no sítio do Tesouro Nacional

<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/politica-fiscal/planejamento-fiscal/padrees-internacionais>).

Para atender a demais acordos internacionais firmados pela União, inclusive compromissos estabelecidos no âmbito do G-20, a STN também produz um conjunto de informações, estruturado conforme MEFP-2001, com elementos metodológicos e de apuração do MEFP-1986. Nesse sentido, são encaminhadas mensalmente as informações de alta frequência relativas a estatísticas sobre operações do Governo Federal para o FMI. Ainda, anualmente, são disponibilizados dados de Governo Geral para o Anuário de Estatísticas Financeiras Internacionais (*Government Finance Statistics Yearbook – GFSY*) do FMI.

As informações supramencionadas são divulgadas tempestivamente, conforme cronograma previamente estabelecido, assegurando o cumprimento de compromissos internacionais assumidos pela República Federativa do Brasil. Essas informações, apuradas e divulgadas conforme metodologias padronizadas são utilizadas por investidores, acadêmicos, agentes públicos e demais interessados da comunidade internacional.

Cumpra ainda destacar o relevante papel exercido pela STN no âmbito da evolução internacional das estatísticas de finanças públicas. Por meio de seus analistas, a STN participa do *GFSM Advisory Committee*, um comitê de especialistas de vários países, coordenado pelo FMI, que orienta e define as diretrizes internacionais para implantação do MEFP-2001 no mundo. A STN também contribuiu ativamente no Grupo de Trabalho Internacional vinculado ao processo de revisão do MEFP-2001, que deve culminar na publicação de nova versão do Manual no primeiro semestre de 2014. Adicionalmente, a STN tem representação no Grupo de Trabalho Internacional de alinhamento dos padrões internacionais de contabilidade aplicados ao setor público (as *IPSAS – International Public Sector Accounting Standards*) às estatísticas de finanças públicas. Este último Grupo de Trabalho é coordenado pela Federação Internacional de Contadores (*IFAC – International Federation of Accountants*).

Adicionalmente, a STN realizou várias ações visando ao desenvolvimento do Sistema de Coleta de Informações Contábeis e Fiscais – SICONFI, que será um sistema estruturante para coletar dados, executar consultas e extrair informações contábeis, orçamentárias, financeiras, fiscais, econômicas, de controle e de estatísticas de finanças públicas dos entes da Federação. O SICONFI tem como objetivo substituir o Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação – SISTN, ferramenta criada para operacionalizar o convênio firmado entre a Caixa Econômica Federal e a STN para coletar dados e informações contábeis dos poderes e órgãos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios brasileiros, conforme previsto na legislação vigente e em portarias expedidas pela STN, além de auxiliar na coleta de informações financeiras relativas a operações de crédito. O SICONFI utilizará a linguagem XBRL (*Extensible Business Reporting Language*) para a transmissão de dados.

Dessa forma, em 2013, as principais ações desenvolvidas foram:

- Aperfeiçoamento da Organização Gerencial do Programa SICONFI, em seus quatro componentes: Implantação; Taxonomia XBRL; Matriz de Saldos Contábeis; e Sistema de Coleta e Tratamento de Dados;
- Desenvolvimento da taxonomia de relatórios e de plano de contas com auxílio de especialista internacional;
- Avaliação dos processos de construção e manutenção da taxonomia, bem como aperfeiçoamento da arquitetura da taxonomia XBRL com auxílio de especialista internacional;
- Desenvolvimento de três das cinco grandes etapas do sistema de informações, previsto para entrar em operação em sua primeira fase no primeiro semestre de 2014;

- Capacitações diversas da equipe da STN em linguagem, taxonomia XBRL, softwares de leitura e formatação da taxonomia, processos de revisão e manutenção da taxonomia, armazenamento e transformação de dados.

Cumprir destacar a edição da Portaria STN nº 634, de 19/11/2013, que estabeleceu a obrigatoriedade do uso do SICONFI a partir de 2015 para a coleta de dados visando a consolidação das contas públicas, conforme art. 51 da LRF.

- **Relações Financeiras Intergovernamentais – Estados e Municípios**

- *Macroprocessos Finalísticos*

- verificar o cumprimento de limites e condições para a contratação de operações de crédito interno e externo de interesse de Estados, Distrito Federal e Municípios; e
- analisar a concessão de garantias da União a Estados, Distrito Federal e Municípios, compreendendo suas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes.

- *Resultado das ações planejadas*

- **Meta 2.3** Proposta de alteração da resolução 43 do Senado Federal para determinar que seja vedada a contratação de operações de crédito externo de Estados e Municípios sem a garantia da União, apresentada ao Secretário do TN.

Foram realizadas reuniões técnicas acerca da meta e diante da complexidade do tema entendeu-se necessário maior aprofundamento sobre o assunto o que ensejou a necessidade de que as discussões adentrassem o exercício de 2014, no âmbito da Meta 6.1, sob responsabilidade da STN/COREM.

- **Meta 4.3** O TN editou norma estabelecendo padrão mínimo metodológico para apresentação, pelos Estados e Municípios, de análise de custo-benefício de projetos financiados por operações de crédito.

Foram efetuadas reuniões internas para discussões sobre o aperfeiçoamento da análise custo-benefício de projetos financiados por operações de crédito, conforme exigido pela RSF nº 43/2001. Como resultado das ações, foi editada a Nota nº 436/2013-STN/COPEM.

- **Meta 12.2** Publicado normativo do MF orientando os entes da federação em relação às interpretações da PGFN sobre os conceitos vigentes na Lei de Responsabilidade Fiscal relacionados com operações de crédito.

Foram encaminhadas consultas à PGFN, entretanto ainda está em discussão jurídica a melhor forma em que serão divulgados os conceitos discutidos.

- **Meta 16.1** Ao menos 4 seminários internos realizados sobre temas atuais relevantes para Sub 4 para melhorar/compartilhar o conhecimento interno”:

Como resultado das ações referentes ao Objetivo Estratégico 4, foi definida nova forma de análise da relação custo-benefício dos projetos financiados por operações de crédito, propiciando maior celeridade, clareza e segurança na análise das operações de crédito de estados e municípios realizadas nesta Coordenação.

Devido ao grande volume de trabalhos e dificuldades de compatibilização de agendas, a realização dos seminários foi postergada para 2014, quando da entrada dos novos analistas.

Durante todo o ano de 2013, houve um grande volume de pleitos a serem analisados, o que dificultou sobremaneira a execução das ações necessárias para o cumprimento das metas. Diante disso e do elevado nível de complexidade dos temas a serem tratados, foi necessário postergar a conclusão de alguns trabalhos

- Análise de Operações de Crédito

Conforme quadro abaixo, a STN concluiu a análise, entre janeiro e dezembro de 2013, de 1.101 processos relativos a pleitos estaduais e municipais para contratação de operações de crédito. O valor das operações de crédito interno sem concessão de garantia da União para as quais o ente cumpriu os limites determinados pelo Senado Federal totalizou R\$ 14.427.058.165,61 (quatorze bilhões, quatrocentos e vinte e sete milhões, cinquenta e oito mil, cento e sessenta e cinco reais e sessenta e um centavos).

Para cada pleito, foi emitido Parecer da Coordenação-Geral com vistas a evidenciar a existência ou não da capacidade de endividamento do ente público pleiteante e sua adequação aos limites estabelecidos nos diplomas legais. As informações relativas a essas análises foram encaminhadas mensalmente ao Senado Federal, no mês subsequente à análise.

Quadro 2.3.1 – Análise de Pleitos

	Cumprimento de limites e condições	Encaminhamento para análise de concessão de garantia	Processos Arquivados	Processos Indeferidos	Total
Estados	39	76	7	0	122
Municípios	623	8	348	0	979
Empresas	0	4	0	0	4
Total	662	88	355	3	1.105

Fonte: STN/COPEM

Especificamente no que tange à análise de concessão da garantia da União, foram analisadas e autorizadas 84 operações de crédito, totalizando R\$ 62.313.641.676,96 (sessenta e dois bilhões, trezentos e treze milhões, seiscentos e quarenta e um mil, seiscentos e setenta e seis reais e noventa e seis centavos), além de 4 operações de empresas estatais não dependentes, no valor total de R\$ 722.563.441,00 (setecentos e vinte e dois milhões, quinhentos e sessenta e três mil e quatrocentos e quarenta e um reais), distribuídos da seguinte forma:

Quadro 2.3.2 – Análise de Concessão de Garantias

Operação de Crédito	Interessado	Quant.	Montante Autorizado ¹
Operações de crédito INTERNO analisadas e autorizadas a receber a garantia da União	Pleitos de interesse de Estados	45	R\$ 46.297.323.599,34
	Pleitos de interesse de Municípios	1	R\$ 141.700.000,00
	Pleitos de interesse de Empresas	2	R\$ 224.937.709,92
Operações de crédito EXTERNO analisadas e autorizadas a receber a garantia da União	Pleitos de interesse de Estados	31	R\$ 14.740.363.677,62
	Pleitos de interesse de Municípios	7	R\$ 1.134.254.400,00
	Pleitos de interesse de Empresas	2	R\$ 497.625.731,08
TOTAIS		88	R\$ 63.036.205.117,96

Fonte: Sistema de Análise de Crédito – SAC

¹ As operações de crédito externo analisadas foram ou serão contratadas em moeda estrangeira. Os valores apresentados são resultantes da conversão dos montantes autorizados em moeda estrangeira para reais, pela cotação da data de emissão do Parecer relativo à RSF nº 48/07

Observação: Foi iniciado o desenvolvimento de novo sistema de TI para auxiliar na análise de processos de operações de crédito.

A edição da Resolução nº 3.751/2009, do Conselho Monetário Nacional – CMN regulamentou normas para o processo de verificação de limites e condições para contratação de operação de crédito pelos entes federativos. A partir de então, os agentes financeiros autorizados a operar com o setor público deverão, na forma estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional, centralizar o recebimento de todos os documentos necessários à completa verificação dos limites e das condições definidos em lei e demais atos normativos, nos termos do art. 32 da Lei Complementar nº 101/2000. De maneira a dar efetividade ao disposto no normativo legal acima citado, a STN ministrou treinamentos às instituições financeiras e promoveu revisões no Manual para Instrução de Pleitos - MIP, disponível no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional.

Ainda, A STN mantém, em sistema informatizado, banco de dados com informações detalhadas de todas as operações de crédito analisadas por esta Secretaria, não só para acompanhamento da situação e localização de cada processo, mas para manutenção do histórico estatístico do volume e das condições financeiras das operações de crédito aprovadas. Foi mantida, no sítio da STN, área específica para divulgação de informações sobre o endividamento de Estados e Municípios referentes às operações de crédito analisadas e em tramitação (<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/operacoesdecredito-estados-municipios>). A STN, por meio da COPEM, trabalhou na manutenção e no aperfeiçoamento do sistema próprio que auxilia a análise dos pleitos de operação de crédito de Estados e Municípios.

- Elaboração e avaliação de Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal de Estados

A Lei nº 9.496/97 estabeleceu critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, de diversas dívidas financeiras de responsabilidade de Estados e do Distrito Federal, inclusive dívida mobiliária, tendo como condição a assinatura de Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal, que passou a ser parte integrante do contrato de assunção e renegociação da dívida. Neste documento, o governo estadual se propõe a adotar ações que possibilitem alcançar metas ou compromissos anuais relativos a:

- relação dívida financeira / receita líquida real;
- resultado primário;
- despesas com funcionalismo público;
- receitas de arrecadação própria;
- reforma do estado, ajuste patrimonial e alienação de ativos; e
- despesas com investimento / receita líquida real.

No apoio e acompanhamento do processo de ajuste fiscal dos entes federativos, coube à Secretaria do Tesouro Nacional participar da elaboração dos Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal assinados pelos governadores dos 24 Estados e do Distrito Federal que refinanciaram suas dívidas (Amapá e Tocantins não o fizeram. Os Estados do Piauí e Rio Grande do Norte já quitaram as dívidas referentes ao refinanciamento e, portanto, não possuem mais Programa), assim como avaliar o cumprimento das metas anuais, por parte daqueles entes. A critério das partes, o Programa poderá deixar de ser renovado no ano, permanecendo em vigor as metas e compromissos já pactuados no Programa trienal vigente. Esses procedimentos deverão ser observados enquanto perdurar o contrato de refinanciamento.

Em linhas gerais, a Lei nº 9.496/97 propiciou a redução do saldo devedor da dívida financeira dos Estados e do Distrito Federal por meio do alongamento do prazo de pagamento, redução dos encargos financeiros incidentes e/ou concessão de subsídio. Em contrapartida a estes benefícios, os Estados e o Distrito Federal comprometeram-se a observar o adimplemento no pagamento das prestações da dívida refinanciada e a estabelecer e cumprir os Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal.

Quadro 2.3.3 – Indicadores de desempenho

Denominação	Descrição (o que mede)	Fórmula de Cálculo Medição	Responsável pela Medição	TIPO	Resultado
ÍNDICE DE AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL (PROGRAMA).	MEDE O PERCENTUAL ANUAL DE PROGRAMAS AVALIADOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE ESTADOS QUE TÊM PROGRAMA.	(NÚMERO DE PROGRAMAS AVALIADOS NO ANO / NÚMERO DE ESTADOS QUE TÊM PROGRAMAS) *100	COREM	EFICÁCIA	(23/23)*100=100%
ÍNDICE DE REVISÃO DOS PROGRAMAS.	MEDE O PERCENTUAL ANUAL DE PROGRAMAS REVISADOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE ESTADOS QUE TÊM PROGRAMA.	(NÚMERO DE PROGRAMAS ELABORADOS NO ANO / NÚMERO DE ESTADOS QUE TÊM PROGRAMA) * 100	COREM	EFICÁCIA	(23/23)*100=100%
ÍNDICE DE REALIZAÇÃO DAS MISSÕES TÉCNICAS (MISSÕES)	MEDE O PERCENTUAL ANUAL DE MISSÕES REALIZADAS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE MISSÕES PROGRAMADAS PARA O ANO	(NÚMERO DE MISSOÕES REALIZADAS NO ANO / NÚMERO DE MISSÕES PROGRAMADAS) * 100	COREM	EFICÁCIA	(23/23)*100=100%

Fonte: STN/COREM

No decorrer do ano de 2013, os técnicos da STN realizaram 23 missões técnicas com o intuito de conhecer em detalhes a situação fiscal dos Estados e do Distrito Federal, de forma a reunir informações que possibilitassem a avaliação do cumprimento das metas dos Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal e a realização de projeções que servissem de base para a sua revisão para o próximo triênio.

Como resultado das análises fiscais, missões técnicas e negociações com representantes dos governos estaduais foram revisados 23 Programas. Os Estados do Piauí e do Rio Grande do Norte não revisaram os programas em razão de quitação antecipada da dívida e término do contrato, respectivamente.

- Cálculo e publicação, mensal, da Receita Líquida Real (RLR) dos Estados e Municípios cujas dívidas foram renegociadas junto ao Tesouro Nacional

O conceito de Receita Líquida Real – RLR para os Estados está expresso na Lei nº 9.496/97, em seu Artigo 2º, Parágrafo Único. Para os municípios, encontra-se na Medida Provisória nº 2.185/01, instrumento legal referente ao refinanciamento das dívidas dos Municípios.

A RLR é apurada a partir das receitas orçamentárias extraídas dos balancetes enviados pelos Estados e Municípios, das quais são deduzidos os valores permitidos pela legislação. Os

valores calculados são divulgados mensalmente por meio de Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional.

A RLR é utilizada para apurar o limite de pagamento do serviço da dívida de Estados e Municípios renegociada com o Tesouro Nacional e para o cálculo da relação dívida financeira/receita líquida real. É também parâmetro dos Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal de Estados.

Quadro 2.3.4 – Indicadores de desempenho

Denominação	Descrição (o que mede)	Fórmula de Cálculo Medição	Responsável pela Medição	TIPO	Resultado
ÍNDICE DE CÁLCULO DA RECEITA LÍQUIDA REAL (RLR) PARA ESTADOS COM REFINANCIAMENTO	MEDE O PERCENTUAL MENSAL DAS RLR CALCULADAS PARA DE ESTADOS COM REFINANCIAMENTO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE ESTADOS COM REFINANCIAMENTO.	(NÚMERO DE RLR CALCULADAS PARA DE ESTADOS COM REFINANCIAMENTO / NÚMERO TOTAL DE ESTADOS QUE TÊM REFINANCIAMENTO) * 100	COREM	EFICÁCIA	(23/23)*100=100% (*)
ÍNDICE DE CÁLCULO DA RLR PARA MUNICÍPIOS COM REFINANCIAMENTO DA MP 2.185/01	MEDE O PERCENTUAL MENSAL DAS RLR CALCULADAS PARA MUNICÍPIOS COM REFINANCIAMENTO DA MP 2.185/01 EM RELAÇÃO AO TOTAL DE MUNICÍPIOS COM REFINANCIAMENTO DA MP 2.185/01	(NÚMERO DE RLR CALCULADAS PARA MUNICÍPIOS COM REFINANCIAMENTO DA MP 2.185/01* / NÚMERO TOTAL DE MUNICÍPIOS COM REFINANCIAMENTO DA MP 2.185/01*	COREM	EFICÁCIA	(17/17)*100=100% (*)

Fonte: STN/COREM

(*) A partir de dezembro de 2010, nos termos da Lei 12.348, de 15/12/2010, regulamentada pela Portaria 693, de 20/12/2010 passou-se a calcular a Receita Líquida Real apenas dos Municípios com dívidas refinanciadas com fundamento na Medida Provisória nº 2.185-35, de 24/08/2001 e que utilizam do limite de pagamento previsto naquele normativo, assim como daqueles que apresentam pendências financeiras decorrentes de ação judicial que tenha como litígio o refinanciamento de dívidas.

(**) Considerados também os Municípios que não encaminharam todos os balancetes necessários ao cálculo cujos resultados são divulgados nas portarias como “FALTAM DADOS”.

- Resultados alcançados

Foi realizada a apuração mensal da Receita Líquida Real dos Estados e dos Municípios que renegociaram suas dívidas com a União, cujas portarias divulgando os valores encontram-se disponíveis na Internet na página da Secretaria do Tesouro Nacional.

O processamento das informações necessárias para a implementação dos Programas de Ajuste Fiscal, análise da capacidade de pagamento, cálculo da RLR e monitoramento dos municípios cujas dívidas foram refinanciadas pela União é realizado por meio do Sistema de Monitoramento de Estados e Municípios - SIMEM.

Relações Financeiras Intergovernamentais – Gestão de Haveres Financeiros

- Indicadores Institucionais

Para a análise do desempenho operacional das Ações que envolvem a execução das despesas de responsabilidade da UG 170.512, foram utilizados os indicadores de eficácia abaixo representados. No caso, trata-se, especificamente, das Ações 00M4 – Plano Orçamentário 00M (referente à Carteira de Saneamento), 00M4 – Plano Orçamentário 002 (ref. ao PNAFE) e 0272 (referente à Lei nº 8.727/93), descritas no item “Ações Orçamentárias”.

- Indicadores de Eficácia – Execução da Despesa

Quadro 2.3.5 – Gestão de Haveres – Indicadores de Eficácia – Execução da Despesa

Denominação	Método de aferição	Fórmula de Cálculo Medição	Área responsável pelo cálculo
Índice de execução orçamentária	Relação entre a execução orçamentária e o orçamento do programa	Valor executado/ Valor empenhado	STN/COAFI
Índice de inscrição de Restos a Pagar	Avalia se os créditos orçamentários estão sendo utilizados no exercício de competência	Valor inscrito em Restos a Pagar/ Valor empenhado	STN/COAFI
Índice de Restos a Pagar inscritos e não pagos	Avalia se houve excesso de inscrições em Restos a Pagar	Valor de Restos a Pagar cancelado/ Valor inscrito em Restos a Pagar	STN/COAFI

Fonte: STN/COAFI

Cabe ressaltar que o valor inscrito em Restos a Pagar, no caso do “Índice de inscrição de Restos a Pagar”, trata do valor inscrito no final do exercício de 2013, ao passo que o valor de Restos a Pagar cancelado, para o “índice de Restos a Pagar inscritos e não pagos” trata do número/valor inscrito ao final do exercício de 2013 e cancelado no exercício de 2014.

Alternativamente, no caso da Ação 20Z6 – Gestão de Haveres da União (antiga ação 2076), a qual envolve o recebimento de haveres pela União em sua execução, a COAFI elaborou indicadores de desempenho, também denominados “Indicadores de Eficácia”. Tal iniciativa foi tomada visando instrumentalizar o processo de avaliação dessa ação de governo, e de forma a atender à uma recomendação do Tribunal de Contas da União – TCU.

Os indicadores correspondem a medições envolvendo os valores apurados em relação à totalidade dos programas geridos pela COAFI. Nesse contexto, são trabalhados os valores devidos, apurados pelos agentes financeiros, bem como os valores efetivamente recebidos e aqueles não recebidos.

A seguir, são apresentados alguns desses indicadores, com o registro de que a COAFI continuará analisando a elaboração de novos indicadores que possam contribuir para maior precisão do processo avaliativo.

- Indicadores de Eficácia – Execução da Receita

Quadro 2.3.6 – Gestão de Haveres – Indicadores de Eficácia – Execução da Receita

Denominação	Método de aferição	Fórmula de Cálculo Medição	Área responsável pelo cálculo
Recebimento Pontual no mês	Mede o volume de recursos recebidos pontualmente relativamente ao volume de recursos devidos apurados mensalmente	Recebimento Pontual no mês sobre o Valor Devido Gerenciável no Mês	STN/COAFI
Recebimento não Pontual no	Mede o volume de recursos recebidos com atraso dentro do	Recebimento não Pontual no mês sobre o	STN/COAFI

mês	mês relativamente ao volume de recursos devidos no próprio mês	Valor Devido Gerenciável no Mês	
Recebimento Pendente no mês	Mede o volume de recursos não recebidos no mês relativamente ao volume de recursos devidos no próprio mês	Recebimento Pendente no mês sobre o Valor Devido Gerenciável no Mês	STN/COAFI
Saldo Devedor Gerenciável	Mede o volume do saldo devedor não afetado por restrições ao seu recebimento.	Saldo devedor gerenciável sobre o saldo devedor total	STN/COAFI

Fonte: STN/COAFI

- *Definição das variáveis envolvidas no cálculo dos Indicadores de Eficácia – Execução da Receita:*

Insumos:

Valor Devido no Mês: valores apurados pelo agente financeiro, de acordo com as condições contratuais, para pagamento no mês;

Valor Exigível no Mês Seguinte: valores cujos vencimentos ocorreram no final do mês, em dia não útil, sendo o pagamento exigido no primeiro dia útil do mês seguinte;

Inadimplemento Sistemático: fluxo mensal da dívida provisionada, composto por parcelas não amortizadas por insuficiência de garantias e/ou impedidas judicialmente de cobrança (vencidas há mais de seis meses);

Pendência Jurídica no Mês: fluxo mensal da dívida que possui decisões judiciais impedindo a cobrança;

Valor Devido Gerenciável no Mês: valores devidos no mês, deduzidos dos valores exigíveis no mês seguinte, dos inadimplementos sistemáticos e/ou das parcelas impedidas de cobrança em virtude de decisões judiciais;

Saldo Devedor Total: estoque da dívida;

Pendência Jurídica: parte do estoque da dívida que possui decisões judiciais impedindo a cobrança;

Inadimplência de Difícil Recebimento: saldo provisionado composto por dívidas que não têm garantias suficientes para amortizá-lo e dívidas decorrentes de decisões judiciais impedindo a cobrança; e

Indicadores:

Recebimento Pontual no Mês: valores efetivamente recebidos no dia do seu vencimento;

Recebimento não Pontual no Mês: é a inadimplência do mês recebida dentro do próprio mês;

Recebimento Pendente: é a inadimplência do mês que passou para o mês seguinte;

Saldo Devedor Gerenciável: saldo devedor total deduzido dos valores **exigíveis no mês seguinte**, das inadimplências de difícil recebimento e/ou das pendências jurídicas, ou seja, excluídos os valores que fogem à gerência da Coordenação.

- *Aplicação dos Indicadores*

Programa 0909 – Operações Especiais: Outros Encargos Sociais

- **Ação 00M4 Plano Orçamentário 00M (antiga ação 0705) – Encargos decorrentes da Aquisição de Ativos no Âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais – Carteira de Saneamento**

Consiste na remuneração, por parte da União, a seu agente financeiro – Caixa Econômica Federal, de percentual sobre o valor total arrecadado no mês.

A meta física prevista foi de R\$ 2,460 milhões (valor empenhado), enquanto foi utilizado o valor de R\$ 1,602 milhões (65,12% do empenhado). Cabe ressaltar que neste montante incluem-se os restos a pagar executados em janeiro de 2014, relativos às competências de novembro e dezembro de 2013.

A diferença entre o empenhado e o realizado, que corresponde a 34,88%, deve-se à margem de segurança estabelecida e também ao fato de que a remuneração ao agente financeiro é variável, calculada sobre os valores efetivamente recebidos, não existindo, assim, medidas a serem implementadas por parte da STN/COAFI.

Quadro 2.3.7 – Ação 00M4 PO 00M – Resultado dos Indicadores de Eficácia (Despesa) no Exercício
Em %

ÍNDICE	ANO			
	2010	2011	2012	2013
Índice de execução orçamentária	76,47	95,12	91,26	65,12
Índice de inscrição de Restos a Pagar	30,06	12,90	17,44	41,15
Índice de Restos a Pagar inscritos e não pagos	68,62	79,36	60,40	74,29

Fonte: STN/COAFI

Programa 0911 – Operações Especiais – Remuneração de Agentes Financeiros

- **Ação 00M4 Plano Orçamentário 002 (antiga Ação 00JQ) – Remuneração do Agente Financeiro pela Gestão do Contrato do Programa de Fortalecimento da Administração Fiscal dos Estados – PNAFE**

Esta ação refere-se ao pagamento semestral de remuneração à CAIXA, como agente financeiro do PNAFE, por serviços prestados na execução dos contratos de subempréstimos dos Estados e do Distrito Federal. Desde 2008, com o fim do desembolso do Programa, ocorrido em 2006, o pagamento se dá efetivamente pelos serviços de cobrança dos encargos e amortização dos contratos de subempréstimos.

Esta ação tem execução semestral e se verificará continuamente até 2017, quando se encerra o contrato de empréstimo nº 980/OC-BR, celebrado entre a União e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. O valor empenhado foi de R\$ 401,06 mil em 2013, sendo que o valor realizado foi de R\$ 355,46 mil (88,63% do montante empenhado).

A diferença de 11,37% entre o empenhado e o realizado deve-se à margem de segurança estabelecida e também ao fato de que a remuneração ao agente financeiro é variável, calculada sobre os valores efetivamente recebidos, influenciados pela variação cambial, não existindo, assim, medidas a serem implementadas pela STN/COAFI.

Quadro 2.3.8 – Ação 00M4 PO 002 – Resultado dos Indicadores de Eficácia (Despesa) no Exercício
Em %

ÍNDICE	ANO			
	2010	2011	2012	2013
Índice de execução orçamentária	57,91	75,51	84,75	88,63
Índice de inscrição de Restos a Pagar	42,09	24,49	0,00	11,37
Índice de Restos a Pagar inscritos e não pagos	100	100	n/d	100

Fonte: STN/COAFI

Programa 0905 – Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)

- **Ação 0272 – Dívidas Internas das Administrações Direta e Indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, refinanciadas pela União - Lei nº 8.727, de 1993.**

A meta física prevista foi de R\$ 6.335,66 milhões (valor empenhado), enquanto o montante realizado alcançou a cifra de R\$ 3.669,01 milhões.

A diferença entre o valor empenhado e o realizado, R\$ 2.666,65 milhões, corresponde a 42,09%, devendo-se principalmente ao fato de que a previsão orçamentária foi realizada considerando-se os seguintes pontos:

- a) parte dos pagamentos varia de acordo com a Receita Líquida Real dos Estados e dos Municípios devedores, que têm as prestações correspondentes a 11% dessa Receita Líquida Real;
- b) expectativa de que o volume de amortizações extraordinárias aumentaria de forma significativa em 2013, diante da proximidade do encerramento das parcelas da dívida do programa em 2014;
- c) não concretização de amortizações extraordinárias esperadas para o exercício, previstas em virtude da proximidade do encerramento do programa em 2014; e
- d) margem de segurança quanto às possíveis variações dos cenários oficiais.

Quadro 2.3.9 – Ação 0272 – Resultado dos Indicadores de Eficácia (Despesa) no Exercício

ÍNDICE	ANO			
	2010	2011	2012	2013
Índice de execução orçamentária	76,16	93,47	60,28	57,91
Índice de inscrição de Restos a Pagar	25,53	8,12	41,13	1,02
Índice de Restos a Pagar inscritos e não pagos	84,68	93,14	96,31	18,52

Fonte: STN/COAFI

Registre-se que a elaboração orçamentária, além das premissas acima referidas, observa a obrigatoriedade da União de repassar aos credores originais todo e qualquer recurso recebido no prazo máximo de dois dias úteis, conforme estipulado no Art. 11º da Lei nº 8.727/93.

De se notar ainda que, dentre as diversas variáveis envolvidas na elaboração orçamentária, as questões judiciais contribuem sobremaneira para a diferença verificada entre os valores previstos e efetivamente realizados. A propósito, ressalta-se que a Secretaria do Tesouro Nacional vem subsidiando tecnicamente a Advocacia-Geral da União - AGU com vistas à reversão de medidas que têm sobrestado total ou parcialmente o pagamento por parte de alguns devedores. Caso isso ocorra, e os valores acumulados venham a ser recebidos, é obrigação do Tesouro Nacional repassá-los aos credores originais.

Programa 2039 – Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional

Iniciativa 03N7 - Gestão da política fiscal, do endividamento público e haveres da União

- **Ação 20Z6 – Gestão de Haveres da União**

Meta física: 46,021 bilhões (valor orçado para 2013).

Valor Realizado: 44,148 bilhões (valor recebido em 2013).

Quadro 2.3.10 – Recebimentos Realizados pela COAFI – Exercício 2013

PROGRAMAS	SALDO DEVEDOR 31/12/2012	INCORPORAÇÕES e BAIXAS	RECEBIMENTOS			SALDO DEVEDOR 31/12/2013
			PRINCIPAL	JUROS	TOTAL	
AC. BRASIL-FRANÇA	22.270	4.693	3.372	491	3.863	23.100
BIB	14.463	1.239	15.036	667	15.703	0
BNDES	1.629.629	89.413	0	0	0	1.719.043
CARTEIRA DE SANEAMENTO	1.583.286	164.283	294.547	101.551	396.098	1.351.471

R\$ mil

ROYALTIES	7.745.035	551.695	1.872.070	0	1.872.070	6.424.659
DEVOLUÇÃO CRC	0	0	0	0	0	0
DMLP	5.059.274	649.110	309.594	214.225	523.819	5.184.565
EMPRÉSTIMO BACEN / BANERJ	12.398.873	1.424.037	509.073	749.104	1.258.178	12.564.732
LEI Nº 8.727/93	21.309.053	1.380.259	6.093.923	1.507.621	7.601.543	15.087.768
LEI Nº 9.496/97	392.536.675	46.467.972	14.595.941	13.994.556	28.590.497	410.414.150
MP 2.185	64.961.977	9.541.614	944.670	2.858.814	3.803.484	70.700.107
PNAFE	313.358	48.703	74.065	8.600	82.666	279.396
TOTAL	507.573.894	60.323.017	24.712.292	19.435.628	44.147.920	523.748.991

Fonte: STN/COAFI

A STN/COAFI não executa recursos financeiros nesta ação orçamentária no que se refere à despesa. Entretanto, ao arrecadar receitas de haveres decorrentes de refinanciamento de dívidas de Estados, Distrito Federal e Municípios, de entidades de suas administrações indiretas e de empresas privatizadas, contribui para o alcance da meta física da ação 20Z6 – Gestão de Haveres da União.

O Quadro acima evidencia os recebimentos realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, relativamente aos haveres geridos pela Coordenação-Geral de Haveres Financeiros – COAFI, no ano de 2013.

Em 2013 foram recebidos R\$ 44,15 bilhões contra a previsão de R\$ 46,02 bilhões orçados para todo o exercício. A arrecadação a menor no montante de R\$ 1,87 bilhão equivale a -4,07% do valor orçado. O volume menor de recebimentos realizados em 2013, quando comparado ao previsto, observado no programa da Lei nº 8.727/93, se explica basicamente pela expectativa de que o volume de amortizações extraordinárias aumentaria de forma significativa em 2013, diante da proximidade do encerramento das parcelas da dívida do programa em 2014, como já havia ocorrido em situações análogas de outros programas encerrados. Por isso, a previsão de recebimentos foi superdimensionada e, à exceção da quitação do saldo de principal e de resíduo de limite de comprometimento pelo Estado do Maranhão, num total de R\$ 1,02 bilhão, ocorrida em julho de 2013, o volume de amortizações extraordinárias esperado para o exercício não se concretizou.

Além disso, o recebimento abaixo do previsto para 2013 também foi resultado da arrecadação a menor no programa da MP nº 2.185/01 (-11,33%), ocasionado principalmente pelo crédito gerado a favor do Município de São Paulo em virtude de recálculos de limite de comprometimento efetuado com base no comando da Medida Provisória nº 618, de 05/06/2013, utilizado para amortizar parcelas da dívida do Município nos meses de julho, agosto e setembro de 2013, num total de R\$ 762,9 milhões.

Os haveres constantes do Quadro acima são decorrentes de operações de crédito entre a União e os Estados, Distrito Federal, Municípios, entidades de suas administrações indiretas e empresas privatizadas, caracterizados por diversos programas de empréstimos, financiamentos, refinanciamentos, reestruturação de dívidas, repasse de recursos externos, honra de avais e aquisições de participações governamentais.

Quadro 2.3.11 – Resultado dos Indicadores de Eficácia no Exercício de 2013

Em %

Índices	Anual	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Recebimento Pontual no mês	98,94	99,53	98,29	99,91	99,85	100,01	99,59	99,43	99,64	93,50	99,45	99,51	98,52
Recebimento não Pontual no mês	0,33	0,47	0,07	0,09	0,06	0,34	0,41	0,56	0,36	0,45	0,32	0,48	0,33
Recebimento Pendente no mês	0,15	0,00	1,63	0,00	0,08	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0,00	0,01	0,00

Saldo Devedor Gerenciável	98,69	98,79	98,77	98,75	98,72	98,71	98,70	98,68	98,67	98,65	98,64	98,62	98,60
----------------------------------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

Fonte: STN/COAFI

No exercício de 2013, os valores recebidos pontualmente dentro do próprio mês alcançaram, em média, o percentual de 98,94%, enquanto os valores dos pagamentos recebidos com atraso dentro do próprio mês registraram a média de 0,33%, conforme Quadro acima.

Já a inadimplência do mês que passou para o mês seguinte, também no exercício de 2013, em média foi da ordem de 0,15%. Vale destacar que a maior parte do percentual não recebido dentro do mês de competência decorre da concentração de vencimentos nos últimos dias úteis de cada mês, cujos recebimentos se dão, em sua grande maioria, até o dia dez do mês subsequente, mediante pagamentos voluntários ou execução de garantias.

Em 2013, a média de 98,69% mostra o percentual do saldo devedor dos haveres contratuais administrados pela Coordenação que não possuem restrições ao seu recebimento regular.

- Política Fiscal – Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais

No que tange à Gestão dos Haveres da União, não relacionados a Estados e Municípios, foram cobradas e recebidas prestações mensais e semestrais. No total, foi recebido, até dezembro/2013, o valor de R\$ 19.873.165.820,49 para uma previsão inicial de R\$ 16.998.093.333,06 bilhões orçados para todo o exercício.

Os Haveres Financeiros do Tesouro Nacional, não relacionados a Estados e Municípios, encontram-se classificados em cinco grupos, conforme quadro a seguir, que apresenta também o saldo devedor desses créditos, com posição de 31.12.2013:

QUADRO 2.3.12 HAVERES FINANCEIROS ADMINISTRADOS PELA COFIS - SALDOS DEVEDORES EM 31.12.2013

GRUPOS DE HAVERES	SALDO (R\$)			
	dez/12	dez/13	Variação	Variação (%)
Haveres Originários de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.757.935.625,00	5.794.904.281,83	36.968.656,83	0,64%
Haveres Originários de Operações Estruturadas	67.135.364.777,39	68.843.262.519,96	1.707.897.742,57	2,54%
Haveres Originários de Privatizações	9.076.379.001,24	9.333.849.237,54	257.470.236,30	2,84%
Haveres Originários de Legislação Específica	425.419.289.196,45	487.802.501.806,25	62.383.212.609,80	14,66%
Haveres Originários do Crédito Rural	15.573.576.505,35	15.801.798.513,87	228.222.008,52	1,47%
Total	522.962.545.105,43	587.576.316.359,45	64.613.771.254,02	12,36%

Fonte: STN/COFIS/GERAT

A variação total no período considerado foi de aproximadamente R\$ 64,6 bilhões, representados principalmente por variações nos saldos de haveres originários de Legislação Específica (R\$ 66,38 bilhões) e de Operações Estruturadas (R\$ 1,7 bilhões). Da variação total no Grupo de Haveres Originários de Legislação Específica, R\$ 49 bilhões decorrem de cinco novas operações financeiras firmadas ao longo do exercício de 2013, a seguir especificadas. I – Com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, os seguintes contratos: (i) nº 845/PGFN/CAF, de 9 de maio de 2013, amparado pela Lei nº 12.249/2010, o qual concedeu crédito no montante de R\$ 2 bilhões para viabilizar o financiamento de projetos aprovados pelo Conselho Diretor do Fundo de Marinha Mercante – CDFMM; (ii) nº 867/PGFN/CAF, de 28 de junho de 2013, ao amparo da Lei 12.872/2013, o qual se constituiu como instrumento híbrido de capital e dívida, no valor de R\$ 15 bilhões, com o objetivo de prover o BNDES de recursos adicionais com vistas à ampliação de seus limites operacionais; e (iii) nº 904/PGFN/CAF, de 5 de dezembro de 2013, amparado pela Medida Provisória nº 628/2013, no valor de R\$ 24 bilhões, com o intuito de prover o Banco de recursos adicionais para fazer frente ao aumento da demanda por crédito para investimentos na economia. II – Com a Caixa Econômica Federal, os seguintes instrumentos híbridos de capital e dívida: (i) nº 868/PGFN/CAF, de 28 de junho de 2013, nos termos da Lei

12.868/2013, no valor de R\$ 3 bilhões, com as finalidades de elevar o Patrimônio de Referência da CAIXA e ampliar sua margem operacional; e (ii) nº 869/PFGN/CAF, de 28 de junho de 2013, amparado pela Lei nº 12.833/2013, no montante de R\$ 5 bilhões, visando o provimento de recursos para suprir o aumento da demanda por crédito para investimentos na economia.

- Política Fiscal – Programação Financeira

A Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, organizou sob a forma de sistemas as atividades de planejamento e de orçamento federal, de administração financeira federal, de contabilidade federal e de controle interno do Poder Executivo Federal.

O Sistema de Administração Financeira Federal visa o equilíbrio financeiro do Governo Federal, dentro dos limites da receita e despesa públicas, e compreendem as atividades de programação financeira da União, de administração de direitos e haveres, garantias e obrigações de responsabilidade do Tesouro Nacional e de orientação técnico-normativa referente à execução orçamentária e financeira.

As atividades de programação financeira compreendem a formulação de diretrizes para descentralização de recursos financeiros aos órgãos setoriais de programação financeira e destes para as unidades gestoras a eles vinculadas/subordinadas e a gestão da Conta Única do Tesouro Nacional, objetivando:

- assegurar às unidades gestoras, nos limites da programação financeira aprovada, disponibilidade de recursos para execução de seus programas de trabalho;
- manter o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada.

A orientação técnico-normativa visa à eficiência e eficácia da gestão da execução orçamentária e financeira.

Integram o Sistema de Administração Financeira Federal:

- como órgão central, a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda;
- como órgãos setoriais, as unidades de programação financeira dos Ministérios, da Advocacia-Geral da União, da Vice-Presidência e da Casa Civil da Presidência da República.

Compete à Secretaria do Tesouro Nacional, como órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal, no âmbito da programação financeira da União e da orientação técnico-normativa referente à execução orçamentária e financeira:

- zelar pelo equilíbrio financeiro do Tesouro Nacional;
- elaborar a programação financeira do Tesouro Nacional, gerenciar a Conta Única do Tesouro Nacional e subsidiar a formulação da política de financiamento da despesa pública;
- gerenciar a conta em moeda estrangeira prevista em contratos de empréstimos e concessões de créditos especiais firmados pela União junto a organismos internacionais e entidades governamentais estrangeiras de crédito;
- editar normas sobre a programação financeira e a execução orçamentária e financeira, bem como promover o acompanhamento, a sistematização e a padronização da execução da despesa pública;
- gerir, em conjunto com os órgãos do Sistema de Contabilidade Federal, o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI); e
- promover a integração com os demais poderes e esferas de governo em assuntos de administração e programação financeira.

Nesse contexto, a STN, para fins de cumprimento do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), que dispõe sobre o estabelecimento da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso, juntamente com a Secretaria de Orçamento Federal (SOF), subsidiou a edição do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira do Poder Executivo Federal.

Dessa forma, após a publicação da Lei Orçamentária Anual (LOA), Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013, a STN, juntamente com a SOF, atuou com vistas à edição do Decreto nº 7.995, de 2 de maio de 2013, que definiu as regras para a execução das despesas, bem como estabeleceu a respectiva programação orçamentária e financeira do exercício. As principais características do Decreto de Programação foram:

- Lei nº 12.708 de 17 de agosto de 2012, Lei de Diretrizes Orçamentárias 2013 (LDO 2013), que determina o nível de execução das despesas de custeio e investimento dos órgãos, fundos e entidades do Poder Executivo, constantes da LOA;
- os valores autorizados para movimentação e empenho e de pagamento das despesas de custeio e investimento constaram, respectivamente, dos Anexos I e II do Decreto nº 7.995/2013;
- os valores estabelecidos nos Anexos I e II do Decreto nº 7.995/2013 foram detalhados respectivamente pela Portaria MPOG nº 147, de 3 de maio de 2013, e pela Portaria MF nº 295, de 3 de maio de 2013, em grupos de fontes de recursos do Tesouro Nacional e próprias dos órgãos do Poder Executivo do Governo Federal, e foram destacadas as ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no valor de R\$ 56.437.305 mil;
- As Portarias MPOG nº 147, de 3 de maio de 2013, e MF nº 295, de 3 de maio de 2013, foram revogadas, respectivamente, pelas Portarias MPOG nº 207, de 31 de maio de 2013, e MF nº 346, de 4 de junho de 2013, que detalharam, respectivamente, novos valores estabelecidos nos Anexos I e II do Decreto nº 7.995/2013, e foram destacadas as ações do PAC, no valor de R\$ 58.555.388 mil.

Durante o exercício de 2013 foram efetuados vários ajustes e ampliações dos valores de movimentação e empenho e de pagamento autorizados pelo Decreto de Programação Orçamentária e Financeira. Essas alterações foram efetivadas no intuito de se atingir o desenvolvimento das ações prioritárias do Governo, zelando pelo alcance das metas fiscais estabelecidas, e considerando as necessidades e peculiaridades de cada órgão. Para esse fim, foram editados no decorrer do exercício Decretos Presidenciais e Portarias dos Ministros da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Em relação à execução financeira, cabe destacar que a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) é responsável pelo acompanhamento, análise e programação das liberações de recursos financeiros aos órgãos setoriais, bem como pela execução destas liberações no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Assim, cabe à STN, no que se refere à liberação de recursos para despesas de custeio e investimento, tendo por base os valores autorizados pelo Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, acompanhar o pagamento efetivo dos órgãos do Poder Executivo. Cabe registrar que tais atividades foram tempestivamente desempenhadas no decorrer do exercício de 2013, em observância às normas aplicáveis à matéria.

Em cumprimento aos dispositivos constitucionais e legais, a STN realizou as liberações de recursos para as transferências aos entes federados. Dentre as principais Transferências da União para os Estados, o DF e os Municípios, destacam-se o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados (FPEX), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), os Royalties da exploração e produção de petróleo e gás

natural, a Participação Especial na exploração e produção de petróleo e gás natural, as compensações financeiras pela exploração de Recursos Minerais e as Compensações Financeiras pela utilização de recursos hídricos.

Cabe destacar o ingresso no valor de R\$ 15,0 bilhões da receita relativa ao Bônus de Assinatura do leilão do campo de Libra da área do Pré-Sal sob o regime de partilha.

A STN monitorou as movimentações financeiras realizadas na Conta Única do Tesouro Nacional por meio do Sistema de Transferência de Reservas (STR) e analisou os pedidos de abertura de contas correntes dos órgãos federais no País e no exterior.

A STN coordenou a abertura e a manutenção das Contas Especiais, em moeda estrangeira, do Tesouro Nacional decorrentes de operações de crédito externo e contribuições financeiras não-reembolsáveis firmadas entre a União e organismos internacionais, organismos multilaterais de crédito e agências governamentais estrangeiras, nas instituições federais autorizadas.

Por intermédio da COFIN/STN, a União aderiu ao Programa de Desembolso Eletrônico do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o qual permite o envio, via web, das documentações referentes a pedido de desembolso e comprovação de gastos encaminhados pelos gestores dos projetos, inibindo o trânsito físico de tais documentos, sem perda de controle por esta Secretaria.

A STN, enquanto órgão Central do Sistema de Administração Financeira Federal, também possui como competência a orientação técnico-normativa referente à execução orçamentária e financeira. Nesse sentido, em 2013, a STN promoveu treinamentos para os Órgãos Setoriais de Programação Financeira sobre Guia de Recolhimento da União, Ordem Bancária e Programação Financeira, incluindo o treinamento para utilização no módulo de Programação Financeira no Novo Siafi.

Ainda por intermédio da COFIN, a Secretaria atendeu a diversas demandas encaminhadas pelos órgãos públicos e cidadãos, por meio dos canais de comunicação disponibilizados, dentre os quais listamos o FALE CONOSCO, Ofícios e Memorandos do COMPROTDOC e Caixas Institucionais das Gerências da COFIN e do Gabinete da Coordenação-Geral de Programação Financeira.

- Assuntos Corporativos

No exercício 2013, sob a responsabilidade da STN/SUCOP, foram realizadas ações de fundamental importância para a consecução do planejamento institucional, em especial no que diz respeito àquelas metas vinculadas aos Objetivos Estratégicos Corporativos, conforme visualizado no quadro abaixo.

Quadro 2.3.13

Metas da SUCOP realizadas em 2013	
Objetivo Estratégico 13: Consolidar a cultura de formulação estratégica da STN	
Metas	
13.1	Ampliada a participação e interação dos servidores com o processo de Planejamento Estratégico do TN
13.2	Pelo menos três temas de interesse institucional foram debatidos pelos subsecretários e coordenadores gerais [no âmbito do Comitê de Gestão Estratégica Ampliado da STN]
Objetivo Estratégico 14: Aperfeiçoar a Governança de TI da STN	
Metas	
14.1	O Plano Estratégico de Tecnologia de Informação 2013-2016 foi elaborado
14.2	Ajustado o modelo de contratação de serviços de TI às diretrizes do Ministério da Fazenda
14.3	Implantada a plataforma de desenvolvimento rápido de soluções Web (APEX)

14.4	Avaliada a adoção de uma arquitetura orientada a serviços (SOA)
14.5	Avaliado o impacto do aperfeiçoamento dos processos de gestão de projetos, desenvolvimento Ágil, atendimento de demandas e administração de dados no desempenho da TI
14.6	Aperfeiçoada a infraestrutura tecnológica da STN
Objetivo Estratégico 15: Aperfeiçoar a comunicação e ampliar o grau de transparência da STN	
Metas	
15.1	Canal de comunicação do TN com o público, por meio da internet, reformulado (fale conosco, ouvidoria, Sistema de Informação ao Cidadão)
15.2	Modelo conceitual e operacional do Tesouro Educacional definido e em implementação.
15.3	Implementada nova metodologia de administração de conteúdo do site do Tesouro Nacional
15.4	Aprimorados arquitetura de informação e conteúdo da Intranet
Objetivo Estratégico 16: Propiciar o desempenho e desenvolvimento de pessoas, alinhados às necessidades da STN	
Metas	
16.2	Pelo menos 40 gestores foram formados no âmbito do Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG) do Tesouro Nacional, com atendimento de todos os níveis gerenciais
16.3	Implantados 3 módulos do sistema de gestão de pessoas (cadastro, frequência e férias)
Objetivo Estratégico 17: Melhorar o desempenho organizacional com inovação, gestão de processos e de riscos	
Metas	
17.3	Plano de Contingência da Dívida Pública atualizado e efetivo
17.5	Apresentada ao MEC proposta de revisão dos processos relativos ao FUNDEB
17.6	Projetos de Modernização da COPEM, CESEF e do Processo de Financiamento Público Federal concluídos
17.8	Realizado acompanhamento de conformidade de processos e de implementações das áreas tratadas pela CODIN (COPAR, COFIN, COINT, COFSB, SUCON)
17.9	Desenvolvida a metodologia e indicadores para mensuração e aperfeiçoamento permanente da qualidade da prestação de serviços da CODIN

Fonte: STN/CODIN

- Contabilidade Pública

No exercício de 2013, concluiu-se uma ação relevante do planejamento estratégico do Tesouro Nacional no sentido de padronizar os procedimentos contábeis entre os entes da Federação (União, Estados, DF e Municípios), visando a consolidação das contas públicas e a sua convergência metodológica e conceitual às Normas Internacionais e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, conforme estabelecido por meio da Portaria MF 184/2008 e do Decreto 6.976/2009. Trata-se da primeira versão do Plano de Contas da Administração Pública Federal - (PCASP União), desenvolvido pela Coordenação-Geral de Contabilidade da União – CCONT e a Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação - CCONF, em conjunto com o Grupo Técnico de Procedimentos Contábeis e as setoriais contábeis da União. O Plano foi editado até o sétimo nível tendo por base o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, instituído pela Portaria STN 751/2009. A iniciativa tem o objetivo de fornecer um modelo destinado a subsidiar o processo de construção de planos de contas concernentes a Estados, Distrito Federal e Municípios.

Foi editada a Portaria STN Nº 634, de 19 de novembro de 2013, que dispõe sobre regras gerais acerca das diretrizes, normas e procedimentos contábeis aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sob a mesma base conceitual. A mencionada portaria estabelece que a consolidação nacional das contas de 2014 por esfera de governo, a ser realizada em 2015, bem como o Balanço do Setor Público Nacional – BSPN serão feitos com base nos dados coletados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI.

Ainda no exercício, ultimou-se o desenvolvimento do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI cujo objetivo é substituir o antigo Sistema de Coleta de Dados Contábeis – SISTN no processo de coleta de informações padronizadas necessárias à consolidação das contas nacionais requerida pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Na primeira fase de implantação do SICONFI, com início previsto para abril de 2014, os Poderes constituídos e Órgãos dos entes federativos enviarão as informações necessárias à consolidação de contas anuais através do download/upload de planilhas. A segunda, que terá início a partir de 2015, consistirá do envio de um conjunto de informações acerca da execução contábil e orçamentária em padrão estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional, intitulado Matriz de Saldos Contábeis – MSC.

• **NOVO CPR**

Conforme previsto em 2012, no ano de 2013 as rotinas de Folha de Pagamentos e de Suprimento de Fundos foram disponibilizadas no Novo SIAFI, plataforma WEB.

O desempenho sistêmico do Novo SIAFI melhorou em relação ao ano anterior, o que se confirma na redução significativa do número de reclamações dos usuários sobre a lentidão ou interrupção de comunicação via WEB.

Além disso, vale destacar que para otimizar a manutenção de rotinas contábeis e o processo de implantação do novo Plano de Contas na União, iniciou-se um processo de inclusão no Novo SIAFI das Unidades Gestoras que até então não o utilizavam. Destacam-se as unidades do FNDE, que executam quantidades significativas de ordens bancárias por exercício financeiro.

Em 2014, pretende-se envolver a totalidade dos procedimentos do Ministério das Relações Exteriores (UG do exterior) e do Banco Central do Brasil (Órgão Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

• **MANUAL SIAFI WEB**

A institucionalização do Manual SIAFI WEB, por meio da Instrução Normativa/STN nº 5, de 6 de novembro de 1996, revogada pela Portaria/STN nº 833, de 16 de dezembro de 2011, vem ao longo de todos esses anos contribuindo de forma decisiva para fomentar boas práticas de gestão dos recursos públicos no âmbito da administração pública federal.

A seguir, enumeram-se algumas das principais atualizações, ocorridas em 2013, nos textos das Macrofunções disponibilizadas no Manual:

- Macrofunção **02.03.03 – Programação e Execução Financeira**: nova ferramenta de programação financeira no ambiente do SIAFI WEB.

- Macrofunção **02.03.07 – Transferências Voluntárias**: alterações gerais sobre operacionalização das transferências voluntárias.

- Macrofunção **02.03.15 – Conformidade Contábil**: atualização de restrições contábeis; e definições gerais; definições do profissional da contabilidade; ausência ou incidências de

ocorrências contábeis; e alteração da “tabela de/para” (anexa à macrofunção) que versa sobre as relações Grupo x Sequência numérica das restrições/ocorrências.

- Macrofunção **02.03.17 – Restos a Pagar:** orientações para desbloqueio de empenhos bloqueados.
- Macrofunção **02.03.18 – Encerramento do Exercício:** orientações para o Encerramento do Exercício de 2013.
- Macrofunção **02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações:** exclusão da proibição da depreciação em entidades não pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.
- Macrofunção **02.10.03 – Manual de Análise dos Demonstrativos e Auditores Fiscais:** roteiro de Análise e Restrições Contábeis.
- Macrofunção **02.10.06 – Manual de Regularizações Contábeis:** regularização de equações da transação CONCONTIR.
- Macrofunção **02.11.21 – Suprimento de Fundos:** operacionalização de rotinas.
- Macrofunção **02.11.22 – Participação da União no Capital de Empresas:** recursos destinados a Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, e Participação em Organismos Internacionais.
- Macrofunção **02.12.13 – Rotina para Emissão de Nota de Empenho:** permissão do SIAFI para efetuar pagamento para credor da Ordem Bancária diferente do credor indicado na respectiva Nota de Empenho.
- Macrofunção **02.13.01 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e da Inscrição em Restos a Pagar – RGF:** orientações aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, Tribunal de Contas da União e Ministério Público da União quanto à elaboração dos demonstrativos de Disponibilidade de Caixa e da Inscrição em Restos a Pagar, ou seja, os Anexos V e VI do Relatório de Gestão Fiscal.
- Macrofunção **02.13.02 – Demonstrativo da Despesa com Pessoal – Apuração por Unidade Orçamentária:** orientações aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, Tribunal de Contas da União e Ministério Público da União quanto aos critérios de definição do escopo para apuração das Despesas com Pessoal, ou seja, o Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal, para atender as recomendações do TCU.

• PROJETO PCASP

Ao longo do exercício de 2013, o Ministério da Fazenda, por intermédio da Secretaria do Tesouro Nacional, órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, deu continuidade ao processo de reforma da contabilidade pública federal, visando a estabelecer padrões de comparabilidade das demonstrações brasileiras com as de outros países.

Nesse sentido, foi criada em 2013 a Meta Institucional 4.7 – *Implantados no âmbito da União as rotinas, procedimentos e demonstrativos contábeis previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público* (MCASP). Para seu cumprimento, o Projeto PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público encontra-se em desenvolvimento, a cargo do Serviço de Processamento de Dados do Governo Federal – SERPRO. Seu principal objetivo é a adoção de uma nova estrutura do Plano de Contas Único para a Administração Pública, representando um forte instrumento para aproximar conceitualmente a contabilidade aplicada ao setor público à contabilidade patrimonial.

Na fase de construção, o projeto está subdividido em três grandes módulos: (i) adaptações do atual Siafi Operacional e de suas fronteiras ao PCASP; (ii) desenvolvimento de novos demonstrativos e Auditores Contábeis e adaptação das funcionalidades existentes na plataforma Siafi Web (Novo Siafi), e (iii) desenvolvimento de consultas gerenciais e de demonstrativos fiscais em plataforma Data Warehouse – DW. Tais módulos encontram-se em fases de especificação de requisitos, de implementação em ambiente de desenvolvimento e de homologação, e deverão entrar em produção simultaneamente.

- **SISTEMA DE GERENCIAMENTO DOS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DA UNIÃO – SPIUNET**

A STN/CCONT indicou dois servidores que participaram da capacitação do Sistema SPIUNet, no período de 09 a 11 de setembro de 2013, na Escola Nacional de Administração Pública – ENAP/DF.

Em 2013 foram realizadas reuniões entre a STN e a SPU com o objetivo de propor adequações nas funcionalidades do SPIUNet, visando o reconhecimento, mensuração, depreciação e baixa do valor contábil dos bens imóveis da União, registrados no SPIUNet, com foco nas rotinas específicas da depreciação a ser efetuada diretamente nos sistemas de controle patrimonial dos bens imóveis da SPU. Como resultado de uma primeira avaliação, o Grupo entendeu que deveriam ser providenciadas alterações sistêmicas para atendimento dessas questões, porém dentro do Projeto de Reestruturação Sistêmica, em andamento na SPU.

Para viabilizar as ações necessárias à implantação de novas funcionalidades no SPIUNet, foi publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União, em 23 de janeiro de 2014, a Portaria Conjunta SPU/STN nº 452, de 31 de dezembro de 2013, que designou servidores das duas Secretarias para comporem Grupo de Trabalho – GT, sob a coordenação da SPU, com o objetivo de desenvolver estudos e apresentar soluções visando ao atendimento das recomendações exaradas no Acórdão TCU nº 1.274/2013, itens XIX, XX, XXIII e XXIV, que trata das Contas do Governo de 2012, conforme segue:

- *Item XIX. Efetue com regularidade a conciliação entre os sistemas Siafi e Spiunet, a fim de se evitar divergências de saldos entre esses sistemas, em observância ao princípio contábil da oportunidade.*
- *Item XX. Estude e implante mecanismos de controle dos lançamentos referentes aos bens imóveis de uso especial diretamente no Siafi, a fim de se evitar a ocorrência de novas divergências entre o Spiunet e o Siafi.*
- *Item XXIII. Inclua a depreciação de bens imóveis na política contábil atual do governo federal, contemplando a depreciação dos bens de infraestrutura.*
- *Item XXIV. Que, enquanto não haja o registro contábil da depreciação dos bens imóveis e de infraestrutura da União, seja preparada uma estimativa de depreciação para bens imóveis de uso especial, pela Secretaria do Patrimônio da União, e das rodovias, pelo Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre, para fins de avaliação do nível de materialidade da distorção do ativo imobilizado da União em decorrência da falta do registro da depreciação dos bens imóveis e de infraestrutura (Item da SPU e DNIT).*

Como parte do processo, a STN/CCONT envia, mensalmente, à Secretaria de Patrimônio da União – SPU, arquivos com extração dos bens imóveis de uso especial, registrados no Siafi para a devida compatibilização com os dados do Sistema Spiunet.

- **RENÚNCIA DE RECEITAS**

Foram realizadas inúmeras reuniões em 2013, com vistas ao estabelecimento de procedimentos para evidenciação contábil das renúncias de receitas, dos órgãos e entidades federais,

e em cumprimento ao disposto no inciso VII do art. 15 da Lei nº 10.180/2001; e no inciso VIII do art. 3º do Decreto nº 6.976/2009; bem como no item XXV do Acórdão nº 1.274/2013-TCU Plenário (que trata das Recomendações sobre as Contas do governo 2012).

No exercício em curso, foi expedida a Nota Técnica nº 4/2013/CCONF/SUCON/STN/MF-DF, de 24 de setembro de 2013, que dispõe sobre os procedimentos para evidenciação contábil. O documento, concluído após várias reuniões realizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, Secretaria da Receita Federal do Brasil e Secretaria de Política Econômica, representa a consolidação dos textos propostos e enfatiza o aspecto contábil e a abordagem operacional da renúncia de receita. No item 29, a Nota Técnica nº 4/2013 conclui:

.....a. A evidenciação de renúncia de receitas será efetuada de diversas maneiras, sendo contabilizada somente nos casos em que seja possível mensurar um valor confiável. Em casos de, por exemplo, isenções de tributos e benefícios creditícios, as renúncias serão evidenciadas por meio de demonstrativos publicados pela SRFB e SPE. Nos casos de subsídios em que ocorra efetiva saída de recursos, serão feitos registros em contas de despesa orçamentária. Para os casos de perdão de dívidas, como anistias ou remissões, o controle se dará por meio de contas patrimoniais. Também é admitido o uso das contas de compensação, de maneira que foram criadas contas e disponibilizados eventos contábeis no SIAFI para tal finalidade;

.....b. A evidenciação das renúncias fiscais e dos benefícios financeiros e creditícios ocorre atualmente por meio de demonstrativos publicados pela SRFB e SPE, além do demonstrativo da estimativa e compensação das renúncias de receitas em anexo à LDO, demonstrativos nas informações complementares e de medidas de compensação em anexo ao PLOA.

• **ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL – AFAC**

No decorrer de 2013, foram realizadas várias reuniões pela Secretaria do Tesouro Nacional em conjunto com alguns órgãos/entidades, com vistas à padronização dos procedimentos para registro dos repasses financeiros da União para as empresas estatais, a serem aplicados em investimentos ou direcionados para cobertura de despesas de custeio. Esse procedimento certamente contribuirá para aumentar a transparência da informação contábil.

Em 5 de julho de 2013, foi expedida a Nota Conjunta nº 13/2013/CCONT/COPAR/COFIN/STN, que tem como objeto a reavaliação dos procedimentos contábeis da Nota Conjunta nº 06/2012-STN/CCONT/COPAR, de 31 de janeiro de 2012, que trata das Transferências de Recursos do Tesouro Nacional para as empresas estatais dependentes e, ainda, considerar o Parecer constante da Nota Cosit-E nº 15, de 21 de janeiro de 2013, da Secretaria da Receita Federal, no que concerne às questões tributárias dessas transferências.

Nesse sentido, a Secretaria do Tesouro Nacional, através do Memorando nº 59/2012/CCONT/SUCON/STN/MF-DF, de 23 de outubro de 2012, questionou à Subsecretaria de Tributação e Contencioso, da Receita Federal do Brasil, a respeito do tratamento tributável aos repasses da União para investimento e despesas de custeio das empresas estatais dependentes, com base na referida Nota Conjunta nº 06/2012. Com base na informação emanada da mencionada Nota Cosit, independentemente da forma de contabilização recomendada pela STN (aporte de capital ou receita), tais repasses da União, conforme a finalidade de utilização, exigem que sejam adicionados ao lucro e devidamente oferecidos à tributação.

Desse modo, a STN orienta que os recursos transferidos, às empresas estatais dependentes, devem ser classificados e contabilmente registrados de acordo com a finalidade para a qual forem destinados, observando a seguinte conceituação:

- Se transferidos como subvenção para CUSTEIO serão reconhecidos como RECEITA; e
- Se transferidos como subvenção para INVESTIMENTO serão registrados como AFAC.

Recomenda, também, que seja evidenciada a finalidade do repasse no documento que formaliza a operação pelo órgão transferidor.

- **INTEGRAÇÃO PORTAL SICONV AO SIAFI**

A integração do novo Portal SICONV (Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse) ao SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal) tem o objetivo de registrar e acompanhar a operacionalização pelo concedente/contratante e conveniente/contratado. Em 2013 houve continuidade da execução do Projeto. No que se refere à fase da integração do grupo de requisição 03, voltado para a Prestação de Contas, a sua implantação ocorrerá juntamente com a implantação do Projeto PCASP. Essa decisão tem o intuito de evitar retrabalhos, o que acarretaria prazos maiores para a finalização do processo.

- **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA UNIÃO**

Conforme Decretos nºs 3.591/2000 e 5.683/2006, cabe à Controladoria-Geral da União a elaboração da Prestação de Contas da Presidenta da República – PCPR e o respectivo encaminhamento à Casa Civil, para que a Excelentíssima Sra. Presidenta da República preste contas ao Congresso Nacional, no prazo estabelecido na Constituição Federal, nos termos do inciso XXIV do art. 84.

A Prestação de Contas contempla o relatório sobre os Orçamentos e síntese dos resultados da Ação Governamental, na área de atuação do Poder Executivo Federal (ministérios, secretarias e, ainda, os bancos oficiais) e apresenta as Demonstrações Contábeis da União, consolidadas por tipo de administração.

O Ofício nº 35.670/2013/DECON/DE/SFC/CGU/PR, de 22 de novembro de 2013, e Anexos I e II, disciplina a elaboração da PCPR de 2013, estruturada em PARTES (I a VII) compostas por informações advindas dos diversos setores do governo.

Estão a cargo da STN/CCONT a análise dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, a elaboração das Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas, e a discriminação das providências adotadas com relação às Recomendações do TCU sobre as Contas de 2012.

Nos meses de janeiro e fevereiro de 2013, a CCONT envidou esforços no processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do exercício de 2012 e das Notas Explicativas, para assim compor a PCPR daquele ano. Foram realizadas análises para evidenciar aspectos relevantes das informações contábeis de cada um dos balanços (orçamentário, financeiro, patrimonial e demonstração das variações patrimoniais), além de outros demonstrativos contábeis como a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, que embora não seja obrigatória, é utilizada para análises mais apuradas das variações dos elementos do Patrimônio Líquido. Também foram gerados no SIAFI os balanços dos órgãos/entidades e de todas as Unidades Gestoras a eles subordinados.

Simultaneamente a esse processo, e durante o decorrer de 2013, a Coordenação-Geral verificava, diariamente, e de forma mais analítica, a consistência dos balanços do exercício de 2013, atuando junto às Unidades Gestoras na correção dos problemas constatados.

No final de 2013, a CCONT coordenou junto ao SERPRO todos os procedimentos contábeis pertinentes ao encerramento do exercício, e iniciou o processo de elaboração das Demonstrações Contábeis da União, a serem apresentadas de forma consolidada no início de 2014 para compor a PCPR de 2013.

Após determinação da Secretaria Federal de Controle Interno/CGU, todos os balanços ficarão disponibilizados no sítio do Tesouro Nacional para consultas formuladas pelos cidadãos, para que a sociedade brasileira possa exercer seus direitos quanto à fiscalização dos recursos públicos.

Além das demonstrações contábeis consolidadas anuais, em 2013 a CCONT elaborou também as demonstrações intermediárias, com informações relativas aos 1º e 3º trimestres, que

auxiliaram na identificação tempestiva dos dados que se apresentavam distorcidos em relação à performance mensal. Essa metodologia facilita a correção dos problemas em tempo hábil, evitando inconsistências nas demonstrações anuais, além de minimizar possíveis impactos na conformidade contábil do órgão.

• **IV SEMINÁRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNO FEDERAL**

Dando continuidade aos eventos realizados desde 2010, a Subsecretaria de Contabilidade Pública da Secretaria do Tesouro Nacional promoveu em 19 de setembro de 2013, das 8h às 17h30, na Escola de Administração Fazendária – ESAF, em Brasília, o IV Seminário de Prestação de Contas do Governo Federal, com o objetivo de contribuir para a visibilidade do processo da Prestação de Contas do Governo Federal – PCPR, sempre com foco na qualidade da informação contábil e na adequada utilização dos recursos públicos.

O seminário contou com palestrantes da Controladoria Geral da União, Tribunal de Contas da União, Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica, Ministério da Educação e Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da União/STN, que discorreram sobre importantes temas para a conscientização dos gestores públicos, destacando-se:

- Rumos do Processo de Implantação da Nova Contabilidade Pública no âmbito da União.
- Contas Ordinárias e Prestação de Contas da Presidenta da República – Reflexões sobre a Integração dos Modelos.
- Auditoria do Balanço Geral da União – Confiabilidade das Informações Contábeis.
- Contas do Governo 2013 – Governança para o Desenvolvimento.
- Modelo de Atuação da Setorial de Contabilidade do Comando da Aeronáutica.

O evento foi direcionado primeiramente às Setoriais Contábeis e Orçamentárias dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; Assessorias Especiais de Controle Interno; Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Gestão e, também, a outros órgãos/entidades envolvidos no processo da Prestação de Contas da Presidenta da República e na Prestação das Contas Ordinárias, sendo esta última inserida no escopo dos dois últimos seminários realizados.

• **REVISTA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA UNIÃO**

Durante o IV Seminário de Prestação de Contas do Governo Federal, a Secretaria do Tesouro Nacional, sob a coordenação da Subsecretaria de Contabilidade Pública, apresentou a segunda edição da Revista das Demonstrações Contábeis da União – *DCON em Revista* –, com intuito de levar ao cidadão as informações contábeis da União, em uma linguagem acessível, e formato mais amigável e compreensível. Representa um canal de fácil acesso às contas da União, visando fomentar na sociedade brasileira um maior controle social.

A *DCON em Revista – 2ª Edição* é um resumo das informações contidas nas demonstrações contábeis da União do exercício de 2012. É uma iniciativa voltada para a implantação da nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público que, além de análises das demonstrações contábeis, aborda matérias especiais acerca de fatos que se destacaram em 2012, com impacto na conjuntura atual do país como, por exemplo, o DNIT contabiliza as rodovias federais como patrimônio da União e o Ministério da Educação registra investimento recorde.

• **INFORMAÇÕES FISCAIS E DE CUSTOS**

No ano de 2013, a Subsecretaria de Contabilidade Pública da STN, através da Coordenação de Informação Fiscal e de Custos da União – COINC/CCONT, dedicou-se a aprofundar o debate acerca da importância do Sistema de Custos do Governo Federal, bem como da disseminação do tema CUSTOS no contexto da Administração Pública.

Buscando consolidar uma agenda propositiva de trabalho e fortalecer o desenvolvimento e aprimoramento da cultura de custos, e contribuir também para a troca de experiências, foram realizados encontros regionais nas cidades de Manaus, João Pessoa, Rio de Janeiro, Curitiba e Brasília, em parceria com demais entidades do setor público.

No mês de outubro, foi realizado o III Congresso de Informação de Custos e Qualidade do Gasto no Setor Público, no qual foi apresentado o Portal de Custos do Tesouro Nacional com objetivo de tornar pública a informação de custos. Foram demonstradas experiências na implantação e uso das informações de custos no âmbito do Governo Federal, pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB e Comando da Aeronáutica.

Com intuito de aperfeiçoar as informações geradas pelo Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC e buscar fortalecimento das setoriais de custos, em 2013 foi finalizada a integração dos dados do Sistema de Planejamento e Orçamento – SIOP à base do SIC. Ressaltamos que o Sistema Integrado de Recursos Humanos - SIAPE e o Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI foram integrados na fase de construção do SIC. Foi realizada a contratação de uma consultoria especializada em Custos no setor público para avançar na agenda de trabalho junto a órgãos estratégicos do Governo.

O tema custos foi apresentado e discutido também nos eventos: “Governança Pública e Controle Externo – Lançamento do Estudo Tribunal de Contas da União – TCU e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE”, realizado durante os dias 8 e 9 de outubro no TCU, abordando a experiência brasileira do Governo Federal na construção e disponibilização de uma ferramenta gerencial para auxiliar o Gestor público na tomada de decisões; “ 39º Fórum Técnico das Auditorias Internas do Ministério da Educação – FONAITec - INOVAÇÃO:- ferramenta para a consolidação das auditorias internas” realizado em Goiânia entre os dias 4 a 8 de Novembro de 2013; e II Seminário de Custos da Administração Pública do Rio Grande do Sul, realizado no dia 20 de novembro de 2013, em Porto Alegre; entre outros eventos.

Além disso, a STN realizou o trabalho contínuo de avaliação e melhoria das métricas do SIC, refinamento metodológico e capacitação de usuários.

3 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

Não se aplica.

4 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 EXECUÇÃO DAS DESPESAS

- Dívida Pública

Execução Orçamentária das Despesas

Execução Orçamentária de Créditos Originários da Unidade

Quadro 4.1.1 Despesas Correntes e de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

UNIDADE GESTORA: 170600 - CODIV/STN
 GESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL
 ORGAO : 25000 MIN. DA FAZENDA

DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UNIDADE

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores
	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
2 - Juros e Encargos da Dívida	132.785.552.455,58	140.665.181.309,48	132.785.552.455,58	140.665.181.309,48	-	-	132.785.552.455,58
21 - Juros Sobre a Dívida por Contrato	9.468.690.762,21	292.502.102,02	9.468.690.762,21	292.502.102,02		-	9.468.690.762,21
22 - Outros Encargos Sobre a Dívida por Contrato	1.464,66	332.575.208,24	1.464,66	332.575.208,24		-	1.464,66
23 - Juros, Deságios e Descontos da Div. Mobiliária	123.291.679.460,43	140.018.557.098,97	123.291.679.460,43	140.018.557.098,97		-	123.291.679.460,43
24 - Outros Encargos Sobre a Dívida Mobiliária	25.180.768,28	21.546.900,25	25.180.768,28	21.546.900,25		-	25.180.768,28
3 - Outras Despesas Correntes	292.784.619,87	318.607.342,41	292.784.619,87	318.607.342,41	712.845.360,93	887.352.918,59	559.115.495,14
39 - Outros Serviços de Terceiros PJ - Op.Int.Orc.	5.392.738,79	5.424.049,69	5.392.738,79	5.424.049,69	141.242,01	536.211,31	5.392.738,79
45 - Equalização de Preços e Taxas	287.391.881,08	313.183.292,72	287.391.881,08	313.183.292,72	712.704.118,92	886.816.707,28	553.722.756,35

DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UNIDADE

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores
	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
6 - Amortização da Dívida	615.436.711.568,88	572.773.843.952,80	615.436.711.568,88	572.773.843.952,80	-	-	615.436.711.568,88
71 - Principal da Dívida por Contrato	92.835.834.425,10		92.835.834.425,10			-	92.835.834.425,10
72 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatada	211.290.906.986,77	114.757.952.009,06	211.290.906.986,77	114.757.952.009,06		-	211.290.906.986,77
74 - Cor.Monet.e Cambial da Div.Mobil.Resgatada	13.001.855.922,45		13.001.855.922,45			-	13.001.855.922,45
76 - Principal da Dívida Mobiliária Refinanciada	297.164.997.037,02	452.253.036.823,08	297.164.997.037,02	452.253.036.823,08		-	297.164.997.037,02
77 - Principal Corrigido Dívida Contr. Refinanciado	1.143.117.197,54	5.762.855.120,66	1.143.117.197,54	5.762.855.120,66		-	1.143.117.197,54

Fonte: SIAFI Gerencial e Operacional

UNIDADE GESTORA: 170600 - CODIV/STN
 GESTAO : 00001 - TESOIRO NACIONAL
 ORGAO : 25000 MIN. DA FAZENDA

04.123.2039.20Z6.0001 - GESTAO DE POLITICAS ECONOMICAS E FISCAIS - NACIONAL
PTRES 063385

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
3 - Outras Despesas Correntes	5.424.049,69	5.424.049,69	-	0%
39 - Outros Serviços de Terceiros PJ	5.424.049,69	5.424.049,69	-	0%

COMENTÁRIOS:

23.693.2024.0267.0001 - EQ. DE JUROS PARA PROMOCAO DAS EXPORT. - PROEX (LEI Nº 10.184, DE 2001) - NACIONAL
PTRES 063308

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
3 - Outras Despesas Correntes	313.183.292,72	313.183.292,72	-	0%
45 - Subvenções Econômicas	313.183.292,72	313.183.292,72	-	0%

COMENTÁRIOS:

28.841.0907.0365.0001 - REFINANCIAMENTO DA DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL INTERNA - NACIONAL
PTRES 063260

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
6 - Amortização da Dívida	697.462.658.234,00	444.231.666.348,00	253.230.991.886,00	36%
76 - Principal da Dívida Mobiliária Refinanciada	697.462.658.234,00	444.231.666.348,00	253.230.991.886,00	36%

COMENTÁRIOS: Melhoria no perfil da dívida (alongamento de prazo e redução de custo) tornou desnecessária a utilização de todo o orçamento estimado.

28.842.0908.0243.0001 - REFINANCIAMENTO DA DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL EXTERNA - NACIONAL
PTRES 063261

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
6 - Amortização da Dívida	13.876.377.704,00	7.955.508.667,91	5.920.869.036,09	43%
76 - Principal da Dívida Mobiliária Refinanciada	13.876.377.704,00	7.955.508.667,91	5.920.869.036,09	43%

COMENTÁRIOS: Houve uma suplementação orçamentária ao longo do exercício no sentido de aumentar a previsão de resgate antecipado dentro do programa de recompra de títulos, no entanto, devido as condições desfavoráveis no mercado internacional as recompras ocorreram em volume menor que o estimado.

28.842.0908.0367.0001 - REFINANCIAMENTO DA DIVIDA PUBLICA EXTERNA DECORRENTE DE ACORDOS DE REESTRUTURACAO - NACIONAL
PTRES 063262

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
6 - Amortização da Dívida	74.018.812,00	65.861.807,17	8.157.004,83	11%
76 - Principal da Dívida Mobiliária Refinanciada	74.018.812,00	65.861.807,17	8.157.004,83	11%

COMENTÁRIOS: A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em 2012 foi próxima às cotações em 2013, quando da execução orçamentária, justificando desta forma a pequena variação e o saldo orçamentário.

28.843.0905.0252.0001 - DIVIDA INTERNA DECORRENTE DO PROGRAMA DE APOIO A REESTRUTURACAO E AO AJUSTE FISCAL DOS ESTADOS E DO INCENTIVO A REDUCAO DA PRESENCA DO SETOR PUBLICO ESTADUAL NA ATIVIDADE FINANCEIRA BANCARIA (LEI Nº 9.496, DE 1997 E MP Nº 2.192, DE 2001) - NACIONAL
PTRES 063239

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	27.140.137,00	27.134.398,74	5.738,26	0%
23 - Juros, Deságios e Descontos da Div. Mobiliária	27.140.137,00	27.134.398,74	5.738,26	0%
6 - Amortização da Dívida	56.789.529,00	54.642.224,64	2.147.304,36	4%
72 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatada	56.789.529,00	54.642.224,64	2.147.304,36	4%

COMENTÁRIOS: Variações não significativas.

**28.843.0905.0433.0001 - DIVIDA MOBILIARIA INTERNA DA UNIAO DECORRENTE DE PROGRAMAS DE APOIO AO SEGMENTO AGRICOLA - NACIONAL
PTRES 063241**

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	330.000.000,00	-	330.000.000,00	100%
23 - Juros, Deságios e Descontos da Div. Mobiliária	330.000.000,00	-	330.000.000,00	100%
6 - Amortização da Dívida	205.000.000,00	-	205.000.000,00	100%
72 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatada	205.000.000,00	-	205.000.000,00	100%

COMENTÁRIOS: Dotação orçamentária preventiva, visando permitir a regularização de valores que ainda não foram formalmente reconhecidos pela União, inviabilizando o pagamento.

**28.843.0905.0455.0001 - DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL INTERNA - NACIONAL
PTRES 063242**

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	157.750.248.506,00	130.737.143.968,45	27.013.104.537,55	17%
23 - Juros, Deságios e Descontos da Div. Mobiliária	157.750.248.506,00	130.737.143.968,45	27.013.104.537,55	17%
6 - Amortização da Dívida	125.357.922.198,00	112.327.636.883,73	13.030.285.314,27	10%
72 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatada	125.357.922.198,00	112.327.636.883,73	13.030.285.314,27	10%

COMENTÁRIOS: Melhoria no perfil da dívida (alongamento de prazo e redução de custo) tornou desnecessária a utilização de todo o orçamento estimado

**28.843.0905.0811.0001 - HONRA DE COMPROMISSO INTERNO DECORRENTE DE AVAL CONCEDIDO PELA UNIAO (LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 2000) - NACIONAL
PTRES 063243**

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	35.486.030,00	-	35.486.030,00	100%
21 - Juros Sobre a Dívida por Contrato	35.486.030,00	-	35.486.030,00	100%
6 - Amortização da Dívida	334.856.705,00	-	334.856.705,00	100%
77 - Principal Corrigido Dívida Contr. Refinanciado	334.856.705,00	-	334.856.705,00	100%

COMENTÁRIOS: Dotações estimadas para permitir, quando necessário, o imediato pagamento de compromissos internos garantidos pela União, de forma a evitar os prejuízos que uma eventual inadimplência viria acarretar. A atuação pontual da STN junto aos diversos devedores do setor público possibilitou o pagamento das obrigações sem necessidade de utilização de tais dotações.

**28.843.0905.09HL.0001 - DIVIDA INTERNA DECORRENTE DE NOVAÇÃO DE DIVIDAS DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIACOES SALARIAIS - FCVS (LEI Nº10.150, DE 2000) - NACIONAL
PTRES 063244**

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	14.953.482.226,00	3.666.537,32	14.949.815.688,68	100%
23 - Juros, Deságios e Descontos da Div. Mobiliária	14.953.482.226,00	3.666.537,32	14.949.815.688,68	100%
6 - Amortização da Dívida	12.274.491.137,00	1.245.153.462,69	11.029.337.674,31	90%
72 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatada	12.274.491.137,00	1.245.153.462,69	11.029.337.674,31	90%

COMENTÁRIOS: A previsão inicial de novas emissões, decorrente da novação de dívidas não se concretizou. Além disso, a previsão de resgate antecipado de títulos, para o pagamento de dividendos devidos à União, ocorreu em volume menor que o estimado, justificando desta forma a variação e o saldo orçamentário.

**28.844.0906.0262.0001 - HONRA DE COMPROMISSO EXTERNO DECORRENTE DE AVAL CONCEDIDO PELA UNIAO (DECRETOS-LEIS Nº 1.928, DE 1982 E 2.169, DE 1984) - NACIONAL
PTRES 063245**

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	69.430.661,00	-	69.430.661,00	100%
21 - Juros Sobre a Dívida por Contrato	67.668.010,00	-	67.668.010,00	100%
22 - Outros Encargos Sobre a Dívida por Contrato	1.762.651,00	-	1.762.651,00	100%
6 - Amortização da Dívida	380.262.533,00	-	380.262.533,00	100%
77 - Principal Corrigido Dívida Contr. Refinanciado	380.262.533,00	-	380.262.533,00	100%

COMENTÁRIOS: Dotações estimadas para permitir, quando necessário, o imediato pagamento de compromissos externos garantidos pela União, de forma a evitar os prejuízos que uma eventual inadimplência viria acarretar. A atuação pontual da STN junto aos diversos devedores do setor público possibilitou o pagamento das obrigações sem necessidade de utilização de tais dotações.

28.844.0906.0284.0001 - AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL EXTERNA - NACIONAL
PTRES 003644

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	151.282,00	-	151.282,00	100%
21 - Juros Sobre a Dívida por Contrato	86.003,00	-	86.003,00	100%
22 - Outros Encargos Sobre a Dívida por Contrato	65.279,00	-	65.279,00	100%
6 - Amortização da Dívida	753.984,00	-	753.984,00	100%
77 - Principal Corrigido Dívida Contr. Refinanciado	753.984,00	-	753.984,00	100%

COMENTÁRIOS: A variação deve-se à realização de pre-pagamento de contratos junto ao BIRD ocorrido em agosto de 2011, no entanto a proposta orçamentária de 2012 apresentada em abril/maio de 2011 contemplava ainda o pagamento de parcelas de amortização de contratos abrigados neste Programa de Trabalho.

28.844.0906.0371.0001 - DIVIDAS EXTERNAS DECORRENTES DE FINANCIAMENTOS PARA OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO (DECRETO Nº 94.444, DE 1987) - NACIONAL
PTRES 063246

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	1.184.863,00	875.688,61	309.174,39	26%
21 - Juros Sobre a Dívida por Contrato	1.184.863,00	875.688,61	309.174,39	26%
6 - Amortização da Dívida	11.515.442,00	8.510.398,00	3.005.044,00	26%
77 - Principal Corrigido Dívida Contr. Refinanciado	11.515.442,00	8.510.398,00	3.005.044,00	26%

COMENTÁRIOS: A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em 2012 foi próxima às cotações em 2013, quando da execução orçamentária, justificando desta forma a variação e o saldo orçamentário.

28.844.0906.0409.0001 - DIVIDA EXTERNA DA UNIAO DECORRENTE DE ACORDOS DE REESTRUTURACAO - NACIONAL
PTRES 063247

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	3.384.757,00	2.961.197,30	423.559,70	13%
23 - Juros, Deságios e Descontos da Div. Mobiliária	3.384.757,00	2.961.197,30	423.559,70	13%

COMENTÁRIOS: A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em 2012 foi próxima às cotações em 2013, quando da execução orçamentária, justificando desta forma a pequena variação e o saldo orçamentário.

28.844.0906.0419.0001 - DIVIDA EXTERNA DA UNIAO DECORRENTE DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS - NACIONAL
PTRES 063248

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	831.309.360,00	624.201.621,65	207.107.738,35	25%
21 - Juros Sobre a Dívida por Contrato	438.178.360,00	291.626.413,41	146.551.946,59	33%
22 - Outros Encargos Sobre a Dívida por Contrato	393.131.000,00	332.575.208,24	60.555.791,76	15%
6 - Amortização da Dívida	6.022.562.735,00	5.754.344.722,66	268.218.012,34	4%
71 - Principal da Dívida por Contrato	60.000,00	-	60.000,00	100%
77 - Principal Corrigido Dívida Contr. Refinanciado	6.022.502.735,00	5.754.344.722,66	268.158.012,34	4%

COMENTÁRIOS: A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em 2012 foi próxima às cotações em 2013, quando da execução orçamentária. Outro fator a ser considerado com relação ao orçamento de juros, foi o fato de ter ocorrido pré-pagamento de diversos contratos junto ao BID em junho/13, ocorrendo portanto redução de cálculo de juros desses contratos em um semestre. Esclarecemos ainda que este Programa de Trabalho abriga todos os pagamentos dos empréstimos transferidos do Órgão de origem para a STN, tendo em vista o contido no Decreto 5.994 de 19/12/06.

28.844.0906.0425.0001 - DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL EXTERNA - NACIONAL
PTRES 063249

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	9.554.357.818,00	9.269.197.897,41	285.159.920,59	3%
23 - Juros, Deságios e Descontos da Div. Mobiliária	9.532.357.818,00	9.247.650.997,16	284.706.820,84	3%
24 - Outros Encargos Sobre a Dívida Mobiliária	22.000.000,00	21.546.900,25	453.099,75	2%
6 - Amortização da Dívida	1.130.519.438,00	1.130.519.438,00	-	0%
72 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatada	1.130.519.438,00	1.130.519.438,00	-	0%

COMENTÁRIOS: A média das cotações US\$/R\$ utilizada quando da elaboração da proposta orçamentária em 2012 foi próxima às cotações em 2013, quando da execução orçamentária, justificando desta forma a pequena variação e o saldo orçamentário.

28.846.0902.0343.0001 - PROGRAMA DE INCENTIVO A REDUCAO DA PRESENCA DO SETOR PUBLICO ESTADUAL NA ATIVIDADE BANCARIA - PROES (MP Nº 2.192, DE 2001) - NACIONAL
PTRES 063258

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
5 - Inversões Financeiras	113.000.000,00	-	113.000.000,00	100%
66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos	113.000.000,00	-	113.000.000,00	100%

COMENTÁRIOS: Não houve execução orçamentária tendo em vista que não foram atendidas condições de efetividade nos contratos assinados.

28.846.0909.0669.0001 - COBERTURA DO RESULTADO NEGATIVO APURADO NO BANCO CENTRAL DO BRASIL (LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 2000) - NACIONAL
PTRES 003661

Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	11.000.000.000,00	9.070.033.306,51	1.929.966.693,49	18%
21 - Juros Sobre a Dívida por Contrato	11.000.000.000,00	9.070.033.306,51	1.929.966.693,49	18%
6 - Amortização da Dívida	92.850.000.000,00	92.835.834.425,10	14.165.574,90	0%
71 - Principal da Dívida por Contrato	92.850.000.000,00	92.835.834.425,10	14.165.574,90	0%

COMENTÁRIOS: Variações não significativas

Quadro 4.1.2 – Resumo da Execução Orçamentário Financeira da UG 170.600

TOTAL				
Grupos de Despesa	Dotação Autorizada	Executado	Saldo Orçamentário	Varição Percentual
2 - Juros e Encargos da Dívida	183.556.024.358,00	140.665.181.309,48	42.890.843.048,52	23%
21 - Juros Sobre a Dívida por Contrato	542.517.263,00	292.502.102,02	250.015.160,98	46%
22 - Outros Encargos Sobre a Dívida por Contrato	394.893.651,00	332.575.208,24	62.318.442,76	16%
23 - Juros, Deságios e Descontos da Div. Mobiliária	182.596.613.444,00	140.018.557.098,97	42.578.056.345,03	23%
24 - Outros Encargos Sobre a Dívida Mobiliária	22.000.000,00	21.546.900,25	453.099,75	2%
3 - Outras Despesas Correntes	318.607.342,41	318.607.342,41	-	0%
39 - Outros Serviços de Terceiros PJ - Op.Int.Orc.	5.424.049,69	5.424.049,69	-	0%
45 - Equalização de Preços e Taxas	313.183.292,72	313.183.292,72	-	0%
5 - Inversões Financeiras	113.000.000,00	-	113.000.000,00	100%
66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos	113.000.000,00	-	113.000.000,00	100%
6 - Amortização da Dívida	857.186.974.467,00	572.773.843.952,80	284.413.130.514,20	33%
71 - Principal da Dívida por Contrato	60.000,00	-	60.000,00	100%
72 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatada	139.024.722.302,00	114.757.952.009,06	24.266.770.292,94	17%
76 - Principal da Dívida Mobiliária Refinanciada	711.413.054.750,00	452.253.036.823,08	259.160.017.926,92	36%
77 - Principal Corrigido Dívida Contr. Refinanciado	6.749.137.415,00	5.762.855.120,66	986.282.294,34	15%
TOTAL GERAL	1.041.174.606.167,41	713.757.632.604,69	327.416.973.562,72	31%

Fonte: SIAFI Gerencial e Operacional

- Política Fiscal – Participações Societárias

Quadro 4.1.3 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Unidade Orçamentária:	Código UO: 25101		UGO: 170510	
	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)				
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão				
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)				
h) Dispensa				
i) Inexigibilidade				
3. Regime de Execução Especial				
j) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (k+l)				

k) Pagamento em Folha				
l) Diárias				
5. Outros	180.436.640,38	421.001.676,62		
6. Total (1+2+3+4+5)	180.436.640,38	421.001.676,62		

Fonte: SIAFI

Quadro 4.1.4 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Valores Executados diretamente pela UJ

Unidade Orçamentária:		Código UO: 25101		UGO: 170510	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2013	2012	2013	2012	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)					
a) Convite					
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência					
d) Pregão					
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
2. Contratações Diretas (h+i)					
h) Dispensa					
i) Inexigibilidade					
3. Regime de Execução Especial					
j) Suprimento de Fundos					
4. Pagamento de Pessoal (k+l)					
k) Pagamento em Folha					
l) Diárias					
5. Outros	180.194.386,00	415.351.870,50	146.355.990,00		820.000
6. Total (1+2+3+4+5)	180.194.386,00	415.351.870,50	146.355.990,00		820.000

Fonte: SIAFI

Quadro 4.1.5 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

Unidade Orçamentária:						Código UO:	UGO:	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal								
Nome 1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo	242.254,38	5.649.806,12	242.254,38	5.649.806,12	0	0	242.254,38	5.649.806,12
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo	180.194.386,00	415.351.870,50	180.194.386,00	415.351.870,50	0	0	146.355.990,00	820.000,00
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI

Quadro 4.1.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ

Unidade Orçamentária:		Código UO: 25101				UGO: 170510		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal								
Nome 1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo	180.194.386,00	415.351.870,50	180.194.386,00	415.351.870,50	0	0	146.355.990,00	820.000,00
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI

- Análise crítica da realização da despesa

Foi consignado no Orçamento de 2013 o montante total de R\$ 180.194.386,00 referentes às despesas com a integralização de cotas em Organismos Financeiros Internacionais (BIRD, CFI e AID). Entretanto, não houve disponibilidade financeira para arcar com as referidas despesas, razão pela qual as despesas foram liquidadas. Entretanto, em razão de restrições financeiras, apenas foram pagos os compromissos devidos à AID, no montante equivalente à R\$146.355.990,00 (dos quais, R\$ 815.000,00 foram destinados à MDRI, R\$ 34.950.800,00 à 14ª recomposição e R\$ R\$ 111.000.000,00 à 15ª recomposição do fundo da AID).

A integralização da participação do Brasil em Organismos Financeiros Internacionais, até meados de 2007, era classificada como Despesa Obrigatória, representando obrigação legal da União e, por isso, não estava sujeita a corte orçamentário. Não obstante, a despesa foi reclassificada como discricionária, o que favoreceu o corte elevado da ação por parte do Congresso Nacional. Desde então, nos últimos anos, tem sido necessária a suplementação dos recursos para honrar os compromissos assumidos com o Organismo.

No âmbito da ação relativa ao Ressarcimento ao Gestor do Fundo Nacional de Desestatização, foi realizado destaque orçamentário ao BNDES, no valor de R\$ 242.254,38 referentes às despesas incorridas por aquela Instituição no processo de privatização do IRB-Brasil Resseguros S.A, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização – PND.

Não houve ressarcimento de despesas ao BNDES referente à alienação de ações depositadas no Fundo de Amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal - FAD. A previsão de despesa no valor de R\$ 38.701,00 (aproximadamente 2% do total previsto de arrecadação com a venda de ações depositadas e a depositar no FAD em 2013) não se constitui necessariamente meta a ser atingida, em razão do fato de que a venda de ações depende de oportunidade de mercado e ação do agente gestor do FAD.

- Política Fiscal – Operações de Crédito do Tesouro Nacional

- Despesas Correntes e de Capital por Grupo de Despesa

Órgão 71.000 – Encargos Financeiros da União

Quadro 4.1.7 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da Unidade

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013
3 – Outras Desp. Correntes								
45 - Subvenções Econômicas	2.961.327.000	257.238.000	14.273.678	121.858.878	2.947.053.321	135.379.121	14.273.678	121.858.878
93 - Indenizações e Restituições	501.610.000	550.000.000	172.000.000	100.000.000	329.610.000	450.000.000	172.000.000	100.000.000

Fonte: STN/COPEC/GEFIN

Quadro 4.1.8 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da Unidade

R\$ 1,00

Grupos de	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	RP não processados	Valores Pagos
-----------	-------------------	-------------------	--------------------	---------------

Despesa	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013
5 – Inversões Financeiras								
63 – Aquisição de Títulos de Crédito	5.000.000	0	0	0	5.000.000	0	0	0

Fonte: STN/COPEC/GEFIN

Órgão 74000 – Operações Oficiais de Crédito

Quadro 4.1.9 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da Unidade

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013
3 – Outras Desp. Correntes								
45 - Subvenções Econômicas	6.613.086.012	9.074.728.991	2.704.410.963	1.657.999.413	3.908.675.049	7.416.729.577	2.704.410.963	1.657.999.413

Fonte: STN/COPEC/GEFIN

Quadro 4.1.10 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da Unidade

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013
5 – Inversões Financeiras								
66 - Conc. de Emp. e Financ.	1.753.100.289	1.705.297.378	788.408.728	795.560.142	964.691.560	909.737.235	788.408.728	795.560.142

Fonte: STN/COPEC/GEFIN

- Assuntos Corporativos

Quadro 4.1.11 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação na UG 170.007/CODIN-STN						Valores em R\$ 1,00
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada			Despesa paga		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
1) Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	276.758,69	183.639,94	217.307,69	272.769,75	183.639,94	212.548,89
a) Convite	-	-	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-	-	-
d) Pregão (passagens)	276.758,69	183.639,94	217.307,69	272.769,75	183.639,94	212.548,89
e) Concurso	-	-	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-	-	-
2) Contratações Diretas	217.660.539,96	211.270.435,79	157.658.136,21	213.010.900,17	181.503.318,18	157.516.732,63
g) Dispensa	216.568.308,67	209.850.460,31	156.789.834,13	212.120.175,75	180.394.936,83	156.751.728,42
h) Inexigibilidade	1.092.231,29	1.419.975,48	868.302,08	890.724,42	1.108.381,35	765.004,21
3) Regime de Execução Especial	-	-	-	-	-	-
i) Suprimento de Fundos	-	-	-	-	-	-
4) Pagamento de Pessoal	164.689,46	191.642,22	193.314,51	164.689,46	191.642,22	193.314,51
j) Pagamento em Folha	-	-	-	-	-	-
k) Diárias	164.689,46	191.642,22	193.314,51	164.689,46	191.642,22	193.314,51
5) Outras	-	298.773,48	1.342.282,86	-	268.773,48	1.312.282,86
6) Total (1+2+3+4+5)	218.101.988,11	211.944.491,43	159.411.041,27	213.448.359,38	182.147.373,82	159.234.878,89

Fonte: SIAFI

Quadro 4.1.12 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação – UG 170.007/CODIN-STN							Valores em R\$ 1,00	
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
3 – Outras Despesas Correntes	248.724.700,09	239.813.158,90	245.402.823,05	239.234.978,62	3.321.877,04	594.398,28	245.402.823,05	214.688.322,11
14 - Diárias	163.639,75	191.642,22	163.639,75	191.642,22			163.639,75	191.642,22
30 - Material de Consumo	21.695,90	102,00	21.695,90	102,00			21.695,90	102,00
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	274.856,49	238.952,44	270.867,55	238.952,44	3.988,94		270.867,55	238.952,44
36 - Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.049,71	17.754,35	1.049,71	17.754,35			1.049,71	17.754,35
39 - Outros Serviços de Terceiros PJ	211.834.705,28	204.344.725,91	208.521.143,34	203.766.545,63	3.313.561,94	594.398,28	208.521.143,34	179.219.889,12
41 - Contribuições	36.400.666,67	35.000.000,00	36.400.666,67	35.000.000,00	-	-	36.400.666,67	35.000.000,00
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	27.940,00	18.935,65	23.613,84	18.935,65	4.326,16		23.613,84	18.935,65
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	146,29	154,83	146,29	154,83			146,29	154,83
93 - Indenizações e Restituições	-	891,50	-	891,50			-	891,50

Fonte: SIAFI

Quadro 4.1.13 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação – UG 170.007/CODIN-STN							Valores em R\$ 1,00	
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4 – Investimentos	6.101.540,08	7.153.150,86	4.658.971,67	5.532.193,50	1.503.598,55	1.620.957,36	4.658.971,67	2.480.870,04
39 - Outros Serviços de Terceiros PJ	6.097.708,01	7.151.096,06	4.655.139,60	5.530.138,70	1.503.598,55	1.620.957,36	4.655.139,60	2.478.815,24
52 - Equipamentos e Material Permanente	3.832,07	2.054,80	3.832,07	2.054,80	-	-	3.832,07	2.054,80

Fonte: SIAFI

Quadro 4.1.14 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação na UG 170.007/CODIN-STN						Valores em R\$ 1,00
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada			Despesa paga		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
1) Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	276.758,69	183.639,94	217.307,69	272.769,75	183.639,94	212.548,89
a) Convite	-	-	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-	-	-
d) Pregão (passagens)	276.758,69	183.639,94	217.307,69	272.769,75	183.639,94	212.548,89
e) Concurso	-	-	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-	-	-
2) Contratações Diretas	217.660.539,96	211.270.435,79	157.658.136,21	213.010.900,17	181.503.318,18	157.516.732,63
g) Dispensa	216.568.308,67	209.850.460,31	156.789.834,13	212.120.175,75	180.394.936,83	156.751.728,42
h) Inexigibilidade	1.092.231,29	1.419.975,48	868.302,08	890.724,42	1.108.381,35	765.004,21
3) Regime de Execução Especial	-	-	-	-	-	-
i) Suprimento de Fundos	-	-	-	-	-	-
4) Pagamento de Pessoal	164.689,46	191.642,22	193.314,51	164.689,46	191.642,22	193.314,51
j) Pagamento em Folha	-	-	-	-	-	-
k) Diárias	164.689,46	191.642,22	193.314,51	164.689,46	191.642,22	193.314,51
5) Outras	-	298.773,48	1.342.282,86	-	268.773,48	1.312.282,86
6) Total (1+2+3+4+5)	218.101.988,11	211.944.491,43	159.411.041,27	213.448.359,38	182.147.373,82	159.234.878,89

Fonte: SIAFI

Quadro 4.1.15 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação – UG 170.007/CODIN-STN							Valores em R\$ 1,00	
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
3 – Outras Despesas Correntes	239.813.158,90	194.559.634,41	239.234.978,62	194.387.072,03	594.398,28	172.562,38	214.688.322,11	194.383.472,03
39 - Outros Serviços de Terceiros PJ	204.344.725,91	158.207.887,75	203.766.545,63	158.048.078,17	594.398,28	159.809,58	179.219.889,12	158.044.478,17
41 - Contribuições	35.000.000,00	35.899.696,70	35.000.000,00	35.899.696,70	-	-	35.000.000,00	35.899.696,70
Demais elementos do grupo	468.432,99	452.049,96	468.432,99	439.297,16	-	12.752,80	468.432,99	439.297,16

Fonte: SIAFI 2011 e 2012

obs: não houve execução nos demais grupos de despesas correntes

Quadro 4.1.16 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação – UG 170.007/CODIN-STN							Valores em R\$ 1,00	
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos	7.153.150,86	759.255,24	5.532.193,50	759.255,24	1.620.957,36	-	2.480.870,04	759.255,24
52 - Equipamentos e Material Permanente	2.054,80	-	2.054,80	-	-	-	2.054,80	-
39 - Outros Serviços de Terceiros PJ	7.151.096,06	759.255,24	5.530.138,70	759.255,24	1.620.957,36	-	2.478.815,24	759.255,24

Fonte: SIAFI 2011 e 2012

obs: não houve execução nos demais grupos de despesas de capital

- Relações Financeiras Intergovernamentais – Gestão de Haveres Financeiros

- Execução das Despesas

Haveres Financeiros Administrados pela COAFI – Unidade Gestora 170.512

Quadro 4.1.17 – Despesas por Modalidade de Contratação – UG 170.512

Em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2012	2013	2012	2013
Contratações Diretas	2.161.564,53	1.803.077,91	2.355.970,94	
Inexigibilidade – Art. 16 da MP nº 2.196/2001 – Carteira de Saneamento – Ação 0705	1.845.290,32	0,00	2.039.696,73	0,00
Inexigibilidade - Parágrafo 16 do Voto CMN nº 206, de 27.11.1996, e Art. 2º da Res. nº 91, do Senado Federal, de 23.09.1997 – PNAFE - Ação 00JQ (2012) e Ação 00M4 (2013) para PNAFE e Carteira de Saneamento (Art. 16 da MP nº 2.196/2001).	316.274,21	1.803.077,91	316.274,21	1.957.438,69

Fonte: SIAFI

Obs.:As Despesas realizadas nos exercícios 2012 e 2013 foram acrescidas de Restos a Pagar não processados referentes aos anos de 2011 e 2012 respectivamente.

Obs.1) Em 2012 o Programa 0750 – Apoio Administrativo foi alterado para Programa 0911 – Operações Especiais – Remuneração de Agentes Financeiros. A UO passou de 25101 para 71104.

Obs. 2) Em 2013 o Programa 0911– Operações Especiais – Remuneração de Agentes Financeiros foi alterado. A Carteira de Saneamento saiu da UO 71.101 para a UO 71.104 onde está junto com o PNAFE .

Quadro 4.1.18 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – UG 170.512

Em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013
1-Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
2-Juros e Encargos da Dívida	2.015.905.102,00	1.818.782.771,00	1.991.817.378,00	680.488.455,00	967.797.907,65	11.988.862,58	997.781.862,00	702.427.109,00
3290.21- Juros da dívida contr. c/ inst.financeiras	2.015.905.102,00	1.818.782.771,00	1.991.817.378,00	680.488.455,00	967.797.907,65	11.988.862,58	997.781.862,00	702.427.109,00

3 – Outras Despesas Correntes	2.608.306,00	2.861.042,30	2.551.378,00	1.803.078,00	389.813,68	1.057.964,00	2.355.971,00	1.957.439,00
3390.39 – serviços bancários	2.608.306,00	2.861.042,30	2.551.378,00	1.803.078,00	389.813,68	1.057.964,00	2.355.971,00	1.957.439,00

Fonte: SIAFI

Obs.: As Despesas realizadas nos exercícios 2012 e 2013 foram acrescidas de Restos a Pagar processados e não processados referentes aos anos de 2011 e 2012 respectivamente.

Quadro 4.1.19 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – UG 170.512

Em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013
4 – Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida	4.397.926.213,00	4.516.880.578,00	4.397.926.213,00	2.944.383.935,00	1.580.734.795,58	-	2.853.967.310,00	2.966.581.384,00
4690.71 Amortiz. da dívida contrat. c/ instituições Financeiras	4.397.926.213,00	4.516.880.578,00	4.397.926.213,00	2.944.383.935,00	1.580.734.795,58	-	2.853.967.310,00	2.966.581.384,00

Fonte: SIAFI

Obs.: As Despesas realizadas nos exercícios 2012 e 2013 foram acrescidas de Restos a Pagar processados e não processados referentes aos anos de 2011 e 2012 respectivamente.

4.2 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não houve conteúdo a ser declarado.

4.3 MOVIMENTAÇÃO E SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

- Dívida Pública

Quadro 4.3.1 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores – UG 170.600

RESTOS A PAGAR INSCRITO e PAGOS

23.693.2024.0267.0001 - EQ. DE JUROS PARA PROMOÇÃO DAS EXPORT. - PROEX (LEI Nº 10.184, DE 2001) - NACIONAL
PTRES 063308

Grupos de Despesa	Restos a Pagar Inscrito	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar Saldo	Varição Percentual
3 - Outras Despesas Correntes	2.202.591.424,37	202.993.287,18	1.999.598.137,19	91%
45 - Equalização de Preços e Taxas (inscrito 2011)	603.070.598,17	45.289.168,59	557.781.429,58	92%
45 - Equalização de Preços e Taxas (inscrito 2012)	712.704.118,92	157.704.118,59	555.000.000,33	78%
45 - Equalização de Preços e Taxas (inscrito 2013)	886.816.707,28		886.816.707,28	100%

COMENTÁRIOS: A execução parcial dos valores inscritos de RP 2011 e 2012 decorre de demanda da STN/COPEC, responsável pelo gerenciamento do PROEX. Como não existem mais compromissos relativos a 2011, a STN/COPEC solicitou a CODIV o cancelamento do saldo de RP de 2011. Foi cancelado o saldo de RP de 2012 R\$ 555.000.000,00, tendo em vista não ter sido possível sua utilização em vista do recurso ser fonte 388, o valor pago estava corretamente na fonte 144. A COPEC solicitou a inscrição do saldo empenhado de 2013 de R\$886.816.707,28.

Fonte: SIAFI Gerencial e Operacional

04.123.2039.20Z6.0001 - GESTÃO DE POLÍTICAS ECONÔMICAS E FISCAIS - NACIONAL

PTRES 063385

Grupos de Despesa	Restos a Pagar Inscrito	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar Saldo	Varição Percentual
3 - Outras Despesas Correntes	141.242,01	93.901,02	47.340,99	34%
39 - Outros Serviços de Terceiros PJ (inscrito 2012)	141.242,01	93.901,02	47.340,99	34%
39 - Outros Serviços de Terceiros PJ (inscrito 2013)	536.211,31		536.211,31	100%

COMENTÁRIOS: A execução da despesa deste programa de trabalho são em sua maioria efetuadas em dólar, portanto quando da inscrição de RP não foi possível prever o valor em reais, portanto foi inscrito valor maior para garantir o pagamento da despesa.

Fonte: SIAFI Gerencial e Operacional

- Assuntos Corporativos

Quadro 4.3.2 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores – UG 170.007/CODIN-STN				Valores em R\$ 1,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2013
2012	-	-	-	-
2011	3.600,00	-	3.600,00	-
2010	6.916.195,57	-	6.916.195,57	-
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2013
2012	2.199.137,64	-722.423,21	1.415.684,29	61.030,14
2011	172.562,38	-7.338,85	149.005,53	16.218,00
2010	218.484,17	-153.854,04	64.630,13	-
...				

Fonte: SIAFI 2013

- Relações Financeiras Intergovernamentais – Gestão de Haveres Financeiros

Quadro 4.3.3 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores – UG 170.512

Em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31.12 de cada ano (*)
2013	52.751.233,86	0,00	52.751.233,86	0,00
2012	79.609.508,85	0,00	79.609.508,85	0,00
2011	68.189.944,26	0,00	68.189.944,26	0,00
2010	81.045.598,19	0,00	81.045.598,19	0,00
2009	78.065.514,88	0,00	78.065.514,88	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31.12 de cada ano (*)
2013	13.046.826,97	12.786.513,33	260.313,64	0,00
2012	2.548.922.516,91	2.531.490.328,34	17.432.188,57	0,00
2011	347.528.254,72	325.282.161,34	22.152.255,65	93.837,73
2010	1.102.154.969,77	1.101.949.455,78	205.513,99	0,00
2009	432.439.031,33	432.222.767,09	216.264,24	0,00

Fonte: SIAFI e STN/COAFI

(*) Dos valores inscritos foram subtraídos os cancelamentos e pagamentos processados no SIAFI do ano subsequente ao de inscrição desses valores em Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados (por ex: inscrição 2013, cancelamentos e pagamentos realizados em 2014).

- Análise Crítica

Os valores inscritos em Restos a Pagar Processados referem-se especificamente à Lei nº 8.727, de 1993, Ação 0272, cujos valores para pagamento já são conhecidos no final de dezembro, fato esse que permite proceder à liquidação da despesa dentro do próprio mês e efetuar o pagamento no início do mês de janeiro do ano seguinte.

No total de Restos a Pagar não Processados, cujos empenhos foram indicados pelo gestor para serem inscritos pelo sistema, foram computados os valores referentes à Ação 00M4, PO 00M – Carteira de Saneamento e PO 002 – PNAFE e parte da Ação 0272 – Lei nº 8.727, que não foram objeto de liquidação na forma acima descrita.

O valor de R\$ 260.313,64, informado na coluna de pagamentos efetuados, diz respeito à Ação 00M4, PO 00M, referente à remuneração, por parte da União, ao agente financeiro Caixa Econômica Federal pelos serviços prestados no exercício de 2013.

Relativamente ao exercício de 2013, registre-se que o saldo a pagar no valor de R\$ 12.786.513,33 foi cancelado ainda no mês de janeiro, por meio das 2014NE000007/8/9 e 10.

- Política Fiscal – Operações de Crédito do Tesouro Nacional

Recursos Geridos pela STN/COPEC – Unidade Gestora UG 170700

- Órgão 71000 – Encargos Financeiros da União – EFU

Quadro 4.3.4 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios Anteriores

R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados

Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2013
2011	3.384.725.102,62	0	0	3.384.725.102,62
2012	3.281.663.321,78	0	329.610.000,00	2.952.053.321,78

Observações: Com base no Decreto 7.654, de 2011, foi inscrito o valor de R\$ 6.336.778 mil referentes às seguintes ações:

28.662.0909.000K.0001 - Equalização de Taxas de Juros nas Operações de Financiamento destinadas à Aquisição e Produtos de Bens de Capital e à Inovação Tecnológica (MP nº 465/09) - 6.331.778 mil

28.848.0909.00DD.0001 – Aquisições de Ativos de Instituições Financeiras Federais no Âmbito do Pronaf - R\$ 5.000 mil

Fonte: STN/COPEC/GEFIN

- Orgão 74000 – Operações Oficiais de Crédito

Quadro 4.3.5 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios Anteriores

R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2013
2010	442.315.664,67	221.649.167,31	193.902.339,99	26.764.157,37
2011	2.116.680.118,04	1.134.806.138,15	302.177.438,33	679.696.541,56
2012	4.873.366.610,31	65.263.699,08	2.184.099.501,39	2.624.003.409,84

Observações: Com base no Decreto 7.654, de 2011 foi inscrito o montante de R\$ 3.330.464 mil, referentes às seguintes ações:

20.601.2012.0281.0001 - Equalização de Juros para a Agricultura Familiar PRONAF - (Lei nº 8.427/92) - R\$ 1.031.705 mil

20.605.2014.0294.0001 - Equalização de Juros nas Operações de Custeio Agropecuário - R\$ 947.676 mil

20.605.2014.0298.0001 - Equalização de Juros em Operações de Empréstimos do Governo Federal - EGF (Lei nº 8.427/92) - R\$ 44.517 mil

20.605.2014.0301.0001 - Equalização de Juros e de Outros Encargos Financeiros em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial - R\$ 673.522 mil

20.601.2014.0297.0029 - Equalização de Juros para Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana - R\$ 1.842 mil

23.693.2024.0A84.0001 - Financiamento para Promoção das Exportações - PROEX - R\$ 631.202 mil

Fonte: STN/COPEC/GEFIN

4.4 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

Quadro 4.4.1 – Caracterização dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício de Referência 2013 – UG 170.007/CODIN-STN								Valores em R\$ 1,00	
Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria do Tesouro Nacional									
CNPJ: 00.394.460/0289-09					UG/GESTÃO: 00001 - Tesouro				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 – Rescindido 7 - Arquivado				

Fonte:SIASG/SICONV

Quadro 4.4.2 – Resumo dos Instrumentos Celebrados Pela UJ nos Três Últimos Exercícios						
Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Secretaria do Tesouro Nacional						
CNPJ: 00.394.460/0289-09				UG/GESTÃO: 00001 - Tesouro		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			*Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (Valores em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio	-	-	-	-	-	500.000,00
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	-	-	-	-	-	500.000,00

Fonte: SIAFI 2011, 2012 e 2013

Quadro 4.4.3 – Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse				
Unidade Concedente				
Nome: Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional - CODIN/STN				
CNPJ: 00.394.460/0289-09			UG/GESTÃO: 170.007/0001	
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados	Instrumentos		
		(Quantidade e Montante Repassado) Valores em R\$ 1,00		
		Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse

2013	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2012	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2011	Contas Prestadas	Quantidade	1	-	-
		Montante Repassado	500.000,00	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1	-	-
		Montante Repassado	1.525.000,00	-	-

Fonte: SIAFI

Quadro 4.4.4 – Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse					
					Valores em R\$ 1,00
Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional - CODIN/STN					
CNPJ: 00.394.460/0289-09			UG/GESTÃO: 170.007/0001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2013	Quantidade de Contas Prestadas			-	-
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas	-	-
			Contas Não Analisadas	-	-
		Montante Repassado (R\$)		-	-
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
Quantidade de TCE			-	-	
Contas NÃO Analisadas	Quantidade		-	-	
	Montante Repassado (R\$)		-	-	
2012	Quantidade de contas prestadas			-	-
	Contas	Quantidade Aprovada		-	-

	Analisadas	Quantidade Reprovada	-	-
		Quantidade de TCE	-	-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-
		Montante repassado (R\$)	-	-
2011	Quantidade de Contas Prestadas		3	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	3	-
		Quantidade Reprovada	-	-
		Quantidade de TCE	-	-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-
Montante Repassado		-	-	
Exercícios Anteriores a 2011	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado	-	-

Fonte: SIAFI

4.5 SUPRIMENTO DE FUNDOS, CONTAS BANCÁRIAS TIPO B E CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

Não se aplica.

4.6 RENÚNCIA DE RECEITAS

Não se aplica.

4.7 GESTÃO DE PRECATÓRIOS

Não se aplica.

5 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

5.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE

5.1a Demonstração da Força de Trabalho e dos Afastamentos que refletem sobre ela

- Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro 5.1a.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação Apurada em 31/12/2013			
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício
	Autorizada	Efetiva	
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)		694	45
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		694	45
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		665	40
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		1	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		28	5
2. Servidores com Contratos Temporários		0	0
3. Servidores sem vínculo (EST-04)		4	0

4. Servidores Anistiados de outros Órgãos e Esferas (CLT-44)		0	0	0
5. Total de Servidores (1+2+3+4)		698	45	1

Fonte: COGEP/SPOA/MF

– Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Quadro 5.1a.2 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ	
Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31/12/2013
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	90
1.1. Exercício de Cargo em Comissão (DAS)	
1.2. Exercício de Função de Confiança (FG)	
1.3 Outros (Especificar)	
1.3.1 CA	
1.3.2 CCT	
1.3.3 CGE	
1.3.4 DAI	
1.3.5 DI	
1.3.6 FAS	
1.3.7 FCT	
1.3.8 GR	
1.3.9 GT	
1.3.10 RGA	
1.3.11 RGM	
1.4 Cedidos sem Função no Órgão de Destino	90
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	6
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	4
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	2
2.5 Disposição da Justiça Eleitoral	0
2.6 Exercício Descentralizados Carreiras	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De ofício, no interesse da Administração	0
3.2. A pedido, a critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	8
4.1. Doença em pessoa da família	0

Quadro 5.1a.2 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ	
4.2. Capacitação	2
4.3 Licença Paternidade/Maternidade	0
4.4 Auxílio Doença (CLT)	0
4.5 Licença Premio por Assiduidade	1
4.6 Licença p/ tratamento de Saúde	0
4.7 Licença Gestante (art 207 Lei8112/90)	5
4.8 Tratamento de Doença Especificada em Lei	0
4.9 Licença por Motivo de falecimento Pessoa da Família	0
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	0
5.5. Mandato classista	0
5.6 Falta não Justificada	0
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	0
6.1 Suspensão Temporária Administrativa	0
6.2 Reclusão	0
6.3 Requisição	0
6.4 Exercício Parágrafo 7º ART. 93 LEI 8112/90	0
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	104

Fonte: COGEP/SPOA/MF

5.1b Qualificação da Força de Trabalho de acordo com a Estrutura de Cargos, Idade e Nível de Escolaridade

– Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Quadro 5.1b.1 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31/12/2013)				
Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão		192	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial		0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior		192	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		182	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		0	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas		6	0	0
1.2.4. Servidores CLT-44		0	0	0

1.2.5. Sem vínculo		4	0	0
1.2.6. Aposentados		0	0	0
2. Funções gratificadas (FGR)		43	6	0
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão (FGR)		42	5	0
2.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado (FGR)		0	0	0
2.4. Servidores de outros órgãos e esferas (FGR)		1	1	0
5. Total de servidores em cargo e em função (1+2+3+4)		235	6	0

Fonte: COGEP/SPOA/MF

- Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária

Quadro 5.1b.2 – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12/2013					
Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2) - Sem Função	36	116	127	141	22
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	36	115	127	141	22
1.3 Servidores com Contrato Temporário CDT-40	0	0	0	0	0
1.4 Servidores de carreira em exercício descentralizado EST-18	0	1	0	0	0
1.5 Servidores de carreira em exercício provisório EST-19	0	0	0	0	0
2. Servidores Anistiados de outros Órgãos e Esferas (CLT-44) - Sem Função	0	0	0	0	0
3. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas - Sem Função	4	9	4	4	0
4. Cargos em comissão - EST-04 sem função	5	84	88	51	7
4.1. Cargos Natureza Especial (NES)	0	0	0	0	0
4.2. Grupo Direção e Assessoramento superior (DAS)	4	79	75	31	3
4.3. Funções gratificadas (FGR)	1	5	13	20	4
4.4. Função Comissionada Técnica (FCT)	0	0	0	0	0
4.5. Gratificação Representação de Gabinete (RGM)	0	0	0	0	0
5. Totais (1+2+3+4)	45	209	219	196	29

Fonte: COGEP/SPOA/MF

- Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade

Quadro 5.1b.3 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade – Situação Apurada em 31/12/2013										
Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade									
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2) - Sem Função	0	0	0	2	69	368	0	2	1	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	2	69	367	0	2	1	0
1.3 Servidores com Contrato Temporário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.4 Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
1.5 Servidores de carreira em exercício provisório EST-19	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Servidores Anistiados de outros Órgãos e Esferas (CLT-44) - Sem Função	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas - Sem Função	0	0	0	1	0	20	0	0	0	0
4. Cargos em comissão	0	0	0	1	23	209	0	1	1	0
4.1. Cargos Natureza Especial (NES)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4.2. Grupo Direção e Assessoramento superior (DAS)	0	0	0	0	7	183	0	1	1	0
4.3. Funções gratificadas (FGR)	0	0	0	1	16	26	0	0	0	0
4.4. Função Comissionada Técnica (FCT)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4.5. Gratificação Representação de Gabinete (RGM)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2+3+4)	0	0	0	4	92	597	0	3	2	0

Fonte: COGEP/SPOA/MF

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

5.1c Custos Associados à Manutenção dos Recursos Humanos

Quadro 5.1c.1 – Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores

Tipologias/ Exercícios		Despesas Variáveis										Total
		Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Consignações	
		VENC	RETRI	GRAT	ADIC	IND	BENEF	DDV	EXERC ANT	DEC	CONSI	
Membros de poder e agentes políticos												
Exercícios	2013											
	2012											
	2011											
Servidores de carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão												
Exercícios	2013	R\$ 51.947.132,88	R\$ 0,00	R\$ 4.156.184,80	R\$ 1.483.695,73	R\$ 1.570.282,90	R\$ 1.050.767,53	R\$ 184,71	R\$ 25.751,86	R\$ 85.127,05	R\$ 0,00	R\$ 60.319.127,46
	2012	R\$ 46.509.906,29	R\$ 0,00	R\$ 3.771.091,63	R\$ 1.329.750,20	R\$ 1.078.879,36	R\$ 895.306,38	R\$ 0,00	R\$ 944,34	R\$ 83.693,87	R\$ 58,80	R\$ 53.669.630,87
	2011	R\$ 73.610.256,01	R\$ 0,00	R\$ 5.924.049,72	R\$ 2.183.094,70	R\$ 1.704.958,08	R\$ 1.338.229,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 103.718,31	R\$ 0,00	R\$ 84.864.306,70
Servidores com Contratos Temporários												
Exercícios	2013											
	2012											
	2011											
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença												
Exercícios	2013	R\$ 22.610.905,82	R\$ 0,00	R\$ 1.930.337,37	R\$ 639.162,81	R\$ 596.396,92	R\$ 764.000,36	R\$ 0,00	R\$ 22.150,67	R\$ 120.020,60	R\$ 0,00	R\$ 26.682.974,55
	2012	R\$ 22.056.643,79	R\$ 0,00	R\$ 1.835.594,41	R\$ 624.375,66	R\$ 492.069,57	R\$ 579.840,24	R\$ 0,00	R\$ 1.508,62	R\$ 99.627,59	R\$ 98,00	R\$ 25.689.757,88
	2011	R\$ 23.651.324,21	R\$ 0,00	R\$ 2.016.589,81	R\$ 649.075,21	R\$ 522.194,17	R\$ 678.926,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 80.550,18	R\$ 0,00	R\$ 27.598.659,86
Servidores ocupantes de cargos de Natureza Especial												
Exercícios	2013											
	2012											
	2011											
Servidores ocupantes de cargos do Grupo de Direção e Assessoramento Superior (DAS)												

Exercícios	2013	R\$ 37.124.160,50	R\$ 0,00	R\$ 3.555.292,57	R\$ 1.220.166,84	R\$ 873.543,00	R\$ 427.752,53	R\$ 38,46	R\$ 4.089,00	R\$ 11.245,51	R\$ 0,00	R\$ 43.216.288,41
	2012	R\$ 32.770.244,46	R\$ 0,00	R\$ 3.299.190,18	R\$ 1.142.919,13	R\$ 685.334,77	R\$ 373.726,71	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 12.732,03	R\$ 0,00	R\$ 38.284.147,28
	2011	R\$ 21.320.888,97	R\$ 0,00	R\$ 2.520.108,30	R\$ 912.403,15	R\$ 463.615,91	R\$ 90.430,86	R\$ 0,00	R\$ 189,00	R\$ 558,97	R\$ 0,00	R\$ 25.308.195,16
Servidores ocupantes De Função Gratificada (FGR/FCT/RGM)												
Exercícios	2013	R\$ 6.065.824,05	R\$ 0,00	R\$ 507.372,56	R\$ 182.931,71	R\$ 193.920,80	R\$ 168.225,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 21.445,87	R\$ 0,00	R\$ 7.139.720,42
	2012	R\$ 5.799.341,77	R\$ 0,00	R\$ 466.858,07	R\$ 167.280,01	R\$ 160.898,96	R\$ 148.609,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 18.115,21	R\$ 0,00	R\$ 6.761.103,87
	2011	R\$ 5.641.777,18	R\$ 0,00	R\$ 519.904,64	R\$ 158.237,06	R\$ 170.091,07	R\$ 119.523,57	R\$ 0,00	R\$ 6.624,13	R\$ 13.317,95	R\$ 0,00	R\$ 6.629.475,60

Fonte: DW - DataWareHouse

5.1d Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

As informações relativas aos servidores inativos e pensionistas constarão do Relatório de Gestão da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda – COGEP/SPOA/MF.

5.1e Cadastramento no SISAC dos dados pertinentes aos Atos de Admissão e Concessão de Aposentadoria, Reforma e Pensão

Não se aplica.

5.1f Ações Adotadas para identificar eventual Acumulação Remunerada de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não se aplica.

5.1g Providências Adotadas nos casos identificados de Acumulação Remunerada de Cargos

Não se aplica.

5.1h Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

A gestão dos processos de trabalho de recursos humanos é de responsabilidade da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Fazenda – COGEP/MF. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN tem feito gestões junto à COGEP para a adoção de políticas de controle de absenteísmo, acidentes de trabalho, demandas trabalhistas e doenças ocupacionais bem como a criação de indicadores de desempenho funcional, satisfação e motivação.

5.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

- Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão-de-Obra

Quadro 5.2.1– Locação de Mão-de Obra

Unidade Contratante
Nome: SAMF - Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda

UG Gestão: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Distrito Federal	CNPJ:00394460/049230
---	----------------------

Informações sobre os Contratos											Situação		
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identif. Do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						
					Início	Fim	F			M		S	
							P	C	P	C		P	C
2013		Secret. Técnica e Recepcionista	10167.003448/2012-88	06.090.065/0001-51(PH)	12/06/2013	11/06/2018				46		Vigente	
2013		Atendente	10167.002923/2013-80	06.090.065/0001-51(PH)	09/09/2013	31/03/2014		4				Vigente	
2013		Carregador	10167.002923/2013-80	06.090.065/0001-51(PH)	09/09/2013	31/03/2014		1				Vigente	
2013		Copeira	10167.002923/2013-80	06.090.065/0001-51(PH)	09/09/2013	31/03/2014		15				Vigente	
2013		Garçom	10167.002923/2013-80	06.090.065/0001-51(PH)	09/09/2013	31/03/2014		5				Vigente	
2013		Recepcionista	10167.002923/2013-80	06.090.065/0001-51(PH)	09/09/2013	31/03/2014		3				Vigente	
2013		Motorista Executivo	10167.002438/2013-14	24.414.755/0001-26(Cidade Serviços)	16/12/2013	15/12/2018		4				Vigente	

Fonte:SAMF/MF

- Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 5.2.2 - Composição do Quadro de Estagiários					
Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	41	42	34	29	R\$ 284.768,28
1.1 Área Fim *00001	41	42	34	29	R\$ 284.768,28
1.2 Área Meio	0	0	0	0	R\$ 0,00
2. Nível Médio	6	6	5	6	R\$ 28.221,14
2.1 Área Fim	0	0	0	0	R\$ 0,00
2.2 Área Meio *00002	6	6	5	6	R\$ 28.221,14
3. Total (1+2)	47	48	39	35	R\$ 312.989,42

Fonte: COGEP/SPOA/MF

6 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

Não se aplica.

7 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI), CONFORME ORIENTAÇÕES DA PORTARIA TCU Nº 175/2013

7.1 INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- Planejamento da Unidade

A STN, dentre outras atribuições institucionais, destaca-se pela gestão do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI. Além disso, com o propósito de conferir eficiência e produtividade no desempenho das suas diversas atribuições finalísticas, realizou ações de TI durante todo o exercício, dentre as quais destacamos a modernização da infraestrutura tecnológica da STN, a elaboração do PETI e o aperfeiçoamento do modelo de Gestão de TI.

Com efeito, a STN, durante o ano de 2013, continuou empreendendo ações de modernização dos seus ambientes de TI com vistas a garantir sempre maiores índices de disponibilidade e confiabilidade das soluções tecnológicas que dão suporte ao trabalho de seus analistas. Nesse contexto, podemos destacar diversas atividades durante o ano, entre elas o aumento da capacidade de tráfego da rede local do Tesouro Nacional, a ampliação da capacidade do nosso Centro de Dados e aquisição de hardware e software, enfim, todas as atividades relacionadas à manutenção e ampliação da infraestrutura existente.

No tocante às atividades e projetos, por macroprocesso institucional, listamos abaixo os mais relevantes de 2013:

I – Macroprocesso Gestão de Haveres:

a) **Projeto Novos Marcos do Agrícola** – Tem por objetivo desenvolver e implantar os Novos Marcos do Agrícola, incluindo: Conciliação de saldos por mutuário; Quitação de saldos; Relatório sintético de crítica e carga; Relatório de movimentações financeiras de deveres; e Relatório de recebimentos. Projeto em andamento.

- b) **Projeto Sistema de Participações Societárias – Módulo de Empresas** – Visa a construção de sistema que integre, padronize e harmonize as atividades das gerências da COPAR no que se refere ao controle de participações societárias da União e acompanhamento de conselheiros fiscais representantes da STN, de acordo com os novos processos de trabalho, detalhados no projeto de Modernização. A ferramenta deverá gerenciar, consolidar as informações inerentes a Conselheiros, Empresas Estatais e a Participação Societária da União nestas empresas, permitindo análise e exploração dos dados relacionados. Projeto em andamento.
- c) **Programa Crescer** – Criar módulo de processamento de remessas para validação de operações de crédito e cálculo de equalização devida às instituições financeiras participantes do Programa de Microcrédito Orientado Crescer. Projeto em andamento.
- d) **Projeto Sistema de Haveres Mobiliários** – Construção de um sistema integrado para acompanhamento e controle das Participações Societárias da União, inclusive os processos de Dividendos, Investimentos, Resultado Fiscal e identificação de Riscos Fiscais das empresas estatais, integração com o SIAFI (extração e envio de dados), bem como registro, acompanhamento e avaliação de desempenho dos conselheiros fiscais representantes do Tesouro Nacional. Projeto em andamento.
- e) **O2C – Operações Oficiais de Crédito** – O sistema O2C permite a gestão dos haveres derivados das operações Oficiais de Crédito, gerenciadas pela COPEC. O sistema foi implantado e foram atendidas solicitações de manutenção corretiva ao longo do ano de 2013. Projeto concluído.

II – Macroprocesso Análise Fiscal de Estados e Municípios

- f) **Projeto SICONFI** – Sistema responsável pelo registro eletrônico centralizado, tratamento e divulgação de informações contábeis, orçamentárias, financeiras, fiscais, econômicas, de controle, de operações de crédito e de estatísticas de finanças públicas dos entes da Federação. Projeto em andamento.
- g) **Projeto de Adequação do CAUC – Fase II** – Desenvolver funcionalidade no Portal do CAUC que viabilize a consulta de posições da situação do ente em datas anteriores (histórico do CAUC) e realizar ajustes que se tornem necessários em razão de alterações em normativos do CAUC. Projeto em andamento.
- h) **Projeto SAHEM** – Especificar e construir sistema em substituição ao sistema atualmente utilizado, que permita o processamento de dados sobre a inadimplência de estados, municípios e entidades da administração indireta, ao amparo da Resolução nº 43, recebidos diariamente dos Agentes Financeiros (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal). Projeto em andamento.
- i) **Projeto SADIPEM** – Sistema informatizado com todas as especificações técnicas que dê suporte para análise de operações de crédito dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal na Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM. Projeto em andamento.
- j) **Projeto Sistema de Divulgação da Dívida dos Estados e Municípios – SDDEM** – Especificação e Construção de adequação a ser realizada no aplicativo Web “Divulgação da Dívida dos Estados” para permitir a carga e disponibilização de relatórios com dados da dívida dos Municípios ao amparo da MP 2.185/01. Projeto concluído.

III – Macroprocesso Dívida Pública

k) **Projeto SID – Fase I** – Projeto de Desenvolvimento de um sistema integrado para a gestão da Dívida Pública Federal – Fase I. Durante o ano de 2013 foram executadas diversas ações de manutenção corretiva e resposta a incidentes. Projeto concluído.

l) **Projeto SID – Fase II** – Desenvolver e implantar os módulos de Indicadores, Curva de Juros, Planejamento Estratégico, Fluxos Financeiros, Balanço do Tesouro Direto, Suporte ao Tesouro Direto e Preparação de Leilões da Fase II do SID. A fase II do projeto SID compreende os Processos Especializados do Sistema Integrado da Dívida. Durante o ano de 2013 foram executadas ações relacionadas às atividades de levantamento de requisitos, avaliação de código e homologação de entregas. Projeto suspenso.

m) **Projeto Integração SID-SIAFI (CONDIVEX)** – Implementação de interface do SID com o SIAFI para troca de informações relativas à dívida contratual originalmente armazenadas no Subsistema Dívida. Projeto em andamento.

n) **Balanço do Tesouro Direto** – Viabilizar análises exploratórias sobre o Tesouro Direto a fim de subsidiar decisões estratégicas, bem como preparar automaticamente relatórios de divulgação para o público interno e externo. Projeto em andamento.

o) **Projeto de Evolução do Sistema GERIR** – Permitir ao sistema GERIR processar títulos externos em moeda local, corrigir indicador de custo total e visualizar a maturação da DPF em mercado aberto em principal e juros. Projeto em andamento.

p) **Projeto Sistema de Apuração de Leilões** – Documentação do sistema. Migração do banco de dados para Oracle. Criação de ambiente de contingência. Projeto em andamento.

IV – Macroprocesso Administração Orçamentária e Financeira

q) **Projeto Contabilização em Moeda Estrangeira (SIAFI Gerencial)** – Tem como objetivo efetuar a contabilização de projetos externos em moeda estrangeira. Projeto concluído.

r) **Projeto Sisprofi – Fase II – Exploração de Dados** – Visa eliminar o esforço operacional de elaborar planilhas intermediárias de programação financeira, integração das informações envolvidas e obtenção direta dessas informações da sua fonte primária, o SIAFI – por meio de extrações automáticas do SIAFI e do uso direto dessas informações por meio de uma solução tecnológica. Projeto em andamento.

s) **Projeto Sistema de Gestão da GRU – Guia de Recolhimento da União** – Implantar sistema próprio para Gestão da GRU – Guia de Recolhimento da União, que facilite a consulta individual e consolidada de GRU pelos órgãos interessados, desonerando o SIAFI da manutenção de informações necessárias ao controle gerencial e individualizado da GRU, hoje responsável por mais de 50% dos documentos na base SIAFI. Durante o ano de 2013, os problemas relativos à especificação de requisitos foram resolvidos e a Etapa 1 do projeto foi implantada. Houve atraso na entrega e problemas de qualidade dos produtos entregues. Isso ensejou o envolvimento das coordenadoras tanto da COSIS quanto da COFIN na solução dos problemas apresentados, além da revisão de prioridade do GRU Gestão frente ao PCASP. Para tentar sanar problemas relativos ao levantamento de requisitos, a analista da STN/COSIS trabalhou em conjunto com a área demandante para amadurecer os requisitos da próxima etapa; houve também uma reunião presencial no SERPRO para elicitação dos requisitos da etapa 2 (Retificação e contabilização agregada). Projeto em andamento.

t) **Projetos RFB (Fita 50 + SIAFI)** – Adequar o processamento do arquivo Fita50, relativo à arrecadação de tributos administrados pela RFB, ao novo leiaute e preparar o SIAFI para o processamento dessas informações. Projeto em andamento.

u) **Projeto Programação Financeira – NOVO SIAFI - 2ª etapa** – Tem o objetivo de aprimorar o módulo, que foi entregue, trazendo algumas funcionalidades que, apesar de importantes, não foram consideradas prioritárias no contexto de PF na primeira etapa. A principal entrega do projeto é a funcionalidade de ALF, que permitirá trazer para o SIAFI, além do fluxo de PF, o controle da Autorização da Liberação Financeira. Projeto em andamento.

V – Macroprocesso Contabilidade Pública

v) **Projeto Sistema de Informações de Custos – Fase II** – Este ano foram realizadas evoluções no SIC para aprimorar a análise de custos por parte dos gestores governamentais. Integração do sistema SIOP do Ministério do Planejamento, substituto do SIGPLAN, ao SIC. Projeto em andamento.

w) **Projeto Integração SIAFI x Portal de Convênios – V14** – Projeto que tem por objetivo desenvolver um Portal de Convênios, em ambiente WEB e integrado ao SIAFI, para registro e execução das TV-Transferências Voluntárias (Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria) celebradas pelo Governo federal com as esferas estadual e municipal e também com entidades privadas sem fins lucrativos (ONG), as quais envolvam recursos do OFSS, em atendimento ao Decreto nº 6.170/2007. Projeto em andamento.

x) **Projeto PCASP – SIAFI Operacional e Novo SIAFI** - Realizar as adequações necessárias no SIAFI Operacional e no Novo SIAFI para ajustá-los ao novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP. Subdivide-se em adequações no núcleo contábil do SIAFI e em todas as demais funcionalidades do sistema. Projeto em andamento.

y) **Projeto Tesouro Gerencial** – Solução para realização de consultas e geração de relatórios baseados em dados da previsão/execução orçamentária/financeira provenientes do sistema SIAFI. Trata-se de Solução de DataWarehouse para substituir o atual SIAFI Gerencial, incorporando o DW Custos e o DW PAGEF, além de disponibilizar demonstrativos do DCASP. Projeto em andamento.

z) **Projeto DCASP** – Construção dos Demonstrativos Contábeis legais, conforme especificações do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP. Serão construídos relatórios no Novo SIAFI e criadas consultas específicas na futura solução Tesouro Gerencial. Projeto em andamento.

VI – Macroprocesso Desenvolvimento Institucional

aa) **Projeto Persona** – Desenvolver solução única que atenda a todos os processos de negócio envolvidos na gestão de pessoas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Deve ser possível efetuar o cadastro de dados pessoais, de dados funcionais, do controle de frequência, da evolução funcional, da cessão de servidores, da capacitação, da avaliação, do recrutamento, além das funcionalidades de configuração e segurança do sistema. No ano de 2013 foi Realizado o levantamento de requisitos, construção e implantação do cadastro de recursos humanos; primeira etapa do desenvolvimento do Sistema. Projeto em andamento.

bb) **Projeto Evoluções do Estratégia** – Desenvolvimento e implantação de nova versão da ferramenta de TI que suporta o Processo de Planejamento e Planejamento e Gestão Estratégica da STN. Em 2013, foi executado e concluído o reprojeto da interface gráfica e navegação do sistema, bem como a implementação de novas funcionalidades com vistas a oferecer a seus usuários uma

interface mais interativa e amigável e novas funcionalidades que garantem operacionalidade aos processos de cadastramento e monitoramento e avaliação de metas, bem como a realização de consultas e extração de relatórios gerenciais e, por conseguinte, assim oportunizando melhorias incrementais concernentes à eficiência do Sistema *Stratégia* e à qualidade do processo de Planejamento Estratégico Institucional. Na base do *Stratégia*, encontram-se centralizados todos os registros de cadastro e acompanhamentos dos status das ações, macroações e metas desenvolvidas em todos os ciclos de planejamento da STN, bem como informações relativas aos direcionadores estratégicos da Instituição (Diretrizes Estratégicas, Objetivos Estratégicos, Indicadores, etc).

cc) **Nova INTRANET** – Ambiente de Intranet da STN. Projeto de reestruturação da Intranet do Tesouro Nacional com a definição de taxonomia, agregação de novos serviços e atualização tecnológica. Na próxima etapa será iniciado o processo de desenvolvimento da nova Intranet do Tesouro Nacional, após a definição de suas características. Primeira fase do projeto concluída.

VII – Macroprocesso Tecnologia da Informação

dd) **MODERNIZAÇÃO DO PARQUE COMPUTACIONAL:** Foram desenvolvidas diversas atividades no sentido de modernizar o parque computacional do Tesouro Nacional, dentre as quais destacamos:

- **Projeto Modernização das estações de trabalho, sistemas operacionais e aplicativos de escritório do TN (2013-2014)** – Realizada a aquisição dos softwares e das 1250 (mil duzentas e cinquenta) estações de trabalho para atendimento às diversas áreas da Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF, objetivando a adequação do parque tecnológico corporativo, a fim de garantir a operacionalização das atividades finalísticas da Instituição.
- **Reconfiguração da Rede sem fio para comportar duas redes, a rede sem fio WIFISTN_Corporativa e a rede sem fio WIFISTN_Internet”** – Diante da necessidade de fornecer internet para os convidados do Tesouro Nacional com controle de conteúdo e possibilidade de auditoria, a estrutura de rede sem fio foi reconfigurada para comportar os dois SSIDs, ambas com autenticação por meio do Active Directory. A rede que provê internet foi configurada para se manter totalmente isolada. Também foram efetuadas diversas manutenções em Access Point para o melhoramento do sinal em alguns ambientes.
- **Nova área de armazenamento de dados** – Foi adquirida e implantada no CDTN uma nova área de armazenamento de dados (Storage), com capacidade para 96 TB de armazenamento. Os equipamentos foram implantados e configurados no CDTN no primeiro trimestre de 2013. Todos os servidores, sistemas e bancos de dados do CDTN passaram a usar a nova área de armazenamento.
- **SOTN – Sistema de Operações do Tesouro Nacional** – Acompanhamento diário do Sistema PILOTO do SOTN, bem como dos sistemas participantes SIAFI, ANCORA e SISCARP ao sistema PILOTO do SOTN, hospedados nos respectivos ambientes produtivos do SERPRO. Realização de testes de infraestrutura e validação de ambientes. Ajustes na definição de acordo de níveis de serviço. Acompanhamento de incidentes. Apoio na emissão de certificados digitais da aplicação e participação nos grupos temáticos afetos à infraestrutura da Rede do Sistema Financeiro Nacional.
- **Projeto Novo SIAFI** – Acompanhamento da produção do sistema nos ambientes de produção, homologação e treinamento; avaliação do cumprimento dos níveis de serviço do ambiente de homologação, produção e treinamento do Novo SIAFI; acompanhamento da evolução do subprojeto de Serviços de Monitoração (inclusão do monitoramento do desempenho do sistema); especificação e revisão dos Requisitos Não

Funcionais do sistema; acompanhamento dos testes de Requisitos Não Funcionais; acompanhamento da execução dos testes de recuperação de desastre do ambiente de homologação.

- **Implantação do Novo Site do Tesouro Nacional** – Foram realizadas atividades de adequação de funcionalidades da solução e/ou ajustes de infraestrutura de modo a permitir a realização de testes funcionais e não funcionais no ambiente de produção do Novo Site do Tesouro Nacional desenvolvido em Joomla (plataforma para aplicação Web, com licença penSource GPL) com foco em gestão de conteúdo descentralizado. Foi disponibilizado no CDTN um ambiente para o desenvolvimento e para homologação do novo site da STN na internet. Além disto, a equipe do CDTN participou de todas as fases do projeto novo site do Tesouro Nacional incluindo análises de desempenho e de vulnerabilidades.
- **Gestão do Contrato SERPRO (SAMF)** – Foram realizados acompanhamentos, aferição de características e níveis de serviço, auditorias e ajustes nos itens contratuais que compreendem a Gestão de Serviços de TI (item 3), a Produção de Sistemas (item 4) e Propostas Comerciais Avulsas (item 5) que contemplam aproximadamente a gestão de 60 (sessenta) serviços. Também foram realizadas atividades de renegociação de itens contratuais com vistas à aditивação anual do contrato.
- **Modernização da Rede Local (Troca dos Switches)** – Concluiu-se a troca de todos os ativos de rede da STN por novos dispositivos.
- **Implantação de ZDM Estendida/Mudança de Estrutura das ZDMs** – A ZDM estendida foi criada. A estrutura de ZDMs foi alterada para separar as aplicações e serviços produzidos pelo SERPRO. Foi criado espaço de rede para que serviços sob gestão exclusiva da STN possam ser disponibilizados na Internet. A política de segurança está sendo revisada para refletir a nova estrutura.
- **Novo Modelo de Gestão do Ambiente de Rede STN** – Foi implantado o piloto funcional da ferramenta Microsoft System Center, para auxílio nos processos de gestão de configuração (inventário e distribuição de softwares) e de gestão de operações nos ambientes de estações e servidores de rede local.
- **APEX (Oracle Application Express)** – Visando agilizar e padronizar o desenvolvimento de aplicações de pequeno porte no Tesouro Nacional, foi internalizada a solução APEX (Oracle Application Express). Trata-se de um ambiente de rápido desenvolvimento de aplicações Web baseado no banco de dados Oracle. É de fácil uso e flexível com qualidade de uma base de dados, oferecendo segurança, integridade, escalabilidade e disponibilidade totalmente construídas para Web.
- **Nova rede do CDTN** – Foi adquirida e implantada uma nova rede para os equipamentos e servidores do CDTN. A antiga rede apresentava uma estruturação falha e defasada e não comportava o tráfego de dados dos sistemas em produção no CDTN. Foi implantada uma nova rede totalmente redundante e com largura de banda de 10 Gigabits por segundo, com possibilidade de uso de switches virtuais. Todos os servidores, sistemas e bancos de dados hospedados no CDTN foram migrados para a nova rede ao longo do ano de 2013.

Quadro 7.1.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada

1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
Sim	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
Sim	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
Sim	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
Sim	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
Sim	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com

	foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
Não	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
Sim	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
Sim	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
Sim	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
Sim	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
Sim	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
Sim	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
Sim	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
Não	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
Sim	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
Não	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
Não	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
Não	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
Sim	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
Não	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
Não	Auditoria de governança de TI.
Sim	Auditoria de sistemas de informação.
Não	Auditoria de segurança da informação.
Sim	Auditoria de contratos de TI.
Não	Auditoria de dados.
Não	Outra(s). Qual(is)? _____
Não	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
Sim	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
Sim	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
Sim	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
Sim	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
Sim	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
Sim	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
Sim	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
Não	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
Sim	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
Não	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
Sim	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
Sim	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
Sim	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
Sim	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
Sim	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
Não	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
Sim	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(4)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(4)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(4)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(4)	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.

(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.	
(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).	
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
X	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
X	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

Fonte: STN/COSIS

- Perfil dos Recursos Humanos envolvidos

Durante o exercício de 2013, o corpo técnico funcional da COSIS contou com 61 profissionais, sendo 51, ou seja, 84% são servidores da carreira (42 AFCs e 9 TFCs), 5 ATAs, 3 empregados requisitados do SERPRO, 1 servidor do Ministério da Fazenda, 1 servidor com GSISTE (Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal). Além disso, contamos ainda com 8 terceirizados que executam trabalhos técnicos e com 5 estagiários que executam serviços de apoio.

Diferentemente dos anos anteriores, durante o ano de 2013 o corpo funcional da área de Tecnologia não sofreu grandes baixas de pessoal com a saída de apenas 1 (um) técnico para outra área do Tesouro. A contínua perda de técnicos para outros órgãos da administração pública seja através de concurso público e/ou remoção não se repetiu. Soma-se a isso o ingresso, através de concurso público, de cinco Assistente Técnico-Administrativos (ATA), cargo de nível médio, que nos auxiliam nas atividades operacionais desempenhadas pela área.

Além disso, houve a realização de concurso público no ano de 2013 para o cargo de Analista de Finanças e Controle e a área de Tecnologia da Informação, cujo reforço, com a perspectiva de receber vinte novos servidores no começo de 2014, permitirá ampliar o desempenho da STN na execução de seus projetos e atividades e o alcance dos objetivos estratégicos.

Do universo de servidores da carreira, ATAs, quadro do Ministério e requisitados, 59 possuem Graduação Superior (84%), sendo que 30 destes (cerca 51%) possuem Graduação em TI. Convém destacar que na STN há um percentual de 36% com especialização e mestrado na área de Tecnologia da Informação conforme demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 7.1.2 – Quantitativo de Servidores – Tesouro Nacional Área de TI 2013

Total de Servidores	61
Integrantes da Carreira	51
Assistente-Tecnico Adm.\Quadro MF\GSISTE	7
Requisitados	3
Graduados	59
Graduados em TI	30
Graduados com Especialização	29
Graduados com Mestrado e/ou Especialização em TI	22

Fonte: STN/COSIS

Com referência ao plano de capacitação no ano de 2013, a área de Tecnologia da Informação do Tesouro Nacional continuou com o investimento do seu corpo técnico nas diversas áreas e segmentos da informática, como Gestão de TI e Infraestrutura. Além disso, realizamos diversas participações em fóruns e Seminários especializados nas mais diversas áreas.

Foram treinados técnicos na área de Gestão de Contratos de TI em cursos como “Elaboração de editais e elaboração de termos de referência e projetos”; “Gestão e Fiscalização de Contratos”; e, “Curso de elaboração de editais para aquisições no setor público”; que vem de encontro com o objetivo traçado na “*Meta Estratégica 14.2 Ajustado o modelo de contratação de serviços de TI às diretrizes do Ministério da Fazenda*”.

Outro ponto importante foi a continuidade na especialização do nosso corpo técnico em metodologia ágeis de desenvolvimento onde tivemos participação no Seminário Agile Brasil que ocorreu em Brasília entre os dias 26 e 28 de junho de 2013.

O quadro, abaixo, apresenta um resumo da participação do nosso corpo técnico nos treinamentos da área de TI.

Quadro 7.1.3 – Treinamentos da área de TI

SEGMENTO DE TI	CURSOS	QUANTITATIVO DE TREINANDOS
Gestão de TI	5	7
Desenvolvimento de Software	4	6
Gestão de Contratos	4	4
Infraestrutura de TI	2	3
Administração Orçamentária e Financeira e Gestão do SIAFI e Outros	11	24

Fonte: STN/COSIS

- Segurança da Informação

Para o segmento de Segurança da Informação, destacamos as seguintes atividades registradas durante o exercício de 2013:

- **Administração de Dados** – Visa o acompanhamento de projetos e avaliação da aderência de modelos de dados aos padrões de nomenclatura e dicionarização instituídos em Norma. Iniciada a construção do Modelo Conceitual Corporativo de Dados da STN. Projeto em andamento.
- **Gestão do Centro de Dados do Tesouro Nacional - CDTN** – Foram realizadas atividades de manutenção física e lógica do Centro de Dados, como as ligadas à gestão de energia, climatização, segurança, tendo em vista possibilitar a hospedagem de servidores e serviços.
- **Monitoramento de ambiente do CDTN** – Foram aperfeiçoadas as rotinas de monitoramento de todos os servidores, sistemas e bancos de dados hospedados no CDTN com a montagem de painéis de monitoração com alertas visuais e sonoros.
- **Gestão dos bancos de dados corporativos da STN** – Foram realizadas tarefas de configuração, manutenção e tuning dos bancos de dados corporativos Oracle e MySQL.

No ano de 2013, foram registradas e concluídas 10.901 demandas. Desse volume, 9.240 referem-se a primeiro nível, ou seja, aquelas de pronto atendimento e para às quais existe roteiro definido e 1661 demandas de segundo nível, que são aquelas que exigem análise técnica específica, incluindo manutenções corretivas e evolutivas em sistemas (incluindo o SIAFI), problemas de

infraestrutura, apurações especiais, desenvolvimento de soluções de pequeno porte, aquisição e instalação de software, entre outros.

- Desenvolvimento e Produção de Sistemas

A atuação da Secretaria, no que concerne ao macroprocesso Tecnologia da Informação, compreende o planejamento de TI, englobando elaboração do plano estratégico, definição dos padrões tecnológicos, especificação e aquisição de soluções tecnológicas e ainda, os processos de:

1. Gestão das demandas de TI, englobando o recebimento, a classificação, a consultoria técnica, o acompanhamento do atendimento da demanda e a entrega da solução/serviço demandado;
2. Gestão do suporte técnico prestado aos usuários de TI, visando a capacitação do próprio usuário nas soluções de TI fornecidas;
3. Gestão de projetos de TI, contemplando as fases de iniciar, planejar, executar, controlar e finalizar os projetos;
4. Gestão da segurança de dados, executando inspeções, realizando back up e restore, e mantendo a base de dados segura;
5. Gestão de desenvolvimento de sistemas, planejando os desenvolvimentos, realizando as implementações, fazendo testes e homologações dos sistemas;
6. Gestão de infraestrutura e operação de TI, planejando a arquitetura da infraestrutura, realizando as instalações dos equipamentos, instalando e atualizando os sistemas e softwares, gerenciando espaço em disco e realizando manutenções planejadas;
7. Gestão de contratos de TI, englobando a aquisição de bens e serviços, o controle da execução das soluções contratadas e emitindo pareceres sobre os contratos, podendo finalizá-los, suspendê-los ou cancelá-los;
8. Gestão da qualidade de produtos, serviços e processos de tecnologia da informação, gerando e mantendo normas e procedimentos relativos à TI, definindo e controlando os níveis de qualidade de produtos e serviços, definindo e controlando os indicadores dos processos de TI.

Os sistemas estruturantes da Secretaria são planejados e apoiados pela área de Tecnologia da Informação do Tesouro Nacional. A gestão desses sistemas e sua governança são exercidas por servidores da carreira de finanças e controle da Secretaria do Tesouro Nacional e em consonância com o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação, PDTI (Resolução CDTI nº 01/2012) e Plano de Metas (Resolução CDTI nº 01/2013), todos aprovados pelo Comitê Diretivo de TI (CDTI), cujos membros são constituídos pela alta direção do Tesouro Nacional.

Durante o ano de 2013 foi concluída a elaboração do novo PETI, documento que guiará o planejamento das ações de TI do Tesouro Nacional para o período de 2014-2017. Para isso foi realizada a contratação de consultoria especializada para apoio na elaboração do documento.

O trabalho em si dividiu-se em 03 fases:

- **FASE 1 Diagnóstico** – Tem por objetivo identificar as respectivas oportunidades de melhoria dos processos de TI do Tesouro Nacional. Foram analisadas a Governança, a Arquitetura, a Estratégia e Alinhamento, o Portfolio e Estrutura Organizacional do órgão com vistas a identificar deficiências nos processos de tecnologia com vistas a definir os Planos de Ação.
- **FASE 2 Planos de Ação e Modelos Futuros** – Definição dos Planos de Ação e Modelos Futuro, com vistas a aprimorar os processos de TI do Tesouro, proposta de uma nova estrutura organizacional da área de TI do órgão e Novo Modelo de Governança de TI.
- **FASE 3 Construção dos Planos (PETI e PDTI)** – Definição de iniciativas e atividades que serão desenvolvidas e executadas durante os 04 anos de vigência do Plano Estratégico de TI.

A STN despende recursos para o aperfeiçoamento constante dos sistemas informatizados de que dispõe para o efetivo cumprimento de suas atribuições finalísticas. São exemplos merecedores de destaque os sistemas de gerenciamento de haveres e de dívida pública do governo, o Sistema de Operações do Tesouro Nacional e todo o Complexo SIAFI.

Esses processos exigem não só ações corretivas, que visem à eliminação de falhas em rotinas e funcionalidades, como também procedimentos evolutivos, que permitam a adequação dos sistemas a mudanças conjunturais no mercado financeiro, a novos ordenamentos jurídicos, bem como a alterações em diretrizes de políticas governamentais. Vale citar, ainda, a necessidade de incorporação de soluções tecnológicas mais modernas, a fim de garantir não só a manutenção dos níveis de serviços hoje prestados, como também a evolução dos referidos sistemas, em termos de segurança e eficiência das informações processadas.

- Projeto PCASP

Uma atividade que mereceu destaque no ano de 2013 foi o início do projeto PCASP (Plano de Contas Aplicado ao Setor Público) que tem como objetivo uniformizar as práticas contábeis, adequando o SIAFI aos dispositivos legais vigentes, aos padrões internacionais de Contabilidade do Setor Público e às regras e procedimentos de Estatísticas de Finanças Públicas reconhecidas por organismos internacionais.

A manutenção evolutiva em execução no SIAFI se refere basicamente aos seguintes tópicos:

- Alteração na estrutura do plano de contas;
- Substituição da lógica de “Sistemas Contábeis” para “Natureza de Informação”;
- Criação do indicador de Superávit Financeiro;
- Introdução do conceito de Empenho com Passivo Anterior;
- Alterações de elementos estruturais do sistema: Conta, Evento e Documento.

Como o SIAFI opera integrado a vários sistemas estruturantes (SICONV, SIASG, SISCOMEX, SPIUNET, SIOP etc) então todos terão que ser adequados às regras do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Os sistemas das UG-Unidades Gestoras que geram arquivos para processamento batch no SIAFI deverão se adequar aos novos leiautes previstos. Os sistemas que processam arquivos extraídos do SIAFI também deverão ser adequados aos novos leiautes dos mesmos.

A manutenção evolutiva, tanto do SIAFI como dos referidos Sistemas Externos, deverá ser executada impreterivelmente no biênio 2013-2014 de modo que em 01/Jan/2015 estejam implantadas todas as funcionalidades previstas no PCASP.

As principais atividades executadas em 2013 dentro do projeto foram:

- Adequações no Núcleo Contábil do SIAFI: 75%;
- Demais Fronteiras e Processos: 12%;
- Novo SIAFI: 26%;
- Tesouro Gerencial (no SIAFI Gerencial, DW Custos, DW PAGEF): 19%;

Um ponto crítico do projeto é a elevada preocupação em relação ao prazo de conclusão dezembro/2014, devido ao alto nível de imprevisibilidade e complexidade do programa, inclusive com alto índice de retrabalho devido às alterações no SIAFI atual. O percentual executado do projeto, no decorrer de 2013, foi de aproximadamente 32%. Convém salientar que a priorização do Projeto PCASP foi decidida pelo Comitê de TI da STN, conforme consta na Resolução CDTI nº 01/2013.

- *Projetos Concluídos*

No ano de 2013 a área de Tecnologia da Informação do Tesouro Nacional atuou em diversas frentes buscando sempre uma maior eficiência no desempenho de suas atividades, seja por meio das aquisições de equipamentos mais modernos e/ou desenvolvimento de programas visando a automatização dos seus processos para atingir os objetivos finalísticos da entidade. Foram executados 17 (dezesete) projetos considerados estratégicos para a Instituição, a maioria deles com perspectiva de serem finalizados no ano de 2014. A seguir destacamos os projetos que foram concluídos no decorrer deste ano:

- Projeto Sistema de Divulgação da Dívida Dos Estados e Municípios – SDDEM

Com vistas a aperfeiçoar o relacionamento do Tesouro Nacional com os Estados e os Municípios e garantir a transparência das informações este projeto que tinha por objetivo ajustar o aplicativo Web “Divulgação da Dívida dos Estados” para suportar informações de dívidas de Municípios com as informações necessárias para elaboração de diversos relatórios que servem para análises e divulgação relacionadas aos entes da Federação. Nesse sentido, vale destacar a geração do demonstrativo mensal de recebimentos e saldo devedor e do demonstrativo de Prestações, em atendimento à Medida Provisória nº 2.185/2001.

- Projeto Persona

O novo sistema de gestão de pessoas da STN tem como objetivo criar uma solução única para atender todos os processos de negócio envolvidos na gestão de pessoas da STN.

Possui módulos integrados que compartilham dados de forma a evitar a replicação de informações em diversas bases. Poderá se integrar com os outros sistemas de gestão, como o Strategia e será acessível a todos os servidores e seus gestores por meio de perfis de acesso específicos.

No exercício de 2013 foram criados os módulos de Cadastro e de Frequência. Para o próximo período está previsto o desenvolvimento do módulo de férias que permitirá a automação da marcação e alteração dos períodos de férias dos servidores do Tesouro Nacional.

- Projeto Evoluções do STRATEGIA

Sistema que suporta o planejamento estratégico da STN. Em 2013, foi executado um reprojeto da interface gráfica e navegação do sistema com a criação de novas funcionalidades para aumento da eficiência do Sistema Strategia, trazendo maior qualidade e detalhamento do processo de Planejamento Estratégico da STN.

- *Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI*

Programa 2039 – Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional

- Ação 20Z7 - Sistemas Informatizados de Administração Financeira e Contábil

- *Dados Gerais*

Quadro 7.1.4 – Dados Gerais

Programa	20Z7 - Sistemas Informatizados de Administração Financeira e Contábil
Tipo	Atividade

Finalidade	Manter os Sistemas Informatizados da Secretaria do Tesouro Nacional desenvolvidos com o propósito de conferir eficiência e produtividade à Secretaria no desempenho de suas diversas atribuições finalísticas	
Descrição	Implantação, manutenção e produção do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), com vistas a oferecer suporte aos órgãos centrais, setoriais e executores da gestão pública, bem como manutenção e adequação dos sistemas internos estruturantes da Secretaria do Tesouro Nacional, com destaque para os que tratam da gestão dos haveres da União, do controle da dívida pública e do endividamento dos Estados e Municípios, a programação financeira da União e a contabilidade governamental, bem como efetuar a remuneração de agente para coleta de dados. Incluindo o planejamento, a elaboração e a implantação do projeto do SICONFI.	
Planos Orçamentários a cargo da STN	0001	Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI
	0002	Sistemas Informatizados do Tesouro Nacional
	0003	Implantação do Novo SIAFI
	0004	Implantação do Sistema do Setor Público Brasileiro - SICONFI
Unidades executoras	Coordenação de Desenvolvimento Institucional - CODIN (170007)	
Beneficiários	Todos os servidores da Secretaria do Tesouro Nacional e gestores que necessitam de informações oriundas da STN	

Fonte: SIAFI

- Resultados

Esta ação orçamentária consiste basicamente na gestão dos serviços e sistemas em produção da Secretaria do Tesouro Nacional no que se refere a: manutenção e desenvolvimento de produtos de software; consultoria técnica; transferência de conhecimento; atendimento especializado; produção; infraestrutura; serviços técnicos complementares; treinamento e aquisições de hardware e softwares. As Principais atividades realizadas ao longo do ano de 2013 consistem em:

- a) **Serviços de Desenvolvimento de Software:** Desenvolvimento de novas funcionalidades nos sistemas internos; adequação de funcionalidades existentes; manutenções corretivas;
- b) **Serviços de Produção:** Produção do complexo SIAFI, serviços Web e sistemas internos (DPI, SOTN, Dívida Agrícola, Elabora e Gerir) e apoio técnico ao serviço de produção;
- c) **Serviços de Infraestrutura:** Disponibilização de links de comunicação; administração do servidor de mensagens; aquisição de hardware;
- d) **Serviços de Diversos:** Aquisição de softwares; aquisição de hardware; serviço de certificação digital e capacitação dos servidores efetivos.

Em 2013 o orçamento aprovado somou um total de R\$ 227.810.416,00 (duzentos e vinte e sete milhões, oitocentos e dez mil, quatrocentos e dezesseis reais), nas rubricas custeio e investimento, sendo que foram empenhados nessa ação o montante de R\$ 223.670.447,86 (duzentos e vinte e três milhões, seiscentos e setenta mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e oitenta e seis centavos, desse total foram pagos R\$ 213.554.111,40 (duzentos e treze milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, cento e onze reais e quarenta centavos).

Quadro 7.1.5 – Orçamento Aprovado e Executado

PO	Descrição	Crédito Aprovado (R\$)	Valor Empenhado (R\$)	Valor Pago (R\$)
0001	Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI	132.947.900,00	132.897.200,01	132.088.866,69
0002	Sistemas Informatizados do Tesouro Nacional	37.528.717,00	37.513.277,38	29.806.894,26
0003	Implantação do Novo SIAFI	54.580.231,00	50.506.402,47	50.224.582,59
0004	Implantação do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI	2.753.568,00	2.753.568,00	1.433.767,86
	TOTAL	227.810.416,00	223.670.447,86	213.554.111,40

Fonte: SIAFI 2013

Vale registrar que o Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda, é o principal fornecedor de tecnologia da informação da Secretaria do Tesouro Nacional, sendo que no exercício de 2013 foram pagos 99,31% do montante executado, conforme detalhamento a seguir:

Quadro 7.1.6 – Contratos

Contratos	Executado em 2013 em R\$	% do Total
SERPRO – Contrato 15/2012	210.483.462,52	98,56%
SERPRO – Contrato 43033/2009 – Novo SIAFI	1.523.230,73	0,71%
Outros Serviços Contratados	1.547.418,15	0,73%
Total	213.554.111,40	100%

Fonte: SIAFI 2013/SIASG

Conforme pode ser verificado no demonstrativo abaixo, 83,31% dos recursos financeiros foram aplicados principalmente nas despesas produção dos sistemas da Secretaria do Tesouro Nacional entre esses o complexo SIAFI, que atualmente conta com mais de 70.000 usuários cadastrados. Além disso, 8,88% são destinados para manutenção e desenvolvimento de software, em decorrência principalmente do programa PCASP e 7,81% para os demais serviços de tecnologia da informação:

Quadro 7.1.7 – Despesas Pagas

Item	Despesa Paga (R\$)	% da Despesa
1. Produção dos Sistemas do Complexo SIAFI – Novo SIAFI, Operacional, Gerencial e Educacional	149.367.296,95	69,94%
2. Produção Sistemas Internos (SOTN, Custos, SISCARP, etc.)	25.676.553,79	12,02%
3. Produção Serviços WEB	2.884.180,63	1,35%
4. Manutenção e Desenvolvimento de Software	18.966.402,09	8,88%
5. Demais Serviços (apoio, aquisição, rede local, outros)	16.659.677,94	7,81%
Total	213.554.111,40	100%

Fonte: COSIS-STN

8 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Não se aplica.

9 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1 TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU

- Deliberações do TCU

Quadro 9.1.1 – Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
001	TC 015.452/2011-5	495/2013	9.6	RE	Aviso nº 172/2013
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Descrição da Deliberação					
Recomendar ao MPOG, ao MF e à CGU que incluam na Portaria Interministerial CGU/MF/MPOG nº 507/2011, ou outra que venha a substituí-la, cláusula que vede, na hipótese de aplicação de recursos federais a serem repassados mediante convênio ou instrumento congêneres, a participação em licitação ou a contratação de empresas que constem do cadastro de empresas inidôneas do TCU, da CGU ou do SICAF.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Síntese da Providência Adotada					
.Resposta enviada através do Memorando STN/SURIN/COINT nº 30/2013.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Esclarecimentos da questão.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
002	TC 016.574/2010-9	851/2013	9.1.3	DE	Ofício nº 223/2013
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Descrição da Deliberação					
- Encaminhe a este Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da ciência deste acórdão, Plano de Ação informando as medidas a serem adotadas, individualmente ou em conjunto com os demais órgãos envolvidos na questão, para aprimorar as informações referentes à regionalização da despesa, devendo o Plano, dentre outras ações, estabelecer formas de aperfeiçoar as rotinas que envolvam a identificação regional das despesas no sistema integrado					

de administração financeira;	
- Avalie a pertinência de incorporar ao Siafi (ou outro sistema ou Portal), informações regionalizadas constantes de outros bancos de dados, em especial daqueles referentes a pagamentos de pessoal, benefícios previdenciários e seguro de desemprego, a exemplo da retroalimentação que ocorre atualmente em relação às transferências constitucionais e legais, no módulo do Siafi – Estados e Municípios;	
- Defina procedimentos para a compatibilização das informações constantes do Siafi com aquelas divulgadas, de forma regionalizada, em outros bancos de dados oficiais da União;	
- Realize estudo nas unidades gestoras para verificar o porquê da existência de valores pagos com ordens bancárias sem a inserção de identificação de favorecidos e como esse número poderia ser reduzido, encaminhando a esse Tribunal as suas conclusões, bem como a listagem de tais pagamentos, referente ao exercício de 2012, juntamente com os respectivos favorecidos, no prazo de 120 (cento e vinte) dias;	
- Justifique, no prazo de 15 (quinze) dias, a fundamentação legal para valores pagos com ordens bancárias sem a inserção de identificação de favorecido e encaminhe listagem, referente ao exercício de 2012, desse tipo de pagamento	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional	073665
Síntese da Providência Adotada	
.Encaminhado o Ofício COGER nº 173/2013 contendo o Memorando STN/COFIN nº 12/2013 com os esclarecimentos e providências demandados.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Melhor controle na Gestão Financeira.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
003	TC 005.165/2013-0	1093/2013	9.4 e 9.12	RE e DE	Ofício nº 253/2013
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Descrição da Deliberação					
- Recomendar, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, à Secretaria do Tesouro Nacional, como órgão que desempenha as atribuições do Conselho de Gestão Fiscal, nos termos do art. 67 da LRF, que faça incluir no manual de elaboração dos demonstrativos fiscais a necessidade de apuração das despesas com pessoal por Unidade Orçamentária – UO, levando-se em conta as peculiaridades da Justiça Eleitoral;					
- Determinar ao Ministério da Fazenda, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 250, inciso II, e 258, inciso I, do Regimento Interno do TCU, e em nome da gestão fiscal transparente preconizada pelo art. 1º, § 1º, da Lei Complementar 101/2000, que faça publicar, no Relatório de Gestão Fiscal emitido pelo Poder Executivo.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Síntese da Providência Adotada					
.Enviados os Ofícios COGER de nº 288/2013 e 322/2013 com as providências requeridas.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Maior transparência na Gestão Fiscal.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
004	TC 044.584/2012-1	1970/2013	1.6.1	DE	Ofício nº 284/2013
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Descrição da Deliberação					
<p>- Em atenção ao disposto na Constituição Federal, art. 37, caput (princípio da eficiência), e no Decreto-Lei 200/1967, art. 6º, inciso I, no prazo de trinta dias a contar desta decisão, atualize o Plano Global do Projeto Novo Siafi, contendo no mínimo um cronograma que apresente os novos módulos a serem implantados e, para cada módulo, sua duração e custos estimados, à semelhança das orientações previstas no Cobit 5, prática de gestão BAI01.08 - Plan Projects (Planejar Projetos - tradução livre), e no PMBOK, dentre outras práticas de mercado;</p> <p>- Em atenção ao disposto na Constituição Federal, art. 37, caput (princípio da eficiência), e no Decreto-Lei 200/1967, art. 6º, inciso I (Princípio do Planejamento), no prazo de trinta dias a contar desta decisão, elabore e encaminhe à Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti), deste Tribunal, plano de ação para descontinuar o antigo módulo Contas a Pagar e a Receber (CPR), contendo o prazo e o responsável (nome, cargo e CPF) pelo desenvolvimento das ações.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Síntese da Providência Adotada					
.Encaminhado o Ofício COGER nº 317/2013 contendo as providências solicitadas.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Racionalização dos sistemas.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
005	TC-022.631/2009-0	482/2012	9.3.1, 9.3.2 e 9.5	DE	Ofício Requisição nº 04-693/2013
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Descrição da Deliberação					
Procedimentos de inscrição no CADIN de inadimplentes e eliminação de pendências na referida inscrição.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhamento do Ofício COGER nº 381/2013 contendo o Memorando STN/SURIN nº 4/2013 com as informações requeridas.					
Síntese dos Resultados Obtidos					

Atualização das informações no CADIN.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
006	TC-018.795/2011-0	1.979/2012	9.1, 9.4, 9.5 e 9.6	RE	Aviso nº 974/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Descrição da Deliberação					
<ul style="list-style-type: none"> - Elabore e encaminhe plano de ação, acompanhado do respectivo cronograma de implantação, visando à contabilização das sucessivas alterações na previsão da receita resultantes das avaliações bimestrais (LRF). - Efetue estudos, em conjunto com a SFC, para avaliar as intersecções entre as competências da contabilidade e do controle interno. - Efetue estudos, em conjunto com a SOF, para elaborar uma estratégia de harmonização de conceitos adotados em relatórios orçamentários e de demonstrações contábeis. - Avalie os riscos de descontinuidade da atual reforma da contabilidade federal em razão da fragilidade normativa das novas políticas e procedimentos contábeis. - Desenvolva estratégia para a mitigação dos riscos de descontinuidade operacional nas unidades do Sistema de Contabilidade Federal em razão de escassez e/ou de rotatividade de pessoal. - Estabeleça e normatize os requisitos mínimos para a indicação de responsáveis pela conformidade de registros de gestão, em complemento ao disposto no art. 8º da Instrução Normativa STN 6, de 31/10/2007. - Amplie o uso de equações na transação Consulta Contas a Regularizar (Concontir) do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, a fim de abranger o máximo possível de verificações de forma automática e evitar conferências manuais de igualdades contábeis. - Identifique e estabeleça o nível ótimo de detalhamento de itens de informação, com vistas a tornar as demonstrações contábeis consolidadas inteligíveis e de fácil análise para seus usuários, permitindo a comparação direta entre a situação patrimonial e os desempenhos orçamentário, financeiro e patrimonial da União com outras entidades contábeis de natureza e porte econômico semelhantes. - Proceda à revisão do funcionamento da Conformidade Contábil, com o intuito de segregar restrições segundo sua natureza, em especial aquelas relacionadas a deficiências em controles internos contábeis e administrativos, falhas de contabilização, erros materialmente relevantes nas demonstrações contábeis e irregularidades na gestão financeira. - Estabeleça requisitos mínimos informacionais para o preenchimento do campo 'Observação' dos documentos de entrada do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, de tal modo que seja possível identificar a natureza das transações registradas e a documentação pertinente. - Implemente sistema informatizado que possibilite um controle mais adequado das participações societárias por parte da equipe da Coordenação-Geral de Participações Societárias. - Por intermédio do Ministro da Fazenda, atualize o seu Regimento Interno de modo a retratar sua estrutura e seu funcionamento atuais. - Crie setorial contábil específica para a análise da conformidade contábil de suas demonstrações contábeis, em especial no que se refere aos registros das participações societárias e da dívida federal. 					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhada Nota Conjunta SOF/STN nº 1/2013					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Aprimoramento do Sistema Contábil					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

--

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
007	TC-007.224/2012-5	2.702/2012	9	DE	Ofício nº 749/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Descrição da Deliberação					
Solicita esclarecimentos em relação às atividades de controle e fiscalização das operações de microcrédito a cargo do BACEN.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhado Memorando STN/COGER nº 236/2013 à AECI/MF com os esclarecimentos necessários.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Melhor conhecimento das atividades acima referidas.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
008	TC-039.151/2012-3	3.403/2012	9.6	DE	Ofício nº 555/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Descrição da Deliberação					
Determina manifestação a respeito dos riscos fiscais, tanto para Estados/Municípios como para a União, em relação às operações de crédito externo, quando analisadas as capacidades de pagamento dos entes.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhada resposta por meio do Ofício STN nº 2/2013.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Melhor entendimento das operações acima mencionadas.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
009	TC-009.157/2011-5	1.392/2012	9.2 e 9.3	DE	Ofício nº 418/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Descrição da Deliberação					
<p>- Determinar à Secretaria do Tesouro Nacional e à Secretaria da Receita Federal do Brasil que observem, como limite máximo para liberação de recursos aos fundos de investimento regionais, o saldo existente em favor dos referidos fundos na conciliação trimestral realizada entre a Secretaria da Receita Federal do Brasil, a Secretaria do Tesouro Nacional e os bancos operadores desses fundos, com vistas a impedir repasses superiores aos valores acatados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;</p> <p>- Determinar à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, à Secretaria do Tesouro Nacional, à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração Nacional que apresentem a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, manifestação conclusiva sobre a atualização ou correção dos saldos existentes no Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam), no Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e no Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo (Funres), bem como acerca da validade jurídica dos fatores de conversão dos valores em Ufir para o Real adotados em decorrência da Nota SRF/Corat 102, de 10/5/2002;</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhados os Ofícios STN/COGER de nº 325/2012 e 163/2013, os quais enviaram a Nota Conjunta RFB/STN/PGFN/MI nº 3/2012, o Memorando STN/COFIN nº 18/2013 e a Nota Conjunta RFB/STN/PGFN nº 2/2013.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Aprimoramento do processo da referida conciliação trimestral.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
010	TC 026.652/2013-7	1752/2011	9.5	DE	Ofício Diligência nº 556/2013
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Descrição da Deliberação					
Recomendar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, à Eletrobras e à Secretaria do Tesouro Nacional que se articulem para buscar compatibilizar as iniciativas de desenvolvimento de seus respectivos softwares de acompanhamento de gestão, de forma a não duplicar esforços, analisando a possibilidade de unificar suas funcionalidades.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Síntese da Providência Adotada					

Enviado o Ofício COGER nº 379/2013 contendo os esclarecimentos demandados.
Síntese dos Resultados Obtidos
Melhor gerenciamento dos custos dos programas de governo.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Fonte: STN/COGER

Quadro 9.1.2 – Situação das Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
001	TC 013.036/2012-2	2186/2013	9.3 e 9.4	DE e RE	Ofício nº 356/2013
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Descrição da Deliberação					
<p>Determinar à Secretaria do Tesouro Nacional que, na qualidade de órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal (art. 11, inciso I, da Lei 10.180/2001) elabore e encaminhe ao Tribunal, no prazo de 45 dias a contar da publicação deste acórdão:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a estimativa do impacto fiscal, para a União, decorrente de possível alteração das regras aplicáveis aos contratos de refinanciamento da dívida subnacional na forma constante do Projeto de Lei Complementar 238/2013, de iniciativa da Presidência da República; - a respectiva metodologia de cálculo, a qual deve considerar, entre outros fatores, a redução das taxas de juros, a substituição do índice de atualização monetária e a limitação dos encargos incidentes sobre os respectivos contratos, assim como os possíveis efeitos dessas mudanças sobre a receita financeira (amortizações e juros), a dívida pública mobiliária e a dívida consolidada líquida da União. <p>Recomendar à Secretaria do Tesouro Nacional que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - na qualidade de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal (art. 17, inciso I, da Lei 10.180/2001), avalie a pertinência de considerar, na Metodologia de Elaboração do Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal, os saldos retificadores registrados nas contas contábeis 12239.00.00 - Provisão para Perdas de Empréstimos e Financiamentos e 12280.00.00 - Provisão para Perdas Realizáveis para fins de apuração das deduções relativas aos haveres e demais ativos financeiros da União, em razão da alta materialidade dos valores envolvidos e em observância ao princípio contábil da prudência; - no prazo de 45 dias a contar da publicação deste acórdão, informe a este Tribunal as providências adotadas em relação à recomendação proposta no item anterior; - no prazo de 120 dias a contar da publicação deste acórdão, informe ao Tribunal acerca da situação das dívidas contraídas pelos estados e municípios posteriormente às renegociações legais citadas nestes autos, nas quais a União figure como credora (haveres) ou como garantidora (operações de crédito externo). 					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Resposta parcial encaminhada à AECI/MF, através do Memorando COGER nº 375/2013, contendo as informações referentes ao item 9.3.1 e 9.3.2. Quanto ao item 9.4, as providências estão sendo elaboradas visando ao atendimento do mesmo.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG

Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
002	TC 007.657/2012-9	2550/2013	9.3 e 9.4	RE	Ofício nº 707/2013
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Descrição da Deliberação					
<p>Recomendar à Secretaria do Tesouro Nacional que, a fim de possibilitar maior eficácia no cumprimento do art. 38 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU 507/2011, estude a viabilidade de ampliação do Cauc, para que abarque informações sobre impedimentos de entidades privadas sem fins lucrativos que desejem receber transferências voluntárias da União, de forma a englobar as exigências aplicáveis às entidades dessa natureza, e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da ciência desta deliberação, as providências adotadas para atendimento desta recomendação ou esclarecimentos pertinentes para o caso de sua não implementação;</p> <p>Recomendar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Ministério da Fazenda e à Controladoria-Geral da União que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - em atenção ao Decreto 6.170/2007, art. 2º, inciso V, e em analogia à Lei Complementar 64/1990, art. 1º, inciso I, alínea “g”, regulamentem a proibição contida no Decreto 6.170/2007, art. 2º, inciso V, de modo a vedar a celebração de instrumentos de transferência voluntária com entidades privadas sem fins lucrativos cujos dirigentes tenham tido contas julgadas irregulares em decorrência das situações previstas no art. 16, inciso III, alíneas “a”, “b”, “c” e “d”, da Lei 8.443/1992, com análise da possibilidade de definir um limite temporal para a referida vedação, a contar da decisão definitiva do Tribunal de Contas da União, com vistas a não tornar perpétua a proibição; - para dar efetividade ao art. 52, inciso VIII, da Portaria Interministerial MP/MF/CGU 507/2011, proponham a positivação, na legislação pertinente a transferências voluntárias, da obrigatoriedade de o dirigente máximo da entidade privada conveniente declarar se a entidade se enquadra ou não como clube, associação de servidores ou congêneres como requisito para seu cadastramento no Siconv; - para dar efetividade ao art. 87, caput, ao art. 88, incisos I, II e III, ao art. 27, inciso IV, e ao art. 29, inciso I, da Lei 8.666/1993, c/c o art. 62 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU 507/2011, regulamentem a obrigatoriedade de o partícipe de instrumento de transferência voluntária consultar a situação do fornecedor selecionado no Ceis, por meio de acesso ao Portal da Transparência na Internet, e no CNPJ, mediante consulta ao portal da RFB na Internet, antes de solicitar a prestação do serviço ou a entrega do bem; - em atenção ao princípio da impessoalidade, à Lei 8.666/1993, art. 9º, inciso III, e aos acórdãos 1.159/2012 e 1.019/2013, ambos do Plenário do TCU, incluam, no regulamento relativo às transferências voluntárias, dispositivo que vede aos partícipes de instrumento de transferência voluntária contratar empresas cuja composição societária inclua servidores do concedente. 					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Encaminhado o Ofício COGER nº 5/2014 contendo a Nota Técnica COINT nº 18/2013 com os esclarecimentos e justificativas pertinentes.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
003	TC 021.465/2010-0	1776/2012	9.1	RE	Ofício nº 207/2013
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665

Descrição da Deliberação	
Recomendar à Secretaria do Tesouro Nacional, na qualidade de responsável pela edição de normas de consolidação das contas públicas, conforme estabelecido pelo art. 50, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000, que adote providências no sentido de harmonizar o cálculo do resultado fiscal de que trata a “Parte III - Relatório Resumido da Execução Orçamentária” do Manual de Demonstrativos Fiscais com a variação do estoque da Dívida Consolidada Líquida.	
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional	073665
Justificativa para o seu não Cumprimento:	
Encaminhado o Ofício COGER nº 83/2013 contendo as ponderações e esclarecimentos pertinentes.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
004	TC-026.069/2008-4	158/2012	9.1 e 9.2	DE e RE	Ofício nº 63/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Descrição da Deliberação					
<p>- Oriente as setoriais contábeis para que, quando da verificação do enquadramento dos empenhos não liquidados às hipóteses listadas nos incisos do art. 35 do Decreto nº 93.872/86, avaliem se as referidas despesas orçamentárias transcorreram, sob a ótica patrimonial, o estágio do fato gerador.</p> <p>- Estabeleça sistemática de verificação dos empenhos não liquidados, de forma que seja possível, quando da inscrição dos mesmos em restos a pagar, identificá-los/classificá-los em “restos a pagar exigíveis” ou “restos a pagar não exigíveis.</p> <p>- Oriente as setoriais contábeis para que, caso não seja possível verificar se os empenhos não liquidados transcorreram, sob a ótica patrimonial, o estágio do fato gerador, inscrevam os respectivos valores em “restos a pagar exigíveis”, registrando-os como despesa sob a ótica patrimonial.</p> <p>- Abstenha-se de retificar no Balanço Patrimonial o montante dos “restos a pagar exigíveis”, registrando-os como despesa sob a ótica patrimonial.</p> <p>- Ante o disposto no art. 43, §§ 1º e 2º, da Lei nº 4.320/1964, volte a executar, para os “restos a pagar não exigíveis”, a rotina de retificação de “restos a pagar” utilizada anteriormente ao ano de 2007.</p> <p>- Adote as providências necessárias para que todos os órgãos que arrecadem receitas públicas registrem no SIAFI e evidenciem, até 31/12/2012, mensalmente, em contas do ativo do Balanço Patrimonial, o estoque de créditos a receber, de natureza tributária e não tributária.</p> <p>- Avalie a necessidade de integração com o SIAFI dos sistemas de informação dos órgãos que arrecadam receitas públicas, com vistas ao registro tempestivo e automático dos créditos a receber, considerando a relação custo/benefício dessa integração, apresentando a este Tribunal os resultados, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, acompanhado de cronograma de implantação.</p> <p>- Em conjunto com as setoriais contábeis, realize conciliação periódica, até o fechamento contábil do mês de referência, entre os saldos contábeis dos créditos, de natureza tributária e não tributária, registrados no Ativo, com os valores de estoque de créditos dos sistemas de informação dos órgãos que arrecadam receitas públicas.</p> <p>- Verifique junto às unidades competentes, inclusive de outros Poderes, sobre as necessidades de melhorias na rotina de registro da folha de pagamento, considerando as seguintes situações:</p> <p>a) no caso de servidor cedido sem ônus, hoje os usuários têm que manter um controle manual dos valores pagos, pois não há mais o controle por conta corrente (CPF), apenas o valor total de todos os servidores cedidos. Assim, não é possível saber o valor a ser ressarcido ao Órgão cedente por cada órgão cessionário, caso seja preciso solicitar esse ressarcimento;</p>					

b) o fato de não aparecer a célula orçamentária, antes representada pela nota de empenho, na Nota de Sistema - NS gerada para o usuário dificulta o trabalho de conferência. O servidor entra no SIAFI, na transação CONFOLHA e analisa as informações no próprio computador, olhando as telas de despesas dentro do CONFOLHA no SIAFI. Outra conta contábil utilizada para conferência da folha é 29.213.03.01 – Crédito Pago da Folha, mas nesta conta o saldo somente é registrado após a emissão dos documentos financeiros na transação CONFLUXO (Ordem Bancária, DARF, GPS, etc.);

c) no documento FR, de reclassificação de despesa, utilizado para correção de lançamentos, deveria haver um número maior de linhas a serem contabilizadas, pois há apenas quatro linhas. Sugere-se um mínimo de doze linhas;

d) transação CONFLUXO, após a homologação do documento FL, deveria continuar permitindo efetuar a realização dos demais documentos, não relacionados com folha de pagamento, por meio da classificação por credor ou por data e não apenas pelo número do documento hábil. Isso facilita a homologação em dias em que há folha de pagamento de pessoal, diárias e fornecedores, por exemplo, a serem pagos.

- Oriente os órgãos quanto à constituição das provisões respectivas, ressaltando a sua importância, bem como divulgando melhor a rotina de lançamento e a forma de cálculo do montante dessas reservas.

- Que, em atenção ao disposto na Lei Complementar nº 131/2009 e Resolução CFC nº 1133/2008, alterada pela Resolução CFC nº 1268/2009, inclua em notas explicativas informações relativas aos montantes da receita reconhecida e da receita arrecadada no exercício.

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional	073665
Justificativa para o seu não Cumprimento:	
Os estudos estão sendo realizados para o atendimento do referido Acórdão	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
005	TC-001.801/2012-0	726/2012	9.4	DE	Ofício nº 125/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Descrição da Deliberação					
Promover alterações no Manual de Demonstrativos Fiscais, válido para 2012, na parte específica da União, de modo a detalhar os itens patrimoniais do Ativo Financeiro e do Passivo Financeiro a serem considerados na apuração da disponibilidade de caixa disposta no art. 42 da Lei Complementar 101/2000					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Os estudos estão sendo realizados para promover as alterações mencionadas no citado Acórdão.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional	073665

Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
006	TC-015.052/2009-7	747/2010	1 a 9	DE	Ofício Diligência nº 144/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Descrição da Deliberação					
Solicitação de informações relacionadas à arrecadação, renúncia de receitas, compensações e carga tributária.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
A Nota COGER/STN nº 492/2012 respondeu apenas o item 3 do citado Ofício, sendo que o Ministério da Fazenda solicitou pedido de reexame do conteúdo do mencionado Acórdão. Porém, o mesmo não foi acolhido pelo TCU em dezembro/2012.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
007	TC-023.234/2010-5	1.891/2012	1.7	DE	Ofício nº 329/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Descrição da Deliberação					
Determina à Controladoria-Geral da União (CGU) que informe, na Prestação de Contas da Presidente da República, relativa ao exercício de 2012, as providências adotadas pela STN quanto às ocorrências de diferenças não identificadas das fontes dos orçamentos fiscais e da seguridade social dos exercícios de 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e do primeiro semestre de 2011.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Esta STN esclareceu que vem, ao longo dos últimos anos, envidando esforços no sentido de realizar continuamente a conciliação contábil da disponibilidade de todas as fontes de recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Esta conciliação implica a análise minuciosa de documentos e rotinas contábeis e inclui a apresentação semestral de Demonstrativo ao TCU, nos termos do Acórdão nº 2.315/2007. O trabalho desenvolvido tem permitido o constante aprimoramento da metodologia adotada na referida apuração, com a identificação de rotinas que não estavam impactando a equação de conciliação e, desta forma, reduzindo as diferenças apresentadas entre o saldo da conta contábil de Disponibilidades por Fontes de Recursos constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e o valor calculado para a mesma.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG

Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
008	TC-015.529/2012-0	2.059/2012	9.2, 9.4, 9.5, 9.6, 9.8 e 9.10	DE	Ofício nº 920/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Descrição da Deliberação					
<p>- Inclua, no Manual do SIAFI e na página da STN na Internet, memória de cálculo que possibilite a reconstrução do demonstrativo das receitas e despesas previdenciárias concernentes aos servidores públicos civis e militares da União, mediante consulta ao SIAFI, na versão Gerencial, com o propósito de mitigar o risco de inconsistências nas informações publicadas no RREO e de violação do art. 53, inciso II, c/c art. 48, caput, da Lei Complementar nº 101/2000;</p> <p>- Evidencie, no relatório de Demonstrativo das Receitas e Despesas do Regime Próprio dos Servidores Públicos, presente no RREO, a incidência de Desvinculação de Receitas da União (DRU) sobre a contribuição de militares para pensões, tendo em vista o que estabelece a LRF.</p> <p>- Aumentar a duração do período prospectivo da projeção atuarial do RPPS publicada no RREO, de modo similar ao período contemplado na avaliação atuarial presente na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), tendo em vista o aumento, que pode advir da implementação da referida mudança, no nível de transparência das informações concernentes à sustentabilidade deste regime previdenciário.</p> <p>- Publicar, no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), um demonstrativo específico das receitas e despesas referentes ao regime próprio dos servidores públicos civis e outro demonstrativo das receitas e despesas previdenciárias associadas aos militares das Forças Armadas e seus dependentes, tendo em vista o que estabelece a Constituição Federal e a LRF.</p> <p>- Inclua a projeção atuarial dos compromissos financeiros da União com os militares das Forças Armadas e seus pensionistas nas publicações do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), referentes ao último bimestre do ano, tendo em vista o que estabelece a LRF.</p> <p>- Regule os procedimentos para a elaboração de demonstrativos contábeis afetos aos resultados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), inclusive o fluxo de caixa, segregando as informações referentes ao RGPS daquelas associadas às contas do INSS, como estabelece a LRF.</p> <p>- Passe a efetuar o registro contábil das despesas com os benefícios previstos nos arts. 65 a 73 da Lei nº 8.213/1991, que são pagos pelos empregadores (e que devem ser tratados como despesa da Previdência Social), bem como, no cômputo da arrecadação, que passem a demonstrar os valores de salário família e salário maternidade que são objeto de dedução das receitas arrecadadas (e que, considerando serem os valores dos benefícios contabilizados como despesa, devem ser contabilizados como receita da Previdência Social), conforme tratado no item 3.3.1 do relatório.</p> <p>- Contabilize os recursos arrecadados relacionados à aposentadoria especial, conforme o disposto no § 6º do art. 57 da Lei nº 8.213/1991, evidenciando, no fluxo de caixa do INSS ou em outros demonstrativos, o resultado das receitas arrecadadas de acordo com o que estabelece o inciso II do art. 22 da Lei nº 8.212/1991 e no § 6º do art. 57 da Lei nº 8.213/1991, e as despesas com os benefícios, previstos nos arts. 57 e 58 da Lei nº 8.213/1991 (aposentadoria especial) ou concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais de trabalho (benefícios acidentários).</p> <p>- Aprimore a sistemática de cálculo da renúncia efetiva de receitas previdenciárias, de maneira a permitir sua apuração mensalmente, e possibilitem evidenciar o montante de renúncias previdenciárias efetivas nos demonstrativos dos resultados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), publicados no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), tendo em vista o grande volume de renúncias previdenciárias, o impacto que elas exercem sobre o déficit do RGPS, a necessidade de garantir equilíbrio financeiro e atuarial do regime (art. 201, caput, da CF/88), o preceito de transparência nas contas públicas (art. 1º, § 1º, da LRF), a atribuição do Sistema de Contabilidade Federal de evidenciar a renúncia de receitas (art. 15, inciso VII, da Lei nº 10.180/2001), e a obrigação do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) de divulgar informações atualizadas sobre receitas, despesas e resultados do RGPS (art. 80, inciso VII, da Lei nº 8.212/1991).</p> <p>- Separe e classifiquem contabilmente as receitas provenientes das contribuições dos segurados especiais daquelas recolhidas pelos produtores rurais pessoa física, referidos na alínea “a” do inciso V do art. 12 e no inciso VII do art. 12 da Lei nº 8.212/1991, respectivamente.</p>					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Justificativa para o seu não Cumprimento:					

Após o acolhimento apenas parcial do pedido de reexame, os estudos e ações vêm sendo executados para o atendimento do referido Acórdão..

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
009	TC-028.289/2011-0	1.931/2012	9.4	RE	Aviso nº 892/2012 e Memo AECI/MF nº 113/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Descrição da Deliberação					
Elabore análise periódica sobre a gestão da reserva global de reversão (RGR).					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Avaliação está sendo feita a respeito de qual será a melhor forma de implementar a recomendação do TCU, em função até mesmo da edição recente da MP 579, que trará impacto direto sobre as questões relativas a RGR.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
010	TC-031.410/2011-1	3.132/2012	9.1 e 9.2	RE	Ofício nº 493/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Descrição da Deliberação					
Recomenda ações em relação ao aperfeiçoamento do SID (Sistema Integrado da Dívida) e à política de TI (Tecnologia da Informação).					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Os estudos e ações vêm sendo executados para o atendimento do referido Acórdão.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
011	TC-022.684/2010-7	3.071/2012	9.3	DE	Ofício nº 461/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Descrição da Deliberação					
<p>- Especifique, no prazo de 60 (sessenta) dias, as medidas de compensação decorrentes do aumento permanente de receita ou da redução permanente de despesa, adotadas na concessão e sucessivos aumentos da subvenção concedida ao BNDES por meio da Lei 12.096/2009, em cumprimento ao art. 17, § 2º, da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).</p> <p>- Especifique, em conjunto com a Secretaria do Orçamento Federal (SOF), no relatório quadrimestral a que se refere o art. 9º, § 4º, c/c o art. 1º, § 1º, ambos a Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), as medidas de compensação voltadas ao aumento permanente de receita ou à redução permanente de despesa em vista da concessão e aumentos de subsídios financeiros e creditícios que vierem a ser realizados em cada quadrimestre.</p> <p>- Informe ao Tribunal, em 60 (sessenta) dias, os impactos sobre as dívidas públicas bruta e líquida da União decorrentes das operações de crédito ao BNDES realizadas a partir de 2008, evidenciando as variações dos montantes a cada exercício até 2012, e explicitando as consequências associadas às alterações observadas, para fins de análise das Contas do Governo da República, conforme o art. 71 da Constituição Federal, c/c o art. 36 da Lei 8.443/1992.</p> <p>- Informe ao Tribunal, até 31 de março de cada exercício a partir de 2013, os impactos no ano anterior sobre as dívidas públicas bruta e líquida da União decorrentes das operações de crédito ao BNDES realizadas a partir de 2008, explicitando as consequências associadas às alterações observadas, para fins de análise das Contas do Governo da República, conforme o art. 71 da Constituição Federal, c/c o art. 36 da Lei 8.443/1992.</p> <p>- Conjuntamente com a SPE, apure e encaminhe anualmente à CGU, para fins de integrar a Prestação de Contas do Presidente da República, o montante total dos subsídios financeiros e creditícios incorridos no exercício anterior, decorrentes das operações de crédito da União ao BNDES realizadas a partir de 2008, assim como o montante das despesas financeiras da União relativas às referidas operações, acompanhado da metodologia de cálculo utilizada, para fins de análise das Contas do Governo da República, conforme o art. 71 da Constituição Federal, c/c o art. 36 da Lei 8.443/1992.</p> <p>- Conjuntamente com a SPE, apure e encaminhe anualmente à CGU, para fins de integrar a Prestação de Contas do Presidente da República, o montante total dos subsídios financeiros e creditícios incorridos no exercício anterior, decorrentes das subvenções concedidas pela União por meio do BNDES, assim como o montante das despesas financeiras da União relativas às referidas operações, acompanhado da metodologia de cálculo utilizada, para fins de análise das Contas do Governo da República, conforme o art. 71 da Constituição Federal, c/c o art. 36 da Lei 8.443/1992.</p> <p>- Explicitar, a partir de 2012, nos relatórios e demonstrações contábeis da União, inclusive para fins de informação no Balanço Geral da União, o montante bruto total dos benefícios financeiros e creditícios incorridos no exercício anterior, decorrentes das operações de crédito do Tesouro Nacional ao BNDES realizadas a partir de 2008, conforme o art. 15 da Lei 10.180/2001, c/c o art. 3º do Decreto 6.976/2009.</p> <p>- Encaminhe ao TCU, em 60 (sessenta) dias, esclarecimentos acerca da divergência entre as datas informadas para liquidação e pagamento dos valores das equalizações relativas ao exercício de 2009, devido às subvenções concedidas por meio da Lei 12.096/2009 e alterações, em desconformidade ao que dispõe a Portaria MF 87/2011.</p>					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Encaminhamento das Notas COPEC/STN nº 976/2012 e Ofício COGER/STN nº 34/2012 com informações e esclarecimentos solicitados e envio de Pedido de Reexame por meio do Ofício nº 389/2012, que foi negado. Foram realizadas reuniões com o TCU para atendimento das solicitações constantes do Acórdão.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Unidade Jurisdicionada					

Denominação Completa						Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional						073665
Deliberações do TCU						
Deliberações Expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida	
012	TC-007.130/2012-0	1.204/2012	capítulo 7, item VIII, alínea j.	DE	Relatório e Parecer Prévio das Contas do Governo da República – 2011	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação						Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional						073665
Descrição da Deliberação						
Efetue estudos com vistas a avaliar, quanto aos aspectos técnicos, sobre a possibilidade de implementar alterações na metodologia de apuração dos valores dos ingressos e dispêndios extraorçamentários na elaboração do Balanço Financeiro, a fim de propiciar o exercício efetivo da gestão, controle e transparência da gestão dos recursos públicos.						
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento						
Sector Responsável pela Implementação						Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional						073665
Justificativa para o seu não Cumprimento:						
Foram realizados estudos internamente na CCONT, referentes aos valores de restos a pagar para verificar a viabilidade de mudança na metodologia de elaboração do Balanço Financeiro. Concluiu-se que, devido às inúmeras e complexas alterações que irão acontecer na contabilidade pública, tais como a implantação do novo Plano de Contas e das novas demonstrações contábeis, essa alteração na metodologia de apuração será adotada juntamente com essas novas mudanças.						
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor						

Unidade Jurisdicionada						
Denominação Completa						Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional						073665
Deliberações do TCU						
Deliberações Expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida	
013	TC-033.777/2011-0	4380/2013	1.7.1	DE	Memorando Circular AECI nº 5/2014	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação						Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional						073665
Descrição da Deliberação						
<ul style="list-style-type: none"> - Restituir ao FAT os recursos correspondentes aos valores relativos aos descontos da arrecadação da contribuição PIS/PASEP, por DRU, a partir de 10 de janeiro de 2014; - Restituir ao FAT os recursos correspondentes ao valor apurado pela Receita Federal do Brasil pelas desonerações tributárias da contribuição PIS/PASEP, a partir de 1º de janeiro de 2014; e - Disponibilizar créditos orçamentários e recursos financeiros do Tesouro Nacional para a execução de despesas com pagamento de benefícios aos trabalhadores que não tenham vínculo empregatício. 						
OBS: determinações ao CODEFAT e encaminhadas ao Tesouro através da Resolução CODEFAT nº 724/2013.						
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento						
Sector Responsável pela Implementação						Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional						073665
Justificativa para o seu não Cumprimento:						
As determinações encontram-se dentro do prazo de atendimento.						
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor						

--

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
014	TC-027.630/2010-2	3241/2013	9.17	RE	Ofício nº 823/2013
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Descrição da Deliberação					
Recomendar à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MP) e à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN/MF) a criação de controles que impeçam o cadastramento de convênios por meio do Sistema Integrado de Administração Pública e Serviços Gerais (Siasg) ou do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) para os tipos de convênio que já são plenamente passíveis de cadastro e acompanhamento pelo Portal dos Convênios, com vistas a garantir eficácia ao art. 13 do Decreto 6.170/2007 e ao art. 3º da Portaria Interministerial - MP/MF/CGU 507/2011.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
O Memorando COINT nº 85/2013 e a Nota Técnica COINT nº 834/2013 encaminharam solicitação à CCONT/COSIS no sentido de adequar os referidos sistemas à determinação do TCU, sendo que o prazo de atendimento encontra-se em curso.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
015	TC-012.908/2010-0	2029/2011 e 2689/2012	9.6 e 9.5	DE	Ofício nº 326/2011
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Descrição da Deliberação					
Determinar à STN que, de posse das informações enviadas pelo BACEN, tratadas nos subitens 2.1.1, 2.1.2, 2.1.3, 2.1.4, 2.5.2 e 2.1.6 do Relatório, adote as medidas necessárias no intuito de obter a devolução em dobro dos valores subvencionados, como determina a Seção I, capítulo 10, do MCR, e o art. 6º da Lei nº 8427/1992, e informe as providências adotadas ao Tribunal, no prazo de 90 dias.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional					073665
Justificativa para o seu não Cumprimento:					

<p>A respeito do assunto, o Banco Central do Brasil – BACEN comunicou à STN, por meio do Ofício nº 219/2013 – CBC/Derop, de 01/03/2013, as medidas tomadas em relação às operações contratadas indevidamente ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) com base em Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP) canceladas pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário - SAF/MDA. No entanto, o processo não está encerrado no âmbito do BACEN, uma vez que persistem discussões internas a respeito de aspectos técnicos e jurídicos.</p> <p>Portanto, ainda não recebemos do BACEN as informações quanto à desclassificação das operações do crédito rural decorrente das Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAP inválidas. Sem as informações do BACEN não é possível cumprir o determinado no item 9.6 do referido Acórdão.</p>
<p>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</p>

9.2 RECOMENDAÇÕES FEITAS PELA CGU

- Recomendações da CGU

Quadro 9.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	Relatório Anual de Contas nº 2012/03281	6.7.2.1	Ofício nº 19.457
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Descrição da Recomendação			
Manter atualizadas, na forma estabelecida pelo Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, as informações referentes à execução física das Ações Orçamentárias integrantes dos Programas sob sua responsabilidade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Síntese da Providência Adotada			
<p>1. A consecução do Projeto se fez mediante a celebração do contrato 43.033/2009 e seus aditivos, firmado com a empresa SERPRO, e que tem por objeto a realização dos serviços de definição da arquitetura do sistema Novo SIAFI; especificação, construção e preparação da implantação da Fase 1 do Novo SIAFI e serviços relativos a atividades de iniciação, planejamento, controle e acompanhamento do projeto.</p> <p>2. Os 27% do executado fisicamente no Exercício, que corresponde a 37,32% da execução financeira, decorrem da entrega e aprovação dos produtos ProdEspCPRMsg, ProdPlanoCapacidade, ProdEspTABELAS pagos respectivamente em julho e setembro de 2010; além do pagamento em dezembro das ordens de serviço nº 01 e 02 de 2010, referentes à primeira parte da construção do CPR.</p> <p>3. Por fim as restrições que interferiram no desempenho da ação e, conseqüentemente, no alcance do objetivo do projeto, no período em questão, foram de ordem institucional e de controle, visto que ajustes decorrentes de realinhamento interno no Ministério da Fazenda ou contidos em recomendações do Tribunal de Contas da União geraram a necessidade de adaptar atividades programadas e a própria estratégia de construção do CPR tanto por esta unidade gestora quanto pela empresa contratada, fato esse que refletiu em algum nível de retrabalho em produtos elaborados e redefinição daqueles em elaboração.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Melhor controle da execução físico-financeira.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
002	Relatório Anual de Contas nº 2012/03281	6.1.2	Ofício nº 19.457
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Descrição da Recomendação			
Adequar as metas física e financeira da ação 2076 (Gestão de Haveres da União) às reais necessidades da Unidade Jurisdicionada.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Síntese da Providência Adotada			
<p>Em função da reforma orçamentária ocorrida em 2012, no que se refere à proposta orçamentária para o exercício de 2013, a antiga ação 2076, Gestão de Haveres da União, foi transformada no plano orçamentário 0004, o qual passou a integrar a ação orçamentária 20Z6, Gestão de Políticas Econômicas e Fiscais, integrante do programa 2039, Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional. Esta nova ação orçamentária 20Z6, Gestão de Políticas Econômicas e Fiscais, tem como produto Política gerida, unidade de medida unidade e meta física 400. Em função da transformação mencionada, deixou de constar do orçamento a antiga ação 2076, Gestão de Haveres da União, bem como sua antiga meta física, a qual não existe mais em termos orçamentários, em decorrência da aludida transformação. Todas as antigas ações de gestão do orçamento da CODIN foram convertidas, para 2013, em planos orçamentários que passaram a compor a ação orçamentária 20Z6, Gestão de Políticas Econômicas e Fiscais e, em função do processo descrito anteriormente, não é mais pertinente a discussão em relação à meta física da antiga ação 2076.</p> <p>Além do exposto, cabe ressaltar que a recomendação da CGU nos chegou após o encerramento das tratativas concernentes à revisão do PPA ocorrida em junho de 2012, ocasião propícia à revisão da meta física da antiga ação.</p> <p>Em relação ao ajuste da meta física da antiga ação 2076, verifica-se que, em 2011, a previsão de haveres geridos (previsão da arrecadação das receitas associadas aos haveres financeiros e mobiliários da União administrados pelo Tesouro Nacional) foi de R\$ 40,49 bilhões, enquanto em 2012, a estimativa foi de R\$ 321,66 bilhões, sendo que, no exercício de 2012, foram geridos, arrecadados R\$ 507,57 bilhões relativos aos mencionados haveres. Em função desses números, extraídos do SIOP (Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento), fica caracterizada a adequação da meta física da ação à sua execução real, que excedeu a previsão principalmente em função da antecipação do recebimento dos dividendos das estatais determinada pelo Governo Federal.</p> <p>Com referência à meta financeira, verifica-se que houve um ajuste à realidade da execução da ação, na medida em que, segundo os dados do SIOP, a execução financeira foi de cerca de 80% da dotação orçamentária da ação 2076, no exercício de 2012.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Melhor controle da execução físico-financeira.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
003	Relatório Anual de Contas nº 2012/03281	6.2.2	Ofício nº 19.457

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional		073665
Descrição da Recomendação		
Adequar a dotação orçamentária da Unidade às suas reais necessidades financeiras (ação 2074)		
Providências Adotadas		
Sector Responsável pela Implementação		Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional		073665
Síntese da Providência Adotada		
<p>Para o processo orçamentário são recebidos insumos de diferentes intervenientes, e são utilizados cenários da Secretaria de Política Econômica - SPE e da Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico da Dívida Pública - COGEP, com antecedência de mais de um ano. Embora haja uma meta de se conseguir o menor desvio possível entre o valor orçado e o realizado, para não demonstrar que está havendo uma superestimação orçamentária, alguns itens estão sujeitos a grandes variações podendo correr o risco de se ter que recorrer a pedido de suplementação orçamentária ao Congresso Nacional (tendo em vista o lapso de praticamente mais de um ano entre elaboração e execução).</p> <p>Graças a informatização do processo e a utilização de sistemas específicos para a elaboração orçamentária, a aderência da peça orçamentária vem se acentuando, e a área responsável pela sua elaboração tem buscado orçar valores o mais próximos possível da realidade. Nos últimos anos tem-se perseguido a meta de minimizar o desvio entre o valor orçado e o realizado. Destacamos que existem rubricas que sofrem impactos alheios à gestão da CODIV, o que a obriga a estabelecer valores maiores para estas rubricas, ocasionando, por vezes, variação de valores, cabendo ressaltar que todas as variações com alto percentual são devidamente explicadas por ocasião da prestação de contas anual.</p>		
Síntese dos Resultados Obtidos		
Melhor controle da execução físico-financeira.		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
004	Relatório Anual de Contas nº 2012/03281	6.3.2	Ofício nº 19.457
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Descrição da Recomendação			
Adequar a dotação da ação 2075, Gestão de Obrigações da União, de modo a compatibilizar as reais necessidades de recursos financeiros aos objetos de gasto programados para a referida ação e, dessa forma, evitar a ociosidade de recursos orçamentários.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Síntese da Providência Adotada			
<p>No exercício de 2012, houve a implementação da reforma dos programas do PPA e das ações do orçamento. Em decorrência da aludida reforma, a ação orçamentária 2075, Gestão de Obrigações da União, se transformou no plano orçamentário 0003, Gestão de Obrigações da União, integrante da ação 20Z6, Gestão de Políticas Econômicas e Fiscais, do programa 2039, Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional. Em relação à dotação proposta deste plano orçamentário para o exercício de 2013, registramos que houve expansão de cerca de R\$ 600 mil, decorrente do fato de que houve a admissão de 40 Assistentes Técnico Administrativos (ATAs) na Secretaria do Tesouro Nacional no exercício de 2013, bem como haverá o ingresso de 255 novos Analistas de Finanças e Controle no quadro funcional do Tesouro Nacional, nesse mesmo exercício. Tendo em vista que o</p>			

quantitativo atual de servidores da STN é de cerca de 600 servidores e que, em 2013, ocorrerá a incorporação de 295 novos servidores (40 ATAs + 255 AFCs), ou seja, um incremento de quase 50% do contingente atual de funcionários da instituição, justifica-se o aumento da proposta orçamentária deste plano orçamentário. Como motivação adicional para o referido incremento, também podemos citar os dispêndios expressivos que serão realizados em função da implementação do Plano de Capacitação da STN, o qual é uma desafio estratégico da organização. Além disso, devido à implementação da reforma orçamentária e da introdução dos planos orçamentários, o gestor público terá mais autonomia para fazer os remanejamentos necessários entre os referidos planos orçamentários, o que contribuirá para que haja um melhor dimensionamento da execução orçamentária.

Síntese dos Resultados Obtidos

Melhor controle da execução físico-financeira.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
005	Relatório Anual de Contas nº 2012/03281	6.4.2	Ofício nº 19.457
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Descrição da Recomendação			
Dimensionar as reais necessidades de recursos financeiros a serem alocados na ação orçamentária 2077 (Gestão da Dívida Pública), de modo a evitar baixas execuções financeiras.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Síntese da Providência Adotada			
<p>A execução da Ação 2077 – GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA decorre de atividades relacionadas à administração da Dívida Pública Federal, em especial a dívida externa, incluindo a contratação de agentes de emissão, fiscais e de pagamento, no Brasil e no exterior, contratação dos serviços de agências de classificação de risco (rating), serviços de advogados no exterior, centrais de custódia, serviços em tempo real de agências de informação, registro de títulos em bolsas de valores e junto aos órgãos de controle, como a U.S. Securities and Exchange Commission - SEC, dentre outros.</p> <p>Além dos custos relacionados aos contratos em vigor, sua execução financeira está diretamente ligada à quantidade e a complexidade das operações envolvendo títulos públicos, realizadas em cada exercício financeiro, em especial as ocorridas no mercado externo, sendo que a realização de tais operações depende, principalmente, das condições favoráveis do mercado financeiro.</p> <p>Diversas variáveis são consideradas quando da elaboração da proposta orçamentária, como o número de operações que se pretende realizar, o montante total dessas operações, o custo estimado das despesas com advogados, com a contratação de agentes, além de trabalharmos com uma margem de segurança, por prudência, buscando evitar necessidade de suplementações ao longo do exercício.</p> <p>Como se trata de despesas correntes, o mérito não está em se executar o orçamento integralmente, mas sim em assegurar que todos os compromissos assumidos no contexto da gestão da dívida pública federal sejam cumpridos, buscando o menor custo possível. Desta forma, cabe destacar o valor executado (R\$ 5.392.738,79, representando 7 % do limite de empenho que foi autorizado para o exercício, qual seja R\$ 5.792.109), suficiente para permitir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pelo País, bem como o cumprimento da estratégia definida no Plano Anual de Financiamento -PAF – 2012 sendo fundamental para a continuidade e a sustentabilidade dos programas de administração da Dívida Pública Federal brasileira.</p> <p>A simples redução na alocação das dotações orçamentárias aumentará o risco orçamentário relacionado à gestão da dívida pública, podendo inviabilizar operações importantes no contexto da estratégia de administração da dívida, impedir a ação dos advogados no exterior na defesa de interesses da União em ações envolvendo títulos públicos, ou até resultar em descumprimento de obrigações decorrentes a contratos formalizados.</p>			

Síntese dos Resultados Obtidos
Melhor entendimento da Gestão da Dívida Pública
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
006	Relatório de Auditoria nº 201306147	1.2.1.2	Ofício nº 22.188/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Descrição da Recomendação			
<p>- Promover a revisão do ato administrativo que determinou o pagamento de “taxa de administração” ao IRB no patamar de “0,45% a.a”, revogando-se essas duas condições.</p> <p>- Pugnar pela devolução ao Tesouro Nacional dos valores pagos ao IRB a título de taxa de administração, assegurando-se a manutenção do seu valor real mediante a aplicação de índice de correção razoável sobre os valores originais.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Síntese da Providência Adotada			
<p>Em atendimento às recomendações, foi expedido o Ofício nº 165/2013/GEFUP/COFIS/SUPOF/STN/MF-DF de 23 de setembro de 2013, que determinou ao IRB-Brasil Re a imediata devolução à Conta Única do Tesouro Nacional do valor recebido a título de taxa de administração do EURE/GGF, corrigido à taxa SELIC, o que promoveu a revisão do ato administrativo que permitiu o pagamento da “taxa de administração” ao IRB no patamar de “0,45% a.a.”.</p> <p>Ato contínuo, o IRB deu conhecimento aos seus conselhos de administração e fiscal das determinações exaradas por esta Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Após tratativas com aquela empresa, a STN encaminhou o Ofício nº 203/2013/GEFUP/COFIS/SUPOF/STN/MF-DF, de 28 de novembro de 2013, ao IRB detalhando a operacionalização da devolução dos valores pagos a título de taxa de administração do EURE/GGF, e também encaminhou à Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda a proposta de criação de Grupo de Trabalho com a finalidade de apurar os custos incorridos pelo IRB-Brasil Re na gestão do EURE/GGF entre 1992 e 2010, de modo a viabilizar o adequado ressarcimento.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Aprimoramento da Gestão Fiscal.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
007	Nota de Auditoria nº 201206220/001	1	Nota de Auditoria nº 201206220/001
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665

Descrição da Recomendação	
Caso a PGFN manifeste entendimento divergente desta CGU acerca da prescrição das empresas, recomenda-se que os autos dos processos a que se refere esta NA sejam novamente encaminhados a esta Controladoria.	
Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional	073665
Síntese da Providência Adotada	
A PGFN emitiu o Parecer PGFN/CAF/Nº 1527/2013, de 2/8/2013, mediante o qual declinou da competência para opinar sobre a ocorrência ou não da prescrição, alegando ser competência da CGU. Assim, com base nesse posicionamento da PGFN, e considerando os novos argumentos das empresas, a COFIS/STN houve por bem encaminhar à SFC/CGU os autos dos processos para a competente análise da demanda, em especial quanto à incidência da prescrição. Os Processos foram encaminhados à SFC/CGU mediante o Ofício nº 26/2013/GEROB/COFIS/ SUPOF/STN/MF-DF, de 4/9/2013.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
A CGU poderá decidir a questão.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Fonte: STN/COGER

Quadro 9.2.2 – Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	Relatório Anual de Contas nº 2012/03281	6.5.3.3	Ofício nº 19.457
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Descrição da Recomendação			
Aprovar, publicar e divulgar a todos os servidores a Política de Segurança da Informação (PSI), em conformidade com a Instrução Normativa n.º 01 GSI/PR, de 13 de junho de 2008, e com o Decreto n.º 3.505, de 13 de junho de 2000.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Síntese da Providência Adotada			
A Política de Segurança da Informação da STN foi elaborada e publicada sob o nº Portaria 05, de 07 de fevereiro de 2014. É importante ressaltar que a Política guarda consonância com a IN nº 01 GSI/PR e prevê definições relevantes sobre o tema, princípios e diretrizes gerais. Prevê, ainda, a implantação do Comitê de Segurança da Informação e Comunicação da STN, da Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais da STN – ETIR/STN e a designação do Gestor de Segurança da Informação e Comunicação da STN, bem como o detalhamento de suas competências e responsabilidades.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional	073665

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
002	Relatório Anual de Contas nº 2012/03281	4.1.1	Ofício nº 19.457
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Descrição da Recomendação			
Realizar estudos de dimensionamento da força de trabalho, no que diz respeito ao quantitativo, composição e perfil, impacto das vacâncias, bem como quanto à definição de estratégias e ações que se fazem necessárias para viabilizar o alcance de suas necessidades.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Síntese da Providência Adotada			
<p>A Secretaria do Tesouro Nacional está desenvolvendo uma metodologia de dimensionamento da força de trabalho, utilizando elementos dos processos mapeados (processos, atividades, levantamento do tempo de execução etc.), competências e funções de trabalho (existentes, necessárias, gaps). Entretanto, diante da necessidade da adoção das ações abaixo elencadas, o estudo ainda não pode ser aplicado a toda a instituição.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Concluir o mapeamento de processos (atualmente em 74% da instituição) e atualizar o mapeamento mais antigo (5 anos ou mais); 2) Aprimorar a mensuração do tempo de execução de processos e incluir uma variável de identificação da competência técnica do servidor que executa determinada atividade vinculada ao processo de trabalho; 3) Providenciar a vinculação das competências aos processos redesenhados; 4) Validar a aderência da proposta de dimensionamento em pelo menos duas unidades da STN. 5) Promover eventuais ajustes na proposta. <p>O Novo sistema de Recursos Humanos - PERSONA, que contempla todas as unidades da STN, está sendo implantado por módulos e possibilitará o levantamento das vacâncias previstas (aposentadorias, cessões etc.). Em elaboração estudo de dimensionamento de pessoal tendo como base os processos de trabalho, as funções de trabalho e as competências técnicas dos servidores. Para o exercício 2014, foi proposta uma meta vinculada ao Objetivo Estratégico “Buscar excelência no desempenho organizacional, na governança corporativa, na gestão de processos e de risco”, com a finalidade de: Realizar projeto de modernização da Subsecretaria da Dívida Pública com aplicação integrada de ferramentas corporativas de gestão (processos, pessoas, comunicação e riscos). Até o final de 2014: Verificação da aderência da proposta de dimensionamento da força de trabalho (piloto em duas unidades da STN). Caso a proposta seja validada, aplicação em todas as unidades da STN até o final de 2015.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
003	Relatório Anual de Contas nº 2012/03281	6.5.3.3	Ofício nº 19.457
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Descrição da Recomendação			
<p>- Atualizar o Plano Estratégico (PETI), acrescentando as seguintes informações:</p> <p>a) Descrição do atual ambiente de Tecnologia da Informação do órgão, relatando os recursos de hardware, software, humanos e financeiros disponíveis quando do início da elaboração do PETI;</p>			

b) Descrição da metodologia utilizada para elaboração do plano;	
c) Proposta do plano, descrevendo os projetos a serem realizados e suas prioridades frente aos objetivos e às metas da instituição, bem como os recursos de hardware, software, humanos e financeiros necessários para sua efetiva implementação. Relatando, ainda:	
c1) o cronograma de execução dos projetos;	
c2) os principais resultados/benefícios esperados;	
c3) os fatores críticos de sucesso, ou seja, aquelas atividades que são essenciais e merecem especial atenção para que se alcancem os objetivos.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional	073665
Justificativa para o seu não Cumprimento	
- O Plano Estratégico de Tecnologia da Informação do Tesouro Nacional 2014-2017 foi elaborado e está em fase de aprovação pelo Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação do Tesouro Nacional (CDTI). No documento estão contempladas todas as informações acima solicitadas pelos órgãos de controle.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
004	Relatório Anual de Contas nº 2012/03281	6.5.3.3	Ofício nº 19.457
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Descrição da Recomendação			
- Quando da atualização do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI, proceder a identificação de todos os potenciais riscos bem como definir as medidas para mitigar seus impactos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Na metodologia da elaboração do PETI foram contempladas as ameaças, oportunidades e iniciativas para mitigação dos riscos, conforme solicitado nesta recomendação, restando apenas a aprovação formal do Plano.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
005	Relatório Anual de Contas nº 2012/03281	6.5.3.3	Ofício nº 19.457
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Descrição da Recomendação			

Incluir no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) sessão específica sobre a política de aquisição e substituição de equipamentos, em conformidade ao parágrafo 2º do art. 7º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da SLTI/MP.

Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional	073665
Justificativa para o seu não Cumprimento	
O Plano Diretor de Tecnologia da Informação do Tesouro Nacional referente aos anos de 2014-2015 encontra-se em fase de aprovação e incluirá uma seção específica para aquisição e desfazimento de bens.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
006	Relatório Anual de Contas nº 2012/03281	2.2.2	Ofício nº 19.457
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Descrição da Recomendação			
Em relação ao encaminhamento, por parte do BACEN, à CODIP/STN da relação das propostas recebidas em cada leilão, implemente medidas para que essas propostas não venham nominais, com o objetivo de se mitigar qualquer risco de favorecimento a determinada instituição.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Justificativa para o seu não Cumprimento			
No momento da tomada de decisão sobre a taxa de corte do leilão é relevante saber de que forma diferentes instituições estão participando das ofertas públicas do Tesouro Nacional. Tendo em vista a importância da informação, pretende-se manter o procedimento atual.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
007	Relatório Anual de Contas nº 2012/03281	2.2.2	Ofício nº 19.457
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Descrição da Recomendação			
Adotar procedimentos formais para implementação efetiva de política de segurança da informação na CODIP/STN, dada a sensibilidade dos dados tratados pela referida Coordenação.			
Providências Adotadas			

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional	073665
Justificativa para o seu não Cumprimento	
No tocante à segurança da informação, a Coordenação possui diretrizes que são seguidas, tais como restrição de acesso à rede e aos dados e controle de acesso físico a suas dependências, por meio de guarda na porta, crachá e digitais.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
008	Relatório Anual de Contas nº 2012/03281	2.2.2	Ofício nº 19.457
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Descrição da Recomendação			
Implementar, em caráter de urgência, softwares que possibilitem um melhor controle do histórico das operações de leilões, escolha das melhores propostas, restrição de acesso à documentação sigilosa, entre outros elementos de controle necessários às atividades realizadas pela CODIP/STN.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Não existe um dossiê formal na CODIP com as informações solicitadas pela CGU, e por isto foram enviadas as cópias dos documentos correspondentes.</p> <p>Por meio do Ofício STN/CODIP nº 15/2012, informamos que existe manual normativo das ofertas públicas da dívida pública, assim como fluxograma dessas operações, documentos esses elaborados em conjunto com as áreas competentes da STN. São também observadas boas práticas no que se refere à segurança da informação e acesso a informações confidenciais.</p> <p>Existe um sistema informatizado utilizado pela CODIP em seus respectivos leilões, que consiste principalmente na armazenagem e produção de relatórios gerenciais por meio de recursos do Microsoft Office, sistema este implementado recentemente e que ainda se encontra em fase de aperfeiçoamento. A manualização do sistema está sendo realizada em parceria com a Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia da Informação – COSIS em uma meta conjunta entre as áreas para o aprimoramento do sistema dos leilões, meta esta constante do Planejamento Estratégico do Tesouro Nacional para o ano de 2012. Cabe ressaltar que há previsão do Sistema Integrado da Dívida Pública – SID substituir os sistemas de leilões existentes na CODIP, no entanto ainda não há previsão de data para tal. Há software desenvolvido internamente para escolha das melhores propostas e para controle do histórico das operações de leilões; há restrição de acesso à documentação sigilosa; está em estudo o desenvolvimento de um novo sistema de leilões.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional	073665
Recomendações do OCI	
Recomendações Expedidas pelo OCI	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
009	Relatório Anual de Contas nº 2012/03281	2.2.2	Ofício nº 19.457
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Descrição da Recomendação			
Adotar procedimentos para que todas as conversas telefônicas, não apenas do front Office, mas também do middle Office sejam gravadas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Foi solicitada à Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional (CODIN/STN) a manifestação sobre a viabilidade de atendimento da solicitação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
010	Relatório Anual de Contas nº 2012/03281	2.2.2	Ofício nº 19.457
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Descrição da Recomendação			
Realizar testes periódicos nas gravações mencionadas na recomendação anterior, no intuito de se verificar a qualidade e o teor das conversas gravadas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Os testes serão realizados a partir do atendimento da recomendação anterior.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
011	Relatório Anual de Contas nº 2013/06147	2.1.2.4	Ofício nº 22.188
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Descrição da Recomendação			

Conciliar o valor dos recursos financeiros disponibilizados ao PNUD, no seu limite máximo, com a programação estabelecida em razão da efetiva previsão de despesas a realizar por exercício anual.

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional	073665
Justificativa para o seu não Cumprimento	
<p>Diversos fatores contribuíram para que os gastos anuais fossem efetivamente menores do que os previstos. Entre eles, a dificuldade em realizar processos licitatórios de forma ágil. Tais fatores geraram atrasos, ultrapassando, em alguns casos, em vários meses a previsão inicialmente constante do PRODOC, impedindo que a execução se desse com a presteza e agilidade anteriormente previstas. Vários projetos somente iniciaram sua execução no 1º Semestre de 2013 não estando seus custos refletidos, ainda, na execução financeira, o que ocorrerá apenas no final do exercício. Elaboração de nova Revisão Substantiva I, conciliando a programação de atividades saldo do projeto existente no PNUD, devidamente aprovada pela ABC/MRE.</p>	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
012	Relatório Anual de Contas nº 2013/06147	2.1.2.4	Ofício nº 22.188
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Descrição da Recomendação			
Restituir ao Tesouro Nacional os valores alocados em favor do PNUD que extrapolarem o montante das despesas previstas para execução por período anual, passando a fazer o suprimento desses recursos a cada exercício.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Cabe informar que a devolução à Conta Única de eventuais recursos não utilizados no exercício corrente ocasionaria a desvinculação total desses valores do Projeto, encerrando-o, já que não há previsão na LOA de alocação de recursos com essa finalidade. Entretanto, como foi elaborada a nova Revisão Substantiva I, os recursos foram realocados em novas atividades, estabelecendo o final da vigência para 31/12/2014, ajustando o orçamento do ACT BRA 06/024 de forma efetiva. Ao final da vigência do projeto, em 31/12/2014, eventuais recursos não utilizados serão devolvidos ao Tesouro Nacional.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
013	Relatório Anual de Contas nº 2013/06147	2.1.2.4	Ofício nº 22.188

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional		073665
Descrição da Recomendação		
Nos próximos Relatórios de Gestão da UJ, ampliar o escopo das informações apresentadas acerca da execução de Acordos de Cooperação Técnica que estejam em vigor, esclarecendo suas metas físicas e financeiras programadas e realizadas, circunstanciando as razões de eventuais descumprimentos dessas metas, além de apresentar o montante de custos, explícitos ou implícitos, que incidentalmente tenham sido ocasionados pelo descumprimento de metas.		
Providências Adotadas		
Sector Responsável pela Implementação		Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional		073665
Justificativa para o seu não Cumprimento		
Será atendida a partir do próximo Relatório de Gestão, na qual serão incluídas as informações solicitadas pela auditoria.		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
014	Relatório Anual de Contas nº 2013/06147	1.2.1.4	Ofício nº 22.188/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Descrição da Recomendação			
<p>Aprimore os controles internos necessários para evitar ressalvas e respectivas recomendações decorrentes de atribuições exercidas sob sua responsabilidade na apreciação conclusiva do TCU sobre as Contas do Governo da República, conforme disposto no Acórdão TCU nº 1274/2013.</p> <p>III. à Secretaria do Tesouro Nacional, em conjunto com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a Procuradoria-Geral Federal, a Procuradoria-Geral do Banco Central, a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Controladoria-Geral da União, que faça constar anualmente em nota explicativa do Balanço Geral da União a conciliação entre os valores de arrecadação da receita da dívida ativa extraídos dos sistemas gerenciais dos órgãos gestores/arrecadadores e os saldos contábeis de arrecadação líquida da receita da dívida ativa registrados no Siafi, com as devidas justificativas em caso de eventuais divergências residuais (item 3.3.2.3);</p> <p>IX. à Secretaria do Tesouro Nacional, na qualidade de órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal, nos termos do art. 11, inciso I, da Lei 10.180/2001, que apure, discrimine e evidencie, em item específico do relatório “Resultado do Tesouro Nacional”, o efeito fiscal decorrente de receitas extraordinárias, de quaisquer naturezas, que vierem a ser arrecadadas durante o exercício, com vistas a minimizar a assimetria de informação entre a sociedade, os órgãos de controle e o governo federal, e em observância aos pressupostos do planejamento e da transparência na gestão fiscal, insculpidos no art. 1º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (item 3.5.1.1);</p> <p>XVII. à Secretaria do Tesouro Nacional que:</p> <p>a) informe, em notas explicativas, as metodologias utilizadas na apuração dos valores informados de estoque da Dívida Mobiliária Federal interna, detalhando as divergências residuais, mesmo após a implementação do Sistema Integrado da Dívida, com indicação do montante da divergência, suas razões e seus efeitos para a análise da evolução e da composição dessas obrigações (item 5.3.1.5);</p> <p>b) registre de forma tempestiva todo e qualquer ato ou fato da administração pública federal passível de contabilização segundo as normas contábeis aplicáveis ao governo federal, a exemplo dos aportes para aumento de capital efetuados na Caixa Econômica Federal em agosto e dezembro, em observância ao princípio contábil da oportunidade (item 5.3.1.6);</p> <p>c) sejam apresentadas em notas explicativas as seguintes informações: defasagem entre a data do Balanço Geral da União e a data das demonstrações contábeis das empresas estatais investidas utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial; valor das participações societárias calculadas a partir das demonstrações contábeis das empresas estatais</p>			

investidas de 31 de dezembro do ano a que se referir o BGU; e, os efeitos da defasagem existente para a análise da situação financeira dos investimentos permanentes do governo federal (item 5.3.1.7);

d) explicita detalhadamente, na nota explicativa sobre a divergência entre o saldo da conta única constante do BGU e aquele divulgado pelo Banco Central do Brasil, toda e qualquer informação adicional que seja relevante para total compreensão dessa diferença (item 5.3.1.9);

e) inclua em notas explicativas: a natureza dos relacionamentos com partes relacionadas; os tipos de transações ocorridas no exercício com essas entidades; bem como os elementos necessários para esclarecer a significância destas transações para suas operações e permitir, suficientemente, que as demonstrações contábeis forneçam informações relevantes e confiáveis para o processo de decisão e para fins de prestação de contas (item 5.3.1.10);

f) evidencie em notas explicativas toda e qualquer transação não rotineira que tenha efeitos materialmente relevantes nas finanças federais, inclusive antecipações de dividendos (item 5.3.2.1);

g) contabilize receitas decorrentes de Juros sobre Capital Próprio em conta específica (item 5.3.2.3);

h) oriente as setoriais do Sistema de Contabilidade Federal a não emitir Declaração Plena caso não haja evidências suficientes e adequadas de que não há erros materialmente relevantes na contabilidade de suas respectivas unidades jurisdicionadas (item 5.5.1);

i) oriente as setoriais do Sistema de Contabilidade Federal a justificar a permanência das restrições contábeis ao final do exercício, por meio da Declaração do Contador, com o objetivo de estimular a correção dos problemas contábeis eventualmente existentes dentro do exercício a que se referem e de esclarecer os motivos daqueles remanescentes (item 5.5.2);

j) crie setorial contábil específica para a Secretaria do Tesouro Nacional com vistas a realizar a conformidade contábil de seus registros e também emitir Declaração do Contador sobre suas demonstrações (item 5.5.3);

XXI. à Secretaria do Tesouro Nacional que, em conjunto com o Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre, inclua em notas explicativas do BGU os critérios de mensuração das rodovias reconhecidas como ativos de infraestrutura da União (item 5.3.1.11);

XXII. à Secretaria do Tesouro Nacional que, em conjunto com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a Procuradoria-Geral Federal, a Procuradoria-Geral do Banco Central e a Controladoria-Geral da União, que faça constar anualmente em nota explicativa do Balanço-Geral da União a conciliação entre os valores de estoque da dívida ativa extraídos dos sistemas gerenciais dos órgãos e entidades gestoras e os saldos contábeis de créditos inscritos em dívida ativa registrados no Siafi, com as devidas justificativas em caso de eventuais divergências residuais (item 5.3.1.3);

XXIII. à Secretaria do Tesouro Nacional que, em conjunto com a Secretaria do Patrimônio da União, inclua a depreciação de bens imóveis na política contábil atual do governo federal, contemplando a depreciação dos bens de infraestrutura (item 5.3.1.13);

XXV. à Secretaria do Tesouro Nacional que, em conjunto com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, a Secretaria de Política Econômica e setoriais contábeis que julgar pertinentes, elabore e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 90 dias, plano de ação com as medidas necessárias ao registro contábil das renúncias de receita sob responsabilidade dos órgãos gestores da administração pública federal, visando ao efetivo cumprimento do disposto no inciso VII do art. 15 da Lei 10.180/2001 e no inciso VIII do art. 3º do Decreto 6.976/2009 (item 5.3.2.4).

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional	073665

Síntese das Providências Adotadas

Item III

- Enviado Ofício nº 56/2013/CCONT, de 17.09.2013 para DEAFI/BACEN.
- Enviado Memo nº 78/2013/CCONT, de 30.10.2013 para COFIC/RFB.
- Enviado Memo nº 77/2013/CCONT, de 30.10.2013 para PGFN.
- Enviado Ofício nº 64/2013/SUCON, de 30.10.2013 para DPOF/AGU.

Item XVII

- a) Enviado Memo nº 62/2013/CCONT, de 10.09.2013 para CODIP.
- b) Enviado Memo nº 68/2013/CCONT, de 27.09.2013 para COPAR.
- c) Enviado Memo nº 68/2013/CCONT, de 27.09.2013 para COPAR.
- d) Enviado Memo nº 64/2013/CCONT, de 17.09.2013 para COFIN00.
- e) Enviado Memo nº 69/2013/CCONT, de 30.09.2013 para COPAR e Memo nº 71/2013//CCONT, de 1.10.2013, para COFIS.
- f) Enviado Memo nº 66/2013/CCONT, de 24.09.2013 para COPAR.
- g) Enviado Memo nº 68/2013/CCONT, de 30.09.2013 para COPAR.
- h) Alteração Manual SIAFI, em outubro, com a Norma de Encerramento.
- i) Alteração Manual SIAFI, em outubro, com a Norma de Encerramento.

Item XXI

- Enviado Ofício nº 57/2013/CCONT, de 17.09.2013 para DNIT

<p>Item XXII - Enviados Ofício nº 64/2013/SUCON, de 30.10.2013 para DPOF/AGU; Ofício nº 56/2013/CCONT, de 17.09.2013 para DEAFI/BACEN; e Memo nº 77/2013/CCONT, de 17.09.2013 para PGFN.</p> <p>Item XXIII - Realização de reuniões STN x SPU. Proposta de Portaria para criação de Grupo Técnico para definir normas contemplando critérios, procedimentos e soluções técnicas, visando a inclusão da depreciação de bens imóveis e de infraestrutura, na política contábil atual do governo federal.</p> <p>Item XXV - Nota Técnica Nº 4/2013/CCONF/SUCON/STN/MF-DF, de 24.09.2013.</p> <p>Encaminhada resposta ao OFÍCIO Nº 35.670/2013-DECON/DE/SFC/CGU-PR, DE 22.11.2013, REF.:ACÓRDÃO Nº 1.274/2013 (OFÍCIO Nº 298-TCU/SEMAG, DE 24.06.2013) que descreve as providências adotadas em relação às recomendações do tcu sobre as contas do governo - exercício 2012</p>
<p>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</p>

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
015	Relatório Anual de Contas nº 2013/06147	1.2.1.2	Ofício nº 22.188/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Descrição da Recomendação			
<p>- Implementar, na forma descrita nos fatos que compuseram a presente constatação, as providências que se fizerem cabíveis para apuração de custos incorridos pelo IRB em razão de serviços que tenha efetivamente realizado, face suas responsabilidades com ativo do EURE/GGF entre 1992 e 2010 e, se for o caso, proceder ao seu devido ressarcimento, assegurando-se a manutenção do seu valor real mediante a aplicação do mesmo índice de correção previsto na Recomendação 02.</p> <p>- Com fulcro na presente constatação, se for o caso, solicitar orientação da PGFN para conduzir eventuais controvérsias de natureza jurídica que eventualmente venham a ser motivadas.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria do Tesouro Nacional			073665
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>- A apuração será realizada pelo Grupo de Trabalho citado no Plano de Providências Permanente, Constatação 66, Recomendação 2.</p> <p>A solicitação por orientação da PGFN para sanar eventuais controvérsias jurídicas acerca dos valores devidos realizada pelo Grupo de Trabalho citado no Plano de Providências Permanente, Constatação 66, Recomendação 2.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Fonte: STN/COGER

9.3 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES FEITAS PELA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Não se aplica.

9.4 CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

Em relação ao cumprimento do Item 9, Parte A, Anexo II, da DN 127/2013, cabe informar que esta Secretaria deu cumprimento ao inciso VII, art. 1º da Lei nº 8.730, de 10/11/1993, encaminhando a declaração de bens, com indicação das fontes de renda, de todos os servidores em exercício na Secretaria do Tesouro Nacional em 31/12/2013. Ressalta-se a possibilidade do agente público autorizar o acesso à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física e as suas retificações, presente no inciso I, art. 1º da Portaria MP/CGU nº 298, de 06/09/2007, não havendo necessidade de renovação anual da autorização.

9.5 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAR DANO AO ERÁRIO

Não se aplica.

9.6 DEMONSTRAÇÃO REFERENTE À ATUALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO SIASG E DO SICONV

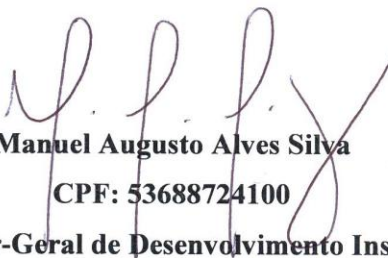
O Quadro a seguir apresenta a declaração pertinente.

Quadro 9.6.1 – Declaração SIASG/SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Manuel Augusto Alves Silva, CPF nº 53688724100, Coordenador Geral de Desenvolvimento Institucional da Secretaria do Tesouro Nacional, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade Gestora 170007 – CODIN – estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei 12.708 de 17 de agosto de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 13 de fevereiro de 2014.



Manuel Augusto Alves Silva
CPF: 53688724100

Coordenador-Geral de Desenvolvimento Institucional
Secretaria do Tesouro Nacional

10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

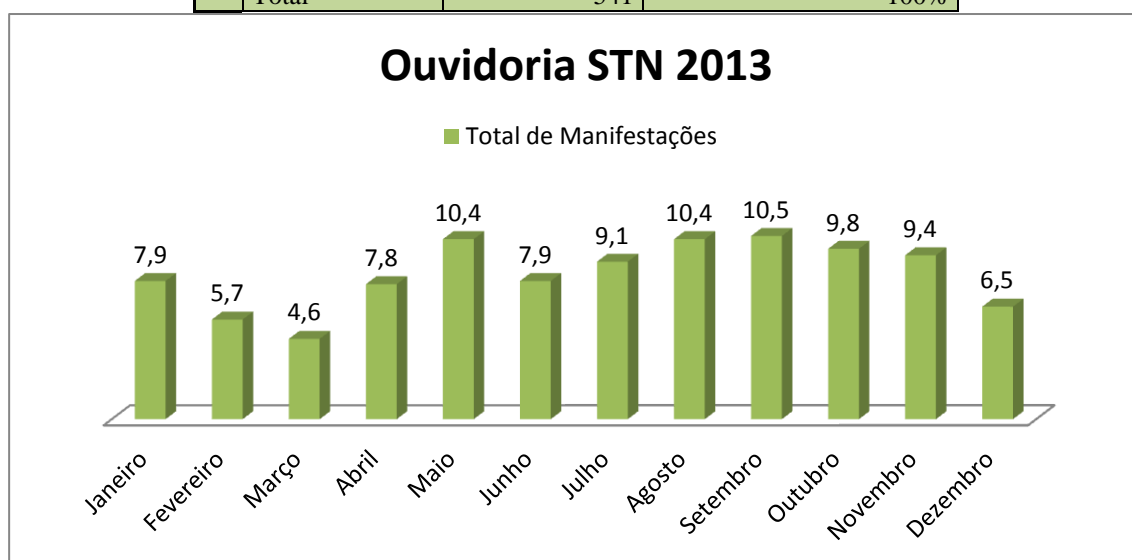
10.1 DESCRIÇÃO DOS CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO À UJ

A STN possui os seguintes canais de acesso, disponibilizados ao cidadão:

- Ouvidoria STN;
- Fale Conosco;
- Fale Conosco – Tesouro Direto;
- Sistema de Informações ao Cidadão (SIC).

Quadro 10.1.1 - Manifestações recebidas pela Ouvidoria da STN pelo Sistema Ouvidor no ano de 2013

Estatística de manifestações recebidas no SisOuvidor no Ano de 2013			
STN - Secretaria do Tesouro Nacional			
	Mês	Quantidade	%
1	Janeiro	43	7,9
2	Fevereiro	31	5,7
3	Março	25	4,6
4	Abril	42	7,8
5	Mai	56	10,4
6	Junho	43	7,9
7	Julho	49	9,1
8	Agosto	56	10,4
9	Setembro	57	10,5
10	Outubro	53	9,8
11	Novembro	51	9,4
12	Dezembro	35	6,5
	Total	541	100%



Fonte: Ouvidoria STN

Quanto ao SIC, o mesmo registrou 159 manifestações recebidas, das quais apenas 2 encontram-se pendentes, sendo as demais respondidas.

Em relação ao Fale Conosco, este recebeu 2.063 manifestações no exercício de 2013, enquanto o Tesouro Direto registrou 120 mensagens recebidas no mesmo exercício.

10.2 MECANISMOS PARA MEDIR A SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

Não houve conteúdo a ser declarado.

10.3 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DE EVENTUAIS PESQUISAS DE OPINIÃO

- Dívida Pública

No mês de setembro/2013 foi realizada a segunda fase de um conjunto de pesquisas desenvolvidas com objetivo de se conhecer o perfil de investidores atuais e potenciais do programa Tesouro Direto para, assim, identificar as principais vantagens do programa, bem como quais seriam as maiores barreiras a uma maior popularização dessa opção de investimento. Essa segunda fase consistiu de uma pesquisa quantitativa envolvendo 800 pessoas em cinco capitais do país: São Paulo, Goiânia, Porto Alegre, Recife e Rio de Janeiro. Os participantes da pesquisa pertenciam às classes A/B1 ou B2/C1 e possuíam alguma aplicação financeira, que não o Tesouro Direto, já que a pesquisa, neste caso, focalizava os investidores potenciais do programa.

Entre outras perguntas, o questionário da pesquisa fazia uma breve apresentação do Tesouro Direto, seguida de uma lista com as principais características do programa, as quais eram avaliadas pelos entrevistados. Na sequência, estes eram questionados sobre a possibilidade de aplicarem no Tesouro Direto. Em caso de resposta negativa, os entrevistados eram convidados a indicar qual seria a principal motivação para esse comportamento. Nesse ponto, chamou atenção a quantidade de pessoas que disseram não ter interesse por não confiar no governo. Isso foi uma surpresa, pois se esperava que a garantia do governo fosse vista uma vantagem do programa, já que o investimento em títulos públicos é considerado uma opção segura. Como mostra a tabela abaixo, à exceção de Porto Alegre, nas outras capitais esse ponto aparece como sendo, pelo menos, a segunda característica mais importante. Em Goiânia, por exemplo, ela é a primeira barreira, com 42,5% de representatividade.

Tabela 10.3.1 Motivação para não comprar os Títulos do Tesouro Direto por cidade

Motivações	São Paulo	Rio de Janeiro	Porto Alegre	Recife	Goiânia
	%	%	%	%	%
O retorno financeiro não compensa	-	1,8	-	-	5,00
Não confia no Governo/Falta credibilidade	16,4	21,9	-	25,8	42,5
Não são seguros	3,0	44,8	7,1	-	-
Não conhece os rendimentos e os prazos	-	-	-	-	9,1
Se vender antes do prazo perde rendimento	-	-	12,9	-	1,8
Não pode resgatar quando quiser	-	-	-	1,1	-
Rendimento depende da inflação	-	-	8,7	-	2,4
Não tem capital para investir	7,6	-	23,2	5,4	2,0
Não conhece o suficiente/Falta informação	54,0	-	-	55,9	14,0
Tem receio de fazer transações pela Internet	-	3,7	48,1	-	-
Preferem poupança	0,7	-	-	-	5,0
Tem outros investimentos melhores	-	4,6	-	1,2	1,5

Receio quanto ao contexto econômico	-	4,6	-	1,7	-
Não tem interesse	14,1	14,2	-	3,0	16,7
Não respondeu	4,2	4,4	-	5,9	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: STN/COGEP

Vale dizer que o percentual de pessoas que responderam que não comprariam Tesouro Direto variou de 7,4% em Porto Alegre para 40,2% em Recife, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 10.3.2 Disposição para comprar os Títulos do Tesouro Direto por cidade

Disposição para comprar TD	São Paulo	Rio de Janeiro	Porto Alegre	Recife	Goiânia
	%	%	%	%	%
Compraria com certeza	16,7	5,9	-	9,9	6,00
Poderia comprar	49,5	59,3	68,0	47,5	64,1
Não compraria de jeito nenhum	28,4	27,6	7,4	40,2	19,9
Não sei dizer	4,7	5,4	18,4	2,4	10,0
Não respondeu	0,7	1,8	6,2	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: STN/COGEP

11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS REFERENTES À AMORTIZAÇÃO, DEPRECIÇÃO E EXAUSTÃO E DE AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS DA UNIDADE

Quadro 11.1.1 – Declaração Critérios Contábeis



11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

a) Se a UJ está ou não está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10

As Unidades Jurisdicionadas a esta Setorial de Contabilidade de Unidade Gestora e de Órgão atendem, em sua maior parte, as NBC T acima indicadas, a saber:

A.1) NBC T 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público

Os procedimentos detalhados de adoção da NBCT 16.10 estão descritos no item f (**A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido**). Por ora, destaca-se o seguinte:

a.1.1) As unidades gestoras têm à sua disposição (página da Secretaria do Tesouro Nacional na internet) normativos e manuais publicados pela Coordenação-Geral de Contabilidade da STN/MF, além dos meios de consulta disponibilizados por aquela CCONT e por esta Setorial de Contabilidade para dirimirem as dúvidas quanto ao adequado registro contábil dos atos e fatos administrativos.

A confirmação da utilização integral dos critérios e procedimentos estabelecidos na supracitada NBC T é de difícil afirmação, considerando os diversos aspectos que caracterizam a execução orçamentária e patrimonial na Administração Pública Federal, tais como:

- Não exigência dos profissionais que atuam nas áreas de execução financeira e patrimonial da formação técnica em ciências contábeis, profissionais esses responsáveis em primeira instância pela análise, interpretação e registro dos atos e fatos administrativos (registros da liquidação da despesa; recolhimento de contribuições e impostos; reconhecimento, atualização e baixa de ativos e passivos; registro de contratos, convênios e termos congêneres; registros no estoque e patrimônio etc);
- Impossibilidade de acompanhamento tempestivo por esta Setorial de Contabilidade de todos os registros contábeis efetivados diariamente no universo das 384 unidades gestoras, função executora, deste Ministério (SE, SAIN, SEAE, SPE, CARF, RFB, PGFN, STN, ESAF e CEF/Depósitos Judiciais e Extrajudiciais). Ainda nesse sentido, cabe acrescentar a necessidade de uma certificação *in loco* dos registros efetuados e dos procedimentos adotados para registro.

a.2) NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão

a.2.1) Depreciação: está em uso;

a.2.2) Amortização: não está em uso;

a.2.3) Exaustão: inexistência de ativos que possam ensejar a aplicação desse procedimento.

b) Justificativa em caso de resposta negativa à alínea “a” acima

b.1) Amortização: procedimento a ser implementado após a conclusão das rotinas pertinentes a implantação da depreciação.

c) Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo

Ativo Permanente – Bens Móveis

c.1) Definida no Manual SIAFI, assunto 020330 Reavaliação, Redução a Valor Recuperável,

Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações;

c.2) Definida na Instrução Normativa RFB/MF nº 162/1998, alterada pela IN nº 130/1999, para os títulos contábeis 142120200-Aeronaves e 142122000-Embarcações não previstos na norma da anterior.

d) Metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão.

d.1) Definida no Manual SIAFI, assunto 020330 Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações – Método das Cotas Constantes.

e) As taxas utilizadas para os cálculos

e.1) Depreciação

Conta	Título	Vida Útil(anos)	Valor Residual(10%)
142120200	Aeronaves	10	10
142120400	Aparelhos de medição e orientação	15	10
142120600	Aparelhos e equipamentos de comunicação	10	20
142120800	Aparelhos, equip. e utens. med., Odont., laboratoriais e hospitalares.	15	20
142121000	Aparelhos e equipamentos para esporte e diversões	10	10
142121200	Aparelhos e utensílios domésticos	10	10
142121400	Armamentos	20	15
142121800	Coleções e materiais bibliográficos	10	0
142121900	Discotecas e filmotecas	5	10
142122000	Embarcações	20	10
142122200	Equipamentos de manobra e patrulhamento	20	10
142122400	Equipamento de proteção, segurança e socorro	10	10
142122600	Instrumentos musicais e artísticos	20	10
142122800	Máquinas e equipamentos de natureza industrial	20	10
142123000	Máquinas e equipamentos energéticos	10	10
142123200	Máquinas e equipamentos gráficos	15	10
142123300	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10	10
142123400	Máquinas, utensílios e equip. diversos	10	10
142123500	Equipamentos de processamento de dados	5	10
142123600	Máquinas, instal. e utens. de escritório	10	10
142123800	Máquinas, ferram. e utens. de oficina	10	10
142123900	Equipamentos hidrául. E elétricos	10	10
142124000	Máquinas, equipamentos e utensílios. agric./agrop. e rodoviários	10	10
142124200	Mobiliário em geral	10	10
142124600	Semoventes e equipamentos de montaria	10	10
142124800	Veículos diversos	15	10

142125100	Peças não incorporáveis a imóveis	10	10
142125200	Veículos de tração mecânica	15	10
142125400	Equipamentos, peças e acessórios aeronáuticos	30	10
142125700	Acessórios para automóveis	5	10
142125800	Equip. de mergulho e salvamento	15	10
142126000	Equip., peças e acessórios marítimos	15	10

f) A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido

Abaixo são descritas as principais metodologias adotadas no âmbito do Ministério da Fazenda para avaliação e mensuração das contas descritas neste item.

f.1) Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial ou a qualquer tempo.

A Conta Única do Tesouro Nacional e as aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, tendo seus rendimentos atualizados a cada decêndio até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado (contas de receita 425400000 ou 413250000).

f.2) Créditos e Dívidas

Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. São apropriados por competência, considerando-se, de maneira geral, todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço. Destaca-se que a dívida pública federal é atualizada até o dia 31.12.2013, pelos índices oficiais do IGP-DI, divulgado pela FGV em 08.01.2014, e do IPCA, divulgado pelo IBGE em 10.01.2014. Em razão do fechamento do SIAFI ocorrer em data anterior a esta, os valores registrados neste sistema não contemplam as variações destes índices, sendo atualizados no mês subsequente.

A contabilização dos tributos federais administrados pela RFB foi iniciada a partir do exercício financeiro de 2010, atendendo ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais. Visa atender, especificamente, aos princípios da competência e da oportunidade. Atende, também, à Resolução CFC nº 1.137/2008, que aprova a NBC T 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público, além da Lei nº 4.320/1964, artigos 85, 89 e 100. Devido a particularidades dos sistemas da RFB, de onde são extraídos os dados, o registro na contabilidade é efetivado com um mês de defasagem.

Os créditos de dívida ativa também são reconhecidos no SIAFI em atendimento às normas supracitadas, todos no realizável a longo prazo, tendo os seus registros atualizados no SIAFI mensalmente, tal como ocorre com os créditos administrados pela RFB.

Em análise realizada pela setorial de contabilidade do Ministério da Fazenda, em conjunto com a Coordenação-Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional, a Coordenação-Geral de Administração da PGFN e a Coordenação-Geral de Logística da RFB, foram feitos os seguintes apontamentos:

a) O plano de contas utilizado no SIAFI contém diferenças em relação aos sistemas de controle da dívida ativa, além de rotinas contábeis demasiadamente complexas, o que provoca diferença entre os valores registrados em ambos os sistemas, atualmente da ordem de R\$ 135 bilhões;

b) Há divergências entre o registro da arrecadação de dívida ativa entre os sistemas

administrativos da PGFN e o Siafi.

Dessa forma, está sendo constituído grupo de trabalho para aprimoramento da contabilização e evidenciação nas demonstrações contábeis dos créditos tributários e não tributários e de dívida ativa no âmbito deste Ministério, considerando ainda a nova sistemática de contabilização no novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

Além disso, destacam-se os haveres financeiros juntos a Estados e Municípios e os créditos de gerenciamento de fundos e operações fiscais, além de outros créditos como os por cessão de pessoal e diversos responsáveis, os quais são atualizados até a data do balanço.

As provisões para perdas são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos. Assim, uma vez identificada a probabilidade de perda de um crédito, é constituído o ajuste, que é atualizado anualmente.

As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

f.3) Estoques

Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo médio ponderado. O Ministério da Fazenda dispõe de sistema próprio para controle dos estoques – o SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços).

f.4) Investimentos

Os investimentos são avaliados, em sua maioria, pelo método da equivalência patrimonial. Os investimentos que não sejam de coligadas ou controladas, ou aqueles investimentos em coligadas, porém não considerados relevantes, bem como as participações em organismos internacionais, são avaliados pelo método de custo.

f.5) Imobilizado

O ativo imobilizado é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção.

Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo imobilizado são, em geral, incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Isso ocorre sobretudo com os bens imóveis registrados no SPIUNET. Qualquer outro gasto que não gere benefícios futuros é levado ao resultado do período em que seja incorrido.

Os imobilizados com vida útil econômica limitada estão incorrendo em registro de depreciação sistemática durante esse período.

f.6) Intangível

O intangível é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou de produção. Os softwares representam o item de maior relevância desse grupo, merecendo destaque os gastos com os sistemas corporativos.

Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo intangível são, em geral, incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto é levado ao resultado do período em que seja incorrido.

Ressalta-se que ainda não está em prática o registro da amortização do intangível.

f.7 Diferido

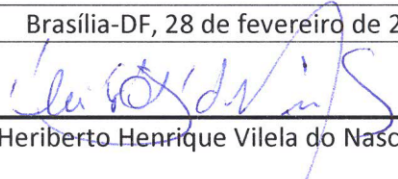
O ativo diferido foi extinto pelas normas de contabilidade. Este Ministério não dispõe de registros contábeis neste item.

g) O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício

Sobre este tópico cabe esclarecer que atualmente ele corresponde a um levantamento numérico/saldo para compor o Relatório Mensal da Setorial de Contabilidade, não apresentando nenhum aspecto crítico/analítico dos dados apurados, a saber:

g.1) Abrange o aspecto numérico da depreciação e das provisões de férias e da gratificação natalina, apurados mensalmente e de maneira consolidada das Unidades Fazendárias, Órgão 25000-Ministério da Fazenda.

g.2) Abrange o aspecto numérico da apuração anual da depreciação, das provisões de férias e da gratificação natalina, da provisão sobre os créditos tributários lançados e administrados pela RFB, a provisão para perdas da dívida ativa apurados na PGFN e a provisão para perdas de empréstimos e financiamentos apurados na COFIS/STN.

Data	Brasília-DF, 28 de fevereiro de 2014.
Assinatura	 Heriberto Henrique Vilela do Nascimento

Fonte: MF/SE/SPOA

11.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL REFERENTE À ADEQUAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Quadro 11.2.1 – Declaração do Contador



Ministério da Fazenda
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise Contábil
Coordenação de Análise Contábil

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

DECLARAÇÃO COM RESSALVA

Denominação completa (UJ)	Código da UG
Secretaria do Tesouro Nacional	170007-CODIN; 170403-UCP/STN PACE; 170453-COAPI PPI TAL; 170508-COAPI DOAÇÃO BIRD; 170510-COPAR; 170512-COAFI; 170526-COFIS PROJETO BIRD; 170600-CODIV, 170601-PROGER DÍVIDA; 170700-COPEC GEFIN; 170701-COPEQ GECAP; 170702-COPEC GEFEX; 170703-COPEC GERAG e 170705-COFIS

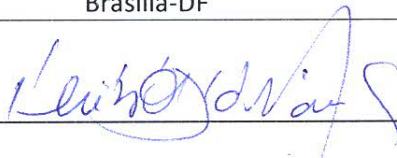
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:

a) Ausência de reconhecimento de ativo intangível e respectiva amortização, em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica nº 16.10 e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, quando da aquisição, o desenvolvimento, a manutenção ou o aprimoramento de recursos intangíveis, em que são satisfeitos os critérios de reconhecimento; e

b) Ausência de atualização da provisão para perdas de empréstimos e financiamentos (conta 122390000), em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica nº 16.10 e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Ressalto que há ausência de registros do resultado da equivalência patrimonial das participações societárias na data das demonstrações contábeis, uma vez que os resultados dos exercícios das empresas controladas são publicados posteriormente ao encerramento do exercício da unidade gestora controladora. Com vista a minimizar tais efeitos, as empresas que respondem pela maior parcela do resultado obtido pela equivalência patrimonial (BNDES, BB, PETROBRAS, CAIXA, e ELETROBRAS) tiveram sua posição registrada de acordo com as informações contidas no balanços de 31/12/2012 e 30/09/2013.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília-DF	Data	07 de março de 2014
Contador Responsável	 Heriberto Henrique Vilela do Nascimento	CRC nº	019.051/O-3 DF

Fonte: MF/SE/SPOA

12 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1 OUTRAS INFORMAÇÕES A RESPEITO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO

- Dívida Pública

Em 2013 foi elaborada e enviada proposta orçamentária da Dívida Pública Federal (interna e externa), para o exercício de 2014, com respectivos anexos, dentro dos prazos estabelecidos, de forma a integrar o Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA.

No decorrer do exercício de 2013, foi feito o acompanhamento da execução orçamentária, o que demandou a solicitação de diversos créditos adicionais e a formalização de utilização do superávit financeiro de 2012 junto à SPOA.

A eficiência na gestão da dívida pública tem permitido a redução do risco orçamentário. Devido à maior integração das áreas envolvidas na elaboração da proposta orçamentária e a melhor qualidade dos dados verifica-se uma redução da variação percentual entre o valor executado e o valor orçado, observada uma margem de segurança prudencial. Além disso observa-se também a aderência da peça orçamentária às diretrizes do Plano Anual de Financiamento da Dívida – PAF, permitindo clareza e facilidade de acompanhamento da proposta e da execução orçamentária por parte dos órgãos de controle, pelo Poder Legislativo, imprensa especializada e a sociedade civil em geral.

Foi também realizado o monitoramento dos pagamentos da dívida externa relativos a compromissos decorrentes de empréstimos garantidos pela União, evitando a inadimplência, que resulta na aplicação de sanções financeiras por parte dos credores, e na elevação do custo Brasil. Com o Banco Mundial, há a obtenção de desconto na taxa de juros e na taxa de comissão de compromisso para mutuários que não registram atrasos superiores a 30 dias. Por parte do BID, há a possibilidade de isenção da taxa FIV – Fundo de Inspeção e Vigilância, além de se evitar a aplicação de sanções, como a suspensão de desembolsos dos contratos em vigor. No caso dos demais credores, evita-se a aplicação de juros de mora e declaração de inadimplência por parte da União, na qualidade de garantidora.

O pontual acompanhamento da liquidação de todos os compromissos decorrentes de empréstimos com a garantia da União no exercício de 2013 evitou a ocorrência de atrasos superiores a 30 dias, não havendo necessidade do Tesouro Nacional, na qualidade de garantidor, honrar qualquer compromisso.

- Demonstrativo de Garantias e Contragarantias da União

Contratação Direta (Financiamento de Projetos e Aquisição de Bens)

A União contratou, durante o exercício de 2013, operações de crédito externo no valor total de US\$ 18 milhões, firmadas com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

TABELA 12.1.1			
FINANCIAMENTO DE PROJETOS E AQUISIÇÃO DE BENS - 2013			
Credor	Data de Assinatura	Projetos / Programas	Valor (US\$)
BID	17/12/2013	Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção na Gestão Pública Brasileira	18.000.000,00
TOTAL			18.000.000,00

Fonte:Relação de Contratos da PGFN/COF em 31.12.2013.

Segue abaixo uma tabela constando a evolução das contratações de operações de crédito externo firmadas pela União desde o ano 2004 até 2013, separadas entre Financiamento de Projetos e Doações.

TABELA 12.1.2										
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO - 2004 A 2013										
US\$ milhões										
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Financiamento de Projetos	1.189,58	2.347,00	1.298,82	732	5,0	3.125,08	1.315,00	415,40	93,1	18,0
Doações	1,39	8,76	11,56	0,44	3,44	0,38	0	1,27	0,45	0
TOTAL	1.190,97	2.355,76	1.310,38	732,44	8,44	3.125,46	1.315,00	416,67	93,55	18,00

Fonte:Relação de Contratos da PGFN/COF em 31.12.2013

Concessão de Garantias

1. Concessão de Garantias Externas:

No ano de 2013 foram concedidas garantias externas no montante de US\$ 6.297,71 milhões destinados aos Estados, Municípios e Entidades Controladas.

TABELA 12.1.3						
CONCESSÃO DE GARANTIAS EXTERNAS - 2004 A 2013						
US\$ Milhões						
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO	2004 a 2008	2009	2010	2011	2012	2013
GARANTIAS CONCEDIDAS	8.411,22	4.085,01	7.401,63	2.188,93	11.266,72	6.297,71
- GARANTIAS A ENTIDADES FEDERAIS	2.060,00	1.018,47	1.060,00	673,66	-	-
- GARANTIAS A ESTADOS, MUNICÍPIOS E ENTIDADES CONTROLADAS	6.351,22	3.066,54	6.341,63	1.515,27	11.266,72	6.297,71

Fonte:Relação de Contratos da PGFN/COF em 31.12.2013.

Abaixo segue a discriminação individualizada de todos os contratos de garantias externas formalizados pela União no ano de 2013, com os respectivos Mutuários, incluindo o Valor Contratado e a Descrição de cada Projeto.

TABELA 12.1.4					
Contratos de Garantia Externa Assinados em 2013					
Contrato	Mutuário	Data de assinatura	Moeda de Origem	Valor Contratado (correspondente em USD)	Descrição
2900/OC-BR	Governo do Estado de SC	9/1/2013	USD	250.000.000,00	Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina (Programa Rodoviário de Santa Catarina - Etapa VI)
FIDA I788-BR	Governo do Estado do PI	9/4/2013	SDR	19.667.190,62	Projeto de Desenvolvimento Sustentável no Semi-Árido do Estado do Piauí - Viva o Semi-Árido
2762/OC-BR	Governo do Estado do RJ	22/2/2013	USD	60.000.000,00	Programa de Inclusão Social e Oportunidades para Jovens no Rio de Janeiro

2148/OC-BR	Governo do Estado do RN	24/4/2013	USD	7.000.000,00	Projeto de Integração da Modernização da Administração Fiscal e Financeira do Rio Grande do Norte - PROFISCO - RN
8284-BR	Governo do Estado de PE	18/7/2013	USD	550.000.000,00	Programa de Desenvolvimento das Políticas Públicas do Estado de Pernambuco II - DPL
2888/OC-BR	Município São Bernardo do Campo	25/6/2013	USD	125.000.000,00	Programa de Transporte Urbano de São Bernardo do Campo II
2928/OC-BR	Governo do Estado do AC	17/7/2013	USD	72.000.000,00	Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre - Fase II
BOFA-MA-2013	Governo do Estado do MA	23/7/2013	USD	661.967.121,34	Financiamento da quitação do resíduo das dívidas constituídas pelo Estado em razão das Leis Federais nºs 8727/93 e 9494/97
2901/OC-BR	Governo do Estado de PE	7/8/2013	USD	200.000.000,00	Programa de Saneamento Ambiental - Bacia do Ipojuca - PSA - Ipojuca
2906/OC-BR	Governo do Estado de GO	23/8/2013	USD	11.577.000,00	Programa de Modernização da Administração Fazendária - PROFISCO
8200-BR	Governo do Estado do RJ	19/8/2013	USD	100.000.000,00	Financiamento Adicional ao Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas - Rio Rural/FA
CAF-CEA-LITO	Governo do Estado do CE	28/8/2013	USD	112.000.000,00	Programa de Valorização Turística do Litoral Oeste - Ceará
CAF-SPO-TLMA	Governo do Estado de SP	23/8/2013	USD	200.000.000,00	Programa de Transporte, Logística e Meio Ambiente do Estado de São Paulo
FIDA I883-BR	Governo do Estado de SE	30/8/2013	SDR	15.880.789,54	Projeto de Desenvolvimento de Negócios Rurais para Pequenos Produtores - Dom Távora
2518/OC-BR	Governo do Estado de SE	30/8/2013	USD	5.788.000,00	Programa de Modernização Fazendária do Estado de Sergipe - PROMOFAZ - PROFISCO-SE
2826/OC-BR	Governo do Estado do CE	2/9/2013	USD	66.500.000,00	Programa de Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais
8257-BR	Governo do Estado de SE	18/9/2013	USD	150.000.000,00	Políticas de Desenvolvimento no Estado de Sergipe
8272-BR	Governo do Estado de SP	24/9/2013	USD	300.000.000,00	Programa de Transporte, Logística e Meio Ambiente do Estado de São Paulo
8276-BR	Governo do Estado do RN	4/10/2013	USD	360.000.000,00	Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte - RN Sustentável
8307-BR	Governo do Estado do RJ	3/12/2013	USD	500.000.000,00	Programa de Melhoramento da Qualidade e Integração dos Transportes de Massa Urbanos - PROMIT
8310-BR	Governo do Estado do AC	10/12/2013	USD	250.000.000,00	Programa de Desenvolvimento das Políticas Públicas do Estado do Acre
8201-BR	Governo do Estado do PR	12/12/2013	USD	350.000.000,00	Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná
2933/OC-BR	Governo do Estado do PA	16/12/2013	USD	200.810.000,00	Programa de Melhoria da Qualidade e Expansão de Cobertura da Educação Básica do Estado do Pará
2962/OC-BR	Município de Belo Horizonte	18/12/2013	USD	55.000.000,00	Programa de Recuperação Ambiental de Belo Horizonte - Programa DRENURBS - Suplementar à 1ª Etapa
2984/OC-BR	Governo do Estado de SE	18/12/2013	USD	60.000.000,00	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Estado de Sergipe

					(Programa Prodetur Nacional/SE)
2914/OC-BR	Governo do Estado da BA	17/12/2013	USD	45.270.000,00	Programa de Modernização e Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado da Bahia - PROFISCO/BA
8169-BR	Município de Belo Horizonte	10/12/2013	USD	200.000.000,00	Programa de Desenvolvimento Urbano e Integração com a Região Metropolitana
2846/OC-BR	Governo do Estado do AM	23/12/2013	USD	24.500.000,00	Programa de Saneamento Integrado de Maués - PROSAIMAUÉS
3001/OC-BR	Governo do Estado de AL	23/12/2013	USD	7.000.000,00	Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fazendária de Alagoas (PROFISCAL)
3061/OC-BR	Governo do Estado de AL	23/12/2013	USD	250.000.000,00	Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Alagoas (PROCONFIS AL) - (PBL)
3139/OC-BR	Governo do Estado do AM	23/12/2013	USD	184.000.000,00	Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para a Melhoria da Prestação de Serviços Públicos do Estado do Amazonas (PROCONFIS AM) - (PBL)
3039/OC-BR	Governo do Estado de PE	17/12/2013	USD	400.000.000,00	Projeto de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Pernambuco (PROCONFIS-PE) - (PBL)
2964/OC-BR	Governo do Estado do CE	27/12/2013	USD	400.000.000,00	Programa Viário de Integração e Logística - Ceará IV
2999/OC-BR	Município de Cascavel	27/12/2013	USD	28.750.000,00	Programa de Desenvolvimento Integrado - PDI - PROCIDADES - CASCAVEL
BB AUS 0001	Município de Belo Horizonte	20/12/2013	USD	75.000.000,00	Contrato de Financiamento Externo Direto em Moeda Estrangeira e Outras Avenças - Município de Belo Horizonte nº 0001/2013
TOTAL (equivalente em USD)				6.297.710.101,50	

Fonte:Relação de Contratos da PGFN/COF em 31.12.2013.

2. Concessão de Garantias Internas

Quanto aos grupos de garantias e contragarantias internas, foram concedidas (formalizadas) no montante de R\$ 37.861,90 milhões para cada grupo, sendo que, desse valor, 93,02% foram destinados a Estados e 0,37% a Municípios e 6,60% a Entidades Controladas. Destaque para o PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal -, que recebeu 26,60% do total contratado.

TABELA 12.1.5	
CONCESSÃO DE GARANTIAS INTERNAS – 2013	
R\$ Milhões	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNO	2013
GARANTIAS CONCEDIDAS	37.861,90
- GARANTIAS A ESTADOS	35.220,20
- GARANTIAS A MUNICÍPIOS	141,70
- GARANTIAS A ENTIDADES CONTROLADAS	2.500,00

TABELA 12.1.6
CONCESSÃO DE GARANTIAS INTERNAS – 2013

Contrato	Mutuário / Executor	Data de assinatura	Credor	Valor (R\$)	Descrição
Contrato nº 0818 PGFN-CAF	Estado de Goiás	25/1/2013	CAIXA	366.969.587,80	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0820 PGFN-CAF	Estado De Rondônia	28/1/2013	BANCO DO BRASIL	438.921.139,08	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0822 PGFN-CAF	Estado de Goiás	18/1/2013	BNDES	260.416.043,30	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0826 PGFN-CAF	Estado de Alagoas	6/3/2013	CAIXA	521.987.578,16	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0828 PGFN-CAF	Estado do Pará	18/3/2013	BNDES	955.045.575,00	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0831 PGFN-CAF	Estado de São Paulo	28/3/2013	BNDES	1.958.620.268,68	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0834 PGFN-CAF	Estado da Paraíba	4/4/2013	BNDES	689.222.444,22	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0836 PGFN-CAF	Estado do Rio Grande do Norte	17/4/2013	BANCO DO BRASIL	363.851.000,00	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0838 PGFN-CAF	Estado de Santa Catarina	18/4/2013	BNDES	3.000.000.000,00	Programa Acelera Santa Catarina
Contrato nº 0840 PGFN-CAF	Estado do Rio Grande do Norte	22/4/2013	BNDES	250.674.000,00	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0846 PGFN-CAF	Estado do Maranhão	10/5/2013	BNDES	1.001.340.520,39	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0848 PGFN-CAF	Estado do Rio de Janeiro	13/5/2013	BNDES	3.031.405.000,00	PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DO METRO – LINHA 4, PRO – ML4.
Contrato nº 0850 PGFN-CAF	Estado do Rio de Janeiro	13/5/2013	BANCO DO BRASIL	3.135.800.000,00	PROGRAMA PRÓ-CIDADES II/RJ.
Contrato nº 0852 PGFN-CAF	Estado da Bahia	14/5/2013	BNDES	1.487.691.272,64	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0854 PGFN-CAF	Estado do Amapá	16/5/2013	BNDES	449.187.021,91	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0856 PGFN-CAF	Estado Amapá	16/5/2013	CAIXA	1.400.000.000,00	Pagamento de dívidas do Estado do Amapá com a Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA
Contrato nº 0858 PGFN-CAF	Estado Amapá	16/5/2013	BNDES	980.000.000,00	PRDI.
Contrato nº 0861 PGFN-CAF	Estado Mato Grosso do Sul	28/5/2013	BNDES	357.416.000,00	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal

Contrato nº 0863 PGFN-CAF	Distrito Federal	28/5/2013	BNDES	311.152.640,60	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0865 PGFN-CAF	ELETRONBRAS	27/6/2013	BNDES	2.500.000.000,00	Cédula de Crédito Bancário para Capital de Giro em 2013
Contrato nº 0871 PGFN-CAF	Estado de Pernambuco	11/7/2013	BNDES	423.613.990,00	BNDES ESTADOS II
Contrato nº 0874 PGFN-CAF	Estado do Mato Grosso do Sul	12/7/2013	BNDES	733.500.000,00	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Regional do Estado do Mato Grosso do Sul - PADR
Contrato nº 0877 PGFN-CAF	Estado de Santa Catarina	19/7/2013	BANCO DO BRASIL	1.056.400.000,00	PROJETOS CAMINHOS ESTRATÉGICOS DA PRODUÇÃO E PREVENÇÃO DE DESASTRES NATURAIS.
Contrato nº 0879 PGFN-CAF	Estado do Piauí	25/7/2013	BANCO DO BRASIL	599.978.000,00	PROGRAMA PRÓ-DESENVOLVIMENTO II DO ESTADO DO PIAUÍ.
Contrato nº 0881 PGFN-CAF	Estado de Sergipe	25/7/2013	BNDES	138.510.000,00	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0883 PGFN-CAF	Estado de Sergipe	25/7/2013	CAIXA	428.791.548,18	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0885 PGFN-CAF	Estado de Roraima	30/7/2013	CAIXA	344.000.000,00	Aporte de Capital e Pagamento de Obrigações junto à Companhia Energética de Roraima S.A. – CERR
Contrato nº 0887 PGFN-CAF	Estado de São Paulo	12/9/2013	BANCO DO BRASIL	2.000.000.000,00	Programa de Investimento do Estado de São Paulo
Contrato nº 0889 PGFN-CAF	Estado de Goiás	13/9/2013	BANCO DO BRASIL	1.560.000.000,00	Programas e Projetos previstos na Lei Estadual nº 18.032
Contrato nº 0891 PGFN-CAF	Estado de Tocantins	12/9/2013	BANCO DO BRASIL	390.000.000,00	PROESTADO - Programa de Modernização do Estado de Tocantins e de sua Infraestrutura Econômica e Social
Contrato nº 0893 PGFN-CAF	Município de Fortaleza	16/9/2013	CAIXA	141.700.000,00	Programa Pró-Transporte
Contrato nº 0898 PGFN-CAF	Estado de Minas Gerais	18/9/2013	BANCO DO BRASIL	1.500.000.000,00	Programa de Ajuste Fiscal
Contrato nº 0900 PGFN-CAF	Estado do Maranhão	11/10/2013	BNDES	2.799.659.479,61	Programa de Desenvolvimento Integrado constantes no PPA e leis orçamentárias anuais
Contrato nº 0902 PGFN-CAF	Estado do Amazonas	26/11/2013	BANCO DO BRASIL	764.000.000,00	PROINFRA - Programa de Infraestrutura para Criação de Oportunidades no Amazonas
Contrato nº 0905 PGFN-CAF	Estado de Alagoas	5/12/2013	BNDES	89.837.210,06	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0907 PGFN-CAF	Estado da Bahia	17/12/2013	BANCO DO BRASIL	1.125.480.000,00	Programa de Investimentos nas áreas de Segurança Pública e Prisional; Ciência, Tecnologia e inovação; Saúde e Mobilidade Urbana
Contrato nº 0909 PGFN-CAF	Estado do Ceará	17/12/2013	CAIXA	72.630.734,47	Programa de Financiamento de Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento - CPAC MARANGUAPINHO

Contrato nº 0912 PGFN-CAF	Estado do Rio Grande do Norte	20/12/2013	CAIXA	60.098.549,57	CPAC- Programa de Financiamento de Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento
Contrato nº 0914 PGFN-CAF	Estado do Rio Grande do Norte	20/12/2013	CAIXA	174.000.000,00	CPAC- Programa de Financiamento de Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento
Total em Reais				37.861.899.603,67	

Fonte:Relação de Contratos da PGFN/CAF em 31.12.2013.

TABELA 12.1.7 CONCESSÃO DE CONTRAGARANTIAS INTERNAS – 2013					
Contrato	Mutuário / Executor	Data de assinatura	Credor	Valor (R\$)	Descrição
Contrato nº0819 PGFN-CAF	Estado de Goiás	25/1/2013	CAIXA e BBRASIL	366.969.587,80	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº0821 PGFN-CAF	Estado de Rondônia	28/1/2013	BANCO DO BRASIL	438.921.139,08	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº0823 PGFN-CAF	Estado de Goiás	30/1/2013	CAIXA e BBRASIL	260.416.043,30	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº0827 PGFN-CAF	Estado de Alagoas	6/3/2013	CAIXA e BBRASIL	521.987.578,16	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0829 PGFN-CAF	Estado do Pará	18/3/2013	BBRASIL e BNDES	955.045.575,00	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº0832 PGFN-CAF	Estado de São Paulo	28/3/2013	BNDES e BBRASIL	1.958.620.268,68	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº0835 PGFN-CAF	Estado da Paraíba	4/4/2013	BNDES e BBRASIL	689.222.444,22	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº0837 PGFN-CAF	Estado do Rio Grande do Norte	17/4/2013	BANCO DO BRASIL	363.851.000,00	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº0839 PGFN-CAF	Estado de Santa Catarina	18/4/2013	BNDES	3.000.000.000,00	Programa Acelera Santa Catarina
Contrato nº 0841 PGFN-CAF	Estado do Rio Grande do Norte	22/4/2013	BNDES e BBRASIL	250.674.000,00	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0847 PGFN-CAF	Estado do Maranhão	10/5/2013	BANCO DO BRASIL	1.001.340.520,39	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0849 PGFN-CAF	Estado do Rio de Janeiro	13/5/2013	BB e BRADESCO	3.031.405.000,00	PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DO METRO – LINHA 4, PRO – ML4.
Contrato nº 0851 PGFN-CAF	Estado do Rio de Janeiro	13/5/2013	BB e BRADESCO	3.135.800.000,00	PROGRAMA PRÓ-CIDADES II/RJ.
Contrato nº 0853 PGFN-CAF	Estado da Bahia	14/5/2013	BANCO DO BRASIL	1.487.691.272,64	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal

Contrato nº 0855 PGFN-CAF	Estado do Amapá	16/5/2013	BANCO DO BRASIL	449.187.021,91	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0857 PGFN-CAF	Estado Amapá	16/5/2013	BANCO DO BRASIL	1.400.000.000,00	Pagamento de dívidas do Estado do Amapá com a Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA
Contrato nº 0859 PGFN-CAF	Estado Amapá	16/5/2013	BANCO DO BRASIL	980.000.000,00	PRDI.
Contrato nº 0862 PGFN-CAF	Estado Mato Grosso do Sul	28/5/2013	BANCO DO BRASIL	357.416.000,00	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0864 PGFN-CAF	Distrito Federal	28/5/2013	BB e BRB	311.152.640,60	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0866 PGFN-CAF	ELETOBRAS	28/6/2013	BANCO DO BRASIL	2.500.000.000,00	Cédula de Crédito Bancário para Capital de Giro em 2013
Contrato nº 0872 PGFN-CAF	Estado de Pernambuco	11/7/2013	BB e CAIXA	423.613.990,00	BNDES ESTADOS II
Contrato nº 0875 PGFN-CAF	Estado do Mato Grosso do Sul	12/7/2013	BANCO DO BRASIL	733.500.000,00	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Regional do Estado do Mato Grosso do Sul - PADR
Contrato nº 0878 PGFN-CAF	Estado de Santa Catarina	19/7/2013	BANCO DO BRASIL	1.056.400.000,00	PROJETOS CAMINHOS ESTRATÉGICOS DA PRODUÇÃO E PREVENÇÃO DE DESASTRES NATURAIS.
Contrato nº 0880 PGFN-CAF	Estado do Piauí	25/7/2013	BANCO DO BRASIL	599.978.000,00	PROGRAMA PRÓ-DESENVOLVIMENTO II DO ESTADO DO PIAUÍ.
Contrato nº 0882 PGFN-CAF	Estado de Sergipe	25/7/2013	BB e BANESE	138.510.000,00	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0884 PGFN-CAF	Estado de Sergipe	25/7/2013	BB e BANESE	428.791.548,18	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0886 PGFN-CAF	Estado de Roraima	30/7/2013	BANCO DO BRASIL	344.000.000,00	Aporte de Capital e Pagamento de Obrigações junto à Companhia Energética de Roraima S.A. – CERR
Contrato nº 0888 PGFN-CAF	Estado de São Paulo	12/9/2013	BANCO DO BRASIL	2.000.000.000,00	Programa de Investimento do Estado de São Paulo
Contrato nº 0890 PGFN-CAF	Estado de Goiás	13/9/2013	CAIXA e BB	1.560.000.000,00	Programa Goiás Estruturante
Contrato nº 0892 PGFN-CAF	Estado de Tocantins	13/9/2013	BANCO DO BRASIL	390.000.000,00	PROESTADO - Programa de Modernização do Estado e de sua Infraestrutura Econômica e Social
Contrato nº 0894 PGFN-CAF	Município de Fortaleza	16/9/2013	BANCO DO BRASIL	141.700.000,00	Programa Pró-Transporte
Contrato nº 0899 PGFN-CAF	Estado de Minas Gerais	18/9/2013	BANCO DO BRASIL	1.500.000.000,00	PROIR - Programa de Infraestrutura Rodoviária
Contrato nº 0901 PGFN-CAF	Estado do Maranhão	11/10/2013	BB e BNDES	2.799.659.479,61	Programa de Desenvolvimento Integrado constantes no PPA e leis orçamentárias anuais

Contrato nº 0903 PGFN-CAF	Estado do Amazonas	26/11/2013	BB e BRADESCO	764.000.000,00	PROINFRA - Programa de Infraestrutura para Criação de Oportunidades no Amazonas
Contrato nº 0906 PGFN-CAF	Estado de Alagoas	5/12/2013	BB e BNDES	89.837.210,06	PROINVESTE - Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal
Contrato nº 0908 PGFN-CAF	Estado da Bahia	17/12/2013	BANCO DO BRASIL	1.125.480.000,00	Programa de Investimentos nas áreas de Segurança Pública e Prisional; Ciência, Tecnologia e inovação; Saúde e Mobilidade Urbana
Contrato nº 0910 PGFN-CAF	Estado do Ceará	17/12/2013	BB, CAIXA E BNB	72.630.734,47	Projeto Rio Maranguapinho
Contrato nº 0913 PGFN-CAF	Estado do Rio Grande no Norte	20/12/2013	BANCO DO BRASIL	60.098.549,57	CPAC- Programa de Financiamento de Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento
Contrato nº 0915 PGFN-CAF	Estado do Rio Grande do Norte	20/12/2013	BANCO DO BRASIL	174.000.000,00	CPAC- Programa de Financiamento de Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento
Total em Reais				37.861.899.603,67	

Fonte:Relação de Contratos da PGFN/CAF em 31.12.2013.

3. Saldo das Garantias Concedidas pela União e Respectivas Contragarantias

As tabelas a seguir apresentam o saldo devedor das garantias concedidas pelo Tesouro Nacional no ano de 2013, e as respectivas contragarantias vinculadas, assim agrupadas:

- 1) Operações Externas e,
- 2) Operações Internas, que por sua vez, dividem-se em:
 - a) Fiança ou aval em operações de crédito e,
 - b) Outras Garantias nos termos da LRF.

São registradas garantias concedidas por fundos ou outras entidades, em nome da União, com destaque também para o Fundo de Garantia à Exportação FGE, o Seguro de Crédito à Exportação – IRB, o Fundo de Aval para Promoção da Competitividade – FGPC, o Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER, e o Excedente Único de Riscos Extraordinários – EURE/IRB.

Os saldos das Garantias e das Contragarantias abaixo relacionadas se encontram na forma do Relatório de Gestão Fiscal, publicado quadrimestralmente. Para maiores informações e esclarecimentos a respeito do seu conteúdo, sugerimos a consulta ao Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2013.

Quadro 12.1.1

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS CONCEDIDAS		R\$ 1,00
2013		3º Quadrimestre
		Posição: 31/12/2013
Externa		56.093.698.881,95
Fiança ou Aval em Operações de Crédito		56.093.698.881,95
Agências Governamentais		2.453.966.967,69
Banco Federal		528.391.174,20
Empresas Privatizadas		4.804.647,50
Estados e Municípios e Entidades Controladas		1.729.103.873,22
Estatais Federais		191.667.272,77
Bancos Privados		2.191.354.522,03
Banco Federal		321.270.857,08
Estados e Municípios e Entidades Controladas		1.827.916.864,95
Estatais Federais		42.166.800,00
Organismos Multilaterais		51.448.377.392,23
Banco Federal		11.277.704.866,16
Empresas Privatizadas		
Estados e Municípios e Entidades Controladas		39.485.834.367,88
Estatais Federais		684.838.158,19
Interna		118.079.040.199,30
Fiança ou Aval em Operações de Crédito		73.828.109.268,48
Banco Federal		53.013.714.730,43
Banco Federal		5.630.532.304,64
Estados e Municípios e Entidades Controladas		41.753.184.389,22
Estatais Federais		5.629.998.036,57
Estatais Federais		11.189.487.881,98
Itaipu Binacional		11.189.487.881,98
Fundos Credores		9.624.906.656,07
Banco Federal		9.624.906.656,07
Outras Garantias nos Termos da LRF		44.250.930.930,82
Exportadores		29.542.010.038,48
Estatais Federais		688.899.651,03
Fundos Devedores		28.853.110.387,45
Fundos Credores		12.285.051.889,25
Estatais Federais		7.133.900.257,51
Fundos Devedores		253.560.095,32
Risco de Crédito da União de Operações de Empréstimos no âmbito da Lei nº 8.036/90		4.357.759.750,58
Seguros Garantias		539.831.785,84
Outros Países		2.423.869.003,09
Garantia de Execução de Contrato (Performance Bond) e de Devolução de Sinal (Refundment Bond)		2.423.869.003,09
Total geral		174.172.739.081,25

Fonte: SIAFI

Quadro 12.1.2

DEMONSTRATIVO DAS CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS	
2013	R\$ 1,00
	3º Quadrimestre Posição: 31/12/2013
Externa	47.222.042.429,66
Fiança ou Aval em Operações de Crédito	47.222.042.429,66
Agências Governamentais	2.069.951.095,32
Banco Federal	144.375.301,83
Empresas Privatizadas	4.804.647,50
Estados e Municípios e Entidades Controladas	1.729.103.873,22
Estatais Federais	191.667.272,77
Bancos Privados	2.003.946.522,08
Banco Federal	133.862.857,13
Estados e Municípios e Entidades Controladas	1.827.916.864,95
Estatais Federais	42.166.800,00
Organismos Multilaterais	43.148.144.812,26
Banco Federal	2.977.472.286,19
Empresas Privatizadas	
Estados e Municípios e Entidades Controladas	39.485.834.367,88
Estatais Federais	684.838.158,19
Interna	71.725.476.809,55
Fiança ou Aval em Operações de Crédito	64.203.202.612,41
Banco Federal	53.013.714.730,43
Banco Federal	5.630.532.304,64
Estados e Municípios e Entidades Controladas	41.753.184.389,22
Estatais Federais	5.629.998.036,57
Estatais Federais	11.189.487.881,98
Itaipu Binacional	11.189.487.881,98
Outras Garantias nos Termos da LRF	7.522.274.197,14
Fundos Credores	5.098.405.194,05
Fundos Devedores	200.813.657,63
Risco de Crédito da União de Operações de Empréstimos no âmbito da Lei nº 8.036/90	4.357.759.750,58
Seguros Garantias	539.831.785,84
Outros Países	2.423.869.003,09
Garantia de Execução de Contrato (Performance Bond) e de Devolução de Sinal (Refundment Bond)	2.423.869.003,09
Total geral	118.947.519.239,21

Fonte: SIAFI

4. Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito

Ressalte-se que em 2013 não houve necessidade de a União honrar compromissos em razão de garantias prestadas a outros entes e entidades da administração indireta. O comportamento dos últimos nove anos evidencia a ausência de inadimplência frente aos compromissos garantidos, que decorre da atual disciplina fiscal vigente no país, da análise prévia de capacidade de pagamento, da vinculação de contragarantias e do fato de que as operações garantidas são, em sua maioria, junto a organismos internacionais.

TABELA 12.1.8			
EVOLUÇÃO DAS GARANTIAS HONRADAS PELA UNIÃO - 2004 a 2013			
US\$ milhões			
Mutuário	Garantias Honradas pela União		Evolução (%)
	2004	2005 a 2013	2004/2013
Administração Estadual	11,86	-	-
- Adm Est. Direta	2,25	-	-
- Adm Est. Indireta	9,61	-	-
Administração Municipal	-	-	-
Administração Federal Indireta	-	-	-
Empresas Privatizadas	-	-	-
Dívida em Processo de Assunção	-	-	-
Total	11,86	-	-

Fonte: SIAFI

- Relações Financeiras Intergovernamentais – Gestão de Haveres Financeiros

Os haveres financeiros da União perante Estados e Municípios, cujo controle e acompanhamento são da competência da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros - COAFI/STN, decorrem de programas de financiamento e refinanciamento de dívidas implementados em conformidade com legislações específicas e formalizados mediante a celebração de contratos entre as partes.

- Descrição dos Haveres da União perante Estados e Municípios:

a) Retorno de Operações de Financiamento e de Refinanciamento de Dívidas

- **Lei nº 8.727/93** – Refinanciamento pela União de dívidas internas de origem contratual, de responsabilidade das administrações direta e indireta dos Estados e dos Municípios com a União e sua administração indireta, a ser pago no prazo de 20 anos. Os recursos recebidos são transferidos pela União aos credores originais, exceto aqueles de sua titularidade, que são utilizados para pagamento da dívida pública mobiliária interna da União. Programa com encerramento previsto para julho/2014, com exceção dos mutuários que apresentarem resíduo de limite de comprometimento no vencimento, o qual deverá ser quitado em prazo adicional de até 10 anos, e dos contratos das dívidas assumidas da Caixa Econômica Federal ao amparo da Lei nº 8.727/93, com vencimento previsto para junho de 2027;
- **Lei nº 9.496/97** – Consolidação, assunção e refinanciamento pela União da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito, de natureza interna e externa, de responsabilidade dos Estados, a ser pago no prazo de 30 anos. Integram-se a este refinanciamento os empréstimos concedidos pela União aos Estados que aderiram ao Programa de Incentivo à Redução da Presença do Estado nas Atividades Financeiras - PROES, amparado pela Medida Provisória nº 2.192-70, de 24.08.2001, e suas edições anteriores. Programa com encerramento de contratos previsto para o período de maio/2027 a outubro/2029, com exceção dos mutuários que apresentarem resíduo de limite de comprometimento no vencimento, o qual deverá ser quitado em prazo adicional de até 10 anos;
- **MP nº 2.185/2001** – Consolidação, assunção e refinanciamento pela União da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito com instituições financeiras, de natureza interna e externa, de responsabilidade dos Municípios, a ser paga no prazo de 30 anos. Apesar de contar com 6 contratos com vencimentos entre 2013 e 2020, a grande maioria das

operações do Programa deverá se encerrar entre junho/2029 a maio/2030, com exceção dos mutuários que apresentarem resíduo de limite de comprometimento no vencimento, o qual deverá ser quitado em prazo adicional de até 10 anos;

- **MP nº 2.179/2001** – Crédito adquirido pela União do Banco Central do Brasil em 29/07/2002, originário de empréstimo concedido pela Autarquia ao Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. – BANERJ, cujo saldo devedor foi assumido pelo Estado do Rio de Janeiro em 16.07.1998. Programa com encerramento previsto para julho/2028.

b) Renegociação da Dívida Externa do Setor Público

- **BIB – Brazil Investment Bond Exchange Agreement** – Acordo celebrado com base em determinação contida no Decreto nº 96.673, de 12/09/1988, e ao amparo da Resolução Senatorial nº 96, de 11/11/1993, e por intermédio dos quais foram trocadas por bônus de emissão da União, em 31/08/1989, parcelas do principal da dívida externa, vencidas entre 1987 e 1993, de responsabilidade de entidades da administração direta e indireta dos Estados e Municípios, com garantia da União. Programa encerrado em setembro/2013; e
- **DMLP – Dívida de Médio e Longo Prazos** – Acordo que reestruturou a dívida de médio e longo prazos - parcelas de principal vencidas e vincendas e juros devidos e não pagos no período de 01.01.1991 a 15.04.1994, do setor público brasileiro junto a credores privados estrangeiros, mediante a emissão, em 15.04.1994, de sete tipos de bônus pela União, sendo seis de principal (*Debt Conversion Bond, New Money Bond, Flirb, C-Bond, Discount Bond e Par Bond*) e um de juros (*EI Bond*). Dos bônus remanescentes, o *C-Bond* possui vencimento em abril de 2014, e o *Par* e o *Discount Bond* possuem vencimento previsto para abril de 2024, encerrando o programa.

c) Retorno de Repasses de Recursos Externos

- **Acordo Brasil-França** – Financiamento a diversas entidades nacionais com recursos externos captados ou garantidos pela União perante a República da França, mediante Protocolos Financeiros, para a importação de equipamentos e serviços. O Acordo Brasil-França I possui encerramento previsto para dezembro/2014. Por sua vez, o Acordo Brasil-França II tem finalização prevista para dezembro/2016, ao passo que o Acordo Brasil-França III se encerra em dezembro/2021; e
- **PNAFE** – Empréstimo concedido à União pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para financiar o Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros – PNAFE, com repasse dos recursos mediante a celebração de contratos de subempréstimos com os Estados e o Distrito Federal, visando o financiamento dos projetos integrantes do Programa. Seu encerramento é previsto para março/2017.

d) Saneamento de Instituições Financeiras Federais

- **Carteira de Saneamento** – Créditos adquiridos pela União no âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, conforme disposto na MP nº 2.196, de 2001, originários de contratos de financiamento celebrados entre a Caixa Econômica Federal e Estados, Prefeituras e Companhias Estaduais e Municipais de Saneamento. O programa apresenta grande número de contratos vigentes (694 contratos, conforme posição de 31/12/2013), porém com aproximadamente 91% dos vencimentos previstos para o período de 2014 a 2016. Por outro lado, o último vencimento de contrato da Carteira de Saneamento está previsto para julho/2024.

e) Aquisição de Créditos Relativos a Participações Governamentais

- **Participações Governamentais** – Créditos originários de participações governamentais devidas aos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, originárias da exploração de petróleo e gás natural, e aos Estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul, decorrentes da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica. Os créditos foram adquiridos pela União mediante autorização concedida pelo art. 16 da Medida Provisória nº 2.181, de 2001, alterada pela Lei nº 10.712, de 12/08/2003. No caso dos *royalties* e participações especiais devidos pelo Estado do Rio de Janeiro, seu pagamento está previsto até fevereiro/2021, enquanto que os pagamentos do Estado do Espírito Santo foram encerrados ainda no exercício de 2013. Por sua vez, no caso dos *royalties* e compensações financeiras decorrentes de exploração de recursos hídricos, os Estados do Mato Grosso do Sul e do Paraná possuem pagamentos previstos até dezembro/2020.

f) Outros

- **BNDES** – Crédito contratual da União junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, decorrente de desmembramento de dívida originária de contrato de cessão de créditos. Conforme disposto no referido instrumento, o saldo será amortizado em parcela única em dezembro/2015;

- Recuperação de Haveres relativos a Pendências Judiciais

As operações controladas pela STN/COAFI estão distribuídas num total de 1.222 contratos (posição de 31/12/2013) e atualmente existem 174 ações judiciais, principais e subsidiárias, que podem implicar em frustração parcial ou total, conforme o caso, dos créditos da União envolvidos nas lides.

Em condições de normalidade, a recuperação desses haveres – prazos, periodicidade, encargos, garantias, etc., atendem estritamente ao que a legislação específica determina, e estão claramente definidos nos competentes instrumentos contratuais. Alterações dessas condições são atualmente vedadas pelo art. 35 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o qual dispõe:

“Art. 35. É vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.”

Ademais, esses haveres contam com garantias dos devedores constituídas por receitas próprias e cotas dos Fundos de Participação, no caso de Estados, Municípios e Distrito Federal. No que se referem às administrações indiretas desses entes, as operações com a União são garantidas pelas respectivas receitas próprias complementadas pelas garantias do ente controlador – Estado ou Município.

Portanto, no caso dos contratos em situação de normalidade de execução, os pagamentos são realizados regularmente conforme as condições contratadas e previsão legal. Inadimplências eventualmente ocorridas são solucionadas em curto prazo mediante a execução das garantias contratuais, não se registrando inadimplência persistente ou prolongada.

A administração desses contratos encontra-se a cargo de agentes financeiros da União designados legal e/ou contratualmente para tanto. São eles o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Esses agentes são responsáveis pelo cálculo das prestações devidas, cobrança e execução das garantias contratuais em caso de inadimplência.

Contudo, como dito, a STN/COAFI registra alguns débitos/inadimplências decorrentes de decisões liminares deferidas no âmbito de ações judiciais, que suspendem parcial ou integralmente os pagamentos à União, ou a impedem de executar as garantias contratuais. Nestes casos, não há solução ou providência administrativa para a cobrança, já que existem impedimentos judiciais. A solução será alcançada pela via judicial com o apoio da AGU.

Nesse sentido a STN/COAFI tem intensificado o relacionamento com a AGU e suas procuradorias regionais e seccionais, adotando, inclusive, uma postura mais atuante em relação ao acompanhamento das ações judiciais. Esse procedimento tem permitido, em diversos casos, que, ao verificar movimentações processuais importantes, a STN/COAFI antecipe para a AGU os subsídios e/ou questionamentos cabíveis sem precisar aguardar o demorado trâmite das notificações judiciais.

- Conciliação Mensal dos Haveres

Visando aperfeiçoar a gestão desses haveres financeiros, a STN/COAFI realiza mensalmente a conciliação dos saldos devedores dos Programas sob seu controle. Para esta conferência são confrontadas as informações contidas nos relatórios dos agentes financeiros com os recebimentos registrados no SIAFI, sendo geradas planilhas contendo as informações para atualização do saldo devedor naquele sistema.

Com o mesmo objetivo, é verificada, por amostragem, a consistência dos recebimentos a cargo dos agentes financeiros gerando-se planilhas de conferência, conforme orientação do Tribunal de Contas da União – TCU.

- Proposta Orçamentária versus Recebimentos no exercício de 2013

A proposta orçamentária da STN/COAFI para o exercício de 2013 contemplou a estimativa de recebimentos de haveres financeiros da ordem de R\$ 46,02 bilhões. O exercício foi encerrado com o recebimento de R\$ 44,15 bilhões, ou seja, realização a menor de R\$ 1,87 bilhão (-4,07%) em relação ao volume orçado.

Tabela 12.1.9 – Valores Previstos x Recebidos – Exercício de 2013

			R\$ mil
PROGRAMA	PREVISTO	REALIZADO	Dif. %
ACORDO BRASIL-FRANÇA	3.024,67	3.863,41	27,73%
<i>BIB – Brazil Investment Bond</i>	13.612,68	15.702,66	15,35%
Carteira de Saneamento – MP nº 2.196/01	459.104,20	396.097,95	-13,72%
Dívidas de Médio e Longo Prazo – DMLP	484.516,93	523.818,83	8,11%
<i>Royalties – Estado do Mato Grosso do Sul</i>	31.913,32	34.390,47	7,76%
<i>Royalties – Estado do Paraná</i>	240.418,45	287.913,81	19,76%
<i>Royalties – Estado do Rio de Janeiro</i>	1.304.099,82	1.292.995,46	-0,85%
<i>Royalties – Estado do Espírito Santo</i>	191.586,41	256.770,17	34,02%
Lei nº 8.727/93 – Demais Credores	6.180.289,57	3.481.487,48	-43,67%
Lei nº 8.727/93 – Receitas da União	4.801.651,95	4.120.055,93	-14,20%
Lei nº 9.496/97	26.803.672,23	28.590.496,98	6,67%
MP nº 2.185/01	4.289.367,59	3.803.483,51	-11,33%
PNAFE	69.848,63	82.665,53	18,35%
BACEN/BANERJ	1.147.971,26	1.258.177,80	9,60%
TOTAL	46.021.077,72	44.147.919,99	-4,07%

Fonte: STN/COAFI

Na Tabela Valores Previstos x Recebidos – Exercício de 2013 acima, e nos Gráficos 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a seguir, podem ser verificadas as diferenças por haver (ou grupo de

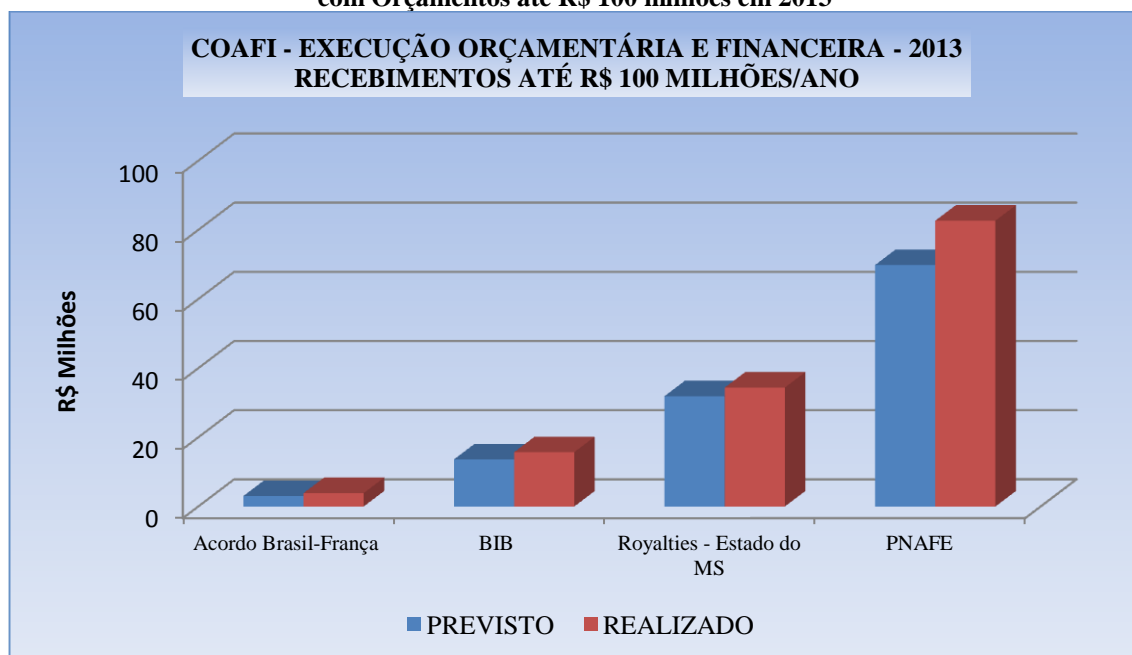
haveres) entre a previsão orçamentária e os valores efetivamente recebidos em 2013. Seguem as explicações para as maiores variações, tanto positivas como negativas:

- 1) **Crítérios adotados nas propostas orçamentárias:** As propostas orçamentárias são elaboradas segundo critérios conservadores, uma vez que a projeção de recebimentos é considerada pela Secretaria do Tesouro Nacional para fins de amortização de sua dívida pública mobiliária interna;
- 2) **Grade de Parâmetros Econômicos:** As propostas orçamentárias são construídas com base em indicadores econômicos fornecidos pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda – MF/SPE (projeções para indicadores de juros, cotação do dólar e índices de preços), e pela Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico da Dívida Pública, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN/COGEP (projeções para cotação do euro e do índice de preço IGP-M);
- 3) **Variações na Receita Líquida Real:** Ao longo de 2013 foi verificado crescimento da Receita Líquida Real – RLR – dos Estados e Municípios, a qual é base para o cálculo do limite de comprometimento e para a cobrança de parte das prestações mensais pela União. No caso, verificou-se no período de jan/13 a dez/13 acréscimo de 8,31% na RLR dos Estados, e acréscimo de 4,89% na RLR dos Municípios de São Paulo e do Rio de Janeiro;
- 4) **Variação no câmbio para os programas indexados ao dólar:** A taxa média de câmbio do dólar verificada ao longo de 2013 foi superior à taxa média projetada para o exercício na proposta orçamentária. No caso, a cotação média apurada para o dólar (1US\$: R\$ 2,17) ficou 18% acima da cotação média prevista para 2013 (1US\$: R\$ 1,84), acarretando maior receita para os programas *BIB*, *DMLP* e *PNAFE*, indexados àquela moeda.
- 5) **Variação no câmbio para o programa indexado ao euro – Acordo Brasil-França:** A taxa média de câmbio do euro verificada ao longo de 2013 foi superior à taxa média projetada para o exercício na proposta orçamentária. No caso, a cotação média apurada para o euro (1EUR: R\$ 2,89) ficou 20,47% acima da cotação média prevista para 2013 (1EUR: R\$ 2,40), acarretando maior receita para o programa Acordo Brasil-França, indexado àquela moeda.
- 6) **Recebimentos acima do previsto – royalties do Estado do Espírito Santo:** Em relação aos *royalties* incidentes sobre a produção de petróleo do Estado do Espírito Santo, o valor recebido ficou 34,02% acima do valor previsto para 2013. Houve subestimativa dos recebimentos para o período, o que ocasionou a citada diferença em relação aos recebimentos realizados. Ademais, ainda que os recebimentos em 2013 tenham sido consideravelmente mais elevados em comparação ao previsto, quando comparados aos realizados em 2012, foi observada significativa redução nos recebimentos do ano de 2013 (-37,9% - Quadro 12.1.3, a seguir), como consequência do encerramento do contrato do Espírito Santo em 2013.
- 7) **Recebimentos acima do previsto – royalties dos Estados de Mato Grosso do Sul e do Paraná:** No caso dos contratos de cessão de créditos celebrados entre os estados e a União, os valores recebidos pelos Estados de Mato Grosso do Sul e Paraná ficaram, respectivamente, em 7,76% e 19,76% acima dos valores previstos para 2013. Isso se deveu, principalmente, à variação média do dólar no período de 18%, que impacta diretamente essas operações. Destaca-se que, com relação ao Paraná, a maior parcela dos recursos repassados à União referiu-se aos *royalties* de Itaipu, muito embora os montantes oriundos

da compensação financeira também tenham sido reajustados pela Tarifa Atualizada de Referência – TAR, no percentual de 3,5%.

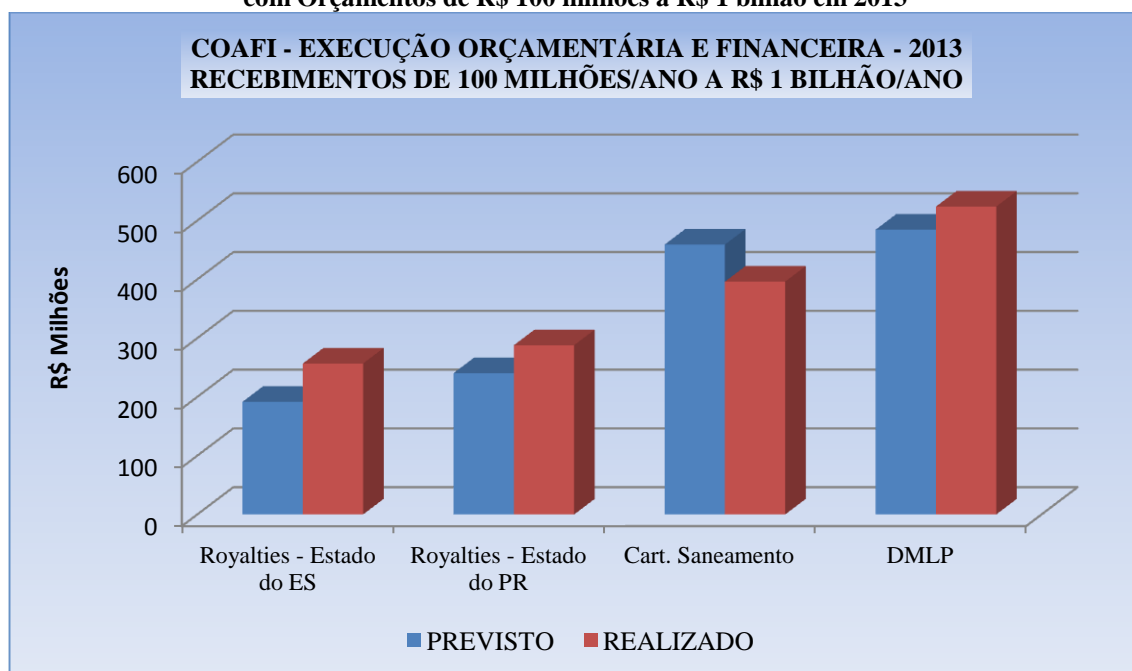
- 8) Recebimentos abaixo do previsto – Lei nº 8.727/93:** O volume menor de recebimentos realizados em 2013, quando comparado ao previsto, observado no programa da Lei nº 8.727/93, nas rubricas “Demais Credores” (-43,67%) e “Receitas da União” (-14,20%), deveu-se à expectativa de que, diante da proximidade do encerramento das parcelas da dívida vencida do programa em 2014, o volume de amortizações extraordinárias aumentasse de forma significativa em 2013, como já ocorreu em situações análogas de outros programas encerrados. Sendo assim, a previsão de recebimentos foi superdimensionada e, à exceção da quitação do saldo de principal e de resíduo de limite de comprometimento pelo Estado do Maranhão, num total de R\$ 1,02 bilhão, ocorrida em julho de 2013, o volume de amortizações extraordinárias esperado para o exercício não se concretizou.
- 9) Recebimentos abaixo do previsto – MP nº 2.185/01:** Os recebimentos abaixo do previsto para 2013 (-11,33%) do programa desta MP foram ocasionados principalmente pelo crédito gerado a favor do Município de São Paulo em virtude de recálculos de limite de comprometimento efetuado com base no comando da Medida Provisória nº 618, de 05/06/2013, utilizado para amortizar parcelas da dívida do Município nos meses de julho, agosto e setembro de 2013, num total de R\$ 762,9 milhões.
- 10) Recebimentos acima do previsto devido aos índices de preços – Lei nº 9.496/97:** O recebimento além do previsto de R\$ 1,79 bilhão (acréscimo de 6,67%) relativamente à Lei nº 9.496/97 ocorreu principalmente devido às amortizações extraordinárias ocorridas no período, totalizando R\$ 1,04 bilhão: R\$ 604,14 milhões, realizada pelo Estado da Bahia para amortização de parcela do saldo de principal; e R\$ 438,25 milhões, realizada pelo Estado do Maranhão para quitação integral de seu estoque de resíduo de limite de comprometimento além de amortização de parcela do saldo devedor de principal das dívidas. Além disso, o recebimento além do previsto também decorreu do IGP-DI verificado ao longo de 2013, o qual ficou 22,84% acima do índice previsto no cenário utilizado para a proposta orçamentária (4,5% a.a. contra 5,53% a.a.), e o aumento de 8,31% na Receita Líquida Real – RLR – dos Estados ao longo de 2013.

Gráfico 12.1.1 – Comparativo das Receitas Previstas versus Realizadas para Programas com Orçamentos até R\$ 100 milhões em 2013



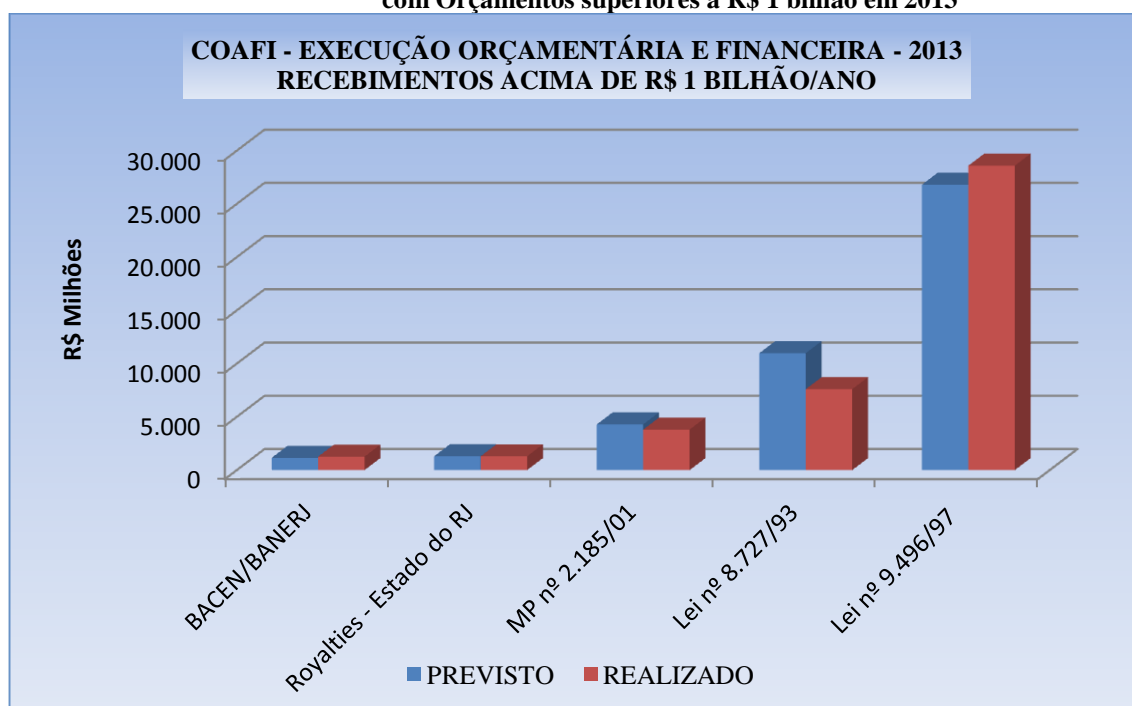
Fonte: STN/COAFI

Gráfico 12.1.2 – Comparativo das Receitas Previstas versus Realizadas para Programas com Orçamentos de R\$ 100 milhões a R\$ 1 bilhão em 2013



Fonte: COAFI/STN

Gráfico 12.1.3 – Comparativo das Receitas Previstas versus Realizadas para Programas com Orçamentos superiores a R\$ 1 bilhão em 2013



Fonte: STN/COAFI

- Recebimentos: Comparação do exercício de 2013 com o exercício de 2012

Na comparação da execução financeira do exercício de 2013 com o exercício de 2012, os recebimentos das receitas no ano ficaram 0,7% abaixo daquelas obtidas em 2012, conforme Quadro abaixo.

Quadro 12.1.3 – Valores Recebidos – Exercício de 2013 versus Exercício de 2012

PROGRAMA	REALIZADO 2012	REALIZADO 2013	DIF. (%)
ACORDO BRASIL-FRANÇA	4.033,30	3.863,41	-4,2%
BIB – Brazil Investment Bond	15.003,28	15.702,66	4,7%
Carteira de Saneamento – MP nº 2.196/01	470.912,00	396.097,95	-15,9%
Dívidas de Médio e Longo Prazo – DMLP	677.133,41	523.818,83	-22,6%
Royalties – Estado do Mato Grosso do Sul	33.568,84	34.390,47	2,4%
Royalties – Estado do Paraná	261.438,92	287.913,81	10,1%
Royalties – Estado do Rio de Janeiro	1.388.014,29	1.292.995,46	-6,8%
Royalties – Estado do Espírito Santo	413.230,87	256.770,17	-37,9%
Lei nº 8.727/93 – Demais Credores	3.718.234,68	3.481.487,48	-6,4%
Lei nº 8.727/93 – Receitas da União	3.839.871,45	4.120.055,93	7,3%
Lei nº 9.496/97	28.281.323,39	28.590.496,98	1,1%
MP nº 2.185/01	4.081.617,73	3.803.483,51	-6,8%
PNAFE	73.552,14	82.665,53	12,4%
BACEN/BANERJ	1.180.044,58	1.258.177,80	6,6%
TOTAL	44.437.978,88	44.147.919,99	-0,7%

Fonte: COAFI/STN

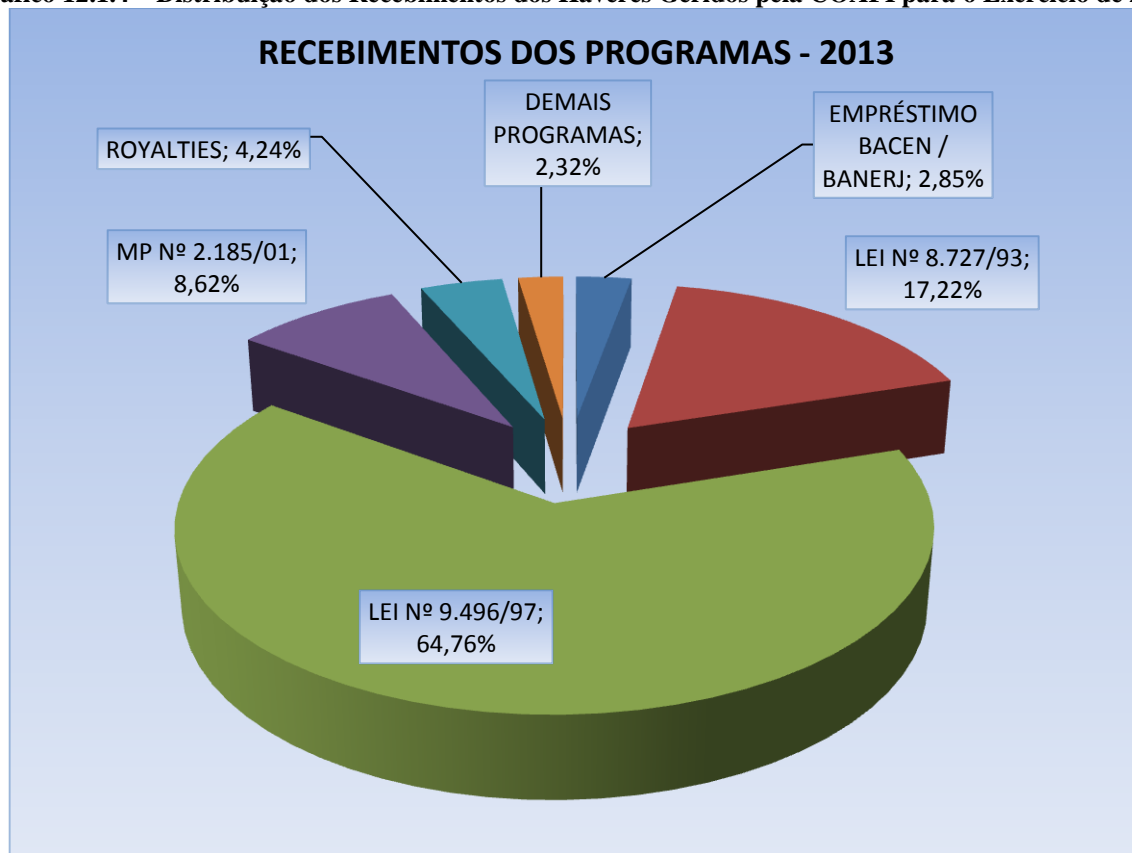
Abaixo, seguem as explicações resumidas para as variações positivas e negativas superiores a 10%:

- *Carteira de Saneamento (-15,9%)*: variação negativa devido ao encerramento de 156 contratos do programa ao longo do exercício de 2013;
- *Dívidas de Médio e Longo Prazo – DMLP (-22,6%)*: variação negativa devido ao encerramento em 15/04/2012 do fluxo relativo ao *Debt Conversion Bond*, um dos bônus que compõem o fluxo da DMLP, implicando em menor volume de pagamentos semestrais a partir da parcela de 15/10/2012;
- *Cessão de Créditos do Estado do Paraná (+10,1%)*: conforme descrito anteriormente, incremento de receitas devido à variação da cotação do dólar, combinado com a correção da Tarifa Atualizada de Referência – TAR, publicada pela ANEEL, aplicada sobre os recursos decorrentes da compensação financeira;
- *Royalties do Estado do Espírito Santo (-37,9%)*: conforme descrito anteriormente, decorreu do encerramento do contrato com o Espírito Santo em 2013, com recebimentos significativamente inferiores àqueles apresentados em 2012;
- *PNAFE (12,4%)*: conforme descrito anteriormente, o incremento nos recebimentos de 2013 com relação aos de 2012, deveu-se à significativa valorização do dólar no período, causando reflexos nos programas indexados àquela moeda.

- *Composição dos Recebimentos e do Estoque de Haveres geridos pela STN/COAFI*

Conforme pode ser observado no Gráfico a seguir, 64,75% dos recebimentos relacionados aos haveres geridos pela STN/COAFI se referem à Lei nº 9.496/97. Além disso, observa-se que os 3 principais programas (Lei nº 9.496/97, Lei nº 8.727/93 e MP nº 2.185) corresponderam a 90,59% do total dos recebimentos verificados no exercício de 2013.

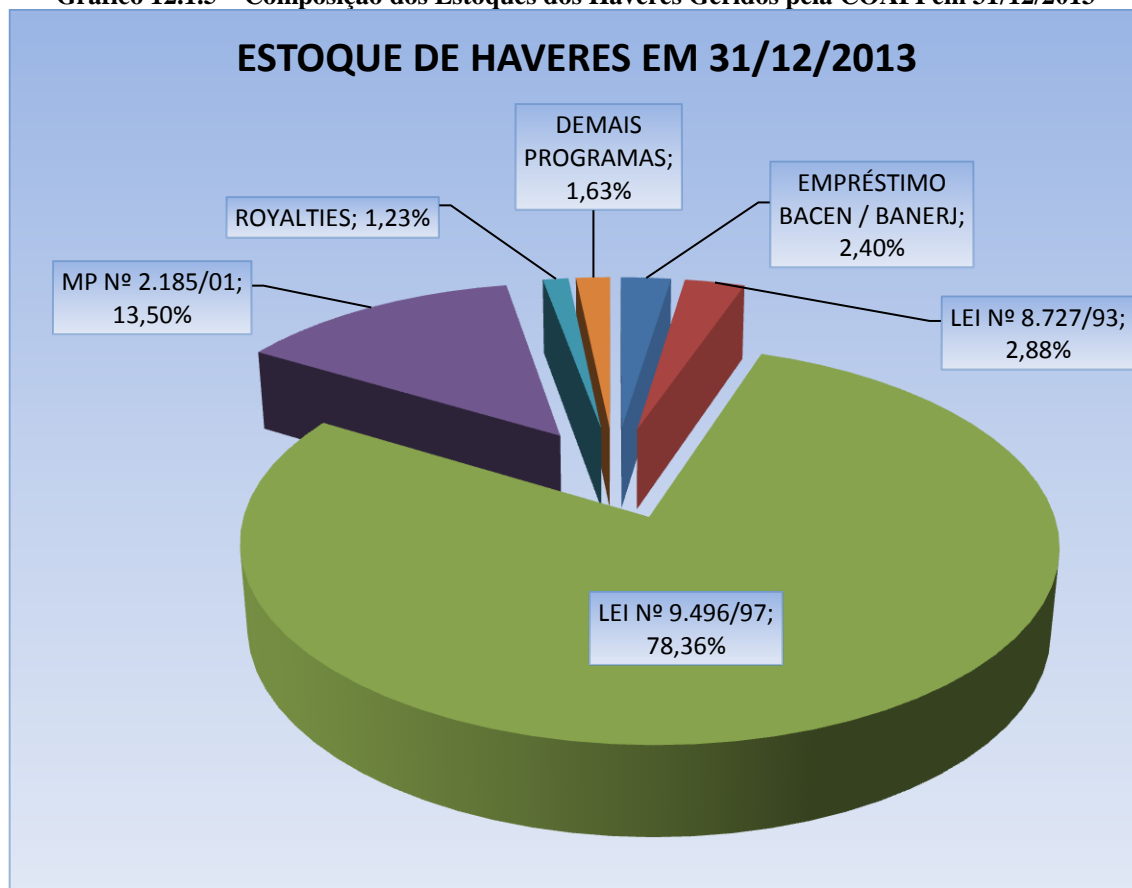
Gráfico 12.1.4 – Distribuição dos Recebimentos dos Haveres Geridos pela COAFI para o Exercício de 2013



Fonte: STN/COAFI

Por sua vez, os haveres ao amparo da Lei nº 9.496/97 correspondem a 78,36% do total do estoque de haveres geridos pela STN/COAFI (valores de 31/12/2013), ao passo que os haveres no âmbito da MP nº 2.185/01 correspondem a 13,50% dos haveres, conforme apresentado no Gráfico abaixo. Por outro lado, apesar dos haveres ao amparo da Lei nº 8.727/93 terem correspondido a 17,22% dos recebimentos em 2013 (Gráfico 12.1.4), seu estoque corresponde apenas a 2,88% do total dos haveres (Gráfico 12.1.5). Isso se deve à proximidade do encerramento do prazo de execução dos contratos de refinanciamento desse Programa, prevista para julho/2014. No total, os saldos dos 3 (três) principais programas (Lei nº 9.496/97, MP nº 2.185/01 e Lei nº 8.727/93) correspondem a 94,74% do estoque de haveres geridos pela STN/COAFI.

Gráfico 12.1.5 – Composição dos Estoques dos Haveres Geridos pela COAFI em 31/12/2013



Fonte: STN/COAFI

A Tabela a seguir apresenta os saldos dos créditos provenientes de operações com estados e municípios.

Tabela 12.1.10 – Saldos de Créditos

MINISTÉRIO DA FAZENDA – MF
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL – STN
COORDENAÇÃO-GERAL DE HAVERES FINANCEIROS – COAFI

R\$ mil

2013

SALDOS DOS CRÉDITOS PROVENIENTES DE OPERAÇÕES COM ESTADOS E MUNICÍPIOS

HAVERES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
DIVIDA EXTERNA REESTRUTURADA	4.931.965	4.894.226	4.980.473	4.811.846	5.118.745	5.339.606	5.518.170	5.679.670	5.176.531	4.912.546	5.189.674	5.184.565
BIB - BRAZILIAN INVESTMENT BOND	14.059	13.952	7.109	7.085	7.537	7.863	8.126	8.363	0			
DMLP - DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	4.917.906	4.880.274	4.973.364	4.804.760	5.111.207	5.331.743	5.510.044	5.671.307	5.176.531	4.912.546	5.189.674	5.184.565
OPERAÇÕES ESPECIAIS	7.571.129	6.443.226	6.429.415	6.415.859	6.374.398	6.357.877	6.380.260	6.342.684	6.348.005	6.422.197	6.425.994	6.424.659
CONTRATOS DE CESSÃO - ROYALTIES, COMP. FINANCEIRA, PART. ESPECIAIS	7.571.129	6.443.226	6.429.415	6.415.859	6.374.398	6.357.877	6.380.260	6.342.684	6.348.005	6.422.197	6.425.994	6.424.659
OUTROS RECEBIMENTOS	3.203.298	3.185.568	3.169.829	3.154.964	3.128.370	3.113.867	3.108.264	3.091.482	3.081.369	3.088.778	3.081.694	3.070.514
BNDES	1.640.366	1.645.408	1.648.674	1.653.703	1.652.764	1.658.070	1.670.726	1.673.057	1.680.798	1.703.619	1.714.297	1.719.043
CARTEIRA DE SANEAMENTO	1.562.932	1.540.160	1.521.155	1.501.262	1.475.605	1.455.797	1.437.538	1.418.425	1.400.571	1.385.158	1.367.397	1.351.471
CRC - CONTAS DE RESULTADO A COMPENSAR/VALORES A RECUPERAR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OUTROS CRÉDITOS DE ORIGEM EXTERNA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
REPASSE DE RECURSOS EXTERNOS	327.406	322.603	296.377	294.239	307.665	320.206	333.298	343.725	292.610	284.178	301.178	302.496
AC. BRASIL-FRANÇA	22.252	21.397	21.245	21.641	22.868	22.433	23.420	24.108	23.412	23.125	24.382	23.100
PNAFE	305.154	301.206	275.133	272.598	284.797	297.773	309.877	319.617	269.199	261.053	276.796	279.396
SANEAMENTO FINANCEIRO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS - REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS	493.585.592	494.604.994	495.756.424	495.172.595	494.342.529	496.121.770	497.163.048	497.537.403	499.301.820	505.361.682	508.841.715	508.766.757
EMPRÉSTIMO BACEN / BANERJ	12.440.239	12.438.009	12.421.804	12.418.897	12.377.276	12.374.919	12.426.475	12.401.106	12.414.974	12.539.834	12.574.353	12.564.732
LEI Nº 8.727/93 - ESTADOS E MUNICÍPIOS	20.854.035	20.462.909	19.916.912	19.457.972	19.001.578	18.523.997	17.111.682	16.704.672	16.275.580	15.895.793	15.483.070	15.087.768
LEI Nº 9.496/97 - ESTADOS	394.794.986	395.863.851	397.056.241	396.933.458	396.551.256	398.203.985	400.004.734	400.372.134	401.873.479	407.124.239	410.123.437	410.414.150
MP 2.185 - MUNICÍPIOS	65.496.332	65.840.226	66.361.468	66.362.268	66.412.419	67.018.869	67.620.157	68.059.490	68.737.787	69.801.816	70.660.855	70.700.107
TOTAL	509.619.391	509.450.618	510.632.518	509.849.504	509.271.706	511.253.326	512.503.040	512.994.963	514.200.336	520.069.380	523.840.255	523.748.991

Fonte: STN/COAFI

- Relações Financeiras Intergovernamentais – Transferências Financeiras

- Principais Ações

- **Atender a solicitações diversas quanto às demandas judiciais relativas às transferências voluntárias de recursos federais.**

Em 2013, a STN/COINT manifestou-se em cerca de 520 solicitações relativas a demandas judiciais, entre as quais se inserem pedidos de:

1. Fornecimento de subsídios à defesa da União em juízo;
2. Suspensão, no CAUC, no CADIN e/ou no SIAFI, de registros de inadimplência relativos ao descumprimento de requisitos fiscais previstos na legislação mas cujo controle é da competência de outros órgãos e entidades federais; e
3. Suspensão, no CAUC e/ou no SIAFI, de registros de inadimplência associados aos sequenciais 1.4 e 3.3, os quais são de controle da STN e dizem respeito à regularidade em relação à adimplência financeira em empréstimos e financiamentos concedidos pela União e ao encaminhamento das contas anuais para fins de consolidação das contas dos entes federativos, conforme previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

- **Divulgar informações sobre as transferências constitucionais.**

O principal meio para divulgação das informações é através do *site* do Tesouro Nacional na *internet*, onde se encontram vários documentos relacionados à matéria, incluindo comunicados, relatórios demonstrativos, boletins, previsões de repasse, cartilhas, links de interesse e dados sobre os valores transferidos.

Como canal alternativo de consulta também é oferecido cadastramento em lista de distribuição específica para as informações das transferências constitucionais, além de um serviço de correio de voz para informações sobre os repasses.

- **Atender às demandas dos Tribunais de Justiça relativas aos precatórios.**

Em 2013, a COINT manifestou-se em 72 solicitações relativas a decisões proferidas pelos Tribunais de Justiça com fulcro na Emenda Constitucional nº 62, decorrentes do regime especial de pagamento de precatórios, para que se efetivem retenções dos fundos de participação dos entes. O Cadastro de Inadimplentes do Conselho Nacional de Justiça (CEDIN) prevê a automatização da execução de decisões judiciais dessa natureza, mas esse sistema, mantido pelo CNJ, ainda não se encontra integralmente em operação, razão pela qual se faz necessária a intermediação da STN nesse processo, mediante a expedição de ofícios ao Banco do Brasil, para que se viabilizem os sequestros solicitados de forma manual ou que se suspendam esses sequestros, por ordem dos tribunais. Após o bloqueio e repasse dos valores totais determinados, o Banco do Brasil informa a STN, que comunica o cumprimento das decisões aos respectivos tribunais demandantes.

- Política Fiscal – Análise Econômico-Fiscal de Projetos de Investimento Público

A STN/COAPI tem como função institucional a análise dos investimentos públicos, incluindo aqueles realizados sob a modalidade de investimento direto, parceria público-privada (PPP) e concessão tradicional, em especial nos processos referentes às etapas de seleção, implementação, monitoramento e avaliação de projetos.

Em 2013, a Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da COAPI, acompanhou a execução dos principais investimentos do Governo Federal na área de infraestrutura. Nesse contexto, destacam-se as despesas do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC executadas com recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Os pagamentos totalizaram R\$ 44,7 bilhões

nesse ano, o que representou crescimento de 13,8 % em relação ao realizado em 2012. Os principais setores foram o Programa Minha Casa Minha Vida, com pagamento de R\$ 14,2 bilhões, e o Ministério dos Transportes, com R\$ 11,6 bilhões. O PAC contribuiu para o crescimento de 6,4% da taxa de investimento público do Governo Federal, exceto estatais, em 2013.

Além disso, a Secretaria do Tesouro Nacional tem participado, juntamente com outros órgãos setoriais, do monitoramento dos empreendimentos vinculados à Copa do Mundo FIFA 2014, especialmente nos setores de aeroportos, mobilidade urbana e telecomunicações, e da carteira de investimentos necessários à realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016.

Com o objetivo de contribuir para a formulação da estratégia fiscal de curto, médio e longo prazos do setor público, a Secretaria do Tesouro Nacional participou da formulação do programa Inova Brasil que, ao direcionar os recursos para setores estratégicos da economia, trouxe mais eficiência na aplicação dos recursos reembolsáveis e não reembolsáveis do FNDCT.

Ainda dentro deste objetivo, a Secretaria continuou a acompanhar o cenário deficitário do Fundo de Ampara ao Trabalhador (FAT) monitorando o desempenho nos dois principais programas do fundo: Abono Salarial e Seguro Desemprego.

Ainda, com o objetivo estratégico de contribuir para a formulação das políticas de incentivo ao investimento privado em serviços públicos, a Secretaria do Tesouro Nacional participou ativamente na modelagem das concessões de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos no contexto do Programa de Investimentos em Logística – PIL.

Já no setor energético, trabalhou na elaboração de mecanismos de aportes financeiros na Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, garantindo a modicidade tarifária do setor elétrico em momento de pressão de custos, notadamente em função do maior acionamento de usinas de fonte térmica. Além disso, a STN participou da discussão para definição dos parâmetros econômicos constantes do edital de licitação pelo modelo de partilha do campo de petróleo de Libra.

- Política Fiscal – Operações de Crédito do Tesouro Nacional

- **Gestão de Haveres da União – Recursos Geridos pela STN/COPEC – Unidade Gestora UG 170700**

Quadro 12.1.4 – Receitas de 2013

R\$1,00

UG	Ação Orçamentária	Receitas de 2013
170700		
	AGF – Estoques Estratégicos	1.548.118.525,78
	Microcrédito / Tec. Assistiva Pessoa com Deficiência	134.125,30
	Programa de Investimento Rural e Agroindustrial	15.485.238,22
	Programa de Financiamento à Agricultura Familiar - PRONAF	255.550.647,43
	Programa de Financiamento às Exportações - PROEX	1.316.815.541,25
	Unificados Rurais / Industriais	18.738.287,18
	Alongamento da Dívida de Crédito Rural	19.848,67
	Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP	47.097.706,49
	Programa de Reestruturação Produtiva e às Exportações- Revitaliza	14.686.848,88
TOTAL		3.216.972.614,26

Fonte: STN/COPEC

Análise Crítica

As receitas do PRONAF, vinculadas à UG 170700, de R\$ 255.551 mil, correspondem ao pagamento por parte dos mutuários dos créditos concedidos. O valor ficou acima do previsto para o ano de 2013 (R\$ 180.128 mil) pelo fato de o Banco do Brasil, em 2012, não ter realizado reembolso

dos valores recebidos devido a um processo de validação contábil. Assim, em 2013, além dos reembolsos dos valores pagos pelos mutuários no período, foram reembolsados os valores de períodos anteriores com a correspondente atualização pela SELIC.

Os valores referentes às receitas de Aquisições do Governo Federal e Formação de Estoques Estratégicos – AGF são relativos às vendas de produtos realizadas pela CONAB. Tendo em vista os cenários de preços dos produtos agrícolas em 2013, as receitas decorrentes das vendas de produtos foram bem superiores aos valores projetados para o ano (R\$ 669.227 mil), chegando a 131,3% do previsto, em virtude da grande necessidade de venda dos estoques públicos para abastecer, principalmente, a região nordeste, em decorrência dos efeitos de intempéries climáticas.

Os haveres do PROEX são denominados em moeda estrangeira e são oriundos de exportações brasileiras apoiadas pelo PROEX com base na Lei nº 10.184, de 2001. O objetivo é fomentar as exportações brasileiras com base em taxas compatíveis com as praticadas no mercado internacional. São elegíveis ao PROEX empresas com faturamento anual de até R\$ 600.000 milhões, exportações oriundas de acordos bilaterais e operações a países com dificuldade de acesso a financiamento internacional. As receitas do PROEX totalizaram R\$ 1.316.816 mil em 2013, ficando próximas ao previsto para o período (R\$ 1.390.383 mil).

- Assuntos Corporativos

- Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos

O projeto PACE executou até o exercício de 2013, recursos da ordem de US\$ 8.175.798,09, em valores atualizados de acordo com a taxa de dólar informada pelo PNUD. O Projeto BRA 04/016 tem por objetivo apoiar ações de naturezas diversas voltadas para o aumento da produtividade total dos fatores na economia brasileira, focalizando medidas microeconômicas ou reformas institucionais nas áreas de logística, clima de negócios, inovação e intermediação financeira, permitindo ao país alcançar um patamar de desenvolvimento mais equitativo, sustentável e competitivo, a partir de uma base adequada de governança e de estabilidade macroeconômica.

Nesse sentido, contribui para a implementação e aperfeiçoamento de políticas, processos, mecanismos e instrumentos legais necessários para a obtenção de ganhos de competitividade do setor produtivo e o crescimento econômico equitativo e sustentável do país.

No exercício de 2013, o Projeto atuou, dando continuidade aos projetos já iniciados, utilizando recursos que atingiram um total de US\$ 355.002,05. Após as alterações ocorridas no Projeto com o final do Acordo de Empréstimo 7253-BR, o orçamento total do projeto foi reduzido para um valor de US\$ 6.597,427.00, contabilizando-se apenas os recursos nacionais, uma vez que a partir do exercício 2011, não se utilizou os recursos do BIRD.

A Revisão Substantiva “P” prorrogou a vigência do Acordo de Cooperação Técnica BRA 04/016 até 30/06/2014. A prorrogação foi solicitada para a finalização, em especial, dos projetos destinadas a alcançar as metas estabelecidas no Resultado 2 - Produto 2.47 - Estudo sobre o Tesouro Direto:

- Pesquisa- Percepção dos diferentes públicos sobre o Tesouro Direto; e
- Elaboração de diagnóstico situacional e planejamento estratégico para expansão da base atual de investidores.

Assim, as metas financeiras pactuadas para o exercício de 2013 passaram a ser:

Quadro 12.1.5 – Metas Financeiras – PACE

00040658 – Projeto BRA/04/016 – Projeto de Assistência à Implementação do Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável			
Ano – 2013			
Fundo 30071			
Atividade	Conta Contábil – Descrição	Programado US\$	Executado US\$
Activity 2 - Produtos 2.34, 2.36, 2.46, 2.47	71200 - Consultorias Internacionais - pessoa física -produtos	\$72.000,00	\$72.354,00
	71300 – Consultorias Nacionais – pessoa física – produtos	\$178.000,00	\$94.125,97
	71600 - Viagens	\$9.000,00	\$376,79
	72100 - Serviços Contratados Empresas	\$452.716,95	\$173.937,18
	73500 - Reimbursement Costs		\$400,00
	75100 - Facilidades e Administração	\$37.835,85	\$5.276,34
	75700 - Treinamentos e Workshops	\$45.000,00	\$0,00
	76100 - Foreign Exchange Currency Loss		\$3.203,26
Activity 5 - Produto 5.1	71600 – Viagens	\$2.000,00	\$4.261,32
	72100 - Serviços Contratados Empresas	\$2.350,00	\$0,00
	72500 - Publicações e	\$11.000,00	\$836,74
	74200 - Impressões e Publicações	\$3.000,00	\$0,00
	74500- Despesa Miscelânea	\$550,00	\$0,00
	76100 - Perda Cambial	\$100,00	-\$6,56
	75100 – Facilidades e Administração	\$950,00	\$237,01
Produtos 6.31 - Activity 6	71200 - Serviços Contratados Empresas	\$100.000,00	\$0,00
	75100 – Facilidades e Administração	\$5.000,00	\$0,00
	TOTAL	\$919.502,80	\$355.002,05

Fonte: Sistema Extranet PNUD

As metas físicas também sofreram alteração e ficaram especificadas como segue:

Quadro 12.1.6 – Metas Físicas – PACE

Produto 2.34: SID – Sistema Integrado da Dívida Pública (SID) - FASE II: Sistema de gerenciamento da dívida com tecnologia de ponta.

RESULTADOS ESPERADOS	METAS SEMESTRAIS	ATIVIDADES PLANEJADAS	CRONOGRAMA				PARTE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANEJADO				
			1o Trim 2013	2o Trim 2013	3o Trim 2013	4o Trim 2013		Fonte de Recursos	Linhas orçamentárias	Valor (US\$)		
Resultado 2 - Disponibilização de insumos técnicos, estudos e diagnósticos necessários à adequada execução da Fase Principal do PACE.	2013	Atividade 1: especificar, desenvolver e implantar a segunda fase do Sistema Integrado da Dívida Pública - SID (sistema de gerenciamento da dívida com tecnologia de ponta).	x	x	x	x	STN	GOV	72100	284.716,95		
Subtotal (US\$)									284.716,95			

Produto 2.36: Capacitação da Secretaria do Tesouro Nacional em administração das finanças públicas

RESULTADOS ESPERADOS	METAS SEMESTRAIS	ATIVIDADES PLANEJADAS	CRONOGRAMA				PARTE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANEJADO				
			1o Trim 2013	2o Trim 2013	3o Trim 2013	4o Trim 2013		Fonte de Recursos	Linhas orçamentárias	Valor (US\$)		
Resultado 2 - Disponibilização de insumos técnicos, estudos e diagnósticos necessários à adequada execução da Fase Principal do PACE.	2013	Atividade 1 - Treinamentos teóricos específicos (planejamento estratégico, recursos humanos, gerenciamento de pessoal)	x	x	x	x	STN	GOV	75700	30.000,00		
							STN	GOV	71600	9.000,00		
Subtotal (US\$)									39.000,00			
		Atividade 2 - Realização de Workshops e Conferências - administração de finanças	x	x	x	x	STN	GOV	75700	15.000,00		
			x	x	x	x						
			x	x	x	x						
Subtotal (US\$)									15.000,00			
Subtotal (US\$)									54.000,00			

Produto 2.37: Projeto de Reformulação do Sítio da Secretaria do Tesouro Nacional - Concluído

RESULTADOS ESPERADOS	METAS SEMESTRAIS	ATIVIDADES PLANEJADAS	CRONOGRAMA				PARTE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANEJADO				
			1o Trim 2013	2o Trim 2013	3o Trim 2013	4o Trim 2013		Fonte de Recursos	Linhas orçamentárias	Valor (US\$)		
Resultado 2 - Disponibilização de insumos técnicos, estudos e diagnósticos necessários à adequada execução da Fase	2013	Atividade 1 - Contratação de consultoria para elaboração de projeto e construção do novo sítio da internet da Secretaria do Tesouro Nacional.	x	x	x		STN	BIRD/GOV.	72100	0,00		
Subtotal (US\$)									0,00			

Produto 2.44: Desenvolvimento e adequações de soluções em banco de dados e apoio em soluções para a intranet do Tesouro Nacional - Concluído

RESULTADOS ESPERADOS	METAS SEMESTRAIS	ATIVIDADES PLANEJADAS	CRONOGRAMA				PARTE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANEJADO				
			1o Trim 2013	2o Trim 2013	3o Trim 2013	4o Trim 2013		Fonte de Recursos	Linhas orçamentárias	Valor (US\$)		
Resultado 2 - Disponibilização de insumos técnicos, estudos e diagnósticos necessários à adequada execução da Fase	2013	Atividade 1 - Promover o desenvolvimento e adequação de soluções em banco de dados Access e MySQL	x	x			STN	GOV.	71305	0,00		
Subtotal (US\$)									0,00			

Produto 2.46: Gerenciamento do desempenho do Tesouro Nacional na administração das finanças públicas - Aprimorar o desempenho na administração de Recursos Humanos da Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADOS ESPERADOS	METAS SEMESTRAIS	ATIVIDADES PLANEJADAS	CRONOGRAMA				PARTE RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PLANEJADO				
			1o Trim 2013	2o Trim 2013	3o Trim 2013	4o Trim 2013		Fonte de Recursos	Linhas orçamentárias	Valor (US\$)		
Resultado 2 - Disponibilização de insumos técnicos, estudos e diagnósticos necessários à adequada execução da Fase Principal do PACE. adequada execução da Fase	2013	Atividade 1 - Promover o desenvolvimento e adequação de soluções para a Intranet do Tesouro Nacional, de forma a alcançar melhorias nos processos e rotinas de trabalho.	x	x	x	x	STN	GOV.	71305	32.000,00		
Subtotal (US\$)									32.000,00			
		Atividade 2 - Contratação de consultoria - pessoa jurídica e física - criação, implantação, treinamento da equipe e acompanhamento na utilização de taxonomias segundo o padrão XBRL	x	x	x	x	STN	GOV.	71200	72.000,00		
							STN	GOV.	71305	79.000,00		
Subtotal (US\$)									151.000,00			
Subtotal (US\$)									183.000,00			

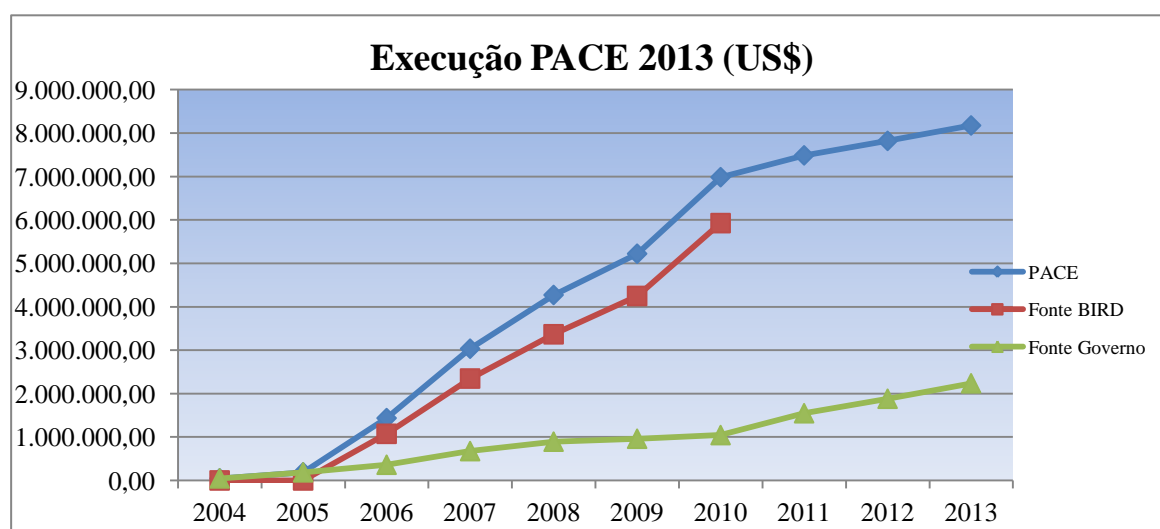
O atraso com relação à data anteriormente planejada teve impacto direto sobre a outra ação prevista, etapa seguinte do processo, qual seja: “*Elaboração de diagnóstico situacional e planejamento estratégico para expansão da base atual de investidores*”. Esta etapa depende dos resultados apresentados na pesquisa para a elaboração do seu diagnóstico. A realização do trabalho em pouco espaço de tempo afetaria sobremaneira a qualidade do trabalho a ser apresentado, afetando dessa maneira o cumprimento da meta estabelecida no PRODOC.

Outro fator impactante com relação à execução das metas físicas e financeiras estabelecidas para o projeto no exercício de 2013, foi a não execução em sua totalidade do Contrato BRA 10-11973/201 assinado com a CPM Braxis para desenvolvimento de diversos produtos no Sistema Integrada da Dívida Pública –SID.

Não foi possível o desenvolvimento de alguns produtos, uma vez que a empresa, ao longo de todo o contrato, apresentou uma performance muito aquém das expectativas, não confirmando as capacitação técnica apresentada quando do processo de seleção e contratação. Desse modo, devido a atrasos recorrentes no cronograma de execução do projeto, falta de aderência dos produtos construídos às especificações técnicas aprovadas, o contrato com a empresa não foi prorrogado, não havendo, portanto a execução física e financeira planejada.

O Gráfico a seguir retrata a evolução da execução de recursos desde a implementação do PACE até dezembro de 2013.

Gráfico 12.1.6 – Execução PACE 2004-2013 (US\$)



Fonte: STN/CODIN

No exercício de 2013, o Projeto teve um impacto positivo sobre as ações da Secretaria do Tesouro Nacional, destacando-se as ações de suporte ao Projeto SICONFI - Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro, com a contratação de consultorias internacionais; os estudos sobre o Tesouro Direto e a viabilização da vinda de palestrantes (Prof. José Pastore e Prof. Cláudio Dedecca) para realização de seminários de interesse do corpo técnico da STN, podendo-se resumir os produtos realizados pelo Projeto como segue:

- Desenvolvimento de taxonomia de informações contábeis e financeiras (Apoio SICONFI);
- Desenvolvimento e adequação em soluções de sistemas de informação
- Elaboração de diagnóstico situacional e planejamento estratégico para expansão da base atual de investidores do Programa Tesouro Direto; e
- Seminários

- *Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto” – PACE*

Quadro 12.1.7 – Identificação do Projeto de Cooperação Técnica

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do Projeto de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Programa de Assistência Técnica para o Crescimento Sustentável e Equitativo	BRA 04/016

Fonte: STN/CODIN

Quadro 12.1.8 – Contratos de Consultoria

Valores em US\$ 1,00

Código do Contrato: 2012/000632					
Objetivo da consultoria: Desenvolver Taxonomia em XBRL e XBRL- GL de informações contábeis e financeiras					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
20/08/2012	08/02/2013	88.800,00	66.600,00	66.600,00	88.800,00
Insumos Externos					
Passagens aéreas e diárias					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – Documento contendo a representação da Matriz de Saldos Contábeis – MSC			20/09/2012	17.760,00	
Produto 2 - Documento contendo definição da arquitetura e modelagem da Taxonomia da STN em linguagem XBRL			20/11/2012	35.520,00	
Produto 3 – Documento contendo templates e processos de apoio à coleta de dados			06/12/2012	13.320,00	
Produto 4 – Documento contendo dados modelados, harmonizados e contextualizados			22/01/2013	22.200,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Gianluca Garbellotto				CPF: n/a	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: houve necessidade de prorrogação do contrato sem comprometimento da execução..					

Valores em US\$ 1,00

Código do Contrato: 2013/000362-00					
Objetivo da consultoria: Revisão da taxonomia de relatórios contendo informações contábeis e financeiras, em linha com a arquitetura de taxonomia previamente definida pela STN					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
26/08/2013	31/12/2013	49.999,00	49.999,00	49.999,00	49.999,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	

1. Relatório de levantamento das diferentes taxonomias XBRL desenvolvidas e a serem desenvolvidas, para os processos de coleta, transformação, armazenamento, divulgação e geração de relatórios do projeto SICONFI, fazendo um detalhamento das especificações de XBRL envolvidas em cada uma delas (XBRL Dimensions, XBRL Formulas, XBRL-FR, XBRL-GL, XBRL Inline, etc...). O relatório deve conter uma avaliação dos seguintes aspectos: requerimentos, validações, conformidades, boas práticas, controle de qualidade, de cada uma das especificações de XBRL citadas, utilizadas ou a serem utilizadas no âmbito do Projeto SICONFI.	16/09/2013	US\$8.999,82
2. Documento especificando os critérios e diretrizes a serem considerados para o desenvolvimento de testes de adequação (especificamente focados nos documentos de instância de XBRL) vinculados às taxonomias desenvolvidas.	11/10/2013	US\$10.999,78
3. Execução dos procedimentos de revisão e controle de qualidade de taxonomia e documentos XBRL relacionados, definidos pela STN, de forma independente da equipe de trabalho do SICONFI, de forma a atuar como validador externo.	31/10/2013	US\$7.499,85
4. Documento especificando os critérios e diretrizes a serem considerados para o desenvolvimento de provas de teste e de verificações relativas à manutenção das taxonomias desenvolvidas e a serem desenvolvidas no Projeto SICONFI.	25/11/2013	US\$7.499,85
5. Documentos de instância e implementação de testes de adequação, conjuntamente com a equipe da STN, para verificação das taxonomias desenvolvidas no âmbito do Projeto SICONFI.	26/12/2013	US\$14.999,70
Consultor contratado		
Nome do consultor: Makoto Koizumi		CPF: n/a
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: A execução do contrato se deu sem problemas, com a entrega de todos os produtos contratados.		

Valor em R\$ 1,00

Código do Contrato: 2012/000738					
Objetivo da consultoria: Contratação de consultoria especializada, pessoa física, para elaboração de diagnóstico situacional e planejamento estratégico para expansão da base atual de investidores do Programa Tesouro Direto					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
17/10/2012	30/06/2004	158.000,00	110.600,00	63.200,00	63.200,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Relatório de Diagnóstico Situacional do Tesouro Direto.			17/10/2012	47.400,00	
2. Workshop de Validação do Diagnóstico Situacional.			23/10/2012	15.800,00	
3. Planejamento Estratégico do Tesouro Direto.			24/12/2012	47.400,00	
4. Plano de Atividades de 12 meses.			14/01/2013	31.600,00	
5. Workshop de Apresentação do Planejamento Estratégico.			28/01/2013	15.800,00	

Consultor contratado	
Nome do consultor: Vera Silvieri	CPF: 766.297.678-53
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Houve necessidade de prorrogação, decorrente da demora da finalização do processo de licitação do contratação de pessoa jurídica vinculado a esse objetivo.	

Valor em R\$ 1,00

Código do Contrato: 2013/000397-00					
Objetivo da consultoria: Contratação de consultoria especializada, pessoa física, para elaboração de diagnóstico situacional e planejamento estratégico para expansão da base atual de investidores do Programa Tesouro Direto					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
09/09/2013	13/12/2014	72.000,00	72.000,00	72.000,00	72.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Relatório de Teste de usabilidade.			22/09/2013	9.000,00	
2. Wireframe.			25/10/2013	22.000,00	
3. Especificação.			25/10/2013	4.000,00	
4. Workshop Arquitetura de Informação.			08/11/2013	2.000,00	
5. Proposta de Leiaute / Design (Conceito).			04/10/2013	4.000,00	
6. Proposta de Leiaute / Design (Página inicial).			22/11/2013	9.000,00	
7. Proposta de Leiaute / Design (Internas).			10/12/2013	14.000,00	
8. Guias de estilo.			10/12/2013	3.000,00	
9. Banco de imagens.			10/12/2013	1.000,00	
10. Documento de Taxonomia.			25/10/2013	2.000,00	
11. Workshop Leiaute / Design.			01/12/2013	2.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Robson Torriceli Marcos Campos				CPF: 002.542.817-96	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: A execução do contrato se deu sem problemas, com a entrega de todos os produtos contratados.					

Valor em R\$ 1,00

Código do Contrato: 2013/000277-00					
Objetivo da consultoria: Aperfeiçoamento da base de dados existente na STN para Estados e Municípios; para propor metodologia de aperfeiçoamento de interpolação trimestral de dados, e para o desenvolvimento de modelo de projeção de estatísticas de finanças públicas para Estados e Municípios					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício

29/07/2013	20/12/2013	R\$44.996,45	R\$44.996,45	R\$44.996,45	R\$44.996,45
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
1. Base de dados com informações contábeis e fiscais de Estados e Municípios brasileiros com periodicidade anual, extrapolada, seguindo as orientações definidas pela STN.			05/09/2013		6.749,47
2. Base de dados com informações contábeis e fiscais de Estados e Municípios brasileiros com periodicidade anual, bimestral e mensal para estruturação do trabalho de extrapolação, interpolação e projeção, a partir de aperfeiçoamento das bases de dados já existentes na STN.			22/10/2013		13.498,93
3. Base de dados interpolada trimestral, utilizando-se das bases de dados construídas nos itens anteriores, mantendo a consistência entre as mesmas, respeitando a compatibilização entre os dados produzidos segundo os critérios acima da linha e abaixo da linha, conforme metodologado Manual de Estatísticas de Finanças Públicas - 2001 (MEFP 1986) e seguindo as orientações definidas pela STN.			26/11/2013		17.998,58
4. Base de dados projetada, com periodicidade trimestral, para o período de referência enquanto não houver informação primária disponível para o processo de interpolação da base de dados, seguindo as orientações definidas pela STN.			18/12/2013		6.749,47
Consultor contratado					
Nome do consultor: Gisele Braun				CPF: 000.110.910 -37	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: A execução do contrato se deu sem problemas, com a entrega de todos os produtos contratados.					

Valor em R\$ 1,00

Código do Contrato: 2013/000298-01					
Objetivo da consultoria: Aperfeiçoamento da base de dados existente na STN para Estados e Municípios; para propor metodologia de aperfeiçoamento de interpolação trimestral de dados, e para o desenvolvimento de modelo de projeção de estatísticas de finanças públicas para Estados e Municípios					
Período de Vigência			Remuneração		
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
05/08/2013	31/01/2014	R\$ 65.000,00	R\$ 65.000,00	R\$ 27.625,00	R\$ 27.625,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor
1. Relatório contendo proposta de texto para seção, a ser agregada na revisão do DEFP, sobre a evolução das IPSAS, da Contabilidade Aplicada ao Setor Público e das Estatísticas de Finanças Públicas no Brasil, de forma a apresentar as inovações implementadas nas bases de dados, sistemas informatizados, processos de compilação e aperfeiçoamento gradual da estrutura metodológica, em linha com as melhores práticas internacionais.			13/08/2013		4.875,00
2. Relatório contendo proposta de texto para seção, a ser incluída no DEFP, contendo as principais alterações no Manual revisto de			22/08/2013		4.875,00

Estatística de Finanças Públicas, a ser publicado em 2013.		
3. Relatório detalhando necessidades de novas desagregações na Matriz de Saldos Contábeis à luz da adaptação das principais alterações no Manual revisto de Estatística de Finanças Públicas, a ser publicado em 2013.	06/09/2013	8.125,00
4. Relatório contendo análise e classificação das despesas por função para Estados e Municípios para o período 2006-2012, segundo os conceitos do Manual GFSM 2001, tomando por base as classificações por função do Balanço Orçamentário do QDCC e considerando o processo e as planilhas de consolidação de dados dos entes subnacionais com o Governo Central para obtenção do Governo Geral, para todo o período, assim como guiade compilação para as despesas por funções englobando o processo de coleta e classificação para entes subnacionais e o processo de compilação para Governo Geral.	20/09/2013	6.500,00
5. Relatório detalhando necessidades de revisão e classificação das contas relativas a outros fluxos econômicos, considerando os dados disponíveis nas Demonstrações das Variações Patrimoniais - DVP obtidos por meio do SISTN, a partir de 2009 até o ano disponível.	04/10/2013	6.500,00
6. Relatório contendo atualização da compilação e produção da guia de compilação das estatísticas fiscais dos estados e municípios, incluindo o exercício de 2012, consolidando a série de 2006 a 2012 e incorporando variações decorrentes de outros fluxos, para os exercícios de 2011 e 2012. O material desenvolvido deve contemplar todos os ajustes de classificação e consolidação, bem como os critérios adotados para a execução dos mesmos.	18/10/2013	4.875,00
7. Relatório demonstrando a consolidação dos Demonstrativos de Fontes e Usos de Caixa para os Estados e Municípios, considerando os critérios do GFSM 2001, para os exercícios de 2010, 2011 e 2012, a partir da utilização dos dados disponíveis no SISTN contemplando os três estágios da despesa e as informações de restos a pagar.	30/10/2013	4.875,00
8. Relatório contendo proposição de regras de validação de negócios para verificação da taxonomia desenvolvida no âmbito do Projeto SICONFI para elaboração das estatísticas de finanças públicas, alinhadas como marco metodológico do GFSM 2001 e do MEF-Mercosul 2010.	08/11/2013	4.875,00
9. Relatório contendo análise sobre teste empírico do mapeamento (DE-PARA) realizado para elaboração das estatísticas de finanças públicas para Estados e Municípios, conforme GFSM 2001 e MEF-Mercosul 2010 a partir da estrutura da Matriz de Saldos Contábeis visando verificação da integridade e consistência.	25/11/2013	8.125,00
10. Material de apresentação e treinamento para ser utilizado em atividades de treinamento de usuários da STN sobre a produção de estatísticas de finanças públicas de estados e municípios, como resultado dos seis produtos anteriores e dos processos de trabalho já existentes na CESEF.	04/12/2013	4.875,00
11. Material didático para ser utilizado em curso online sobre estatísticas de finanças públicas em linha com o Demonstrativo de Estatísticas de Finanças Públicas - DEFP e o GFSM 2001, contendo, no mínimo, texto base para estudo online, exercícios práticos, propostas de fóruns de discussão virtual e exercícios complementares.	13/12/2013	6.500,00

Consultor contratado	
Nome do consultor: Manoel Victor G. Figueiredo	CPF: 839.482.608-34
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Houve necessidade de prorrogação do contrato.	

Fonte: STN/CODIN

- Projeto de Restauração e Manutenção de Estradas Federais – PREMEF

A partir do exercício de 2011, o Acordo de Cooperação Técnica BRA 06/024, firmado com o PNUD, passou a ser gerenciado pela UCP/STN, de acordo com o disposto na Portarias STN/MF n° 39,40,41 de 18/01/2011.

O Projeto tinha como objetivo inicial a contratação de serviços especializados de consultoria voltados para o desenho e implantação de metodologias de monitoramento, desenvolvimento de sistemas e treinamento de técnicos dos quadros das entidades envolvidas, assim como para a aquisição de bens. Desta forma, estes recursos contribuiriam decisivamente para que a STN, por meio da Coordenação-Geral de Análise Econômico-Fiscal de Projetos de Investimentos Públicos/COAPI-STN, melhorasse sua capacidade de avaliação e monitoramento dos investimentos públicos, considerando aspectos de eficiência, estruturando fisicamente a sistemática que permitiria consolidar suas ações nesta área.

Contudo, as prioridades governamentais com relação ao monitoramento e avaliação da execução de projetos tomaram outros rumos que prescindiram da participação efetiva da Secretaria do Tesouro Nacional no desenvolvimento de um sistema com esse objetivo, permitindo, então que o projeto passasse a focar suas atenções nas outras vertentes da atuação da Secretaria do Tesouro Nacional estabelecidas no Acordo de Empréstimo com o BIRD que visavam identificar oportunidades para melhorar a eficiência dos gastos públicos, por meio, inclusive, do aprimoramento do seu corpo gerencial e técnico, mediante treinamento e capacitação.

Sem ter utilizado os recursos provenientes do Acordo de Empréstimo, do qual solicitou sua exclusão, o projeto passou a ser financiado exclusivamente com recursos nacionais, por meio do Acordo de Cooperação Técnica BRA 06/024, firmado com o PNUD.

Por meio da Revisão Substantiva “I”, o orçamento do Acordo de Cooperação Técnica BRA 06/024 foi mantido, permanecendo da ordem de US\$ 9,071,747.03 e sua vigência foi prorrogada para 31/12/2014. Além disso, foram estabelecidas novas ações no âmbito do Projeto, no que diz respeito à Secretaria do Tesouro Nacional, consolidando, a retomada na sua execução.

Em 2013, a execução do Projeto sofreu um incremento de mais de 50% com relação aos valores de 2012, chegando a um montante de US\$ 954.059,79. Destacam-se, dentre as ações viabilizadas com os recursos do PREMEF, a finalização do SID – Sistema Integrado da Dívida Pública; a Avaliação do Sistema de TI com a elaboração do PETI; as ações de melhoria na administração financeira, em especial, o apoio ao Projeto SICONFI; o projeto Tesouro Educacional e os estudos visando o aprimoramento do clima organizacional. O aporte de recursos do projeto possibilitou a contratação de empresas de consultorias e consultores individuais, inclusive de caráter internacional.

Com a prorrogação do projeto, houve reformulação de suas metas físicas e financeiras. Assim, as metas financeiras repactuadas para o exercício de 2013, ficaram estabelecidas como consta do quadro a seguir:

Quadro 12.1.9 – Metas Financeiras – PREMEF

00053902 – Projeto BRA/06/024– Projeto de Restauração e Manutenção de Estradas Federais – PREMEF			
Ano – 2013			
Fundo 30071			
Resultado	Conta Contábil – Descrição	Planejado US\$	Executado US\$
Resultado 1	73500-Reimbursement Costs		\$200,00
Resultado 7 - Produto 7.2	71300 – Consultorias Nacionais – pessoa física – produtos	\$60.000,00	\$35.752,53
	71600 - Viagens	\$2.500,00	-\$32,63
	74200 - Impressões e Publicações	\$11.000,00	\$11.578,50
	72100 - Serviços Contratados Empresas	\$39.000,00	\$0,00
	75100 - Facilidades e Administração	\$5.625,00	\$650,12
	76100-Foreign Exchange Currency Loss		-\$16,90
Resultado 8 - Produtos 8.2 e 8.3	71300 – Consultorias Nacionais – pessoa física – produtos	\$102.000,00	\$86.378,02
	72100 - Serviços Contratados Empresas	\$0,00	\$0,00
	71600 - Viagem	\$0,00	\$0,00
	Impressões/Traduções	\$75.000,00	\$14.285,96
	75100 – Facilidades e Administração	\$8.850,00	\$4.083,11
	76100-Foreign Exchange Currency Loss		\$86,67
Resultado 9 - Produtos 9.5, 9.6, 9.7,9.8,9.9,10.9,11.9,12,9.13	71200 - Consultores Internacionais - pessoa física - produtos	\$244.000,00	\$111.450,00
	71300 – Consultorias Nacionais – pessoa física – produtos	\$500.000,00	\$142.349,18
	71600 - Viagem	\$20.000,00	\$0,00
	72100 - Serviços Contratados Empresas	\$222.000,00	\$134.360,68
	72500 - Publicações	\$50.000,00	\$32.452,81
	74200 - Impressões e Publicações	\$25.000,00	\$2.050,02
	75100 – Facilidades e Administração	\$53.050,00	\$9.187,37
	76100-Foreign Exchange Currency Loss		-\$161,19
Resultado 11 - Produto 11.1	71300 – Consultorias Nacionais – pessoa física – produtos	\$182.000,00	\$76.074,30
	71600 - Viagem	\$1.000,00	\$0,00
	72100 - Serviços Contratados Empresas	\$2.500,00	\$0,00
	75100 – Facilidades e Administração	\$9.275,00	\$3.312,23
	76100-Foreign Exchange Currency Loss		-\$0,02
Resultado 13 - Produtos 13.1 e 13.2	72100 - Serviços Contratados Empresas	\$450.000,00	\$0,00
	72400-Communic & Audio Visual Equip		\$212.776,00
	75100 – Facilidades e Administração	\$22.500,00	\$10.638,80
Resultado 14 - Produto 14.1	71300 – Consultorias Nacionais – pessoa física – produtos	\$83.000,00	\$63.916,42
	75100 – Facilidades e Administração	\$4.150,00	\$2.867,21
	76100-Foreign Exchange Currency Loss		-\$179,40
	TOTAL	\$2.172.450,00	\$954.059,79

Fonte: STN/CODIN

Não obstante a sua reformulação, diversos fatores contribuíram para que as metas físicas não fossem integralmente cumpridas, em desacordo com o cronograma estabelecido para a execução. Dentre eles, de maior impacto foi sido a dificuldade em realizar os processos licitatórios de forma ágil e tecnicamente adequados. Tais fatores geraram atrasos, ultrapassando, em alguns casos, em vários meses a previsão inicialmente constante do PRODOC, impedindo, desta forma, que as atividades constantes na programação se realizassem com a presteza e agilidade previstas.

Assim, vários projetos somente iniciaram sua execução no primeiro semestre de 2013, inviabilizando o cronograma anteriormente fixado o qual estabelecia o término das atividades ainda no exercício de 2013.

Dentre os principais projetos afetados por este situação, se pode citar: a) Avaliação do Sistema de TI do Tesouro Nacional; b) Elaboração do Projeto Tesouro Educacional; c) Desenvolvimento de Ações para a Qualidade e Transparência Fiscal – SICONFI; d) Disseminação das Técnicas de Avaliação da Qualidade do Gasto Público junto a Gestores Públicos nos Níveis Federal, Estadual e Municipal; e e) Diagnóstico Organizacional da STN.

Segue quadro com as metas repactuadas para 2013:

Quadro 12.1.10 – Metas Físicas

Resultados	Meta dos Produtos por ano	Produtos
7 – Aperfeiçoamento da gestão de recursos humanos com foco melhoria na eficiência do gasto público	2013 a) Identificação das ações para aprimorar o Clima Organizacional- aspectos referentes à saúde do servidor;	Produto 7.2 – Aprimoramento do Clima Organizacional
8 – Identificação de mecanismos para tomada de decisão e para avaliação das políticas públicas	2013 –a) Definir ações para a melhoria das condições de sustentabilidades das contas públicas e ao aprimoramento da qualidade da gestão governamental; 2014 –a) Efetuar estudos visando a identificação das condições de melhoria de sustentabilidades das contas públicas e ao aprimoramento da qualidade da gestão governamental b)Disseminar junto a gestores públicos nos níveis federal, estadual e municipal técnicas de avaliação da qualidade do gasto público	Produto 8.2 – Avaliação de Políticas Públicas e melhoria da Gestão do Gasto Público em áreas finalísticas Produto 8.3 - Disseminação das técnicas de avaliação da qualidade do gasto público junto a gestores públicos nos níveis federal, estadual e municipal
9 – Aperfeiçoamento de instrumentos e técnicas para melhoria da eficiência e eficácia da administração financeira	2013 – a) início do processo de implantação de taxonomia e definição das regras de integração do Módulo Fiscal com o SICONFI; b) início do estudo do processo de coleta, tratamento e divulgação de informações fiscais dos Entes Federativos elaborado; c) Planejamento Estratégico de TI para o período 2013-2016 elaborado; d) elaboração de estudos e projetos referentes à formulação e na gestão das políticas econômicas necessárias para o desenvolvimento sustentável com justiça fiscal e equilíbrio das contas públicas; e) fase inicial do projeto pedagógico de ferramenta interativa na internet, com base no tema “Educação Fiscal”, elaborado; f) elaboração de estudos iniciais do processo processo de coleta, tratamento de divulgação de informações fiscais dos Entes Federativos; g) fase inicial do modelo macroeconômico de longo prazo a ser utilizado na formulação das estratégias do FS	Produto 9.5 – Desenvolvimento de Ações para a Qualidade e Transparência Fiscal Produto 9.6 – Avaliação do Sistema de TI do Tesouro Nacional Produto 9.7 – Estudos e projetos para auxiliar na formulação e na gestão das políticas econômicas necessárias para o desenvolvimento sustentável com justiça fiscal e equilíbrio das contas públicas Produto 9.8 - Elaboração do Projeto Tesouro Educacional Produto 9.9 :-Aperfeiçoamento do processo de gestão orçamentária e financeira no âmbito da Gestão da Dívida Pública Federal Produto 9.10 -Aperfeiçoar o processo de informações fiscais da União, Estados e Municípios com o objetivo de aprimorar a transparência da gestão pública

		<p>Produto 9.11:-Estruturação do modelo de gestão financeira dos recursos aportados no Fundo Social</p> <p>Produto 9.12: Desenvolvimento de modelo geral de gestão de ativos do Fundo Soberano do Brasil</p> <p>Produto 9.13: Desenvolvimento de instrumentos e técnicas para a melhoria da eficiência de processos da STN</p>
11 – Elaboração da metodologia de planejamento institucional da STN	2013 – Diagnóstico para o Planejamento Institucional da Secretaria do Tesouro Nacional elaborado	Produto 11.1 – Elaboração da metodologia de planejamento institucional da STN
13 – Sistema Integrado da Dívida Pública – SID	2013 - Manutenção Evolutiva do Sistema Integrado da Dívida Pública (SID) efetuada	Produto 13.2 - Aperfeiçoamento do Sistema Integrado da Dívida Pública (SID)

Fonte: STN/CODIN

Das metas físicas planejadas, foram obtidos produtos ao final de 2013, referentes às seguintes ações:

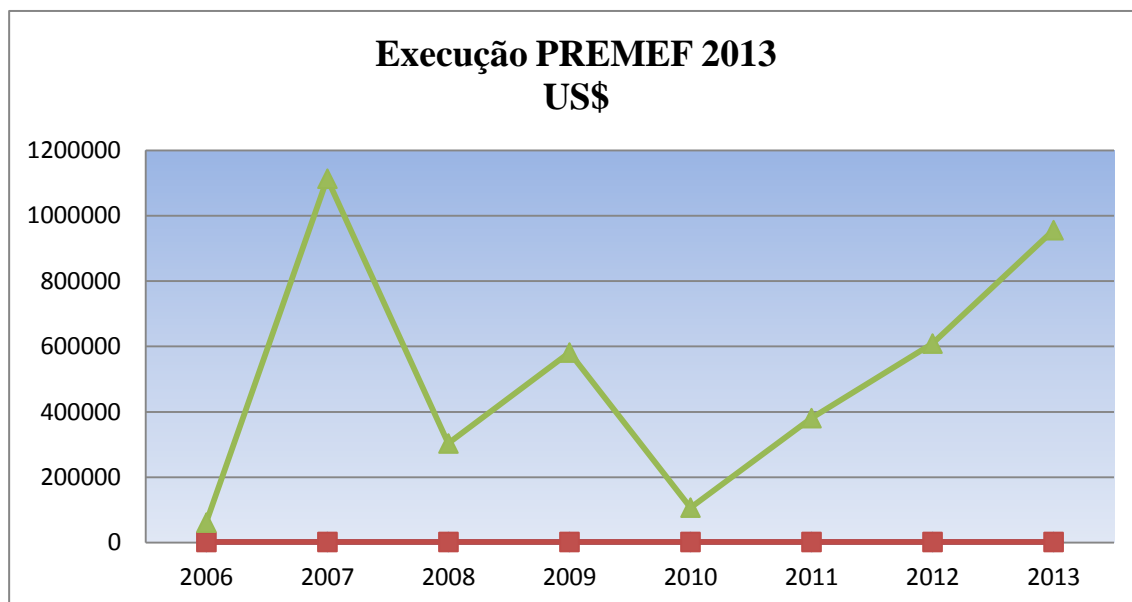
- Manutenção Evolutiva do Sistema Integrado da Dívida Pública;
- Desenvolvimento do Projeto de Gestão Integrada de Riscos;
- Estudos para avaliação da qualidade do gasto público;
- Aperfeiçoamento de instrumentos e técnicas para melhoria da eficiência e eficácia da administração financeira;
- Aperfeiçoamento do processo de gestão orçamentária e financeira no âmbito da Gestão da Dívida Pública Federal;
- Disseminação das técnicas de avaliação da qualidade do gasto público junto a gestores públicos nos níveis federal, estadual e municipal;
- Consolidação do modelo de gestão de ativos do Fundo Soberano;
- Elaboração da metodologia de Planejamento institucional da STN;
- Aprimoramento do Clima Organizacional;
- Avaliação do Sistema de TI do Tesouro Nacional;
- Tesouro Educacional.

No exercício de 2013, foram finalizadas as ações referentes Sistema Integrado da Dívida Pública, e deu-se continuidade aos demais projetos: Desenvolvimento de Ações para a Qualidade e Transparência Fiscal, concentrando os esforços em projetos que vão atender à implantação do SICONFI – Sistema de Informações Contábeis e Fiscais, tais como o desenvolvimento de uma taxonomia em XBRL (Extensive Business Reporting Language); Estudos sobre a avaliação da

qualidade do gasto público; e Aprimoramento do Clima Organizacional do Tesouro Nacional, dentre outros.

Até o exercício de 2013, a execução do projeto PREMEF alcançou um montante de US\$ 4.097.432,71, distribuído conforme gráfico a seguir:

Gráfico 12.1.7 – Evolução Execução dos Recursos – PREMEF BRA 06/024 (em US\$)



Fonte: STN/CODIN

- Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto” – PREMEF

Quadro 12.1.11 – Identificação do Projeto de Cooperação Técnica

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do Projeto de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Projeto de Restauração e Manutenção de Estradas Federais	BRA 06/024

Fonte: STN/CODIN

Quadro 12.1.12 – Contratos de Consultoria

Valores em R\$ 1,00

Código do Contrato: 2012/000505-01					
Objetivo da consultoria: Contratação de consultor sênior para o desenvolvimento da fase inicial do projeto de gestão integrada de riscos na Secretaria do Tesouro Nacional					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
21/06/2012	29/03/2013	160.000,00	65.600,00	65.600,00	160.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
1 Plano de Trabalho Detalhado.	29/06/2012	8.000,00
2 Relatório em meio físico e magnético, contendo: a) avaliação das metodologias de mensuração e avaliação dos riscos de crédito identificadas; b) definição das metodologias adequadas para a STN.	02/08/2012	28.800,00
3 Relatório em meio físico e magnético, contendo: a) avaliação das metodologias de mensuração e avaliação dos riscos de liquidez identificadas; b) definição das metodologias adequadas para a STN.	04/09/2012	28.800,00
4 Relatório em meio físico e magnético, contendo: a) avaliação das metodologias de mensuração e avaliação dos riscos operacionais identificadas; b) definição das metodologias adequadas para a STN.	08/10/2012	28.800,00
5 Relatório em meio físico e magnético, contendo proposta de metodologia para a integração de riscos na STN.	12/11/2012	28.800,00
6 Manual, em meio físico e magnético, descrevendo as normas e procedimentos para a integração de riscos na STN.	10/12/2012	16.000,00
7 Relatório em meio físico e magnético, contendo as regras de negócio necessárias para a integração de riscos na STN.	28/12/2012	20.800,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Diógenes Álvares		CPF: 636.185.831-68
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Houve necessidade de prorrogação do contrato		

Valores em US\$ 1,00

Código do Contrato: 2012/000173					
Objetivo da consultoria: Contratação de um consultor sênior, especialista em <i>Extensible Business Reporting Language</i> – XBRL, para o desenvolvimento da etapa de taxonomia vinculada ao Projeto SICONFI e à fase de especificação do projeto, para trabalhar com produtos voltados a demandas de áreas de negócio da STN					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
29/03/2012	10/05/2013	US\$ 80.000,00	US\$ 52.000,00	US\$ 52.000,00	US\$ 80.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição	Data prevista de entrega	Valor			
1. Produção de material de disseminação interna para equipe da STN (Power Point e Word) sobre XBRL, (Especificação 2.1, Dimensões XBRL 1.0 e de outras especificações modulares XBRL) e XBRL Global Ledger (XBRL GL).	11/04/2012	4.000,00			
2. Produção de relatório preliminar acerca das informações contidas nos relatórios e demonstrativos.	26/04/2012	4.000,00			
3. Produção de documentos visando a homogeneização de conceitos e organização de planilhas dos Demonstrativos de Estatísticas de Finanças Públicas – DEFP.	16/05/2012	8.000,00			

4. Produção de relatório de definição das inter-relações entre informações disponíveis no PCASP e no QDCC para elaboração dos DEFP.	31/05/2012	4.000,00
5. Apoio à construção de relatório com a representação do PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, abrangendo: protótipos de como seria representado o PCASP tanto com XBRL GL quanto com o uso de uma taxonomia XBRL.	20/06/2012	8.000,00
6. Produção de arquivos de taxonomia ou extensão de taxonomia, com apoio de consultoria externa contratada para tal fim, para informações dos Demonstrativos de Estatísticas de Finanças Públicas – DEFP.	10/07/2012	16.000,00
7. Produção de folhas de estilo, com apoio de consultoria externa contrata para tal fim, para utilização no Projeto SICONFI, relativamente ao Demonstrativo de Operações do Governo, Demonstrativo de Fontes e Usos de Caixa, Receitas e Despesas e demais demonstrativos correlacionados.	30/07/2012	8.000,00
8. Apoio à elaboração de relatório descritivo do processo de integração do SICONFI com o Módulo Fiscal de forma a subsidiar trabalho da área de negócios e de tecnologia da informação da STN.	25/08/2012	8.000,00
9. Elaboração de apresentações (em Power Point) a partir dos Manuais de Implementação de Taxonomias de relatórios específicos e realização de seminários visando disseminar o conhecimento sobre os procedimentos de elaboração de taxonomia objeto de atuação desse consultor.	14/09/2012	4.000,00
10. Atuação, conjuntamente com a equipe da CESEF, na preparação de material e em todas as atividades envolvidas no processo de exposição da taxonomia a empresas, fornecedores e stakeholders nacionais e internacionais visando a validação da taxonomia produzida.	31/10/2012	8.000,00
11. Atuação, conjuntamente com a equipe da CESEF, como multiplicador nas atividades de treinamento de usuários na STN e nos Entes Subnacionais (Estados, Municípios e Distrito Federal), bem como em eventos e fóruns de mesma natureza.	31/12/2012	8.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Daniel José Diaz		CPF: N/A
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: houve necessidade de prorrogação do contrato		

Valores em R\$ 1,00

Código do Contrato: 2012/000425					
Objetivo da consultoria: Contratação de um consultor sênior, especialista em Finanças Públicas, com experiência comprovada em finanças públicas de entes subnacionais brasileiros (Estados, Distrito Federal e Municípios), para o desenvolvimento da etapa de taxonomia vinculada ao Projeto SICONFI e à fase de especificação do projeto.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
10/05/2012	10/05/2013	130.000,00	78.000,00	78.000,00	130.000,00
Insumos Externos					

Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
1. Produção de relatório preliminar acerca das informações contidas nos relatórios e demonstrativos (atuais e previstos) e da forma como estas irão compor os dos Demonstrativos de Estatísticas de Finanças Públicas – DEFP e sua taxonomia.	17/05/2012	6.500,00
2. Produção de relatório, sob orientação da contratante, contendo a homogeneização de conceitos e organização de planilhas dos Demonstrativos de Estatísticas de Finanças Públicas – DEFP.	01/06/2012	13.000,00
3. Elaboração de relatório sobre a possibilidade de incorporação das informações contábeis e financeiras de Empresas Estatais do Governo Federal que já utilizam padrão XBRL no Módulo Fiscal e no Projeto SICONFI.	11/06/2012	13.000,00
4. Produção de relatório e de planilhas eletrônicas que subsidiem o mesmo, sob orientação da contratante, de nova estrutura do Balanço Anual e Balancetes Mensais para atendimento à produção de estatísticas de finanças públicas de entes subnacionais (Estados, Municípios e Distrito Federal) e do Governo Federal, bem como a consolidação do setor público no padrão dos DEFP.	26/06/2012	13.000,00
5. Produção de relatório e arquivos de taxonomia ou extensão de taxonomia, com apoio de consultoria externa contratada para tal fim, para informações dos Demonstrativos de Estatísticas de Finanças Públicas – DEFP.	16/07/2012	26.000,00
6. Produção de folhas de estilo, com apoio de consultoria externa contrata para tal fim, para utilização no Projeto SICONFI.	15/08/2012	13.000,00
7. Elaborar relatório, sob orientação da contratante, que permita a especificação de negócio para manutenção evolutiva do Módulo Fiscal visando atendimento à integração desse sistema com o SICONFI 8.	30/08/2012	13.000,00
8. Estruturar relatório com proposta de indicadores obtidos por meio do Projeto SICONFI e Módulo Fiscal para incorporar no Sistema Séries Temporais da STN.	15/10/2012	6.500,00
9. Atuação, conjuntamente com a equipe da CESEF, na preparação de material (apresentações, relatórios, etc.) e em todas as atividades envolvidas no processo de exposição da taxonomia a empresas, fornecedores e stakeholders nacionais e internacionais visando a validação da taxonomia produzida.	09/11/2012	13.000,00
10. Elaboração de manual de treinamento, conjuntamente com a equipe da CESEF, para ser utilizado por multiplicador nas atividades de treinamento de usuários na STN e nos Entes Subnacionais (Estados, Municípios e Distrito Federal), bem como em eventos e fóruns de mesma natureza.	27/12/2012	13.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Manoel Victor G. Figueiredo		CPF: 839.482.608-34
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: houve necessidade de prorrogação do contrato com		

alteração do prazo de entrega de produtos.

Valores em R\$ 1,00

Código do Contrato: 2012/000822-02

Objetivo da consultoria: Contratação de consultor sênior em Tecnologia da Informação para a avaliação do Sistema de Execução Orçamentária e Financeira - SEORFI, e elaboração de um modelo conceitual que contemple a atualização de processos relacionados a execução orçamentária e financeira e de informações contábeis.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/10/2012	31/03/2014	144.000,00	112.320,00	80.640,00	112.320,00

Insumos Externos

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
1. Plano de trabalho detalhado e o cronograma de atividades.	15/10/2012	14.400,00
2. Relatório contendo os modelos conceituais referentes à carga de dados do SIAFI (saldo orçamentário, financeiros, empenhos) e SID referente à rotina de importação da dívida contratual.	13/11/2012	11.520,00
3. Relatório contendo os modelos conceituais referentes à carga de dados do SID relacionados à rotina de importação da dívida contratual.	05/12/2012	10.080,00
4. Relatório contendo os modelos conceituais referente ao envio de dados para o SIAFI e a coleta de informações referentes às NL's, OB's (crédito, reserva), lista, GRU e GPS.	11/01/2013	14.400,00
5. Relatório contendo os modelos conceituais e funcionais referente ao Pagamento das Despesas Administrativas com cálculos das taxas como Calculo de taxas DARF e DAR .	25/02/2013	17.280,00
6. Relatório contendo os modelos conceituais referente ao pagamento de BuyBack relacionado a AE e aos processos internos do SEORFI.	25/03/2013	11.520,00
7. Relatório contendo os modelos de relatórios gerenciais específicos para o controle orçamentário e financeiro da dívida.	21/05/2013	24.480,00
8. Relatório contendo os modelos conceituais referente aos processos de receitas da dívida, Receitas Fontes Específicas, Receitas de emissões de Títulos, Leilões e fontes Próprias.	03/07/2013	17.280,00
9. Relatório contendo os modelos conceituais referentes aos modelos de correção monetária dos títulos da dívida interna indexados pelo IGPM e contabilização do Tesouro Direto (emissão pagamentos).	17/07/2013	5.760,00
10. Manual técnico e treinamento nos modelos para os técnicos da Codiv envolvendo todo trabalho da consultoria.	11/09/2013	17.280,00

Consultor contratado

Nome do consultor: Marcelo Bittencourt

CPF: 611.475.591-04

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: houve necessidade de nova prorrogação do contrato .

Valores em R\$ 1,00

Código do Contrato: 2012/000925					
Objetivo da consultoria: Contratação de consultor, com conhecimento e experiência em contabilidade aplicada ao setor público e com desejável conhecimento no padrão XBRL - Extensible Reporting Language e ferramenta XBRL Fujitsu Interstage XWand Toolkit, a partir da versão 10, para apoiar a implementação do Projeto SICONFI, em especial o projeto de criação da taxonomia do setor público brasileiro, vinculado ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
17/12/2012	18/12/2013	120.000,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Arquivos de taxonomia ou extensão de taxonomia da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, construído conjuntamente com a equipe da STN, com base em protótipo definido pela STN, representando a MSC, o DCASP, inclusive o mapeamento das inter-relações necessárias para a produção de dados a partir da MSC.			25/01/2013	9.000,00	
2. Relatório contendo análise das inter-relações das informações contidas na MSC e os demonstrativos do MCASP, visando a implantação da taxonomia da Contabilidade Aplicada ao Setor Público em padrão XBRL e, caso necessário, proposta de modelos alternativos que visem a harmonização dos demonstrativos em referência.			01/03/2013	9.000,00	
3. Relatório e planilhas eletrônicas contendo o mapeamento das informações dos demonstrativos do MCASP em relação às informações contidas na MSC com vista ao desenvolvimento da taxonomia da Contabilidade Aplicada ao Setor Público e do SICONFI, conforme arquitetura e modelos definidos pela STN.			01/04/2013	12.000,00	
4. Relatório e arquivos de taxonomia ou extensão de taxonomia da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, construído conjuntamente com a equipe da STN, representando o PCASP e a MSC.			11/05/2013	18.000,00	
5. Relatório e arquivos de taxonomia ou extensão de taxonomia da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, construído conjuntamente com a equipe da STN, representando o DCASP, inclusive o mapeamento das inter-relações necessárias para a produção de dados a partir da MSC.			25/06/2013	18.000,00	
6. Relatório e arquivos contendo as folhas de estilo de taxonomia ou extensão de taxonomia da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, construído conjuntamente com a equipe da STN, representando a MSC.			16/07/2013	9.000,00	
7. Relatório e arquivos contendo as folhas de estilo de taxonomia ou extensão de taxonomia da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, construído conjuntamente com a equipe da STN, representando o DCASP, inclusive o mapeamento das inter-relações necessárias para			05/08/2013	9.000,00	

a produção de dados a partir da MSC.		
8. Apresentações em meio eletrônico a partir dos Manuais de Implementação de Taxonomias da Contabilidade Aplicada ao Setor Público e realização de seminários visando disseminar o conhecimento sobre os procedimentos de elaboração de taxonomia, objeto de atuação desse consultor.	19/09/2013	12.000,00
9. Elaboração, conjuntamente com a equipe da CCONF, de manuais relativos ao processo de Taxonomia envolvendo a Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Participação em atividades envolvendo o processo de exposição da taxonomia a empresas, fornecedores e stakeholders nacionais e internacionais visando a validação da taxonomia produzida.	04/11/2013	12.000,00
10. Atuação como multiplicador, conjuntamente com a equipe da CCONF, elaborando material didático e participando de apresentações em workshops para usuários da STN e/ou dos entes da Federação (Estados, Municípios e Distrito Federal), bem como em eventos e fóruns de mesma natureza.	18/12/2013	12.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Ilson Camelozi		CPF: 215.986.848-50
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Valores em R\$ 1,00

Código do Contrato: 2012/000908-02					
Objetivo da consultoria: Elaboração e desenvolvimento de modelo conceitual que contemple os requisitos necessários para a geração de dados essenciais à estruturação da sistemática de monitoramento integrado dos riscos de mercado, crédito, liquidez e operacional a que a STN está exposta.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
30/05/2014	01/10/2013	120.000,00	120.000,00	69.600,00	69.600,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1.Plano de trabalho detalhado cobrindo toda a consultoria.			12/12/2012	4.800,00	
2. Relatório contendo os modelos conceituais com os requisitos necessários para estruturação da sistemática para monitoramento do risco de mercado e do risco de liquidez a que a STN está exposta, baseado nas especificações e metodologias já definidas nas regras de negócios, identificando: as áreas da instituição envolvidas, as informações necessárias, o mapeamento dos dados a serem capturados, a forma de captura dos dados e o desenho de relatórios e consultas de interesse da COGER e das demais áreas.			27/01/2013	18.000,00	
3. Relatório contendo o modelo conceitual com os requisitos necessários para estruturação da sistemática para monitoramento do risco de crédito a que a STN está exposta, baseado nas especificações e metodologias já definidas nas regras de negócios, identificando: as áreas da instituição envolvidas, as informações necessárias, o mapeamento dos dados a serem capturados, a forma de captura dos			04/03/2013	14.400,00	

dados e o desenho de relatórios e consultas de interesse da COGER e das demais áreas.		
4. Relatório contendo os modelos conceituais e funcionais com os requisitos necessários para coleta e carga de dados do risco de mercado e do risco de liquidez a que a STN está exposta.	22/04/2013	18.000,00
5. Relatório contendo os modelos conceituais com os requisitos necessários para estruturação da sistemática para monitoramento do risco operacional a que a STN está exposta, baseado nas especificações e metodologias já definidas nas regras de negócios, identificando: as áreas da instituição envolvidas, as informações necessárias, o mapeamento dos dados a serem capturados, a forma de captura dos dados e o desenho de relatórios e consultas de interesse da COGER e das demais áreas. O presente Relatório também contemplará a consolidação de todas as vertentes de risco.	22/05/2013	14.400,00
6. Relatório contendo os modelos conceituais e funcionais com os requisitos necessários para coleta e carga de dados do risco de crédito a que a STN está exposta.	26/06/2013	14.400,00
7. Relatório contendo os modelos conceituais e funcionais com os requisitos necessários para coleta e carga de dados do risco operacional a que a STN está exposta e para integração de todas as vertentes de risco sistematizadas.	12/08/2013	14.400,00
8. Documentação técnica e treinamento para a equipe indicada pela COGER, envolvendo todo o trabalho da consultoria.	01/10/2013	21.600,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Oswaldo Noman	CPF: 102.305.806-53	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Houve necessidade de prorrogação do contrato		

Valores em R\$ 1,00

Código do Contrato: 2012/000903					
Objetivo da consultoria: Contratação de serviços especializados para elaboração de diagnóstico das iniciativas educacionais do Tesouro Nacional relacionadas com mapeamento de público-alvo, impacto e outros indicadores detectados.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
19/11/2012	15/03/2013	46.000,00	46.000,00	46.000,00	46.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Relatório de Diagnóstico das iniciativas educacionais do Tesouro Nacional.			01/02/2013	23.000,00	
2. Workshop de Validação do Diagnóstico Situacional.			15/02/2013	23.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Soraia de Oliveira Duarte			CPF: 157.699.318-33		

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Houve necessidade de prorrogação do contrato

Valores em R\$ 1,00

Código do Contrato: 2012/000926-02

Objetivo da consultoria: Contratação de consultoria especializada, pessoa física para elaboração de diagnóstico situacional dos processos atuais da estrutura organizacional da Secretaria do Tesouro Nacional

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
17/12/2012	31/03/2014	155.760,00	155.760,00	52.958,40	52.958,40

Insumos Externos

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
1. Relatório de diagnóstico organizacional macro processos	15/01/2013	15.576,00
2. Workshop de Validação do relatório organizacional macro	21/01/2013	7.788,00
3. Relatório de diagnóstico organizacional de processos e sub processos envolvendo subsecretarias e coordenações	20/05/2013	23.364,00
4. Workshop de validação de diagnóstico de processos e sub processos em níveis de subsecretarias e coordenações	31/05/2013	15.576,00
5. Relatório do diagnóstico integrado	01/07/2013	23.364,00
6. Workshop de validação do diagnostico integrado	08/07/2013	11.682,00
7. Plano de ação para correção de principais problemas identificados	09/08/2013	23.364,00
8. Workshop de validação final	19/08/2013	11.682,00
9. Plano de atividades para 9 meses	20/09/2013	23.364,00

Consultor contratado

Nome do consultor: Santiago Maya Lopes

CPF: 212.449.778-29

Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Foi necessária a prorrogação do contrato

Valores em R\$ 1,00

Código do Contrato: 2012/000939-02

Objetivo da consultoria: Contratação de consultor para elaborar projeto gráfico editorial para o desenvolvimento do livro sobre avaliação da qualidade do gasto público e mensuração da eficiência.

Período de Vigência	Remuneração
---------------------	-------------

Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
27/12/2012	30/06/2014	43.200,00	43.200,00	34.560,00	34.560,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Entrega da proposta gráfica.			04/02/2013	4.320,00	
2. Entrega da revisão da proposta gráfica.			19/02/2013	4.320,00	
3. Entrega dos produtos esperados elencados na Seção III do TDR.			06/03/2013	25.920,00	
4. Acompanhamento das etapas de diagramação e impressão.			06/09/2013	8.6400,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Humberto Cunha				CPF: 989.790.511-15	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Foi necessária a prorrogação do contrato					

Valores em R\$ 1,00

Código do Contrato: 2013/000139-01					
Objetivo da consultoria: Contratação de consultor para capacitação em técnicas de detecção de outliers, bootstrapping e programação linear em análise envoltória de dados					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
27/05/2013	28/02/2014	79.120,00	79.120,00	63.296,00	63.296,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Capacitação da equipe do Tesouro Nacional sobre utilização técnicas de detecção de outliers em análise envoltória de dados.			14/06/2013	15.824,00	
2. Fornecer consultoria técnica para a implementação computacional das principais rotinas de detecção de outliers disponíveis na literatura.			09/08/2013	15.824,00	
3. Capacitação da equipe do Tesouro Nacional para utilizar técnicas de bootstrapping aplicadas à análise envoltória de dados.			13/09/2013	15.824,00	
4. Fornecer consultoria técnica para a implementação computacional das principais rotinas de bootstrapping disponíveis na literatura.			18/10/2013	15.824,00	
5. Capacitação em tópicos avançados de programação linear aplicada			06/12/2013	15.824,00	

à análise envoltória de dados.		
Consultor contratado		
Nome do consultor: Borko Stosic		CPF: 934.051.974-49
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Foi necessária a prorrogação do contrato		

Valores em R\$ 1,00

Código do Contrato: 2013/000424-01					
Objetivo da consultoria: Desenvolvimento do projeto de avaliação dos incentivos à gestão do Programa Bolsa Família. Pretende-se com este projeto de pesquisa avaliar o atual desenho de mecanismos inerente ao indicador IGD-M (Índice de Gestão Descentralizado), bem como sua importância como gerador de incentivos à melhor gestão dos recursos por parte dos entes subnacionais.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
11/09/2013	29/08/2014	70.000,00	70.000,00	7.000,00	7.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Apresentação de Relatório na STN, em meio magnético, contendo Plano de Trabalho e revisão da literatura científica a respeito da avaliação dos incentivos de gestão de programas sociais de transferência de renda, de acordo com a ótica de trabalho proposta pelo consultor e aprovada pela STN;			30/09/2013	7.000,00	
2. Apresentação de Relatório na STN contendo a metodologia e os resultados preliminares do estudo sobre a avaliação dos incentivos de gestão do Programa Bolsa Família bem como o envio em meio magnético das bases de dados e rotinas utilizadas;			20/10/2013	14.000,00	
3. Repasse de conhecimento à equipe do Tesouro Nacional sobre metodologias utilizadas na avaliação de programas sociais de transferência de renda, por meio de capacitação dos servidores envolvidos no projeto;			05/11/2013	14.000,00	
4. Repasse de conhecimento à da equipe do Tesouro Nacional sobre a metodologia escolhida na avaliação do PBF. O consultor deverá indicar o referencial teórico, incluindo bibliografia relevante (livros e artigos científicos), expor os fundamentos teóricos e computacionais da sua implementação e auxiliar a equipe do Tesouro Nacional a definir aplicações; e			25/11/2013	14.000,00	
5. Relatório em meio físico e magnético, contendo:					
i) estudo sobre avaliação dos incentivos de gestão do Programa Bolsa Família.			20/12/2013	21.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Maurício Bugarin				CPF: 384.987.711-53	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Foi necessária a prorrogação do contrato					

Valores em R\$ 1,00

Código do Contrato: 2013/000424-01					
Objetivo da consultoria: Prestação de serviços de projeto assistido de representações de dados visuais e interativas, com a transferência de melhores práticas para a equipe da Secretaria do Tesouro Nacional .					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
16/12/2013	16/11/2014	36.000,00	1.800,00	-	-
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Plano de Trabalho;			31/12/2013	1.800,00	
2. Entrega de pelo menos 10 artefatos análogos a caso de uso do domínio de negócio dos sistemas da Execução Orçamentária e Financeira;			31/01/2014	14.400,00	
3. Entrega de pelo menos 05 artefatos análogos a caso de uso do domínio de negócio dos sistemas de informações fiscais;			17/09/2014	7.200,00	
4. Entrega de pelo menos 05 artefatos análogos a caso de uso do domínio de negócio dos sistemas de Haveres Mobiliários e			17/10/2014	7.200,00	
5. Workshop de transferência de conhecimento			31/10/2014	5.400,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Raquel Minardi				CPF: 046.454.366-51	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Valores em R\$ 1,00

Código do Contrato: 2013/000019-01					
Objetivo da consultoria: Desenvolvimento de programas voltados à promoção da saúde e da qualidade de vida no trabalho					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
04/0/2013	11/03/2014	117.000,00	117.000,00	81.900,00	81.900,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Relatório estruturado contendo o Programa, atividades, cronograma e recursos humanos, operacionais e financeiros necessários ao seu desenvolvimento.			06/03/2013	9.360,00	
2. Relatório contendo o conjunto de indicadores necessários à gestão do Programa e Workshop de coordenação para alinhamento da			08/04/2013	9.360,00	

implementação do Programa.		
3. Relatório contendo o modelo de gestão e Planos de Ação do Programa e Workshop de lançamento do Programa.	09/05/2013	11.700,00
4. 1º Relatório técnico de andamento do Programa, contendo: i) Atividades desenvolvidas entre equipe da CODIN/STN e o consultor contratado, com a descrição dos resultados alcançados e próximos passos; ii) Atualização do cronograma e detalhamento dos recursos utilizados; iii) Descrição dos meios e procedimentos utilizados para a concretização de cada atividade realizada.	10/06/2013	11.700,00
5. 2º Relatório técnico de andamento do Programa, contendo: i) Atividades desenvolvidas entre equipe da CODIN/STN e o consultor contratado, com a descrição dos resultados alcançados e próximos passos; ii) Atualização do cronograma e detalhamento dos recursos utilizados; iii) Descrição dos meios e procedimentos utilizados para a concretização de cada atividade realizada.	10/07/2013	11.700,00
6. Relatório contendo proposta de pesquisa específica de saúde ocupacional dos servidores com a descrição dos meios/recursos necessários para realizá-la.	12/08/2013	4.680,00
7. 3º Relatório técnico de andamento do Programa, contendo: i) Atividades desenvolvidas entre equipe da CODIN/STN e o consultor contratado, com a descrição dos resultados alcançados e próximos passos; ii) Atualização do cronograma e detalhamento dos recursos utilizados; iii) Descrição dos meios e procedimentos utilizados para a concretização de cada atividade realizada.	12/08/2013	11.700,00
8. 4º Relatório técnico de andamento do Programa, contendo: i) Atividades desenvolvidas entre equipe da CODIN/STN e o consultor contratado, com a descrição dos resultados alcançados e próximos passos; ii) Atualização do cronograma e detalhamento dos recursos utilizados; iii) Descrição dos meios e procedimentos utilizados para a concretização de cada atividade realizada.	12/09/2013	11.700,00
9. 5º Relatório técnico de andamento do Programa, contendo: i) Atividades desenvolvidas entre equipe da CODIN/STN e o consultor contratado, com a descrição dos resultados alcançados e próximos passos; ii) Atualização do cronograma e detalhamento dos recursos utilizados; iii) Descrição dos meios e procedimentos utilizados para a concretização de cada atividade realizada.	14/10/2013	11.700,00
10. 6º Relatório técnico de andamento do Programa, contendo:		

<p>i) Atividades desenvolvidas entre equipe da CODIN/STN e o consultor contratado, com a descrição dos resultados alcançados e próximos passos; ii) Atualização do cronograma e detalhamento dos recursos utilizados; iii) Descrição dos meios e procedimentos utilizados para a concretização de cada atividade realizada.</p> <p>11. 7º Relatório técnico de andamento do Programa, contendo:</p> <p>i) Atividades desenvolvidas entre equipe da CODIN/STN e o consultor contratado, com a descrição dos resultados alcançados e próximos passos; ii) Atualização do cronograma e detalhamento dos recursos utilizados; iii) Descrição dos meios e procedimentos utilizados para a concretização de cada atividade realizada.</p>	14/11/2013	11.700,00
	13/12/2013	11.700,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Rosália Fonseca		CPF: 184.388.650- 20
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Foi necessária a prorrogação do contrato		

Valores em US\$ 1,00

Código do Contrato: 2013/000110-01					
Objetivo da consultoria: Gestão/ análise de reservas internacionais ou fundos de riqueza soberana					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
22/04/2013	31/03/2014	41.500,00	41.500,00	12.450,00	12.450,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Diagnóstico inicial de utilização de FRS no âmbito do projeto			20/05/2013	6.225,00	
2. Relatório técnico com a revisão da literatura e das melhores práticas de fundos soberanos que possuam função de estabilização fiscal.			01/07/2013	6.225,00	
3. Relatório técnico analisando a utilização de FRS como instrumentos auxiliares de política anticíclica, com características fiscais, que já tenha incorporado os comentários e sugestões da STN, e workshop para apresentar os resultados e o estudo de caso elaborado.			10/12/2013	29.050,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Ana Maria J.				CPF: N/A	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Foi necessária a prorrogação do contrato					

Código do Contrato 2013/000147-00					
Objetivo da consultoria: Desenvolvimento de taxonomia de relatórios contendo informações contábeis e financeiras, em linha com a arquitetura de taxonomia previamente definida pela STN.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
03/06/2013	10/02/2014	99.000,00	99.000,00	99.000,00	99.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Relatório contendo a definição dos seguintes itens:			27/06/2013	17.820,00	
a. Modelo e processo para a identificação e coleta de regras de negócio/validação a serem aplicadas nas camadas FR e GL da taxonomia XBRL da STN e, em cada camada, definir aqueles que devem ser aplicados no momento de criação dos relatórios e aqueles que podem ser aplicados no momento de preenchimento e transmissão do relatório, se houver.					
b. Procedimento de revisão e controle de qualidade da taxonomia e artefatos XBRL relacionados.					
c. Modelo para criação de Guias de Implementação de Taxonomia e outros artefatos de suporte ao usuário na implementação de taxonomias e a criação de documentos de instância.					
2. Relatórios de taxonomia e exemplos de documentos de instância vinculados à taxonomia definida pela STN.			01/08/2013	21.780,00	
3. Artefatos de XBRL GL de acordo com a arquitetura da taxonomia SICONFI, contendo:			27/08/2013	14.850,00	
a. Definição do perfil ou perfis da taxonomia XBRL GL a ser utilizada.					
b. Arquivos mestre:					
i. Representação de códigos, classes e atributos utilizados no PCASP (Instância XBRL GL)					
ii. Representação do PCASP (Instância XBRL GL).					
c. Mapeamentos de diferentes versões do PCASP para apoio ao processo de versionamento (modelos de instância XBRL GL).					
4. Guias de implementação de taxonomia para relatórios específicos.			23/09/2013	14.850,00	
5. Relatório contendo os processos desenvolvidos para a manutenção da taxonomia, versionamento e migração para novos releases dos formulários.			04/11/2013	19.800,00	
6. Artefatos XBRL GL relacionados à MSC, contendo:			04/12/2013	9.900,00	
a. Arquivos mestre:					
i. Instância XBRL GL representando códigos, classes e atributos utilizados na MSC;					
ii. Modelo de instância XBRL GL representando a MSC.					
b. Mapeamentos:					

i. Instância XBRL GL representando mapeamentos de diferentes versões da MSC para apoio ao processo de versionamento (modelo); ii. Instância representando o mapeamento entre a MSC e relatórios de taxonomias.		
Consultor contratado		
Nome do consultor: Gianluca Garbellotto	CPF: N/A	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Valores em R\$ 1,00

Código do Contrato 2013/000089-02					
Objetivo da consultoria: Elaboração de projeto de institucionalização e integração das iniciativas educacionais da Secretaria do Tesouro Nacional					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
15/04/2013	31/12/2013	120.000,00	120.000,00	56.000,00	84.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Planejamento Educacional das iniciativas educacionais do Tesouro Nacional. Relatório contendo o Planejamento Educacional integrado das iniciativas educacionais do Tesouro Nacional, contemplando proposta de criação, ampliação, restrição ou extinção de iniciativas educacionais.			15/05/2013	28.000,00	
2. Projeto Pedagógico de cada uma das iniciativas educacionais.			27/05/2013	42.000,00	
3. Plano de integração das iniciativas.			10/07/2013	18.000,00	
4. Plano de Atividades de 12 meses. Relatório contendo proposta de estratégia de atuação do Tesouro Nacional.			15/07/2013	18.000,00	
5. Workshop de Apresentação do Planejamento Estratégico. Workshop para apresentação dos resultados do serviço a ser realizado em Brasília para equipe do Tesouro Nacional.			15/07/2013	14.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Franciso Roberto F. dos Santos				CPF: 262.187.041-49	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Houve necessidade de prorrogação do contrato					

Fonte: STN/CODIN

Os Acordos de Cooperação Técnica BRA 04/016 – PACE e BRA 06/24 permitem a contratação de consultores com perfil diferenciado, possibilitando ao Tesouro Nacional fornecer a seu corpo técnico a absorção de conhecimento, tecnologia e informação que de outra maneira não possível. Como exemplo, pode-se citar a contratação de consultores internacionais, especializados em taxonomia de XBRL, a contratação de especialistas para estudo sobre a base de público do Tesouro Direto e a capacitação de servidores em técnicas de detecção de outliers, bootstrapping e programação linear em análise envoltória de dados.

- EURE (Excedente Único de Riscos Extraordinários)

Criado pela Resolução de Diretoria IRB nº 306/73, de 31.07.1973, o EURE era uma faixa de cobertura que operava, na forma de resseguro de Excedente de Responsabilidade, acima das faixas automáticas (Consórcios e Contratos com o Exterior) para as operações de seguro contratadas no país. De acordo com o art. 5º e art. 6º do Decreto-Lei nº 073/66, sua finalidade era ampliar os limites de cobertura de resseguro para riscos vultosos, aumentando a capacidade de retenção de prêmios no país.

A partir do segundo semestre de 1992, o IRB-Brasil Re decidiu suspender a colocação de novos riscos sob a garantia do EURE, remanescendo apenas a gestão dos contratos ativos até final de sua vigência. De acordo com o IRB-Brasil RE, atualmente (abril 2013) o EURE não conta com nenhuma operação ativa.

Entre 2000 e 2010, discussões técnicas e jurídicas envolvendo a diretoria do IRB, consultoria jurídica externa, PGFN e STN, culminaram no encerramento do EURE e a transferência dos seus recursos para o Tesouro Nacional. O saldo que estava depositado em conta BB reservada ao EURE, bem como os das aplicações de seus ativos sob gestão da BBDTVM foram transferidos à Conta Única do Tesouro Nacional ao final de 2010, deduzidos da taxa de administração em favor do IRB pelo acompanhamento da carteira de operações remanescentes entre 1992 e 2010. Com a transferência, o IRB deu por encerrada as atividades do EURE sob sua gestão, cabendo ao Tesouro Nacional responder diretamente pelas responsabilidades atribuídas ao EURE eventualmente reclamadas. Embora considere o EURE como encerrado, o IRB não expediu nenhum normativo extinguindo-o em definitivo. Em tempo, cabe destacar que entre 1992 e 2010 não houve receitas de prêmios ao EURE, a fonte primária da remuneração do IRB pela administração do EURE.

Em 2012, uma parcela de prêmio em atraso relativa à cobertura securitária oferecida a equipamentos das Usinas Angra II e III estocados durante o período 03/01/2010 e 30/11/2010 foi paga ao IRB. Um percentual do pagamento era devido ao EURE, por cobertura extraordinária oferecida. Este valor residual foi recolhido pelo Ressegurador à Conta Única.

Por fim cabe destacar que, apesar da transferência dos recursos do EURE à Conta Única, a Secretaria do Tesouro Nacional não administra nenhuma estrutura ou operação vinculada ao EURE. O Excedente Único de Riscos Extraordinários era um conta criada e administrada pelo IRB-Brasil RE, e que conforme mencionado, não possui nenhuma operação ativa. Por este motivo não há provisão ou reservas especialmente constituídas pelo Tesouro Nacional para a honra de obrigações atribuídas ao EURE. Administrativamente não há previsão de nenhuma despesa e eventual reclamação judicial por responsabilização do EURE exigirá a solicitação de crédito orçamentário na Lei Orçamentária Anual.

No exercício de 2013, não ocorreram operações (pagamentos/recebimentos) relacionadas ao EURE.